



# Editoração Casa Civil

# CEARÁ

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 30 de abril de 2012

SÉRIE 3 ANO IV Nº081

Caderno 3/3

Preço: R\$ 5,00

### TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (Continuação)

**ATA Nº14/2012 - SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENO REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2012**

**PRESIDENTE - SR. CONSELHEIRO MANOEL BESERRA VERAS**  
**SECRETÁRIO - VIRGILIO FREIRE DO NASCIMENTO FILHO**

Com a presença dos senhores Conselheiros Artur Silva Filho, Pedro Ângelo Sales Figueiredo, Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior, Francisco de Paula Rocha Aguiar, Hélio Parente de Vasconcelos Filho, e da senhora Procuradora de Contas, Dra. Leilyanne Brandão Feitosa, o senhor Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, Conselheiro Manoel Beserra Veras, invocando a proteção de Deus e anunciando a existência de número legal, declarou aberta a sessão ordinária do Pleno, às nove horas. Depois de lida, discutida e aprovada a ata da sessão ordinária anterior, a leitura do expediente foi dispensada, em face de sua disponibilização, por meio eletrônico, aos gabinetes dos senhores conselheiros e ao público em geral, sendo que as peças processuais e os processos nele discriminados constam da relação em anexo que passa a fazer parte integrante desta ata. Em seguida, o senhor Conselheiro Presidente Manoel Beserra Veras informou que o senhor Conselheiro José Marcelo Feitosa, por motivo de força maior, não pode estar presente na abertura dos trabalhos. A seguir, passou-se à apreciação e julgamento dos processos incluídos na Pauta nº14/2012.

**DEVOLUÇÕES DE PEDIDO DE VISTA E RETIRADA DE PAUTA**  
Evocando questão de ordem, o senhor Conselheiro Ernesto Sabóia de Figueiredo Junior solicitou, após expor os devidos motivos, a retirada de pauta do Processo nº8.440/09 (Prestação de Contas de Governo de 2008 do município de Solonópolis), Processo nº8.539/09 (Prestação de Contas de Governo de 2008 do município de Iracema), Processo nº8.001/10 (Prestação de Contas de Governo de 2009 do município de São Benedito), Processo nº8.885/09 (Prestação de Contas de Gestão de 2008 da Câmara Municipal de Camocim, em sede de Recurso de Reconsideração), Processo nº11.571/09 (Prestação de Contas de Gestão de 2008 da Secretaria Municipal de Educação de Jijoca de Jericoacoara, em sede de Recurso de Reconsideração) e Processo nº1.654/05 (Tomada de Contas de Gestão de 2002 da Prefeitura Municipal de Mucambo, em sede de Embargos de Declaração). A Presidência, após submeter o assunto à consideração do Pleno e não tendo havido qualquer objeção às solicitações apresentadas, determinou a retirada de pauta dos processos acima indicados, com base no parágrafo 2º do art.19 do Regimento Interno do TCM. Não havendo mais questão de ordem a tratar, passou-se à apreciação e julgamento dos processos incluídos na Pauta nº14/2012.

**APRECIACÕES E JULGAMENTOS**  
**PROCESSO Nº7.727/10 – PARECER PRÉVIO Nº41/2012**  
**INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIPABA**  
**NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DE 2009**  
**RESPONSÁVEL: SRA. JOANA DARC BATISTA CARVALHO**  
**RELATOR: SR. CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR**

O Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, com fundamento no art.6º, da Lei nº12.160, de 04 de agosto de 1993 e nos termos da nova redação dada pela Lei nº13.016, de 22 de maio de 2000, por maioria, com abstenção do senhor Conselheiro Artur Silva Filho, emite Parecer Prévio Favorável à aprovação da Prestação de Contas de Governo do Município de Paraipaba, relativa ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da senhora Joana Darc Batista Carvalho, submetendo-o ao julgamento político a cargo da Câmara Municipal. Absteve-se de votar o senhor Conselheiro Artur Silva Filho, que declarou sua suspeição de parcialidade, com base no parágrafo único do art.60 do Regimento Interno c/c parágrafo único do art.135 do Código de Processo Civil.

**PROCESSO Nº13.640/06 - ACÓRDÃO Nº2128/2012**  
**INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E DESPORTO DE ITAPIPOCA**  
**NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2005 – RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº30.954/11**  
**RESPONSÁVEL: SR. PAULO MACIEL JÚNIOR**  
**RELATOR: SR. CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR**

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Paulo Maciel Júnior, face à sua

tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, excluir o débito imputado anteriormente no valor de R\$1.052,10 (um mil e cinquenta e dois reais e dez centavos), mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Desporto de Itapipoca, relativas ao exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do senhor Paulo Maciel Júnior, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$3.192,30 (três mil, cento e noventa e dois reais e trinta centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

**PROCESSO Nº12.188/07 - ACÓRDÃO Nº2129/2012**

**INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MADALENA**

**NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2006 – RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº26.968/11**

**RESPONSÁVEL: SRA. MARIA STELA PINHO**

**RELATOR: SR. CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR**

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pela senhora Maria Stela Pinho, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, reduzir a multa aplicada anteriormente para o valor de R\$1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Madalena, relativas ao exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da senhora Maria Stela Pinho, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

**PROCESSO Nº10.820/10 - ACÓRDÃO Nº2130/2012**

**INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRACEMA**  
**NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2009 – RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº2.033/12**

**RESPONSÁVEL: SRA. MARIA DO CARMO XAVIER DE QUEIROZ**  
**RELATOR: SR. CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR**

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pela senhora Maria do Carmo Xavier de Queiroz, face à sua tempestividade, e, no mérito, negar-lhe PROVIMENTO, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Iracema, relativas ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da senhora Maria do Carmo Xavier de Queiroz, considerando-as Regulares com Ressalva, nos termos do art.13, inciso II, da Lei nº12.160/93. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

**PROCESSO Nº1654/05 –**

**INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MUCAMBO**  
**NATUREZA: TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO DE 2002 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº1593/12**

**RESPONSÁVEL: SR. WILEBALDO MELO AGUIAR**

**RELATOR: SR. CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR**

Iniciado o julgamento do processo acima indicado, o senhor Conselheiro Relator Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior procedeu a leitura do Relatório e expôs suas razões de voto, evidenciando as principais irregularidades do processo e pedindo atenção aos seus pares para a seguinte situação: ressaltou que quando do exame do processo em tela, em sede de embargos de declaração, verificou que a referida defesa havia sido interposta neste Tribunal de Contas por pessoa distinta do responsável indicado nos autos e que o advogado não tinha comprovado nos autos a existência de instrumento procuratório que amparasse tal representação para proceder a sua defesa e eventualmente apresentar provas e documentos que materializassem os argumentos. Este relator, embora costumeiramente proceda determinando a intimação da parte para que apresente o instrumento procuratório num prazo de cinco dias, neste processo em exame não o fez, remetendo de pronto os autos à Procuradoria, que por seu turno, diante do cenário da não apresentação da procuração, sequer entrou no mérito da defesa por entender a

existência do vício na instrução já que não carreada com a devida procuração. O senhor Conselheiro Hélio Parente de Vasconcelos Filho levantou a possibilidade de que o feito fosse chamado a ordem para que o gestor pudesse ser intimado dando-se o prazo convencionalmente adotado pelo Pleno, de cinco dias, com o objetivo de que a parte providenciasse a procuração, permitindo desta forma que o relator pudesse examinar o conteúdo da defesa em sede de embargos de declaração. Fazendo uso da palavra, o senhor Conselheiro Pedro Ângelo Sales Figueiredo afirmou que tinha também o entendimento de que o Pleno deveria se posicionar no sentido de suspender o julgamento e chamar o feito a ordem para que o gestor fosse provocado a fazer o envio da referida procuração, já que havia se consolidado esta praxe em processos anteriores quando configurada esta omissão. Ressaltou que por se tratar de uma falha formal e que o próprio relator estava admitindo que costumeiramente procedia dando o prazo de cinco dias para a apresentação da procuração, entendia como razoável que assim o procedesse nestes autos também. Em seguida a Dra. Leilyanne Brandão Feitosa fazendo uso da palavra ressaltou que não tinha intenção de obstaculizar o processo mas que não poderia se furtar de emitir o posicionamento do Ministério Público de Contas no sentido de que era totalmente contrária a que o Pleno adotasse este procedimento de chamar o feito a ordem para notificar o gestor para que providenciasse a procuração, entendendo a nobre Procuradora que restava configurada grande displicência do gestor diante da oportunidade de apresentar novas provas junto aos autos e não anexar o instrumento procuratório. Ressaltou ainda que os embargos de declaração por ser uma nova oportunidade de evidenciar que houve algum tipo de obscuridade ou contradição nos autos muito mais atento deveria estar o gestor e instruir corretamente o processo e que o Ministério Público não enxergava com bons olhos esta postura de o TCM estar a corrigir eventuais falhas de gestor que por flagrante displicência sequer anexou a procuração para que seu advogado atuasse corretamente amparado por instrumento legal. O senhor Conselheiro Pedro Ângelo Sales Figueiredo salientou que sua proposta é de intimar a parte e não o advogado, procedimento que vai ao encontro de tantas outras situações semelhantes e que assim o fez. O senhor Conselheiro Hélio Parente de Vasconcelos Filho realçou que no ordenamento jurídico pode sim o Juiz entendendo que houve uma falha na instrução do processo determinar que a parte apresente o instrumento procuratório de modo a que a representação esteja corretamente instruída. Ressaltou por fim que em não se permitindo que a parte apresente a procuração restava configurada a figura da prejudicialidade do exame de mérito já que a falha formal sequer permitia que se adentrasse nas razões de defesa da parte. O senhor Presidente Manoel Beserra Veras sugeriu, diante das várias ponderações, que o Pleno se manifestasse quanto a baixa do processo em diligência para que o gestor fosse novamente citado, tendo sido decidido pelo Pleno que referido processo fosse retirado de pauta para que fosse providenciada nova diligência ao gestor para a apresentação do instrumento procuratório no prazo de cinco dias.

PROCESSO Nº14.776/11 - ACÓRDÃO Nº2131/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRAUÇUBA

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 23 DE ABRIL DE 2007 – RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº30.413/11

RESPONSÁVEL: SRA. KATIANA BARRETO MOURA DUARTE  
RELATOR: SR. CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pela senhora Katiana Barreto Moura Duarte, face à sua tempestividade, e, no mérito, negar-lhe PROVIMENTO, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação da Tomada de Contas de Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Irauçuba, relativa ao período de 01 de janeiro a 23 de abril do exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da senhora Katiana Barreto Moura Duarte, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa à responsável no valor de R\$2.128,20 (dois mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº26.258/08 - ACÓRDÃO Nº2132/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTIM  
NATUREZA: TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 02 DE SETEMBRO DE 2007 - RECURSO DE REVISÃO Nº18.930/10

RESPONSÁVEL: SRA. FRANCISCA ANDRÉA MARQUES DIAS  
RELATOR: SR. CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pela inadmissibilidade do Recurso de Revisão interposto pela senhora Francisca Andréa Marques Dias, por não se enquadrar nas hipóteses previstas no art.34 da Lei nº12.160/93, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação da Tomada de Contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Fortim, relativa ao período de 01 de janeiro a 02 de setembro do exercício financeiro de 2007, de responsabilidade da senhora Francisca Andréa Marques Dias, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa à responsável no

valor de R\$3.192,30 (três mil, cento e noventa e dois reais e trinta centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº27.739/07

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIUNA  
NATUREZA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE 2002 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº7.656/11

RESPONSÁVEL: SRA. MARIA CLEIDE DA SILVA RIBEIRO LEITE  
RELATOR: SR. CONSELHEIRO PEDRO ANGELO SALES FIGUEIREDO

Retomada a discussão do processo acima indicado, o Senhor Conselheiro Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior, que havia pedido vistas dos presentes autos afirmou que estava devolvendo o presente processo e que após a devida análise estava em perfeita concordância com os termos do acórdão lavrado pelo relator. A seguir, a matéria foi posta em discussão, tendo, no decorrer desta, o senhor Conselheiro Francisco de Paula Rocha Aguiar pedido vista, com fundamento no art.21, letra “J” do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

PROCESSO Nº8.760/10 – PARECER PRÉVIO Nº42/2012

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JATI  
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DE 2009

RESPONSÁVEL: SR. ARLINDO ROCHA NETO  
RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

O Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, com fundamento no art.6º, da Lei nº12.160, de 04 de agosto de 1993 e nos termos da nova redação dada pela Lei nº13.016, de 22 de maio de 2000, por unanimidade, emite Parecer Prévio Desfavorável à aprovação da Prestação de Contas de Governo do Município de Jati, relativa ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do senhor Arlindo Rocha Neto, submetendo-o ao julgamento político a cargo da Câmara Municipal.

PROCESSO Nº9.840/01 - ACÓRDÃO Nº2133/2012

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAMOTI  
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO – PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2000 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº22.278/10

RESPONSÁVEL: SR. PAULO RUBERTO CAVALCANTE MOTA  
RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração interpostos pelo senhor Paulo Ruberto Cavalcante Mota, por não preencherem os requisitos do art.32, inciso I, da Lei nº12.160/93, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Paramoti, relativas ao período de janeiro a abril do exercício financeiro de 2000, de responsabilidade do senhor Paulo Ruberto Cavalcante Mota, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$1.862,18 (um mil, oitocentos e sessenta e dois reais e dezoito centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº8.281/03 - ACÓRDÃO Nº2134/2012

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE ARACATI  
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2002 - RECURSO DE REVISÃO Nº4.376/10

RESPONSÁVEL: SR. JOSÉ ELIAS PEREIRA  
RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pela inadmissibilidade do Recurso de Revisão interposto pelo senhor José Elias Pereira, por não se enquadrar nas hipóteses previstas no art.34 da Lei nº12.160/93, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a aprovação das Contas de Gestão da Câmara Municipal de Aracati, relativas ao exercício financeiro de 2002, de responsabilidade do senhor José Elias Pereira, considerando-as Regulares com Ressalva, nos termos do art.13, inciso II, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$2.932,05 (dois mil, novecentos e trinta e dois reais e cinco centavos). Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido. Ausência temporária do senhor Conselheiro José Marcelo Feitosa, não tendo participado, por este motivo, da discussão e votação do presente processo.

Após o julgamento do processo acima citado, o senhor Conselheiro Presidente Manoel Beserra Veras registrou a presença em plenário do senhor Conselheiro José Marcelo Feitosa, tendo o mesmo participado da apreciação e julgamento dos processos a seguir relacionados.

PROCESSO Nº10.786/04 - ACÓRDÃO Nº2135/2012

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAITINGA  
NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2003 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº22.811/10

RESPONSÁVEL: SR. FRANCISCO ROBERTO DA SILVA  
RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos

Municípios, por unanimidade, pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração interpostos pelo senhor Francisco Roberto da Silva, por não preencherem os requisitos do art.32, inciso I, da Lei nº12.160/93, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão da Secretaria Municipal de Educação de Itaitinga, relativas ao exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do senhor Francisco Roberto da Silva, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$5.054,48 (cinco mil e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº1.981/09 - ACÓRDÃO Nº2136/2012

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE CEDRO

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2008 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº21.800/10

RESPONSÁVEL: SR. RODRIGO XAVIER DE ARAÚJO

RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração interpostos pelo senhor Rodrigo Xavier de Araújo, por não preencherem os requisitos do art.32, inciso I, da Lei nº12.160/93, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão da Secretaria Municipal de Turismo de Cedro, relativas ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do senhor Rodrigo Xavier de Araújo, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº10.789/09 - ACÓRDÃO Nº2137/2012

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DO GRAÇA

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2008 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº19.926/11

RESPONSÁVEL: SR. FRANCISCO EDILSON DE OLIVEIRA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Francisco Edilson de Oliveira, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, excluir a multa aplicada anteriormente no valor de R\$1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), e reformar a decisão recorrida no sentido de aprovar as Contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Graça, relativas ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do senhor Francisco Edilson de Oliveira, considerando-as Regulares com Ressalva, nos termos do art.13, inciso II, da Lei nº12.160/93. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

PROCESSO Nº10.736/10 - ACÓRDÃO Nº2138/2012

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PACOTI

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2009 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº30.814/11

RESPONSÁVEL: SRA. MÔNICA MARIA BEZERRA DE AQUINO

RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pela senhora Mônica Maria Bezerra de Aquino, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, reduzir a multa aplicada anteriormente para o valor de R\$797,06 (setecentos e noventa e sete reais e seis centavos), mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a aprovação das Contas de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Pacoti, relativas ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da senhora Mônica Maria Bezerra de Aquino, considerando-as Regulares com Ressalva, nos termos do art.13, inciso II, da Lei nº12.160/93. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

PROCESSO Nº27.272/09 - ACÓRDÃO Nº2139/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA, ESPORTE E TURISMO DE CROATÁ

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2009 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº29.713/11

RESPONSÁVEL: SR. ARLINDO RIVELINO GOMES DE MACÊDO

RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Arlindo Rivelino Gomes de Macêdo, face à sua tempestividade, e, no mérito, negar-lhe PROVIMENTO, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a aprovação das Contas de Gestão do Fundo Municipal da Cultura, Esporte e Turismo de Croatá, relativas ao exercício financeiro

de 2009, de responsabilidade do senhor Arlindo Rivelino Gomes de Macêdo, considerando-as Regulares com Ressalva, nos termos do art.13, inciso II, da Lei nº12.160/93. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº34.487/06 - ACÓRDÃO Nº2140/2012

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE 2006 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº17.365/10

RESPONSÁVEL: SR. FRANCISCO WALMICK DE QUEIROZ BERNARDINO

RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração interpostos pelo senhor Francisco Walmick de Queiroz Bernardino, por não preencherem os requisitos do art.32, inciso I, da Lei nº12.160/93, e, de ofício, corrigir o item "b" do voto do acórdão nº2770/2010, no sentido de considerar a presente Tomada de Contas Especial pela Procedência Parcial, como também corrigir a ementa, passando a constar Tomada de Contas Especial, mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a procedência parcial da Tomada de Contas Especial de 2006, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$4.256,40 (quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), em face da remessa com atraso ao TCM, do Relatório de Gestão Fiscal, pertinente ao 1º semestre de 2006. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº12.197/10 - ACÓRDÃO Nº2141/2012

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE QUITERIANÓPOLIS

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE 2010 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº20.630/11

RESPONSÁVEL: SR. FRANCISCO MOURA DA SILVA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Francisco Moura da Silva, face à sua tempestividade, e, no mérito, negar-lhe PROVIMENTO, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a procedência da Tomada de Contas Especial de 2010, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$300,00 (trezentos reais), em face da remessa em atraso ao TCM, da prestação de contas mensal através do Sistema de Informações Municipais - SIM, pertinente ao mês de janeiro de 2010. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº12.752/11 - ACÓRDÃO Nº2142/2012

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE 2011 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº26.746/11

RESPONSÁVEL: SR. JOÃO RIBEIRO BARROSO

RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor João Ribeiro Barroso, face à sua tempestividade, e, no mérito, negar-lhe PROVIMENTO, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a procedência da Tomada de Contas Especial de 2011, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$638,46 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e seis centavos), em face da remessa com atraso ao TCM, da prestação de contas mensal através do Sistema de Informações Municipais - SIM, pertinente ao mês de janeiro de 2011. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº12.934/11 - ACÓRDÃO Nº2143/2012

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALITRE

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE 2011 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº28.314/11

RESPONSÁVEL: SR. AGENOR MANOEL RIBEIRO

RELATOR: SR. CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Agenor Manoel Ribeiro, face à sua tempestividade, e, no mérito, negar-lhe PROVIMENTO, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a procedência da Tomada de Contas Especial de 2011, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$319,23 (trezentos e dezenove reais e vinte e três centavos), em face da remessa com atraso ao TCM, da prestação de contas mensal através do Sistema de Informações Municipais - SIM, pertinente ao mês de janeiro de 2011. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº20.491/07

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE TIANGUÁ

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO DE 2004 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº17.546/11

RESPONSÁVEL: SR. FRANCISCO ALBERY NOGUEIRA NUNES

RELATOR: SR. CONSELHEIRO PEDRO ANGELO SALES FIGUEIREDO

Iniciado o julgamento do presente processo foi dada a palavra ao Cons. Pedro Ângelo o qual, após relatá-lo, passou a expor os fundamentos do seu voto quanto a necessidade do TCM ajustar suas decisões à nova LC 135/2010, conhecida como “Lei da Ficha Limpa”, especificando, no caso de desaprovação das contas, se as irregularidades insanáveis configuravam ou não ato doloso de improbidade administrativa, como consta na nova Lei. Disse que dividiria a matéria em dois temas: a competência dos Tribunais de Contas para dizer se a irregularidade era ou não insanável: e, como segundo tema, se poderia a Corte de Contas, em grau de recurso, especificar que aquela insanabilidade configurava ato doloso de improbidade. Quanto ao primeiro tema, disse que a Lei 9504/97, que estabelece normas para as eleições, determina no seu art.11 §5º que “Até a data a que se refere este artigo, os Tribunais de Contas deverão tornar disponíveis à Justiça Eleitoral relação dos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanáveis e por decisão irrecorrível do órgão competente, ressalvados os casos em que a questão estiver sendo submetida à apreciação do Poder Judiciário, ou haja sentença judicial favorável ao interessado.” E concluiu: portanto, se a lei eleitoral exige que o TCM mande a relação das contas rejeitadas por irregularidades insanáveis, este Tribunal não poderia mandar a relação das contas rejeitadas por irregularidades, sem especificar se estas eram ou não insanáveis. Leu ainda farta jurisprudência do TSE dizendo que “não compete à Justiça Eleitoral dizer do acerto ou desacerto das decisões dos Tribunais de Contas” e deu ênfase ao Rec. Esp. Eleitoral nº33.522-Caucaia-Ce, acórdão de 15/12/2008 -Rel.MIN. JOAQUIM BARBOSA, bem como ao Ag. Regimental no REE nº29.262 – Ubajara-Ce, julgado em 2008, nesse sentido. A seguir, disse que quando a decisão do Tribunal de Contas, silenciava, não especificando se a irregularidade era ou não insanável, a Justiça Eleitoral supria essa omissão, entrando na competência que era, originariamente da Corte de Contas, e dizia se a irregularidade era ou não insanável. E citou como exemplo o REE 32.568-Maranhão, Relator o Min. Ricardo Lewandowski, no qual o TCU se omitiu e disse apenas que “desaprovava as contas por irregularidade”, sem especificar se essa irregularidade era ou não insanável, embora os motivos dessa desaprovação fossem irregularidades gravíssimas, tais como “superfaturamento, condução das licitações, embalagens contendo diversas unidades, quando na verdade era fornecida apenas uma unidade, fraudes, etc”. Concluiu então o Cons. Pedro Ângelo que diante desse erro grosseiro do TCU, sob a forma de omissão, o TSE jamais poderia deferir o registro de um candidato que teve as contas desaprovadas por esses graves motivos, pelo simples fato do TCU não ter especificado que essas irregularidades eram ou não insanáveis, como lhe competia fazer, por determinação expressa da Lei Eleitoral 9504/97, art.11, §5º. Prosseguindo, citou exemplo do TRE-Ce, em Recurso de Quixeramobim, do qual foi Relatora a Desª Maria Nailde Pinheiro Nogueira, que detectou também erro grosseiro, no caso do TCM-Ce, na espécie por ação e não por omissão, ao aplicar nota de improbidade administrativa por irregularidade insanável, decorrente de falhas na organização do almoxarifado e do tombamento dos bens, fatos menores que manifestamente não configuravam improbidade administrativa. Aduziu o Cons. Pedro Ângelo que o STJ considera que somente em dois casos o Judiciário pode cassar a decisão dos Tribunais de Contas, quais sejam, erro grosseiro (por ação ou omissão) e manifesta ilegalidade formal, conforme os acórdãos dos Min. Henrique D’Ávila e Min. Ricardo Vilas Boas, respectivamente nos MS nºs 7280 e 5490. Após tais argumentos, o Cons. Pedro Ângelo passou a tratar do segundo tema, qual seja, se o Tribunal de Contas pode, em grau de recurso, especificar que aquela irregularidade insanável configura ato doloso de improbidade, como exige a nova Lei da Ficha Limpa. Primeiramente ressaltou o Cons. Pedro Ângelo que esse tema é civil e não penal, portanto, seria impróprio falar em reformatio in pejus, ou seja, agravar a pena, dado que esta é instituído do campo penal. No festejado e recente julgamento em fevereiro/2012 na ADIN que impugnava a Lei da Ficha Limpa como inconstitucional, porque, dentre outros motivos não poderia retroagir, aplicando-se a candidatos que foram condenados antes da referida lei, o STF decidiu que a LC 135/10 era constitucional e se aplicava a casos passados, anteriores à sua vigência, portanto, não se pode alegar a reformatio in pejus no tema ora discutido aqui no TCM. Prosseguindo, disse o Cons. Pedro Ângelo que, mesmo se fosse no campo penal, e não é, ainda assim o TCM pode e deve ajustar suas decisões doravante à exigência da Lei da Ficha Limpa, especificando se a irregularidade insanável configura ou não ato doloso de improbidade. Trata-se de mero ajuste, corrigenda, como disse o STF. E citou o Cons. Pedro Ângelo o art.383 do Código de Processo Penal, dizendo que ali se permite que o juiz dê nova definição jurídica ao fato, ainda que tenha que aplicar pena mais grave: “art.383- O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia, poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.” Concluiu o Cons. Pedro Ângelo: ora, aqui não se está modificando o fato, o qual continua o mesmo da decisão recorrida, ou seja, ausência de licitação. Sendo assim, disse o Conselheiro Relator, também no campo da discussão penal, ainda que alguém imagine que a situação do Gestor estaria sendo agravada, o que não é o caso, mas, se o estivesse, mesmo assim, o TCM

estaria autorizado a proceder ao mencionado ajuste ou corrigenda, com base no art.383 do CPP. Em seguida o Cons. Pedro Ângelo leu diversas decisões nesse sentido, inclusive do STJ e STF, todas, extraídas do livro Código de Processo Penal Interpretado, do prof. Júlio Mirabete, editora Atlas. Por fim, disse que também não caberia alegar que essa permissão era somente para o primeiro julgamento no TCM, no caso, da sua câmara julgadora, porque a SUMULA 453 do STF somente proibia a nova definição jurídica em grau de recurso, quando houvesse alteração do fato, ou este não estivesse explícito ou implícito na descrição da denúncia: “Sumula 453- Não se aplicam à segunda instância o art.384 e parágrafo único do CPP, que possibilitam dar nova definição jurídica ao fato delituoso, em virtude de circunstância elementar não contida explícita ou implicitamente na denúncia.” Completou o Cons. Relator: é dizer, somente no caso da mutatio libeli é que a súmula 453 proíbe aplicação da nova definição jurídica em grau de recurso, a contrario sensu não proíbe em grau de recurso a emendatio libeli, ou seja, o simples ajuste, que o STF chama de simples corrigenda. Finalizou o Cons. Pedro Ângelo fazendo um apelo aos demais Conselheiros, que examinassem e refletissem profundamente nesses dois temas, antes de emitirem seus votos, porque esta é a primeira decisão do TCM sobre o assunto e que certamente irá nortear as demais sobre a citada matéria. Os Tribunais de Contas têm um papel fundamental na implantação, na efetividade, da Lei da Ficha Limpa, originada do ventre do povo, com mais de 1 milhão e meio de assinaturas. Não só a imprensa está vigilante, mas a augusta Assembléia Legislativa do Ceará, que nos últimos dias tem recebido diversos pronunciamentos de seus Deputados, dizendo que essa lei “só pega” se o Ministério Público e os Tribunais de Contas fizerem a sua parte. No caso do TCM a sua parte é dizer se a irregularidade insanável configura ou não ato doloso de improbidade. Se o TCM entender que não tem competência para dizer isso, e, consequentemente silenciar, a Justiça Eleitoral certamente terá que suprir essa omissão, como o fez em vários casos, um deles do TCU aqui citado. Mas seria, data vênica, lamentável que o TCM renunciasse a competência que tem para especificar se a irregularidade é insanável ou não, e se essa insanabilidade configura ou não ato doloso de improbidade, dificultando com isso, a meu ver, a aplicação efetiva da Lei da Ficha Limpa pela Justiça Eleitoral, quando esta fosse decidir sobre impugnação a registro de candidato que teve suas contas desaprovadas por esta Eg. Corte, sem especificar a irregularidade, embora muitas vezes ela decorra de atos gravíssimos, como ausência de licitação, desvios de dinheiro, apropriação, etc. Por todos esses motivos e fundamentos, dou provimento parcial ao presente recurso de reconsideração para reduzir a multa, em função do saneamento das irregularidades descritas nos itens apontados, mantida porém a decisão recorrida no tocante a desaprovação das contas e a nota de improbidade administrativa, especificando que a irregularidade apontada como motivo da referida nota de improbidade é de natureza insanável e configura ato doloso de improbidade administrativa. Em seguida o senhor Conselheiro Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior pediu vista, com fundamento no art.21, letra “J” do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

PROCESSO Nº7.090/08 – PARECER PRÉVIO Nº43/2012

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAPINA

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DE 2007

RESPONSÁVEL: SR. ORISMAR VANDERLEI DINIZ

RELATOR: SR. CONSELHEIRO PEDRO ANGELO SALES FIGUEIREDO

O Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, com fundamento no art.6º, da Lei nº12.160, de 04 de agosto de 1993 e nos termos da nova redação dada pela Lei nº13.016, de 22 de maio de 2000, por maioria, com abstenção do senhor Conselheiro Francisco de Paula Rocha Aguiar, emite Parecer Prévio desfavorável à aprovação da Prestação de Contas de Governo do Município de Ibiapina, relativa ao exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do senhor Orismar Vanderlei Diniz, submetendo-o ao julgamento político a cargo da Câmara Municipal. Absteve-se de votar o senhor Conselheiro Francisco de Paula Rocha Aguiar, que declarou sua suspeição de parcialidade, com base no parágrafo único do art.60 do Regimento Interno c/c parágrafo único do art.135 do Código de Processo Civil.

PROCESSO Nº30.436/11 – SÚMULA JURISDICCIONAL Nº01/2012

INTERESSADO: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

NATUREZA: PROCESSO JURISDICCIONAL

RELATOR: SR. CONSELHEIRO HÉLIO PARENTE DE VASCONCELOS FILHO

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, com fundamento no art.1º, inciso XXVIII, da Lei nº12.160/93, c/c o art.157 do Regimento Interno e art.5º, parágrafo 3º da Resolução nº01/2002, DECIDE, por unanimidade, pelo conhecimento da proposta de súmula, porque atendidos seus requisitos formais, APROVANDO a redação da súmula de jurisprudência nº01, em virtude da ocorrência de reiteradas decisões no mesmo sentido em relação ao assunto examinado com o fim de uniformizar as decisões exaradas por esta Corte de Contas, nos termos do relatório e voto do relator.

PROCESSO Nº11.272/09 - ACÓRDÃO Nº2.144/2012

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE TABULEIRO DO NORTE

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2008 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº15.926/11

RESPONSÁVEL: SRA. MARIA JOSÉLIA LIMA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO HÉLIO PARENTE DE VASCONCELOS FILHO

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração interpostos pela senhora Maria José Lima, por não preencherem os requisitos do art.32, inciso I, da Lei nº12.160/93, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão da Secretaria Municipal de Finanças de Tabuleiro do Norte, relativas ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade da senhora Maria José Lima, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa à responsável no valor de R\$6.384,60 (seis mil, trezentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido. Ausência temporária do senhor Conselheiro Ernesto Sabóia de Figueiredo Júnior, não tendo participado, por este motivo, da discussão e votação do presente processo.

PROCESSO Nº11.211/10 - ACÓRDÃO Nº2.145/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAITINGA

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2009 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº24.759/11

RESPONSÁVEL: SRA. NÍVEA MARIA FERREIRA DE LIMA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO HÉLIO PARENTE DE VASCONCELOS FILHO

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pela senhora Nívea Maria Ferreira de Lima, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, em virtude do saneamento do item 01, mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão do Fundo Municipal de Previdência Social de Itaitinga, relativas ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da senhora Nívea Maria Ferreira de Lima, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa à responsável no valor de R\$1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

PROCESSO Nº13.946/10 - ACÓRDÃO Nº2.146/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVARUSSAS

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2009 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº1.706/12

RESPONSÁVEL: SRA. MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO HÉLIO PARENTE DE VASCONCELOS FILHO

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo não conhecimento dos Embargos de Declaração interpostos pela senhora Maria Helena Pereira da Silva, por não preencherem os requisitos do art.32, inciso I, da Lei nº12.160/93, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Nova Russas, relativas ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da senhora Maria Helena Pereira da Silva, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa e imputação de débito à responsável nos valores, respectivamente, de R\$3.724,35 (três mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos) e R\$4.414,71 (quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e setenta e um centavos). Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade as quantias acima relacionadas. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº14.186/09 - ACÓRDÃO Nº2147/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE TABULEIRO DO NORTE

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2008 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº22.784/11

RESPONSÁVEL: SR. JOÃO MÁRCIO DA SILVA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor João Márcio da Silva, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, reduzir a multa aplicada anteriormente para o valor de R\$5.852,55 (cinco mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), excluir a indicação de nota de improbidade administrativa, mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde de Tabuleiro do Norte, relativas ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do senhor João Márcio da Silva, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

PROCESSO Nº19.724/08 - ACÓRDÃO Nº2.148/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAPISTRANO

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 03 DE ABRIL DE 2008 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº1.332/12

RESPONSÁVEL: SR. FRANCISCO ARTUR PINHEIRO ALVES

RELATOR: SR. CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Francisco Artur Pinheiro Alves, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, reduzir a multa aplicada anteriormente para o valor de R\$266,02 (duzentos e sessenta e seis reais e dois centavos), mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a aprovação das Contas de Gestão do Fundo Municipal de Educação de Capistrano, relativas ao período de 01 de janeiro a 03 de abril do exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do senhor Francisco Artur Pinheiro Alves, considerando-as Regulares com Ressalva, nos termos do art.13, inciso II, da Lei nº12.160/93. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

PROCESSO Nº6.511/10 - ACÓRDÃO Nº2149/2012

INTERESSADO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2009 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº29.879/11

RESPONSÁVEL: SRA. MARIA JOSÉ DIÓGENES PINHEIRO

RELATOR: SR. CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pela senhora Maria José Diógenes Pinheiro, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO para, diante das falhas sanadas, excluir a multa aplicada anteriormente no valor de R\$1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), e reformar a decisão recorrida no sentido de aprovar as Contas de Gestão do Serviço Autônomo de Água e Esgoto -SAAE do Município de Jaguaribe, relativas ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da senhora Maria José Diógenes Pinheiro, considerando-as Regulares, nos termos do art.13, inciso I, da Lei nº12.160/93. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

PROCESSO Nº8.620/10 - ACÓRDÃO Nº2150/2012

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARAMOTI

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO - PERÍODO DE 01 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº2.174/12

RESPONSÁVEL: SR. EDUARDO FEIJÓ SANTOS JÚNIOR

RELATOR: SR. CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Eduardo Feijó Santos Júnior, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, reduzir a multa aplicada anteriormente para o valor de R\$2.660,25 (dois mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos), mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social de Paramoti, relativas ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do senhor Eduardo Feijó Santos Júnior, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

PROCESSO Nº10.390/10 - ACÓRDÃO Nº2151/2012

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E REFORMA AGRÁRIA DE TABULEIRO DO NORTE

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2009 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº3.774/12

RESPONSÁVEL: SR. JOSÉ JERÔNIMO DE OLIVEIRA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo não conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor José Jerônimo de Oliveira, face à sua intempestividade, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a desaprovação das Contas de Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária de Tabuleiro do Norte, relativas ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do senhor José Jerônimo de Oliveira, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$5.320,50 (cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos), além de indicação de nota de improbidade administrativa. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

Após o julgamento do processo acima indicado, o senhor Conselheiro Ernesto Sabóia de Figueiredo Junior solicitou, e foi atendido prontamente, autorização para se ausentar da sessão, não tendo, por esta razão, participado da apreciação e do julgamento dos processos a seguir discriminados.

PROCESSO Nº37.022/06 - ACÓRDÃO Nº2152/2012

INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA DE AQUIRAZ

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO DE 2003 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº5.823/09

RESPONSÁVEL: SR. ANTÔNIO NAPOLEÃO LEITE FILGUEIRAS

RELATOR: SR. CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA  
ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por maioria, com abstenção dos senhores Conselheiros Artur Silva Filho e Pedro Ângelo Sales Figueiredo, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Antônio Napoleão Leite Filgueiras, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, reduzir a multa aplicada anteriormente para o valor de R\$2.660,25 (dois mil, seiscentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos), excluir a indicação de nota de improbidade administrativa, mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a desaprovção da Tomada de Contas de Gestão da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura de Aquiraz, relativa ao exercício financeiro de 2003, de responsabilidade do senhor Antônio Napoleão Leite Filgueiras, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei nº12.160/93. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator. Abstiveram-se de votar os senhores Conselheiros Artur Silva Filho e Pedro Ângelo Sales Figueiredo, que declararam suas suspeições de parcialidade, com base no parágrafo único do art.60 do Regimento Interno c/c parágrafo único do art.135 do Código de Processo Civil.

PROCESSO Nº6.742/10 - ACÓRDÃO Nº2153/2012

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE ICÓ

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE 2008 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº22.641/11

RESPONSÁVEL: SR. RICARDO JERÔNIMO LEITE GUIMARÃES NUNES

RELATOR: SR. CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA  
ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por maioria, com abstenção do senhor Conselheiro Hélio Parente de Vasconcelos Filho, pelo conhecimento dos Embargos de Declaração interpostos pelo senhor Ricardo Jerônimo Leite Guimarães Nunes, por preencherem os requisitos do art.32, inciso I, da Lei nº12.160/93, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a procedência da Tomada de Contas Especial de 2008, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$4.256,40 (quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), em face da remessa incompleta do Relatório de Gestão Fiscal da Câmara Municipal de Iço, pertinente ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2008. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator. Absteve-se de votar o senhor Conselheiro Hélio Parente de Vasconcelos Filho, que declarou sua suspeição de parcialidade, com base no parágrafo único do art.60 do Regimento Interno c/c parágrafo único do art.135 do Código de Processo Civil.

PROCESSO Nº21.264/02 - ACÓRDÃO Nº2.154/2012

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO

NATUREZA: REPRESENTAÇÃO DE 1.999 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº29.629/08

RESPONSÁVEL: SR. FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA DA CUNHA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO ARTUR SILVA FILHO

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo não conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Francisco Assis Bezerra da Cunha, face a sua intempestividade, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos, notadamente a procedência da Tomada de Contas Especial da Prefeitura Municipal do Crato, relativa ao exercício financeiro de 1999, com aplicação de multa ao responsável no valor de R\$1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) em face a contratação de servidor sem concurso público. Determinações e recomendações nos termos do acórdão recorrido.

PROCESSO Nº7.478/10 - PARECER PRÉVIO Nº44/2012

INTERESSADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE COREAÚ

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DE 2009

RESPONSÁVEL: SR. CARLOS RONER FÉLIX ALBUQUERQUE

RELATOR: SR. CONSELHEIRO ARTUR SILVA FILHO

O Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, com fundamento no art.6º, da Lei nº12.160, de 04 de agosto de 1993 e nos termos da nova redação dada pela Lei nº13.016, de 22 de maio de 2000, por unanimidade, emite Parecer Prévio Favorável à aprovação da Prestação de Contas de Governo do Município de Coreaú, relativa ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade do senhor Carlos Roner Félix Albuquerque, submetendo-o ao julgamento político a cargo da Câmara Municipal.

PROCESSO Nº11.059/03 - ACÓRDÃO Nº2155/2012

INTERESSADA: CÂMARA MUNICIPAL DE MORADA NOVA

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO DE 2002 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº19.908/11

RESPONSÁVEL: SR. HILMAR SÉRGIO PINTO DA CUNHA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO ARTUR SILVA FILHO

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pelo senhor Hilmar Sérgio Pinto da Cunha, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, reduzir a multa aplicada anteriormente para o valor de R\$2.128,20 (dois mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavos), mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a desaprovção das Contas de Gestão da Câmara Municipal de Morada Nova, relativas ao exercício financeiro de 2002, de responsabilidade do senhor Hilmar Sérgio Pinto da Cunha, considerando-as Irregulares, nos termos do art.13, inciso III, da Lei

nº12.160/93. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

PROCESSO Nº5.001/11 - ACÓRDÃO Nº2156/2012

INTERESSADO: GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LIMEIRO DO NORTE

NATUREZA: TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO DE 2004 - RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO Nº26.515/11

RESPONSÁVEL: SR.Á. NIRVANDA HOLANDA MAIA

RELATOR: SR. CONSELHEIRO ARTUR SILVA FILHO

ACORDAM os integrantes do Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios, por unanimidade, pelo conhecimento do Recurso de Reconsideração interposto pela senhora Nirvanda Holanda Maia, face à sua tempestividade, e, no mérito, dar-lhe PROVIMENTO PARCIAL, para, diante das falhas sanadas, reduzir a multa aplicada anteriormente para o valor de R\$1.064,10 (um mil e sessenta e quatro reais e dez centavos), mantendo a decisão recorrida em todos os seus demais termos, notadamente a aprovação da Tomada de Contas de Gestão do Gabinete do Prefeito do Município de Limoeiro do Norte, relativa ao exercício financeiro de 2009, de responsabilidade da senhora Nirvanda Holanda Maia, considerando-as Regulares com Ressalva, nos termos do art.13, inciso II, da Lei nº12.160/93. Facultado o prazo de 10 (dez) dias para recolher aos cofres da municipalidade a quantia acima relacionada. Determinações e recomendações nos termos do voto do relator.

#### PROCESSOS SOBRESTADOS

Por solicitação dos senhores Conselheiros José Marcelo Feitosa, Artur Silva Filho, Pedro Ângelo Sales Figueiredo, Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior, Francisco de Paula Rocha Aguiar e Hélio Parente de Vasconcelos Filho foram sobrestados da pauta de julgamento os seguintes processos: 1.023/10; 5.358/10; 5.492/11; 6.073/03; 7.013/10; 8.077/10; 8.195/10; 8.230/10; 8.264/09; 8.412/02; 9.421/10; 9.447/08; 9.642/08; 10.484/06; 10.773/10; 10.825/09; 11.361/09; 11.577/09; 11.869/09; 12.066/07; 12.718/11; 12.843/07; 13.232/06; 14.161/09; 14.179/10; 14.264/06; 14.650/05; 15.819/05; 19.071/10; 20.930/05; 22.145/10; 24.386/08; 27.172/07; 28.824/06; 29.210/07; 30.402/10; 30.431/11; 30.437/11 e 30.443/11;

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA NÃO DEVOLVIDOS: 7.090/08; 10.973/04; 11.900/04; 17.613/10; 18.958/06; 27.739/07 e 37.025/06

#### DISTRIBUIÇÃO

Relação dos processos distribuídos aos senhores Conselheiros integrantes do Pleno:

CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA: 7.138/12; 7.498/12; 7.713/12; 7.729/12; 7.765/12; 7.841/12; 7.847/12; 7.875/12; 7.938/12; 7.943/12; 8.080/12; 8.130/12; 8.523/12;

CONSELHEIRO ARTUR SILVA FILHO: 6.854/12; 6.972/12; 7.056/12; 7.190/12; 7.486/12; 7.499/12; 7.621/12; 7.681/12; 7.684/12; 7.711/12; 7.826/12; 7.873/12; 7.860/12; 7.882/12; 7.903/12; 28.603/11;

CONSELHEIRO PEDRO ANGELO SALES FIGUEIREDO: 6.875/12; 6.950/12; 6.998/12; 7.013/12; 7.277/12; 7.429/12; 7.431/12; 7.460/12; 7.513/12; 7.598/12; 7.625/12; 7.651/12; 7.772/12; 7.778/12; 7.856/12; 7.902/12; 7.904/12; 7.939/12; 7.941/12; 8.125/12; 8.248/12; 8.281/12; 8.399/12; 8.438/12;

CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR: 6.402/12; 6.499/12; 6.859/12; 7.102/12; 7.367/12; 7.412/12; 7.520/12; 7.604/12; 7.615/12; 7.623/12; 7.635/12; 7.659/12; 7.736/12; 7.748/12; 7.776/12; 7.786/12; 7.835/12; 7.905/12; 7.930/12; 7.936/12; 7.976/12; 8.129/12;

CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR: 6.742/12; 6.775/12; 7.019/12; 7.327/12; 7.332/12; 7.480/12; 7.536/12; 7.640/12; 7.662/12; 7.760/12; 7.803/12; 7.844/12; 7.857/12; 7.858/12; 7.874/12; 7.878/12; 7.977/12; 8.299/12; 8.586/12;

CONSELHEIRO HELIO PARENTE DE VASCONCELOS FILHO: 6.445/12; 6.851/11; 7.354/12; 7.387/12; 7.512/12; 7.570/12; 7.629/12; 7.648/12; 7.658/12; 7.676/12; 7.704/12; 7.822/12; 7.846/12; 7.848/12; 8.271/12; 8.303/12; 8.308/12; 8.385/12; 8.405/12; 21.607/11;

Relação dos processos distribuídos aos senhores Conselheiros integrantes da Primeira Câmara:

CONSELHEIRO JOSÉ MARCELO FEITOSA: 7.697/12; 8.009/12; 8.010/12; 8.011/12; 8.012/12; 8.013/12; 8.218/12; 27.707/11;

CONSELHEIRO PEDRO ANGELO SALES FIGUEIREDO: 7.246/12; 7.320/12; 7.413/12; 8.144/12; 8.916/12;

CONSELHEIRO FRANCISCO DE PAULA ROCHA AGUIAR: 6.295/12; 8.146/12; 8.886/12; 8.887/12;

AUDITOR DAVID SANTOS MATOS: 6.874/12; 8.140/12; 8.142/12; 8.145/12; 8.282/12; 8.283/12; 8.284/12; 8.285/12; 8.412/12; 8.918/12;

AUDITOR FERNANDO ANTONIO COSTA LIMA UCHOA JUNIOR: 7.124/12; 7.161/12; 7.163/12; 7.164/12; 7.165/12; 7.166/12; 7.167/12; 7.168/12; 7.169/12; 7.170/12; 7.171/12; 7.172/12; 7.174/12; 7.175/12; 7.176/12; 7.177/12; 8.288/12; 8.759/12;

Relação dos processos distribuídos aos senhores Conselheiros integrantes da Segunda Câmara:

CONSELHEIRO ARTUR SILVA FILHO: 6.921/12; 6.981/12; 7.256/12; 8.878/12; 8.881/12;

CONSELHEIRO ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JUNIOR: 6.997/12; 7.083/12; 8.128/12; 8.138/12; 8.139/12; 8.143/12; 8.147/12; 8.148/12; 8.149/12; 8.150/12; 8.151/12; 8.152/12; 8.208/12; 22.364/09;

AUDITOR MANASSÉS PEDROSA CAVALCANTE: 6.925/12; 7.359/12; 8.141/12;

CONSELHEIRO HELIO PARENTE DE VASCONCELOS FILHO: 2.057/07; 5.423/12; 7.363/12; 8.917/12; 10.651/11; 10.912/11; 11.366/09; 11.810/10; 23.764/10; 25.767/11;  
 TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PARA O PLENO: 114  
 TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PARA A 1ª CÂMARA: 45  
 TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS PARA A 2ª CÂMARA: 32  
 TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS: 191

## DEVOLUÇÃO

Os senhores Conselheiros José Marcelo Feitosa, Artur Silva Filho, Pedro Ângelo Sales Figueiredo, Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior, Francisco de Paula Rocha Aguiar e Hélio Parente de Vasconcelos Filho devolveram lavrados e assinados os processos seguintes: 13.640/06 - Acórdão nº2128/2012; 12.188/07 - Acórdão nº2129/2012; 10.820/10 - Acórdão nº2130/2012; 14.776/11 - Acórdão nº2131/2012; 26.258/08 - Acórdão nº2132/2012; 9.840/01 - Acórdão nº2133/2012; 8.281/03 - Acórdão nº2134/2012; 10.786/04 - Acórdão nº2135/2012; 1.981/09 - Acórdão nº2136/2012; 10.789/09 - Acórdão nº2137/2012; 10.736/10 - Acórdão nº2138/2012; 27.272/09 - Acórdão nº2139/2012; 34.487/06 - Acórdão nº2140/2012; 12.197/10 - Acórdão nº2141/2012; 12.752/11 - Acórdão nº2142/2012; 12.934/11 - Acórdão nº2143/2012; 11.272/09 - Acórdão nº2144/2012; 11.211/10 - Acórdão nº2145/2012; 13.946/10 - Acórdão nº2146/2012; 14.186/09 - Acórdão nº2147/2012; 19.724/08 - Acórdão nº2148/2012; 6.511/10 - Acórdão nº2149/2012; 8.620/10 - Acórdão nº2150/2012; 10.390/10 - Acórdão nº2151/2012; 37.022/06 - Acórdão nº2152/2012; 6.742/10 - Acórdão nº2153/2012; 21.264/02 - Acórdão nº2154/2012; 11.059/03 - Acórdão nº2155/2012; 5.001/11 - Acórdão nº2156/2012; 7.727/10 - Parecer Prévio nº41/2012; 8.760/10 - Parecer Prévio nº42/2012; 7.090/08 - Parecer Prévio nº43/2012; 7.478/10 - Parecer Prévio nº44/2012 e 30.436/11 - Súmula de Jurisprudência nº01/2012;

## COMUNICAÇÕES

Declarado aberto o espaço para as comunicações o senhor Conselheiro José Marcelo Feitosa apresentou proposta e foi aprovada por unanimidade, para inserção em ata de voto de congratulações ao empresário Ivens Dias Branco, por ocasião do recebimento da Comenda de Cidadão do Recife concedida pela Câmara Municipal de Recife, fazendo-se a devida comunicação ao homenageado. Apresentou ainda proposta e foi aprovada por unanimidade, para inserção em ata de voto de congratulações ao Dr. Meton César Vasconcelos, pela sua eleição para a Presidência do Conselho Deliberativo do Náutico Atlético Cearense, fazendo-se a devida comunicação ao homenageado. Os senhores Conselheiros Manoel Beserra Veras, José Marcelo Feitosa e Ernesto Saboia de Figueiredo Junior, apresentaram conjuntamente, proposta, e foi aprovada por unanimidade para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Alvimira Pinto de Macedo, genitora da servidora Ana Rosa Pinto Macedo, fazendo-se a devida comunicação

à família enlutada. Associaram-se a esta proposta os senhores Conselheiros Artur Silva Filho, Pedro Ângelo Sales Figueiredo, Francisco de Paula Rocha Aguiar e Hélio Parente de Vasconcelos Filho. O senhor Conselheiro José Marcelo Feitosa apresentou proposta, e foi aprovada por unanimidade, para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da senhora Salete Rocha Pontes, genitora da Servidora Isabel Cristina Pontes Braga, fazendo-se a devida comunicação à família enlutada. Propôs ainda e foi aprovada por unanimidade, para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do senhor Nazareno Vicente de Sousa, irmão do servidor José Alan de Sousa, fazendo-se a devida comunicação à família enlutada. O senhor Conselheiro Artur Silva Filho apresentou proposta e foi aprovada por unanimidade, para inserção em ata de voto de congratulações ao Vice Governador do Estado do Ceará, Domingos Gomes de Aguiar Filho, por ocasião da realização do evento denominado de 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social, fazendo-se a devida comunicação ao homenageado. Apresentou, também, proposta e foi aprovada por unanimidade para inserção em ata de voto de congratulações ao Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, Vereador Acrísio Sena e ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Ademair Mendes Bezerra, pela realização do evento denominado Seminário sobre Legislação Eleitoral, visando às Eleições Municipais de 2012, fazendo-se as devidas comunicações aos homenageados. O senhor Conselheiro Artur Silva Filho propôs, ainda, e foi aprovada por unanimidade para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do senhor José Hissa Filho, fazendo-se a devida comunicação a família enlutada. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a presente sessão, às doze horas e trinta minutos, da qual, para constar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os presentes e encaminhada para publicação.

Virgílio Freire do Nascimento Filho  
 SECRETÁRIO(A)

Conselheiro Manoel Beserra Veras  
 CONSELHEIRO PRESIDENTE

CONSELHEIRO

CONSELHEIRO

CONSELHEIRO

CONSELHEIRO

CONSELHEIRO

CONSELHEIRO

Fui presente:

PROCURADOR(A) DE CONTAS

## ANEXO ÚNICO DO EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENO Nº14/2012- DIA 19 DE ABRIL DE 2012

MUNICÍPIO: Abaiara	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Acarape	Justificativa	2009	12/04/2012
FUNDO SAUDE	Justificativa	2010	16/04/2012
SECRETARIA DE AGRICULTURA	Justificativa	2009	16/04/2012
SECRETARIA DE TRANSPORTE	Justificativa	2010	16/04/2012
SECRETARIA DE ESPORTE	Justificativa	2010	16/04/2012
MUNICÍPIO: Acarau	Outros	2003	13/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Outros	2002	13/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Outros	2005	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2006	16/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
MUNICÍPIO: Acopiara	Outros	2005	13/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	Provocação	2009	13/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Provocação	2009	13/04/2012
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	Provocação	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Aiuaba	Tomada de Contas Especial	2010	12/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Alcantaras	Recurso de Reconsideração	2008	16/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Recurso de Reconsideração	2008	16/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2008	17/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2008	16/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2008	16/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2008	16/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2008	16/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	16/04/2012
MUNICÍPIO: Altaneira	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Alto Santo	Provocação	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Amontada	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Antonina do Norte	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
	Comunicação não processual	2011	16/04/2012

MUNICÍPIO: Apuiaries	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Aquiraz	Justificativa	2010	17/04/2012
FUNDO M DOS DIR DA CRIANCA ADOLESCENTE	Justificativa	2010	16/04/2012
PROCURADORIA JURIDICA DO MUNICIPIO	Outros	2012	13/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2001	17/04/2012
	Outros	2003	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Aracati	Outros	2010	13/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Aracoiaba	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Ararenda	Outros	2012	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2009	16/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
MUNICÍPIO: Araripe	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Outros	2009	12/04/2012
	Recurso de Reconsideração	1997	16/04/2012
	Comunicação não processual	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Aratuba	Justificativa	1999	12/04/2012
FUNDEF	Justificativa	2009	13/04/2012
MUNICÍPIO: Arneiroz	Prestação de Contas de Governo	2011	13/04/2012
	Outros	2009	13/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Assare	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Aurora	Provocação	2011	12/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Baixio	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Comunicação não processual	2011	13/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
	Outros	2008	16/04/2012
MUNICÍPIO: Banabuiú	Outros	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Barbalha	Justificativa	2009	16/04/2012
SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	1999	16/04/2012
MUNICÍPIO: Barreira	Justificativa	2010	16/04/2012
GABINETE DO PREFEITO	Justificativa	2007	12/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO	Justificativa	2007	12/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO	Justificativa	2007	12/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO	Justificativa	2007	12/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO	Justificativa	2007	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Barro	Justificativa	2008	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Barroquinha	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Baturité	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2005	16/04/2012
MUNICÍPIO: Beberibe	Recurso de Revisão	2008	16/04/2012
FUNDO MUNC.DIREITOS CRIANCA E ADOLESC.	Outros	2012	13/04/2012
	Recurso de Revisão	2005	17/04/2012
	Justificativa	2010	16/04/2012
MUNICÍPIO: Bela Cruz	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Outros	2003	12/04/2012
	Justificativa	2008	17/04/2012
MUNICÍPIO: Boa Viagem	Justificativa	2009	17/04/2012
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	Outros	2009	17/04/2012
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E RECURSOS HIDRI	Outros	2005	13/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2011	13/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Camocim	Outros	2006	13/04/2012
FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL	Outros	2006	13/04/2012
FUNDO MUNC DOS DIR DA CRIANCA E ADOLESC	Justificativa	2009	12/04/2012
SECRETARIA MUNCIP DE INFRA-ESTRUTURA	Justificativa	2009	12/04/2012
SECRETARIA MUNCIP DE INFRA-ESTRUTURA	Justificativa	2009	12/04/2012
SECRETARIA MUNCIP DE INFRA-ESTRUTURA	Justificativa	2009	13/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2004	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Outros	2005	13/04/2012
	Outros	2005	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012

	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	Comunicação não processual	2012	12/04/2012
	Comunicação não processual	2011	13/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Campos Sales			
SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	Outros	2008	17/04/2012
	Outros	2011	16/04/2012
	Outros	2010	17/04/2012
	Outros	2010	16/04/2012
	Outros	2010	16/04/2012
MUNICÍPIO: Caninde			
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	Provocação	2010	16/04/2012
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	Recurso de Reconsideração	2004	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2009	16/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Outros	2008	17/04/2012
MUNICÍPIO: Capistrano			
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Caridade			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Recurso de Reconsideração	2009	16/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2007	16/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
	Comunicação não processual	2012	12/04/2012
	Comunicação não processual	2012	17/04/2012
	Outros	2010	16/04/2012
	Outros	2009	16/04/2012
MUNICÍPIO: Carire			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Caririacu			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tomada de Contas de Gestão	2009	12/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Justificativa	2010	17/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Justificativa	2010	17/04/2012
	Outros	2009	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2008	16/04/2012
	Representação	2005	12/04/2012
	Representação	2006	12/04/2012
	Representação	2007	12/04/2012
	Representação	2008	12/04/2012
	Representação	2009	12/04/2012
	Representação	2010	12/04/2012
	Outros	2009	12/04/2012
	Outros	2009	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2008	12/04/2012
MUNICÍPIO: Carius			
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Caraubal			
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Outros	2008	17/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Outros	2009	17/04/2012
	Comunicação não processual	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Cascavel			
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO	Justificativa	2010	17/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2009	12/04/2012
MUNICÍPIO: Catarina			
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Justificativa	2009	16/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Outros	2008	17/04/2012
	Relatório de Gestão Fiscal	2011	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Catunda			
FUNDEB	Justificativa	2009	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Justificativa	2008	13/04/2012
MUNICÍPIO: Caucaia			
GABINETE VICE - PREFEITO	Justificativa	2010	17/04/2012
GABINETE DO PREFEITO	Justificativa	2010	17/04/2012
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULACAO	Justificativa	2010	17/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	Justificativa	2010	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Justificativa	2010	17/04/2012
	Justificativa	2010	17/04/2012
	Justificativa	2010	17/04/2012
	Outros	2009	16/04/2012
MUNICÍPIO: Cedro			
SECRETARIA DE TURISMO	Justificativa	2010	16/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2008	12/04/2012
MUNICÍPIO: Chaval			
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Outros	2006	16/04/2012
FUNDEB	Outros	2008	16/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Chorozinho			
SEC. DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	Recurso de Reconsideração	2006	17/04/2012

SECRETARIA DE ACAO GOVERNAMENTAL	Outros	2008	16/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Crateus			
SECRET.NEGOCIOS RURAIS E MEIO AMBIENTE	Justificativa	2010	13/04/2012
GUARDA CIVIL MUNICIPAL	Justificativa	2010	17/04/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	Outros	2004	16/04/2012
SEC. DE RELACOES INSTITUCIONAIS	Justificativa	2010	13/04/2012
SEC. DE RELACOES INSTITUCIONAIS	Justificativa	2010	13/04/2012
SECRETARIA DE DESPORTO E TURISMO	Justificativa	2010	13/04/2012
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2005	12/04/2012
	Outros	2001	17/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
	Outros	2003	16/04/2012
	Outros	2008	16/04/2012
MUNICÍPIO: Crato			
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
CONSORCIO PUBLICO DE SAUDE DA MICRORREGIAO DE	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Croata			
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.ADM.E FINANCA	Recurso de Reconsideração	2005	16/04/2012
SECRETARIA INFRA ESTRUTURA E DES.RURAL	Outros	2009	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2011	13/04/2012
MUNICÍPIO: Cruz			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Recurso de Reconsideração	2005	17/04/2012
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNI	Outros	2011	16/04/2012
INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNI	Justificativa	2010	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2006	17/04/2012
MUNICÍPIO: Deputado Irapuan Pinheiro			
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Erere			
FUNDO MUNICIPAL ACAO SOCIAL	Recurso de Reconsideração	2009	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Eusebio			
AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO	Justificativa	2010	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Farias Brito			
SECRETARIA MUN. EDUCACAO	Justificativa	2010	12/04/2012
SECRETARIA MUN. EDUCACAO	Justificativa	2010	12/04/2012
SECRETARIA MUN. EDUCACAO	Outros	2010	16/04/2012
SECRETARIA MUN. EDUCACAO	Outros	2010	17/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Forquilha			
SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER	Outros	2008	12/04/2012
SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER	Outros	2008	12/04/2012
SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER	Outros	2008	12/04/2012
SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER	Outros	2008	12/04/2012
SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER	Outros	2008	12/04/2012
	Outros	2006	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Justificativa	2006	16/04/2012
MUNICÍPIO: Fortaleza			
IPM FORTALEZA	Outros	2008	13/04/2012
EMLURB	Outros	2005	17/04/2012
FUNDACAO DA CRIANCA DA CIDADE - FUNC	Outros	2004	16/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS	Outros	2000	13/04/2012
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	Prestação de Contas de Gestão	2011	12/04/2012
SER I	Comunicação não processual	2012	16/04/2012
SER VI	Justificativa	2010	12/04/2012
SER VI	Outros	2010	12/04/2012
AUT MUNIC DE TRANSITO SERV PUB CIDADANIA	Outros	2006	17/04/2012
AUT MUNIC DE TRANSITO SERV PUB CIDADANIA	Outros	2009	17/04/2012
AUT MUNIC DE TRANSITO SERV PUB CIDADANIA	Outros	2009	17/04/2012
SECRET.DESENV.URBANO E INFRA ESTRUTURA	Outros	2012	17/04/2012
SECRET.DESENV.URBANO E INFRA ESTRUTURA	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
SECRETARIA DE TURISMO DE FORTALEZA	Outros	2012	17/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	Comunicação não processual	2012	16/04/2012
	Outros	2003	12/04/2012
	Outros	2003	12/04/2012
	Outros	2011	16/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Comunicação não processual	2012	12/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	Outros	2008	12/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2011	12/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012

MUNICÍPIO: Fortim			
FUNDO SEGURIDADE SOCIAL	Justificativa	2010	17/04/2012
FUNDO MUN. DIREITOS CRIANCA ADOLESCENTE	Justificativa	2010	13/04/2012
FUNDO ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	13/04/2012
SEC. DE ACAA SOCIAL E CIDADANIA	Justificativa	2010	13/04/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA	Justificativa	2010	13/04/2012
	Outros	1993	12/04/2012
MUNICÍPIO: Frecheirinha			
FUNDO MUNC. ASISTENCIA SOCIAL	Outros	2008	13/04/2012
FUNDO MUNC. ASISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	13/04/2012
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO	Outros	2009	17/04/2012
FUNDO MUN. DOS DIR.DA CRIANCA E DO ADOLESCENT	Justificativa	2010	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: General Sampaio			
SECRETARIA DE DESENV.RURAL E MEIO-AMBIEN	Justificativa	2010	16/04/2012
MUNICÍPIO: Graca			
FUNDO DE ACAA SOCIAL	Justificativa	2010	12/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2008	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2011	13/04/2012
MUNICÍPIO: Granja			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2005	12/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2004	12/04/2012
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO- SAAE	Outros	2006	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Granjeiro			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2009	12/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Justificativa	2010	13/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
	Provocação	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Groairas			
FUNDO MUNICIPAL DIREITOS CRIANCA E ADOLESCENT	Justificativa	2010	17/04/2012
MUNICÍPIO: Guaiuba			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Outros	1996	17/04/2012
MUNICÍPIO: Guaraciaba do Norte			
	Prestação de Contas de Governo	2011	16/04/2012
	Outros	2007	16/04/2012
MUNICÍPIO: Guaramiranga			
SECRETARIA DE TURISMO	Justificativa	2009	16/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2007	13/04/2012
MUNICÍPIO: Hidrolandia			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	16/04/2012
	Justificativa	2010	13/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2007	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2007	16/04/2012
	Outros	2003	17/04/2012
MUNICÍPIO: Horizonte			
FUNDO EDUCACAO	Outros	2004	12/04/2012
GABINETE DO PREFEITO	Outros	2007	16/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS	Justificativa	2009	13/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS	Justificativa	2009	16/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS	Justificativa	2009	16/04/2012
SECRETARIA DE CULTURA	Justificativa	2009	12/04/2012
	Outros	1998	12/04/2012
	Outros	1998	12/04/2012
	Outros	1997	12/04/2012
	Outros	1998	12/04/2012
MUNICÍPIO: Ibareta			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
	Outros	2006	12/04/2012
MUNICÍPIO: Ibiapina			
FUNDEB	Justificativa	2009	17/04/2012
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE	Justificativa	2010	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Denúncia	2009	12/04/2012
	Outros	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Icapui			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Ico			
FUNDO M DE EDUCACAO	Outros	2004	13/04/2012
FUNDO M DE EDUCACAO	Outros	2004	17/04/2012
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	Justificativa	2006	16/04/2012
GABINETE DO PREFEITO	Outros	2009	13/04/2012
GABINETE DO PREFEITO	Justificativa	2009	12/04/2012
	Justificativa	2008	12/04/2012
	Outros	2009	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Iguatu			
SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE	Justificativa	2010	13/04/2012
SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL	Justificativa	2010	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2004	16/04/2012
	Outros	1997	16/04/2012

MUNICÍPIO: Independencia			
	Outros	2000	12/04/2012
MUNICÍPIO: Iporanga			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Prestação de Contas de Gestão	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Ipaumirim			
FUNDO DE SAUDE MUNICIPAL	Outros	2009	17/04/2012
	Outros	2010	12/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Ipu			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Justificativa	2011	16/04/2012
MUNICÍPIO: Ipueiras			
FUNDO SEGURIDADE SOCIAL	Justificativa	2010	16/04/2012
SECRETARIA DE SAUDE	Outros	2005	16/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2005	16/04/2012
MUNICÍPIO: Iracema			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Iraucuba			
FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	17/04/2012
MUNICÍPIO: Itaicaba			
SECRETARIA DE ADMINIST.FINANCAS E PLANEJ	Outros	2009	12/04/2012
MUNICÍPIO: Itaitinga			
SECRETARIA DE FINANÇAS	Justificativa	2010	13/04/2012
SEC. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL	Prestação de Contas de Gestão	2011	12/04/2012
	Comunicação não processual	2012	12/04/2012
	Comunicação não processual	2012	12/04/2012
	Outros	2003	16/04/2012
	Outros	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Itapaje			
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	Justificativa	2010	17/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	13/04/2012
	Outros	2010	13/04/2012
MUNICÍPIO: Itapipoca			
FUNDEF	Outros	2004	13/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	Recurso de Reconsideração	2004	12/04/2012
FUNDO EDUCACAO BASICA	Outros	2004	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Itapiuna			
SEC.GERAL DE SISTEMATIZACAO E ORGANIZACA	Outros	2008	13/04/2012
FUNDEB	Justificativa	2008	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Itarema			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	13/04/2012
FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	Justificativa	2010	17/04/2012
HOSPITAL MUN.ITAREMA NATERCIA RIOS HMI.	Justificativa	2010	13/04/2012
	Justificativa	2010	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Itatira			
	Prestação de Contas de Governo	2011	13/04/2012
	Outros	2001	17/04/2012
MUNICÍPIO: Jaguaratama			
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	Outros	2007	13/04/2012
	Justificativa	2000	12/04/2012
	Outros	2000	16/04/2012
MUNICÍPIO: Jaguaribara			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Recurso de Reconsideração	2009	12/04/2012
FUNDEB	Outros	2007	12/04/2012
	Justificativa	2008	16/04/2012
MUNICÍPIO: Jaguaribe			
	Prestação de Contas de Gestão	2011	16/04/2012
MUNICÍPIO: Jaguaruana			
FUNDO DA SECRETARIA DE SAUDE	Outros	2003	16/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
	Outros	2008	16/04/2012
MUNICÍPIO: Jardim			
	Outros	2007	12/04/2012
MUNICÍPIO: Jati			
SECRETARIA EDUCACAO	Outros	2006	12/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	13/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	17/04/2012
	Comunicação não processual	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Jijoca de Jericoacoara			
GABINETE DO PREFEITO	Justificativa	2009	17/04/2012
FUNDEB	Justificativa	2009	17/04/2012
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESCE	Justificativa	2009	12/04/2012
MUNICÍPIO: Juazeiro do Norte			
SECRET MUNIC ASSIST SOCIAL E CIDADANIA	Prestação de Contas de Gestão	2010	13/04/2012
GABINETE DO PREFEITO	Prestação de Contas de Gestão	2010	12/04/2012
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	Outros	2007	12/04/2012
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	Tomada de Contas de Gestão	2010	16/04/2012
SEC.MUN.MEIO AMB. E SERV. PUBLICOS	Recurso de Reconsideração	2008	13/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS	Justificativa	2009	17/04/2012
SEC. EXTRAORD. JUVENT. ESPORTE E LAZER	Tomada de Contas de Gestão	2010	16/04/2012
SECRETARIA DE TURISMO E ROMEIRO	Prestação de Contas de Gestão	2010	12/04/2012
OUIDORIA PUBLICA	Prestação de Contas de Gestão	2010	12/04/2012

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	Prestação de Contas de Gestão	2010	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Jucas	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Lavras da Mangabeira	Justificativa	2010	12/04/2012
FUNDEB	Justificativa	2010	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Limoeiro do Norte	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Madalena	Outros	2009	16/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Prestação de Contas de Governo	2011	13/04/2012
	Outros	2000	17/04/2012
MUNICÍPIO: Maracanau	Recurso de Reconsideração	2004	16/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS	Outros	2007	12/04/2012
SEC.DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E CONTROLE	Outros	2000	12/04/2012
MUNICÍPIO: Maranguape	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Marco	Outros	2009	16/04/2012
FUNDO SEGURIDADE SOCIAL	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2011	13/04/2012
MUNICÍPIO: Martinopole	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Massape	Outros	2009	17/04/2012
	Outros	2009	17/04/2012
	Outros	2009	17/04/2012
	Outros	2009	17/04/2012
	Outros	2009	17/04/2012
MUNICÍPIO: Mauriti	Outros	2012	16/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2004	16/04/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA	Justificativa	2010	17/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Outros	2010	17/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Justificativa	2010	17/04/2012
FUNDEB	Justificativa	2010	16/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Meruoca	Justificativa	2009	16/04/2012
FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCEN	Outros	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Milagres	Outros	2007	17/04/2012
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	Tomada de Contas Especial	2010	16/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E DO ADOLECENTE	Tomada de Contas Especial	2010	16/04/2012
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Milha	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
MUNICÍPIO: Missao Velha	Outros	2008	13/04/2012
	Outros	1998	17/04/2012
MUNICÍPIO: Monsenhor Tabosa	Justificativa	2009	13/04/2012
FUNDEB	Outros	2012	12/04/2012
	Outros	2006	16/04/2012
MUNICÍPIO: Morada Nova	Recurso de Reconsideração	2008	16/04/2012
FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	17/04/2012
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUT.E M.AMBIENTE	Justificativa	2010	17/04/2012
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUT.E M.AMBIENTE	Outros	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Moraujo	Outros	2008	13/04/2012
MUNICÍPIO: Morrinhos	Outros	2009	17/04/2012
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
SEC. DE EDUCACAO, CULTURA E DESPORTO	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Mucambo	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2011	13/04/2012
	Outros	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Mulungu	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Nova Olinda	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Nova Russas	Outros	2008	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
	Outros	2011	17/04/2012
	Justificativa	2011	16/04/2012

MUNICÍPIO: Novo Oriente SECRETARIA DE CULTURA TURISMO E DESPORTO	Justificativa	2010	16/04/2012
	Comunicação não processual	2003	17/04/2012
	Comunicação não processual	2009	17/04/2012
	Comunicação não processual	2006	17/04/2012
	Comunicação não processual	2002	17/04/2012
MUNICÍPIO: Ocara			
	Outros	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Oros			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Pacajus FUNDO MUN DE SAUDE SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO INFRAESTR	Recurso de Reconsideração	2008	16/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2009	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Pacatuba SEC. MUN. DA MULHER, CIDADANIA E DIREITOS HUMA	Justificativa	2010	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2009	17/04/2012
MUNICÍPIO: Pacoti			
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Pacuja			
	Outros	2010	16/04/2012
MUNICÍPIO: Palhano GABINETE DO PREFEITO SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	Tomada de Contas de Gestão	2010	12/04/2012
	Tomada de Contas de Gestão	2010	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2010	16/04/2012
MUNICÍPIO: Palmacia SECRETARIA DE CULTURA	Outros	2007	13/04/2012
	Outros	2010	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Paracuru FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Justificativa	2009	17/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
MUNICÍPIO: Paraipaba FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	17/04/2012
	Justificativa	2006	16/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
	Outros	2007	17/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
MUNICÍPIO: Parambu SEC. DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECO	Outros	2005	12/04/2012
	Outros	2011	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Paramoti			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
	Outros	2009	12/04/2012
	Outros	2009	12/04/2012
MUNICÍPIO: Pedra Branca			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	13/04/2012
MUNICÍPIO: Penaforte			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Pentecoste			
	Outros	2005	13/04/2012
	Outros	2006	17/04/2012
MUNICÍPIO: Pereiro SECRETARIA DE ADMINISTRACAO SECRETARIA DE FINANÇAS	Justificativa	2010	12/04/2012
	Justificativa	2010	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Pindoretama FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA SEC. DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	Recurso de Reconsideração	2009	16/04/2012
	Justificativa	2000	17/04/2012
	Outros	2005	12/04/2012
	Outros	2005	12/04/2012
	Justificativa	2007	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Piquet Carneiro			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Pires Ferreira FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2008	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Poranga			
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
	Justificativa	2009	17/04/2012
	Outros	2009	17/04/2012
MUNICÍPIO: Porteiras			
	Provocação	2011	12/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Potengi FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Outros	2006	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Quiterianopolis			
	Recurso de Reconsideração	2009	17/04/2012

MUNICÍPIO: Quixada			
FUNDAÇÃO CULTURAL DE QUIXADA	Outros	2010	13/04/2012
MUNICÍPIO: Quixelo			
FUNDO SAÚDE	Justificativa	2010	16/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Justificativa	2010	13/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Justificativa	2010	16/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTE	Justificativa	2010	16/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2009	12/04/2012
MUNICÍPIO: Quixeramobim			
SERVICO AUTONOMO DE AGUA ESGOTO	Outros	2010	17/04/2012
SECRETARIA DE APOIO GERENCIAL	Recurso de Reconsideração	2009	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2010	16/04/2012
MUNICÍPIO: Quixere			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012
	Outros	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: Redenção			
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Reriutaba			
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	Justificativa	2010	16/04/2012
	Outros	2001	12/04/2012
MUNICÍPIO: Russas			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Saboeiro			
FUNDO EDUCAÇÃO	Outros	2004	17/04/2012
FUNDO EDUCAÇÃO	Outros	1997	17/04/2012
FUNDO EDUCAÇÃO	Outros	2008	17/04/2012
FUNDO SAÚDE	Outros	2005	17/04/2012
FUNDO MUN. EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	Outros	2005	17/04/2012
FUNDEF	Outros	2005	17/04/2012
SEC DE OBRAS, TRANSP E SERV PUBLICOS	Outros	2000	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Tomada de Contas de Gestão	2004	16/04/2012
	Outros	2004	17/04/2012
	Outros	2006	17/04/2012
	Outros	2002	17/04/2012
	Outros	2005	17/04/2012
MUNICÍPIO: Salitre			
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
SECRETARIA DE SAÚDE	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	Prestação de Contas de Gestão	2011	17/04/2012
MUNICÍPIO: Santana do Acarau			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Recurso de Revisão	2005	17/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Justificativa	2004	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Santana do Cariri			
SECRETARIA DE SAÚDE	Justificativa	2010	17/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Santa Quitéria			
FUNDO MUN ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	16/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: São Benedito			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Outros	1999	13/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2010	12/04/2012
	Justificativa	2009	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
MUNICÍPIO: São Gonçalo do Amarante			
FUNDEB	Justificativa	2010	13/04/2012
FUNDEB	Justificativa	2010	17/04/2012
	Prestação de Contas de Governo	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: São João do Jaguaribe			
COORDENADORIA EDUCAÇÃO E CULTURA	Outros	2003	13/04/2012
COORDENADORIA EDUCAÇÃO E CULTURA	Outros	2004	13/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Outros	2008	16/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: São Luís do Curu			
FUNDEB	Justificativa	2009	16/04/2012
	Outros	2009	13/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
MUNICÍPIO: Senador Pompeu			
	Justificativa	2004	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	16/04/2012
MUNICÍPIO: Senador Sá			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Sobral			
SECRETARIA DA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO	Justificativa	2010	17/04/2012
SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	Outros	2005	12/04/2012
	Comunicação não processual	2012	12/04/2012
MUNICÍPIO: Solonopole			
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Outros	2001	13/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Outros	1998	13/04/2012

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTAO	Outros	2008	13/04/2012
SECRETARIA DE ACAO GOVERNAMENTAL	Outros	2003	13/04/2012
SECRETARIA DE ACAO GOVERNAMENTAL	Outros	2008	13/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	Justificativa	2010	12/04/2012
SECRETARIA DE RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONO	Justificativa	2010	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Outros	2000	13/04/2012
	Outros	1999	13/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Outros	1999	13/04/2012
MUNICÍPIO: Tabuleiro do Norte			
FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINACAO PUBLICA	Justificativa	2010	17/04/2012
SECRETARIA DE DESENV.RURAL E REF.AGRARIA	Justificativa	2010	17/04/2012
SECRET.ADMINISTRACAO	Justificativa	2010	17/04/2012
MUNICÍPIO: Tamboril			
GABINETE DO PREFEITO	Justificativa	2010	13/04/2012
FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESC	Justificativa	2010	16/04/2012
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	Outros	2009	17/04/2012
FUNDEB	Justificativa	2009	13/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Tarrafas			
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	16/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	Outros	2000	17/04/2012
MUNICÍPIO: Taua			
SEC.DE AGRICULTA,MEIO AMB.E REC.HIDRICOS	Outros	2003	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	12/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2011	12/04/2012
MUNICÍPIO: TCM			
	Empenho Autônomo	2012	12/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	12/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	12/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	12/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	12/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	13/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	16/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	12/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	17/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	Licitação	2012	17/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	Outros	2012	16/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	17/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	17/04/2012
	Empenho Autônomo	2012	17/04/2012
	Outros	2012	12/04/2012
	Licitação	2012	17/04/2012
MUNICÍPIO: Tejucooca			
	Outros	2011	17/04/2012
	Outros	2010	17/04/2012
	Comunicação não processual	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Tiangua			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Outros	2008	16/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Justificativa	1997	17/04/2012
	Outros	2001	17/04/2012
	Outros	2005	17/04/2012
MUNICÍPIO: Trairi			
FUNDO SAUDE	Justificativa	2009	17/04/2012
FUNDEF	Outros	2000	17/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	12/04/2012
	Recurso de Reconsideração	2004	12/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
MUNICÍPIO: Tururu			
	Tomada de Contas Especial	2011	16/04/2012
	Provocação	2011	12/04/2012

MUNICÍPIO: Ubajara	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	Outros	2011	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2007	16/04/2012
MUNICÍPIO: Umari			
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Recurso de Reconsideração	2009	13/04/2012
	Outros	2004	16/04/2012
MUNICÍPIO: Umirim			
	Tomada de Contas Especial	2011	12/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2005	16/04/2012
MUNICÍPIO: Uruburetama			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tomada de Contas Especial	2005	16/04/2012
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Outros	2011	13/04/2012
MUNICÍPIO: Uruoca			
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO	Recurso de Reconsideração	2003	13/04/2012
MUNICÍPIO: Varjota			
FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	Justificativa	2010	13/04/2012
SECRETARIA DE OBRAS E MEIO AMBIENTE	Justificativa	2009	13/04/2012
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E DO TRABALHO	Justificativa	2010	13/04/2012
SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HIDRICOS	Justificativa	2010	13/04/2012
RESERVA DE CONTIGENCIA	Justificativa	2010	13/04/2012
GABINETE DO PREFEITO	Justificativa	2010	13/04/2012
SECRETARIA DE FINANÇAS	Justificativa	2010	13/04/2012
SEC. DE IRRIGACAO E REC. HIDRICOS	Justificativa	2010	13/04/2012
ENCARGOS DA FAZENDA PUBLICA	Justificativa	2010	13/04/2012
	Outros	2010	12/04/2012
	Outros	2010	12/04/2012
	Outros	2010	12/04/2012
MUNICÍPIO: Varzea Alegre			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Justificativa	2010	12/04/2012
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	Justificativa	2010	16/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2009	12/04/2012
	Outros	2012	13/04/2012
	Justificativa	2009	13/04/2012
	Comunicação não processual	2011	13/04/2012
MUNICÍPIO: Vicoso do Ceara			
	R.R. Execução Orçamentária	2012	13/04/2012
	Tomada de Contas Especial	2012	16/04/2012
	Outros	2012	17/04/2012
TOTAL DE PEÇAS:		378	
TOTAL DE PROCESSOS E PEÇAS:		725	

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DO CONTRATO Nº38/2012**

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, CNPJ nº06.750.319/0001-10 e **CALADO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP**, CNPJ nº08.601.454/0001-20. OBJETO: **fornecimento de material de limpeza**, conforme detalhado nos autos do Processo nº2012.TCM.LIC.05301/12. VALOR: R\$1.244,00 (hum mil duzentos e quarenta e quatro reais). VIGÊNCIA: vigorará a contar de sua data, 19 de abril de 2012, encerrando-se em 31 de dezembro de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº123/06, Lei Federal nº10.520/02, Decreto Estadual nº28.089/06 e, subsidiariamente, os dispositivos da Lei Federal nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações. DESPESAS: os recursos orçamentários para cobertura das despesas correrão por conta do orçamento do TCM – Codificação: 03100001 – Tribunal de Contas dos Municípios; Função 01 – Legislativa; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa de Governo: 500 – Programa de Gestão e Manutenção – Ação: 28215 – Manutenção e Funcionamento - TCM; – Natureza da Despesa: 339030 – Material de Consumo; Fonte de Recursos: 00. Fortaleza, 19 de abril de 2012.

Manoel Beserra Veras  
PRESIDENTE

Visto:

ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DO CONTRATO Nº39/2012**

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, CNPJ nº06.750.319/0001-10 e **MARIA ZULENE PEREIRA LIMA**, CNPJ nº13.176.794/0001-90. OBJETO: **fornecimento de material de limpeza**, conforme detalhado nos autos do Processo nº2012.TCM.LIC.05301/12. VALOR: R\$1.433,00 (hum mil quatrocentos e trinta e três reais). VIGÊNCIA: vigorará a contar de sua data, 19 de abril de 2012, encerrando-se em 31 de dezembro de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº123/06, Lei Federal nº10.520/02 e Decreto Estadual nº28.089/06, e, subsidiariamente, os dispositivos da Lei Federal nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações. DESPESAS: os recursos orçamentários para

cobertura das despesas correrão por conta do orçamento do TCM – Codificação: 03100001 – Tribunal de Contas dos Municípios; Função 01 – Legislativa; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa de Governo: 500 – Programa de Gestão e Manutenção – Ação: 28215 – Manutenção e Funcionamento - TCM; – Natureza da Despesa: 339030 – Material de Consumo; Fonte de Recursos: 00. Fortaleza, 19 de abril de 2012.

Manoel Beserra Veras  
PRESIDENTE

Visto:

ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DO CONTRATO Nº40/2012**

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, CNPJ nº06.750.319/0001-10 e **DISTRIFORT – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS & EQUIPAMENTOS LTDA - ME**, CNPJ nº03.220.694/0001-60. OBJETO: **fornecimento de material de limpeza**, conforme detalhado nos autos do Processo nº2012.TCM.LIC.05301/12. VALOR: R\$2.137,50 (dois mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos). VIGÊNCIA: vigorará a contar de sua data, 19 de abril de 2012, encerrando-se em 31 de dezembro de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº123/06, Lei Federal nº10.520/02, Decreto Estadual nº28.089/06 e, subsidiariamente, os dispositivos da Lei Federal nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações. DESPESAS: os recursos orçamentários para cobertura das despesas correrão por conta do orçamento do TCM – Codificação: 03100001 – Tribunal de Contas dos Municípios; Função 01 – Legislativa; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa de Governo: 500 – Programa de Gestão e Manutenção – Ação: 28215 – Manutenção e Funcionamento - TCM; – Natureza da Despesa: 339030 – Material de Consumo; Fonte de Recursos: 00. Fortaleza, 19 de abril de 2012.

Manoel Beserra Veras  
PRESIDENTE

Visto:

ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DO CONTRATO Nº41/2012**

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, CNPJ nº06.750.319/0001-10 e **SUPRIMAX COMERCIAL LTDA - EPP**, CNPJ nº00.466.084/0001-53. OBJETO: **fornecimento de material de limpeza**, conforme detalhado nos autos do Processo nº2012.TCM.LIC.05301/12. VALOR: R\$609,40 (seiscentos e nove reais e quarenta centavos). VIGÊNCIA: vigorará a contar de sua data, 19 de abril de 2012, encerrando-se em 31 de dezembro de 2012. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Complementar nº123/06, Lei Federal nº10.520/02, Decreto Estadual nº28.089/06 e, subsidiariamente, os dispositivos da Lei Federal nº8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas posteriores alterações. DESPESAS: os recursos orçamentários para cobertura das despesas correrão por conta do orçamento do TCM – Codificação: 03100001 – Tribunal de Contas dos Municípios; Função 01 – Legislativa; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa de Governo: 500 – Programa de Gestão e Manutenção – Ação: 28215 – Manutenção e Funcionamento - TCM; – Natureza da Despesa: 339030 – Material de Consumo; Fonte de Recursos: 00. Fortaleza, 19 de abril de 2012.

Manoel Beserra Veras  
PRESIDENTE

Visto:

ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE PAUTA Nº46/2012 PLENO**

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Helio Parente  
Processo nº 8256/03  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2002 Recurso de Reconsideração: 3349/12  
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE BATURITE  
Responsável: MARIA LUCIA PEREIRA TORRES  
Processo nº 10641/10  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 3987/12  
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIRE  
Responsável: FRANCISCO ROSEMIRO GUIMARAES XIMENES NETO  
Processo nº 14177/06  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2005 Recurso de Reconsideração: 6204/11  
Órgão: SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA DE FORQUILHA  
Responsável: SAMIA MARIA BENICIO ARAUJO  
Processo nº 17623/08  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008 Recurso de Reconsideração: 22816/11  
Órgão: SECRETARIA DE FINANÇAS DE CHOROZINHO  
Responsável: FRANCISCA FRANCINEIDE DE LIMA CRISPIM  
Relator: Cons. Pedro Ângelo  
Processo nº 7842/10  
Natureza: Prestação de Contas de Governo - 2009  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLONOPOLE  
Responsável: ANTONIO VALTERNO NOGUEIRA PINHEIRO  
Processo nº 8021/09  
Natureza: Prestação de Contas de Governo - 2008  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBALHA  
Responsável: FRANCISCO ROMMEL FEIJO DE SA  
Processo nº 8652/08  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007 Recurso de Reconsideração: 505/12  
Órgão: FUNDEB DE IPU  
Responsável: MARIA LUCIA MARTINS TORRES  
Processo nº 9118/08  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007 Recurso de Reconsideração: 2395/12  
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COREAU  
Responsável: RAYANE XIMENES PESSOA MENEZES  
Processo nº 10415/10  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 3834/12  
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOA VIAGEM  
Responsável: ISABEL CRISTINA SILVA ARAGAO  
Processo nº 10497/09

Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008 Recurso de Reconsideração: 3286/12  
Órgão: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE UBAJARA  
Responsável: LUIZ BEZERRA NETO  
Processo nº 12686/07  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006 Recurso de Reconsideração: 1723/12  
Órgão: C.T.C. DE FORTALEZA  
Responsável: SABINO GUIMARAES NETO  
Processo nº 24709/09  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009 Recurso de Reconsideração: 3824/12  
Órgão: FMS - SECRETARIA REGIONAL IV DE FORTALEZA  
Responsável: ROBERTO PAULO JORGE BARBOSA  
Advogado: LYANNA MAGALHÃES CASTELO BRANCO  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27-abril-2012.

Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz  
SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE PAUTA Nº41/2012 1ª. CÂMARA**

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Marcelo Feitosa  
Processo nº 10864/10  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009  
Órgão: FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTEIRAS  
Responsável: FRANCISCO DEILSON VIDAL  
Advogado: JOSE SERGIO DANTAS LOPES  
Processo nº 11834/07  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA  
Responsável: FRANCISCO DE ASSIS GONCALVES  
Relator: Cons. Pedro Ângelo  
Processo nº 1428/12  
Natureza: Provocação - 2011  
Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA CRUZ  
Reclamado: PEDRO ROGERIO MORAIS  
Processo nº 6449/11 - Processo transformado nº3877/11  
Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2004  
Órgão: SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DE LIMOEIRO DO NORTE  
Responsável: FRANCISCO VALDO FREITAS DE LEMOS  
Processo nº 11327/10  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009  
Órgão: SECRETARIA DE TURISMO DE ARATUBA  
Responsável: MARIA ADILEA FARIAS LIMA  
Processo nº 11346/10  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009  
Órgão: SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS DE PACUJA  
Responsável: RAIMUNDO RODRIGUES DE SOUSA  
Processo nº 11839/10  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009  
Órgão: SECRETARIA DE AÇAO SOCIAL DE CHORO  
Responsável: MICHELINE BERNARDINO DA SILVA  
Processo nº 14074/10  
Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2009  
Órgão: FUNDEB DE PINDORETAMA  
Responsável: TEREZA CRISTINA REBOUCAS ROCHA  
Processo nº 21388/11  
Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2004  
Órgão: SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS DE LIMOEIRO DO NORTE  
Responsável: RAIMUNDO GUIMARAES DE LIMA  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27-abril-2012.

Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz  
SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE PAUTA Nº45/2012 2ª. CÂMARA**

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Ernesto Sabóia

Processo nº 19309/08  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2008  
 Órgão: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CANINDE  
 Responsável: FRANCISCO DE SOUSA ROCHA  
 Relator: Cons. Helio Parente  
 Processo nº 8239/08  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007  
 Órgão: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DE PARAIPABA  
 Responsável: FRANCISCA ELZE PORFIRIO DOS SANTOS  
 Processo nº 24765/11 - Processo transformado nº21859/11  
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011  
 Órgão: DEPART.MUN.DA ADMINIST. DE BENS E SERV.PUBLICOS DE QUIXADA  
 Responsável: FRANCISCO HELANO FERREIRA BEZERRA  
 Processo nº 27859/11 - Processo transformado nº24364/11  
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2011  
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE CHORO  
 Responsável: FRANCISCO ELCIMAR LUSIA RIBEIRO  
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27-abril-2012.  
 Fernando Antonio Diogo de Siqueira Cruz  
 SECRETÁRIO

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº09114/12. OBJETO: **INSCRIÇÃO DO SERVIDOR LUIS MARIO VIEIRA NO CURSO APG MIDDLE I. JUSTIFICATIVA: CAPACITAR O SERVIDOR. CONTRATADO: AMANA KEY DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO LTDA. VALOR TOTAL: 9.500,00 (NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 03100001.01.128.500.28168.339039.00.0.00. RATIFICAÇÃO: CONSELHEIRO MANOEL BESERRA VERAS-PRESIDENTE DO TCM/CE. DATA: 26/04/2012.**

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº09122/12. OBJETO: **INSCRIÇÃO DE 02 (DOIS) SERVIDORES NO FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS. JUSTIFICATIVA: CAPACITAR OS SERVIDORES. CONTRATADO: MENDES E LOPES PESQUISA E TREINAMENTO E EVENTOS LTDA. VALOR TOTAL: 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS). DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 03100001.01.128.500.28168.339039.00.0.00. RATIFICAÇÃO: CONSELHEIRO MANOEL BESERRA VERAS-PRESIDENTE DO TCM/CE. DATA: 26/04/2012.**

\*\*\* \*\*

#### OUTROS

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.04.25.03.** A Prefeitura Municipal de Icapuí comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 2012.04.25.03, do tipo melhor lance ou oferta para a Aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar do Programa Brasil Alfabetizado - PBA do Município de Icapuí, através da Secretaria de Educação e Cultura, com data de abertura para o dia 16 de Maio de 2012, às 08h:00, na Av. 22 de Janeiro, S/N, Centro, Icapuí, CE – Auditório da Secretaria de Educação e Cultura. Mais Informações pelo telefone: 88 – 3432.1340. **Icapuí - CE, 27 de Abril de 2012. Cícero Romão da Costa - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.04.25.04.** A Prefeitura Municipal de Icapuí comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 2012.04.25.04, do tipo melhor lance ou oferta para a Aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar dos Centros de Educação Infantil - CEI do Município de Icapuí, através da Secretaria de Educação e Cultura, com data de abertura para o dia 16 de Maio de 2012, às 10h:00, na Av. 22 de Janeiro, S/N, Centro, Icapuí, CE – Auditório da Secretaria de Educação e Cultura. Mais Informações pelo telefone: 88 – 3432.1340. **Icapuí - CE, 27 de Abril de 2012. Cícero Romão da Costa - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL – EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 014/2012 - AVISO DE LICITAÇÃO - Comissão Permanente de Licitação. Data de Abertura: 23/05/2012, às 09:00h. OBJETO: contratação de empresa para EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO E VESTIÁRIOS NO ESTÁDIO DO DISTRITO DE CARACARÁ, SOBRAL-CE. Valor do Edital: Gratuito. INFORMAÇÕES: Site: [www.sobral.ce.gov.br](http://www.sobral.ce.gov.br). (Portal do Cidadão, selecione o serviço: Licitações em Andamento) e à Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º andar. Fone: (88) 3677-1157 e 1254. Sobral-CE, 27/04/2012. Verônica Mont' Alverne Guimarães – Presidente.**

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento às Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, o Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa comunica aos interessados que realizará no dia 11/05/2012, às 10h, na Praça 07 de setembro, nº 15, Centro, Monsenhor Tabosa, Ceará, o Pregão Presencial nº 5.11.1/12-PMMT para contratação de empresa especializada para a realização do VII Xamegão Taboense no município de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará. Edital e demais informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de Segunda a Sexta-feira, de 08h às 12h. Monsenhor Tabosa/CE, 27 de abril de 2012. João Orleans Alves Rodrigues Júnior – Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapiúna, localizada na Av. São Cristóvão, 215, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30.04.02/2012, cujo objeto é a Aquisição de pneus, câmaras de ar, baterias automotivas, compreendendo a manutenção em veículos de diversas secretarias do Município de Itapiúna-Ce, que realizar-se-á no dia **14.05.2012**, às 11:00 hs. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, de 08:00 às 12:00 hs. **Itapiúna-Ce; 30 de abril de 2012. José da Silva Filho - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIÚNA - SECRETARIA DE SAÚDE.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Itapiúna, localizada na Av. São Cristóvão, 215, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30.04.01/2012, cujo objeto é a Aquisição de oxigênio destinado ao Hospital e Maternidade Professor Waldemar Alcântara do Município de Itapiúna-Ce, que realizar-se-á no dia **14.05.2012**, às 09:00 hs. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, de 08:00 às 12:00 hs. **Itapiúna-Ce; 30 de abril de 2012. José da Silva Filho - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2012.04.25.01.** A Prefeitura Municipal de Icapuí comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 2012.04.25.01, do tipo melhor lance ou oferta para a Aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar do ensino fundamental do Município de Icapuí, através da Secretaria de Educação e Cultura, com data de abertura para o dia 15 de Maio de 2012, às 08h:00, na Av. 22 de Janeiro, S/N, Centro, Icapuí, CE – Auditório da Secretaria de Educação e Cultura. Mais Informações pelo telefone: 88 – 3432.1340. **Icapuí - CE, 27 de Abril de 2012. Cícero Romão da Costa - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.04.25.02.** A Prefeitura Municipal de Icapuí comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 2012.04.25.02, do tipo melhor lance ou oferta para a Aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar do EJA do Município de Icapuí, através da Secretaria de Educação e Cultura, com data de abertura para o dia 15 de Maio de 2012, às 11h:00, na Av. 22 de Janeiro, S/N, Centro, Icapuí, CE – Auditório da Secretaria de Educação e Cultura. Mais Informações pelo telefone: 88 – 3432.1340. **Icapuí - CE, 27 de Abril de 2012. Cícero Romão da Costa - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - AVISO DE ADIAMENTO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1104.01/2012.** A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Canindé torna público o adiamento da sessão que seria no dia 30 de Abril de 2012, às 13:00 horas, para o dia 14 de Maio de 2012, às 14:00 horas. **Canindé, 27 de Abril de 2012.**



CONSTRUTORA MARQUISE S.A

CNPJ 07.950.702/0001-85

NIRE - 23300019571

### RELATÓRIO DA DIRETORIA EXERCÍCIO FISCAL DE 2011

Senhores Acionistas,

O Conselho de Diretores da **Construtora Marquise S.A.**, atendendo às disposições legais e estatutárias vigentes, tem a satisfação de submeter ao exame dos senhores o presente Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhado das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. Este relatório tem como objetivo, além do cumprimento das determinações legais, prestar maiores esclarecimentos sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

#### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Construtora Marquise S.A., presente no mercado há 37 anos, consolidou-se nos segmentos de engenharia de infraestrutura, incorporação imobiliária e serviços ambientais sustentáveis (limpeza urbana, operação e manutenção de aterro sanitário e tratamento de resíduos sólidos). A Construtora Marquise S.A., controladora do Grupo Marquise, composto também pelas empresas Ecofor Ambiental S.A., Ecoosasco Ambiental S.A., Companhia de Água e Esgoto de Maracanaú, Marquise Empreendimentos S.A. (Hotel Gran Marquise), Televisão Tambaú Ltda., Rádio Sol Maior Ltda. (Nova Tambaú FM e AM Palmares), Capitalize Fomento Comercial Ltda., Múltipla Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Múltipla Promotora de Vendas Ltda. e Marquise Centros Comerciais Ltda – constitui importante conglomerado empresarial que oferece produtos e serviços à população de diversas regiões brasileiras, operando em grandes centros urbanos das regiões Nordeste, Sudeste e Norte do país, mantendo, sempre, o compromisso com a excelência e qualidade destacada de seus empreendimentos, bem como com o desenvolvimento sócio-ambiental sustentável. A empresa vem expandindo suas atividades em âmbito nacional, bem como realizando a implementação de investimentos para desenvolvimento de novas tecnologias e do aprimoramento contínuo de sua gestão.

#### DESTAQUES INSTITUCIONAIS

Alicerçada em suas crenças empresariais, a Construtora Marquise S.A. respalda suas atividades em negócios capazes de atender aos interesses sociais, à valorização humana e à geração de valor aos acionistas.

Para promover o desenvolvimento de suas atividades empresariais, o Grupo Marquise possui um quadro de **5.200** colaboradores, operando com a utilização de **850** veículos e equipamentos, dotados de tecnologia de última geração. A estrutura mobilizada tem como objetivo promover qualidade de vida às 18 milhões de pessoas atendidas, com filosofia organizacional orientada pela sustentabilidade ambiental e pela contínua qualificação profissional de nosso quadro funcional.

Destacam-se como principais realizações:

#### Serviços Ambientais Sustentáveis

A Construtora Marquise S.A. executa atividades relacionadas aos serviços urbanos em grandes cidades do país, atuando no ano de 2011 em 15 (quinze) municípios nos estados do Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rondônia. Os serviços desenvolvidos compreendem a coleta de resíduos urbanos, operação de aterro sanitário e tratamento de resíduos sólidos.

A Construtora Marquise S.A. é controladora da integralidade do capital da **Ecofor Ambiental S.A.**, concessionária dos serviços urbanos de Fortaleza (CE), e da **Ecoosasco Ambiental S.A.**, concessionária dos serviços de limpeza urbana com exclusividade na cidade de Osasco (SP).

A Construtora Marquise S.A. integra o quadro de acionistas da **Ecourbis Ambiental S.A.**, concessionária dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação de resíduos domiciliares e de saúde da área Sudeste da cidade de São Paulo, que abrange 18 subprefeituras, atendendo a aproximadamente 50% da população, sendo uma das maiores empresas do segmento na América do Sul.

Através de suas atividades, a Construtora Marquise S.A., juntamente com suas empresas controladas, realizou a coleta de 2,82 milhões de toneladas de resíduos sólidos, o tratamento de 4,65 mil toneladas de resíduos perigosos e a disposição final de 2,35 milhões de toneladas de resíduos urbanos.

Nos municípios de Fortaleza (CE), Osasco (SP), São Gonçalo (RJ), Natal (RN), João Pessoa (PB) e Porto Velho (RO), o serviço de coleta de resíduos é 100% controlado à distância de forma on-line. A empresa acompanha em tempo real, pelo sistema GPS, o posicionamento de cada caminhão coletor, o trajeto das ruas percorridas com informações de data e hora, as coordenadas geográficas e peso coletado.

#### Incorporação Imobiliária

Na área imobiliária, o Grupo Marquise atua por meio da constituição de Sociedades de Propósito Específico – SPE's. Com este modelo de negócios, a empresa possui um banco de terrenos de **R\$ 280 milhões**, possibilitando a geração de negócios imobiliários com Valor Geral de Vendas (VGV) potencial de **R\$ 1,8 bilhões**.

No ano de 2011, houve o lançamento de 2 empreendimentos – **Solaris** e **Mandara Kauai**, este em parceria com Cyrela, Tecnisa e Sanca, que juntos somam 252 unidades residenciais e possuem VGV de **R\$ 103,2 milhões**. Além disso, as vendas contratadas somaram **R\$ 144,5 milhões**. Estão em fase de construção os empreendimentos residenciais **Atlantis Beira-Mar** e **Apogeu Condominium**, bem como o complexo empresarial **Centurion Business Center**, considerados como referência de modernidade e sofisticação do setor imobiliário de Fortaleza.

As obras de construção do **Gran Parc** foram concluídas e suas **186** unidades residenciais foram entregues em outubro de 2011, garantindo a satisfação das pessoas que poderão dispor de ampla área verde e diversos equipamentos de lazer.

Para o ano de 2012, as perspectivas são ainda mais promissoras, com previsão de lançamentos de 05 empreendimentos, residenciais e comerciais, com VGV de **R\$ 435 milhões**.

#### Engenharia de Infraestrutura

A carteira de obras públicas da Construtora Marquise S.A. apresentou significativa expansão, agregando empreendimentos estruturantes de grande porte. Dentre as obras que tiveram início em 2011, atuando em consórcio ou isoladamente, destacam-se:

- A reforma e ampliação do **Aeroporto de Confins (MG)**, uma das principais obras de preparação do Estado para a Copa de 2014;
- A construção das obras complementares do **Hospital Regional de Sobral**;
- A ampliação do **Terminal de Múltiplo Uso do Porto do Pecém (TMUT) – 2ª Etapa**, obra de grande impacto logístico que contribuirá para o dinamismo da economia cearense;
- A implantação da **Via Expressa de São Luís (MA)**, fundamental para a melhoria da fluidez do sistema viário da cidade e para o sistema de transporte de cargas;
- A construção do **Canal para Integração das Vertentes Paraibanas**, que visa garantir o suprimento regular de água à Planície Costeira Interior do Estado da Paraíba;
- A duplicação, adequação e melhoramentos da **Rodovia CE-025**, facilitando o acesso às praias da orla turística do litoral leste de Fortaleza;
- A duplicação da **Rodovia CE-040**, contemplando o trecho entre Aquiraz e Beberibe;
- A construção da **Barragem de Gameleira**, em Itapipoca (CE).

Ademais, a empresa mantém contratos para implementação de obras indispensáveis para a melhoria das condições urbanas e para o desenvolvimento econômico regional, a saber:

- A construção do complexo denominado **Projeto Vila do Mar**, que possui como objetivos a urbanização e implementação de obras habitacionais para comunidades da costa oeste de Fortaleza (CE);
- A implantação da **Rodovia Ipuéiras-Croatá**, facilitando o deslocamento de pessoas e cargas, de forma a promover a integração regional e o desenvolvimento das atividades comerciais;
- A execução das obras do lote II referente ao Programa de Transporte Urbano de Fortaleza (**Transfor**), tendo como finalidade a melhoria da infraestrutura viária da cidade. Ainda em consórcio com a EIT, a Construtora Marquise S.A. executa a construção da Barragem de Tabatinga (RN) e da Adutora de Acauã (PB).

Ainda em 2011, a empresa concluiu, atuando isoladamente ou em consórcio, o Centro de Convenções do Cariri (CE), a Barragem de Tabatinga (RN), a Adutora de Acauã (PB) e a primeira fase de ampliação do Terminal de Múltiplo Uso do Porto do Pecém (CE).

#### Hotelaria

O **Hotel Gran Marquise** é uma das empresas integrantes do Grupo Marquise. Está localizado na Av. Beira-Mar, em Fortaleza, sendo classificado na categoria 5 estrelas luxo. O hotel oferece uma completa estrutura para viagens de negócios e lazer, dispondo de 230 quartos, *lobby bar*, piscina, *health club*, *business center* e salões de eventos com capacidade para até 1.700 pessoas.

Possui ainda três restaurantes segmentados, incluindo o Nostradamus, que recebeu em 2010 o prêmio de melhor restaurante do Nordeste pelo Guia 4 Rodas.

Reconhecido pela sua requintada estrutura e excelente localização, o Hotel Gran Marquise foi agraciado em 2010 com o Prêmio Caio como **Melhor Hotel com Espaços para Eventos de Médio Porte**.

Em 2011, o Hotel Gran Marquise foi a primeira empresa brasileira do ramo hoteleiro a receber a certificação de Gestão de Segurança de Alimentos - ISO 22000, além de renovar a certificação ISO 9001.

O Hotel Gran Marquise também é destaque quanto à recepção de eventos sociais e corporativos, contando com equipe formada por 100 profissionais diretamente empregados na área.

**Finanças**

O Grupo Marquise atua no mercado financeiro principalmente por meio de **Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FDIC)** e da **Múltipla Crédito, Financiamento e Investimento S.A.**

Apesar de estar presente no mercado há apenas 5 anos, atuando principalmente no crédito e fomento a empresas, as duas instituições possuem carteira de crédito de R\$ 51 milhões de reais.

A área financeira do Grupo opera em 4 estados das regiões Nordeste e Sudeste, tendo relacionamento com grandes empresas de porte nacional.

**Comunicação**

O Grupo Marquise se consolidou no setor de comunicação atuando por meio da **TV Tambaú** e **Rádio Sol Maior**. A **TV Tambaú**, afiliada do SBT no Estado da Paraíba, é assistida por cerca de 2,5 milhões de telespectadores em 105 municípios, sendo transmitida via satélite, com imagens de alta definição e som estéreo para todo o estado.

Em 2011, a TV Tambaú investiu em tecnologia para poder transformar e adequar seus processos de captação, recepção e transmissão dentro dos padrões tecnológicos exigidos pelo sistema de TV Digital.

A **Rádio Sol Maior** está presente nos Estados da Paraíba (Nova Tambaú FM) e Alagoas (AM Palmares). Focada em pessoas exigentes e que gostam de qualidade, a **Nova Tambaú FM** é uma opção de bom gosto para o público adulto contemporâneo, principalmente das classes A e B, formadores de opinião. Pesquisa realizada pelo Ibope em março de 2012 demonstrou que a Nova Tambaú FM é a líder de audiência na cidade de João Pessoa nas classes A e B. A **AM Palmares** conta com um brilhante time de jornalistas e radialistas empenhados em proporcionar uma programação voltada para o tripé – informação, prestação de serviços e utilidade pública.

**Shopping Center**

O Shopping Parangaba, novo projeto do Grupo Marquise, será instalado numa área de influência com 1,2 milhões de consumidores residenciais com renda total anual de R\$ 6,4 bilhões. Dos 53 mil m<sup>2</sup> de terreno, o shopping ocupará 32 mil m<sup>2</sup> de Área Bruta Locável (ABL), com um *mix* de 306 lojas divididas em três pisos, sendo as lojas 100% locadas.

O empreendimento se integra de maneira inteligente com o sistema de transporte público da cidade, ao lado do Terminal da Parangaba, das futuras estações do Metrô e do VLT, além de importantes vias de acesso. Por isso, a expectativa é que o Shopping Parangaba tenha de fluxo diário de 80 a 100 mil pessoas.

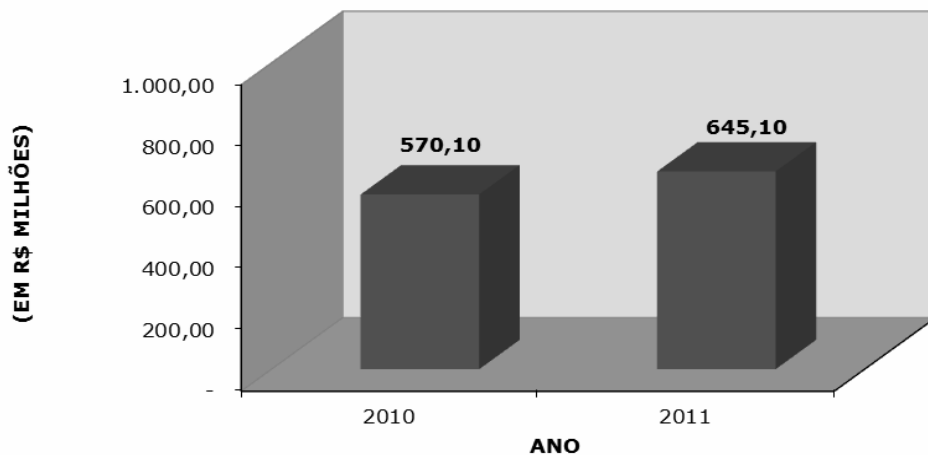
As obras de construção do *shopping* tiveram início em setembro de 2011 e sua inauguração está prevista para outubro de 2013.

#### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

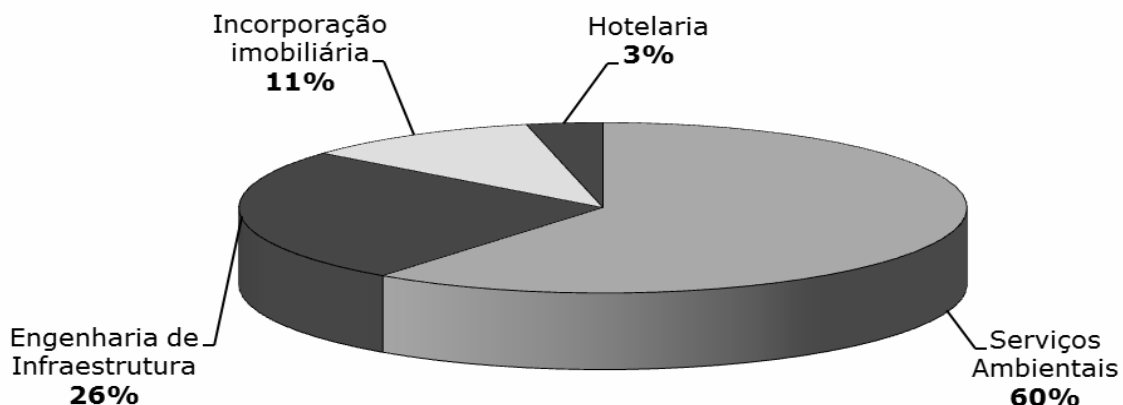
##### Receita bruta

Por meio do desenvolvimento de suas atividades econômicas, o Grupo Marquise apresentou receita bruta consolidada de **R\$ 645,1 milhões** no ano de 2011, com crescimento de 13,2% em relação ao ano de 2010 (R\$ 570,1 milhões). A receita da Construtora Marquise S.A. (R\$ 327,4 milhões), controladora do Grupo, representou 50,8% da receita bruta do Grupo.

#### EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA CONSOLIDADA DO GRUPO



A contribuição de cada segmento de atuação do Grupo para a composição da receita bruta consolidada está representada da seguinte forma:



O forte crescimento do Grupo pode ser explicado pela expansão de suas operações em território nacional, conquistando contratos públicos de elevada importância sócio-econômica e ampliando seu portfólio de produtos e serviços, sempre alinhados aos mais rigorosos padrões de qualidade.

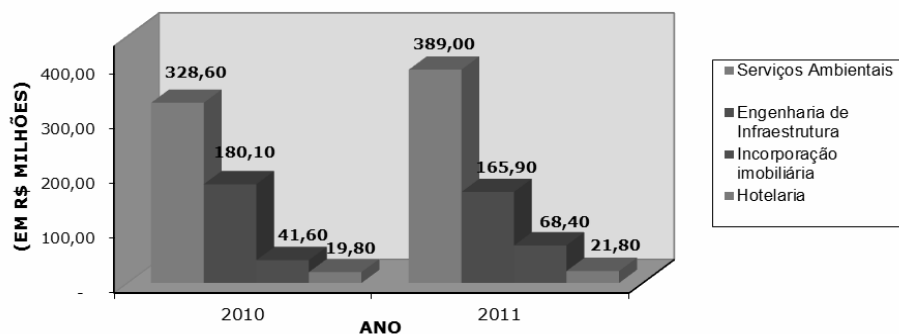
O Grupo Marquise possui 3 (três) contratos de concessão de serviços ambientais de grande porte. Ademais, é uma dos maiores Grupos do país neste setor.

O segmento de engenharia de infraestrutura apresentou crescimento de 90% nos últimos dois anos, reflexo da ampliação da carteira de contratos de obras estruturantes e de elevada complexidade.

O desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários proporcionou ao Grupo ocupar posição de destaque entre as maiores incorporadoras do Nordeste, comprovado pelo volume de vendas e pelo número de lançamentos.

A análise setorial das áreas de atuação do Grupo Marquise permite a verificação da composição da receita bruta consolidada.

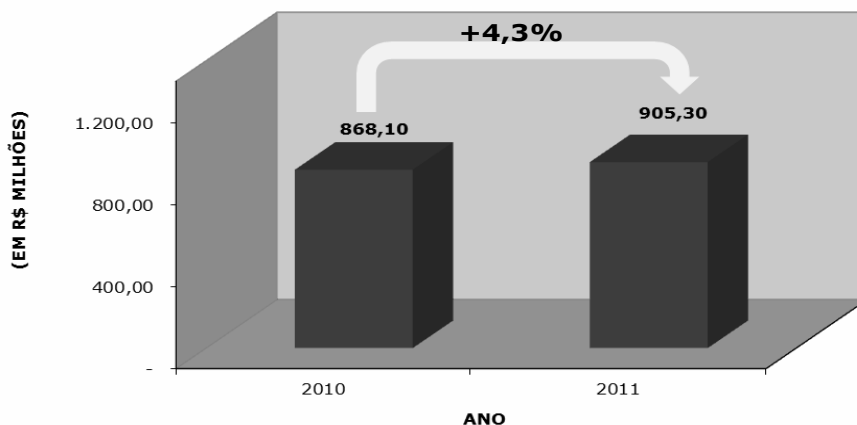
### RECEITA BRUTA CONSOLIDADA POR ATIVIDADE



### Ativo Total e Estrutura de Capital

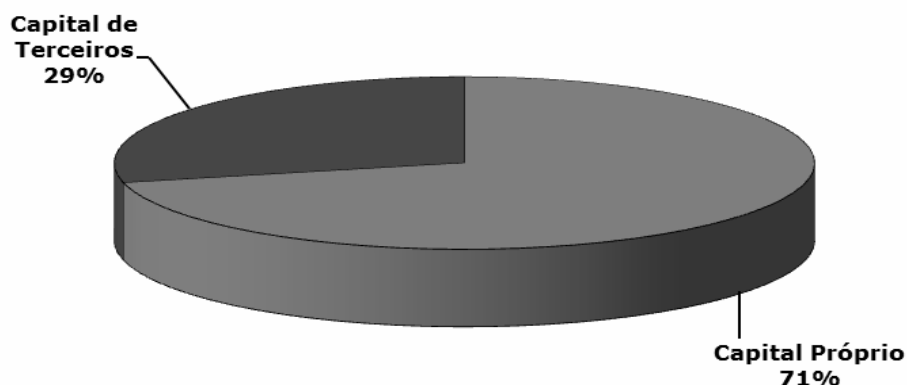
O ativo total do Grupo reflete sua trajetória consistente de expansão, chegando a R\$ 905,3 milhões, com variação de 4,3% em relação a 2010 (R\$ 868,1 milhões).

### EVOLUÇÃO DO ATIVO TOTAL DO GRUPO



A estrutura de capital da Construtora Marquise S.A., controladora do Grupo, é composta por 71% de capital próprio e de 29% de capital de terceiros. Para viabilizar os investimentos necessários à renovação da frota e à execução dos serviços relacionados a novos contratos administrativos, a empresa utilizou recursos aplicados pelos acionistas e linhas de crédito de baixo custo financeiro (FINAME) para financiar a aquisição de novos veículos e equipamentos, otimizando o custo de capital da empresa.

### ESTRUTURA DE CAPITAL



**Lucro Líquido**

O lucro líquido da Construtora Marquise totalizou R\$ 53,6 milhões, apresentando um retorno sobre o patrimônio líquido de 12,6%.

**GESTÃO DA QUALIDADE**

A excelência dos produtos e serviços está no DNA da Construtora Marquise S.A. Suas políticas de atuação são orientadas pela melhoria permanente de seus processos, visando à satisfação de seus clientes e promoção do bem-estar social.

O conceito de qualidade está presente em todas as ações da empresa. Configura, portanto, um fator inquestionável de competitividade, que a diferencia no mercado pelos elevados padrões de seus empreendimentos.

Em conformidade com sua visão empresarial, a Construtora Marquise S.A. foi a primeira empresa do Brasil a obter a certificação ISO 9001 na área de limpeza urbana, além de ter sido a primeira construtora do Nordeste a receber a mesma certificação em todos os itens relacionados a projeto, incorporação, gerenciamento e execução de empreendimentos na área de construção civil. Atualmente, a empresa detém as seguintes certificações:

- NBR ISO 9001 – Versão 2008 – concedido pela empresa certificadora BRTÜV;
- Certificação PSQ / QUALIHAB: Nível “A” - Programa de Qualidade na Habitação do Governo do Estado de São Paulo;
- PBQP-H: Nível “A” – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat.

Como resultado de sua política de qualidade e de sua capacidade empreendedora, a Construtora Marquise S.A. foi a empresa que mais cresceu no Ceará e a 5ª no Norte e Nordeste, segundo a pesquisa Melhores e Maiores 2011 – Revista Exame, além de ser a maior construtora no Ranking Regional divulgado pelo Anuário 500 Grandes da Construção 2011 – Revista O Empreiteiro.

**GESTÃO DE PESSOAS**

O aperfeiçoamento do potencial humano é reconhecido pela Construtora Marquise S.A. como fator determinante para o sucesso em suas áreas de negócio.

Alinhada a este princípio, a empresa implementa programas com o intuito de desenvolver as habilidades e competências essenciais de seus funcionários, potencializando o talento humano.

Na pesquisa “Melhores Empresas para Trabalhar – Ceará”, realizada pelo **Great Place to Work** em 2011, a Construtora Marquise S.A. foi reconhecida como a **2ª melhor empresa** para trabalhar no Estado, corroborando a política de valorização de pessoas que pauta nosso modelo de gestão corporativa.

Como pressuposto empresarial da Construtora Marquise S.A., a valorização profissional é obtida pela implementação do **Programa de Bem com a Vida**, substanciado por ações voltadas à saúde e ao bem estar dos funcionários, tornando o ambiente de trabalho agradável e produtivo. A programação periódica envolve sessões semanais de massoterapia, exames médicos e odontológicos, ginástica laboral, promoção de eventos esportivos e palestras educativas.

No ano de 2011, houve a formação da oitava turma do **Programa de Formação de Lideranças (Programa Trainee)**, voltado para o desenvolvimento cultural e profissional de jovens universitários, preparando-os para uma carreira executiva promissora em posições de destaque na empresa.

O **Programa de Educação Continuada (PEC)** proporciona o aprimoramento profissional do quadro funcional da empresa, estimulando os funcionários a realizarem cursos técnicos, universitários e de pós-graduação nas melhores instituições de ensino do país.

A empresa elaborou o **Programa DesenvolveRH** como forma de enfatizar a capacitação do quadro de colaboradores. O programa consiste na realização de cursos *in company* para a formação profissional e está apoiado em três pilares: eixo técnico, eixo de negócio e eixo comportamental. Por meio dos programas de qualificação, foram dedicadas 120 mil horas de treinamento para os colaboradores no ano de 2011, comprovando a formação de profissionais capacitados ao exercício pleno de suas atribuições.

**RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL E CULTURAL**

A Construtora Marquise S.A. acredita no modelo de negócios que prioriza a sustentabilidade sócio-ambiental e que agrega qualidade de vida às pessoas atendidas.

Como forma de contribuir para o desenvolvimento humano das cidades onde atua, a empresa realiza projetos sociais de estímulo à educação e à consciência ambiental. O calendário social de 2011 contemplou o cumprimento dos seguintes programas: Educação Ambiental nas Escolas, Educação Ambiental na Comunidade, Educação de Adultos, Projeto José Henrique, Programa Ecocidadão de Educação Ambiental, Oficina de Leitura e Inclusão Digital nas Obras e a realização de eventos no Dia Internacional da Praia Limpa.

Desde sua concepção, o Projeto de Educação Ambiental nas Escolas tem mobilizado número crescente de alunos e professores, despertando comportamento de preservação dos recursos naturais, bem como fomentando atitudes que gerem harmonia entre o homem e o meio ambiente. O projeto é realizado em escolas localizadas nos municípios de Fortaleza (CE), Caucaia (CE), Porto Velho (RO) e Natal (RN).

O Projeto de Alfabetização de Adultos e a Oficina de Leitura e Inclusão Digital nas Obras têm proporcionado a melhoria do nível de instrução e qualificação dos colaboradores, contribuindo para melhor qualidade de nossos funcionários.

O Grupo Marquise é parceiro do Prêmio Osmundo Pontes, concedido anualmente pela Academia Cearense de Letras (ACL). Em anos ímpares, são premiados trabalhos de poesia e de contos; em anos pares, laureiam-se romances e ensaios.

**PERSPECTIVAS**

Em 2011, o Brasil apresentou redução do ritmo de crescimento, com expansão de 2,7% do PIB, ante 7,5% em 2010. A economia brasileira foi afetada sobremaneira pela crise da zona do euro, motivada principalmente pela elevada dívida pública de alguns de seus países integrantes (Grécia, Portugal, Espanha e Itália) e pela lenta retomada de crescimento dos EUA. Apesar disso, o Brasil registrou uma baixa recorde da taxa de desemprego, que ficou em 4,7% em dezembro, e maior valor de investimento estrangeiro direto da série histórica, da ordem de US\$ 67 bilhões. O estoque de crédito encerrou o ano com alta de 19%, facilitando o acesso das emergentes classes C e D ao consumo de bens e serviços. Do mesmo modo, os recursos destinados ao financiamento imobiliário registraram elevação de 42% e contribuíram para o aquecimento da demanda, gerando perspectivas promissoras para o desenvolvimento do setor.

O dinamismo econômico nacional exige investimentos em infraestrutura e na melhoria das condições urbanas, tornando o país uma vitrine para atração de recursos externos, especialmente em função da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016.

A Construtora Marquise S.A., por sua solidez financeira, *know how* técnico-operacional e gestão corporativa eficiente, encontra-se preparada para expandir suas atividades em âmbito nacional, desenvolvendo projetos e empreendimentos em seus segmentos de atuação. O panorama nacional deve contribuir para a criação de circunstâncias favoráveis aos diversos ramos de atividade da empresa.

No setor imobiliário, o governo federal seguirá com o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, que prevê a implementação de pacote habitacional para construção de unidades residenciais, mormente para famílias de baixa renda. Ademais, o crescimento da massa salarial e do crédito imobiliário, somado ao déficit habitacional de 5,5 milhões de moradias (PNAD 2008), deve impulsionar o setor de construção civil nos próximos anos.

O governo dará prosseguimento aos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC e PAC 2), com ênfase no investimento em obras de infraestrutura necessárias à viabilização do crescimento sustentado brasileiro.

Os municípios devem intensificar investimentos nas áreas de saneamento urbano e gestão dos resíduos sólidos, adequando-se à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), destinando recursos especialmente à implantação de tecnologias de tratamento de resíduos e à disposição final em aterros sanitários.

**REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS**

A Administração sugere à Assembléia Geral dos Acionistas que o lucro líquido do exercício de 2011, após as deduções legais, seja reinvestido na empresa, visando aumentar o capital de giro e melhor aplicação de recursos. Tudo isso para assegurar a manutenção do baixo endividamento e a continuidade da estratégia de crescimento dos seus negócios.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, acionistas e à sociedade em geral pela confiança depositada na administração da empresa e muito especialmente à nossa equipe de colaboradores, pelo empenho, comprometimento e dedicação dispensados ao longo desses 37 anos. Temos a convicção de que o ano de 2012 proporcionará a continuação dessas parcerias e, com isso, a conquista de objetivos ainda maiores.

**A DIRETORIA.**

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalente de Caixa	4	26.690	29.143	15.210	17.572
Contas a receber	5	386.381	338.743	304.018	280.269
Estoques	7	19.522	20.245	9.835	13.230
Créditos a Receber de Consórcio	8	16.622	42.445	16.622	42.445
Dividendos Ativos	6	-	14.928	-	16.129
Impostos a recuperar	9	33.867	40.998	23.981	25.805
Créditos com acionistas de SCP		26.269	-	-	-
Outras contas a receber		12.027	11.562	3.036	3.163
Total do ativo circulante		521.378	498.064	372.702	398.613
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a Longo Prazo		252.685	277.909	79.817	63.507
Contas a receber	5	97.198	86.673	1.154	1.595
Mútos - Partes relacionadas	10	107.531	168.317	23.474	30.701
Depósitos judiciais	18	16.515	6.588	7.748	5.165
Outras contas a receber		777	463	772	459
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	30.664	15.868	46.669	25.587
Propriedade p/ Investimento	11	3.827	3.400	3.827	3.400
Investimento	11	7.517	6.280	106.170	74.639
Imobilizado	12	89.482	74.655	33.328	27.184
Intangível	13	14.656	7.836	201	400
Total do ativo não circulante		368.167	370.080	223.343	169.130
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>889.545</b>	<b>868.144</b>	<b>596.045</b>	<b>567.743</b>
	Nota	Consolidado		Controladora	
	Explicativa	2011	2010	2011	2010
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	14	32.597	51.592	10.609	13.073
Empréstimos e financiamentos	15	19.977	31.193	8.215	18.016
Obrigações trabalhistas	16	13.785	10.210	7.540	5.868
Obrigações tributárias	17	27.314	17.756	6.334	10.414
Adiantamentos de clientes		19.202	24.239	3.784	5.242
Divendos a pagar		3.700	1.916	2.520	715
Crédito de consórcio		679	-	679	-
Outras obrigações		2.404	12.812	425	1.263
Total do passivo circulante		119.658	149.718	40.106	54.591
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>					
Fornecedores	14	143.977	81.459	54.916	29.862
Empréstimos e Financiamentos	15	14.832	15.970	7.097	10.929
Crédito com Terceiros		17.150	16.708	868	1.021
Partes relacionadas	11	4.096	26.844	8.641	12.567
Obrigações com acionistas de SCP		4.993	-	-	-
Obrigações tributárias	17	13.931	7.948	11.113	5.089
Provisão para contingência	18	5.048	6.713	4.167	5.121
Obrigações fiscais	17	68.831	73.300	38.543	43.954
Provisão para perda em Investimentos		-	-	4.052	-
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	19	18.246	103.832	1.632	87.232
Outras obrigações		11.281	32.314	-	157
Total do passivo não circulante		302.385	365.088	131.029	195.932
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	20				
Capital social		183.663	98.063	183.663	98.063
Reservas de lucros		241.247	219.157	241.247	219.157
Total do Patrimônio Líquido atribuível aos controladores		424.910	317.220	424.910	317.220
Participação dos acionistas não controladores		42.592	36.118	-	-
Total do Patrimônio Líquido		467.502	353.338	424.910	317.220
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>889.545</b>	<b>868.144</b>	<b>596.045</b>	<b>567.743</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	21	<b>582.476</b>	<b>514.806</b>	<b>293.060</b>	<b>317.502</b>
Custo	22	(399.628)	(362.981)	(231.111)	(229.795)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>182.848</b>	<b>151.825</b>	<b>61.949</b>	<b>87.707</b>
<b>OUTRAS DESPESAS/RECEITAS</b>					
Despesa com Vendas	23	(7.976)	(22.730)	(3.415)	(20.124)
Despesas Gerais e Administrativas	23	(126.802)	(85.641)	(78.937)	(61.108)
Outras Receitas Operacionais		1.406	847	443	115
Outras Despesas Operacionais		(11.023)	(24)	(10.850)	(21)
Resultado da Equivalência Patrimonial		(1.397)	-	67.832	38.754
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS</b>		<b>37.056</b>	<b>44.277</b>	<b>37.022</b>	<b>45.323</b>
Receita Financeira	24	40.720	48.413	27.546	23.551
Despesa Financeira	24	(16.206)	(34.841)	(7.331)	(11.992)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>61.570</b>	<b>57.849</b>	<b>57.237</b>	<b>56.882</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Corrente		(19.741)	(2.602)	(79)	(1.804)
Diferido		(7.223)	(10.132)	(3.567)	(4.414)
<b>Resultado Antes da Participação dos não controladores</b>		<b>34.606</b>	<b>45.115</b>	<b>53.591</b>	<b>50.664</b>
<b>Participação dos não controladores</b>		<b>(4.854)</b>	<b>302</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>		<b>29.752</b>	<b>45.417</b>	<b>53.591</b>	<b>50.664</b>
Lucro por ação				<u>0,04</u>	<u>0,04</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado (não auditado)		Controladora	
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas pelas atividades operacionais</b>	53.591	34.204	53.591	50.664
Depreciação e amortização	11.473	13.191	5.107	9.667
Resultado na venda de ativo imobilizado	(3.788)	24	249	-
Custo residual de ativos imobilizados baixados	-	-	-	24
Ajuste de avaliação patrimonial - PL	6.474	-	-	-
Impostos diferidos	(4.469)	-	(5.411)	-
Provisão para contingência	(1.665)	-	(954)	-
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(1.237)</u>	-	<u>(67.832)</u>	<u>(38.754)</u>
	<b>60.379</b>	<b>47.419</b>	<b>(15.250)</b>	<b>21.601</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos</b>				
Contas a receber	(58.163)	(48.098)	(23.308)	(32.962)
Estoques	723	1.928	3.395	2.402
Dividendo Ativos	-	(2.293)	-	(2.293)
Créditos a Receber de Consórcio	25.823	(6.435)	25.823	(21.435)
Impostos a recuperar	7.131	(16.285)	1.824	(10.763)
Crédito com SCP	(21.276)	-	-	-
Outras contas a receber	(779)	(2.121)	(185)	(1.859)
Partes relacionadas	-	-	-	-
Depósitos judiciais	(9.927)	(2.573)	(2.583)	(1.785)
Fornecedores	43.524	23.447	22.590	6.897
Aumento em Obrigações Trabalhistas	3.575	1.211	1.672	972
Redução em Obrigações Tributárias	15.541	8.282	1.944	4.171
Adiantamento	(5.037)	3.753	(1.458)	13.753
Crédito de consórcio	679	(5.750)	679	(5.750)
Outras obrigações	(31.442)	1.721	(996)	1.000
Provisão para contingência	-	11	-	-
Crédito com Terceiros	442	-	(153)	-
Redução em Obrigações Fiscais	-	7.742	-	-
Outras contas a pagar	-	(15.604)	-	(8.557)
	<b>(29.186)</b>	<b>(51.064)</b>	<b>29.244</b>	<b>(56.209)</b>
<b>Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>31.193</b>	<b>(3.645)</b>	<b>13.994</b>	<b>(34.608)</b>
Compras de imobilizado	(29.332)	(13.845)	(11.500)	(2.263)
Adições de Investimentos	-	(600)	(441)	(600)
Compras de propriedade para Investimento	(427)	-	(427)	-
Aumento de capital	(14.796)	(4.585)	(21.082)	(4.585)
Dividendos recebidos	16.712	38.269	-	38.269
Ajuste de Investimentos	-	16	-	-
Baixa de intangível	-	-	199	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos</b>	<b>(27.843)</b>	<b>19.255</b>	<b>(33.251)</b>	<b>30.821</b>
Empréstimos	129.712	41.599	11.904	19.942
Pagamentos de empréstimos	(138.339)	(37.096)	(24.486)	(21.994)
Juros pagos	(3.727)	(4.720)	(1.051)	(3.087)
Mútuo recebidos	-	-	7.227	-
Empréstimos tomados - Partes Relacionadas	60.786	13.338	-	12.567
Empréstimos pagos - Partes Relacionadas	(22.734)	(1.949)	(3.926)	(5.847)
Dividendos Provisionados	(31.501)	(12.034)	(13.567)	(12.034)
Dividendos recebidos	-	(33.500)	42.979	-
Aumento de capital	-	21.294	(2.185)	14.010
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(5.803)</b>	<b>(13.068)</b>	<b>16.895</b>	<b>3.557</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(2.453)</b>	<b>2.542</b>	<b>(2.362)</b>	<b>(230)</b>
No início do exercício	29.143	26.601	17.572	5.651
No fim do exercício	26.690	29.143	15.210	5.421
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(2.453)</b>	<b>2.542</b>	<b>(2.362)</b>	<b>(230)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Total antes dos não controladores	Participação dos controladores	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Reserva de Retenções de Lucros					
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>98.063</b>	<b>7.205</b>	<b>48.456</b>	<b>124.863</b>	-	<b>278.587</b>	-	<b>278.587</b>	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	50.664	50.664	-	50.664	
Destinação dos lucros:									
Reserva legal	-	2.533	-	-	(2.533)	-	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	(12.031)	(12.031)	-	(12.031)	
Transferência para reserva de retenção de lucros e investimento	-	-	-	36.100	(36.100)	-	-	-	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>98.063</b>	<b>9.738</b>	<b>48.456</b>	<b>160.963</b>	-	<b>317.220</b>	<b>36.118</b>	<b>353.338</b>	
<b>Aumento de capital</b>	<b>85.600</b>	-	-	-	-	<b>85.600</b>	-	<b>85.600</b>	
<b>Distribuição de dividendos</b>	-	-	-	<b>(31.501)</b>	-	<b>(31.501)</b>	-	<b>(31.501)</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	<b>53.591</b>	<b>53.591</b>	-	<b>53.591</b>	
Destinação dos lucros:									
Reserva legal	-	2.680	-	-	(2.680)	-	-	-	
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	50.911	(50.911)	-	-	-	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>183.663</b>	<b>12.418</b>	<b>48.456</b>	<b>180.373</b>	<b>0</b>	<b>424.910</b>	<b>42.592</b>	<b>467.502</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional**

A Companhia foi constituída em 07 de novembro de 1974, com sede e foro na cidade de Fortaleza-CE, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado. O Grupo tem como atividades: Construção Civil (Obras de Engenharia de Infraestrutura), Incorporação Imobiliária e Prestação de Serviços de Limpeza Urbana (Serviços Ambientais Sustentáveis).

**1.1. Serviços de Limpeza Urbana**

A Companhia atua em vários estados da federação, executando serviços de Limpeza Urbana e incineração para clientes públicos e privados, descrevemos abaixo os estados e cidades que a Companhia atua:

<u>Estado</u>	<u>Estado</u>	<u>Municípios</u>
Marquise	Bahia	Itabuna e Porto Seguro
Marquise	Ceará	Caucaia, Aquiraz, Maracanaú e Eusébio
Ecofor	Ceará	Fortaleza
Ecoosasco	São Paulo	Osasco
Marquise	Paraíba	Bayeux, Cabedelo e João Pessoa
Marquise	Rio Grande do Norte	Natal
Marquise	Rio de Janeiro	São Gonçalo
Marquise	Rondônia	Porto Velho e Ji-Paraná

Empresas relacionadas com o serviço de limpeza urbana são:

Construtora Marquise S.A. (Controladora)

Ecofor Ambiental S.A. - foi constituída em 1º de março de 2003 com o propósito específico de executar, sob regime de concessão, os serviços divisíveis de limpeza urbana, compreendendo a coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, serviços alternativos, acessórios e complementares de limpeza urbana do Município de Fortaleza, Ceará, em conformidade com o Contrato nº 001/2002. O contrato foi firmado em 05 de maio de 2003 pelo prazo de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos. O contrato de concessão firmado entre a Ecofor Ambiental S.A. e o Município de Fortaleza representa grande avanço em relação aos contratos tradicionais de prestação de serviço. Além da segurança pela qualidade do serviço, planejamento sempre para médio, curto e longo prazo tem a garantia da concessionária na realização dos investimentos necessários ao setor, de acordo com cronograma sempre compartilhado pelas partes.

EcoOsasco Ambiental S/A. - concessionária de serviços públicos de limpeza urbana, foi constituída em 8 de janeiro de 2008. É uma Companhia de capital fechado e de propósito específico, com sede na cidade de Osasco - SP. As atividades da Companhia estão especificadas em contrato de concessão administrativa celebrado com a Prefeitura Municipal de Osasco em Março de 2008, em conformidade com o contrato 017/ 2008. De acordo com o estabelecido, a Companhia é responsável: i) pela coleta regular manual e transporte, ao destino final, de resíduos sólidos domiciliares, de varrição e de feiras livres; ii) implantação, operação, manutenção e monitoramento do ATERRO 2. O contrato de concessão administrativa foi firmado em 12 de março de 2008 com duração de 30 anos.

**1.2. Construção Civil**

No segmento de construção civil a Companhia executa obras públicas de infraestrutura própria ou em parceria, através de consórcio de empresas e sociedade em conta de participação. A maioria das obras está localizada no estado do Ceará, com atuações em outros Estados, como Paraíba e Alagoas. Destacamos a seguir a participação da Companhia em cada um dos consórcios:

	<u>Obra</u>	<u>Participação da Marquise - %</u>
<b>Consórcios:</b>		
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A	Barragem Tabatinga	65,00%
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A	Transfor	100,00%
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A	Hospital de Sobral	50,00%
Ivaí Engenharia de Obras	Porto do Pecém	50,00%
Camargo Correa Construtora	Vila do Mar	30,00%
Cosampa Projetos e Construções	Rodovia Ipueriras	63,00%
Construtora Queiroz Galvão, Heleno e Fonseca e S/A Paulista	CTL - Aterro Sanitário	18,21%
Normatel	Aeroporto Confins	90,00%
<b>SCP's:</b>		
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A	Sistema Adutor Acauá	45,00%
Dical Comercial e Construtora Ltda.	Chácara Paraíso	68,27%
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A	Barragem Gameleira	50,00%
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A	CE 040	50,00%

A Companhia administra as operações (sócia líder) dos consórcios:

- Cosampa Projetos e Construções;
- Ivaí Engenharia de Obras;
- EIT - Empresa Industrial Técnica Hospital Sobral; e
- EIT - Empresa Industrial Técnica Barragem Tabatinga.

A Companhia é sócia nas SCPs Adutora Acauá, Barragem Gameleira e CE 040, no entanto, é responsável apenas pela administração financeira e operacional desses empreendimentos.

**1.3. Incorporação Imobiliária**

A Companhia possui participações em sociedades controladas, definidas pela participação societária no capital social ou pela influência significativa nas deliberações sociais das sociedades, cujas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de cada exercício estão demonstradas a seguir:

	<u>Data de Constituição</u>	<u>Participação societária %</u>	
		<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Sociedades com Propósito Específico - SPE:</b>			
Centurion Administração e Participação Ltda	05/11/2007	98,05%	98,06%
Marquise Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda	05/01/2007	97,81%	97,82%
Atlantis Administração e Participação Ltda	14/11/2007	60,00%	60,00%
Marquise - Apogeu Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	01/02/2010	100,00%	33,33%
Marquise - Isla Jardim Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	01/02/2010	100,00%	33,33%
Marquise - Santo Inácio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	01/02/2010	100,00%	33,33%
Marquise 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	01/02/2010	33,33%	33,33%
Marquise 2 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	01/02/2010	33,33%	33,33%

As SPEs possuem como objeto social: a venda e compra de imóveis, a locação de bens imóveis próprios e de terceiros, o desmembramento ou loteamento de terrenos, a incorporação imobiliária e a construção, sem prazo definido de encerramento das atividades.

**2. Base de preparação****a. Demonstração de resultado abrangente**

As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sob esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

**b. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que inclui as regras no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e

empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 28 de abril de 2012.

c. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

· Nota 11 - Classificação de propriedade para investimento

· Nota 17 - Ativos e passivos fiscais diferidos

· Nota 3.1.i - Reconhecimento de contratos de construção

· Nota 12 - Imobilizado

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas :

· Nota 18 - Provisões e contingências

· Notas 3.16 – Redução ao valor recuperável de ativos

Sempre que o custo, quer seja por tempo ou recursos, de uma estimativa ou julgamento for superior ao benefício que ela proporciona a mensuração dessa estimativa ou julgamento não é efetuado.

### 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações anuais individuais e consolidadas.

#### 3.1. Reconhecimento de receita

##### i. Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

##### ii. Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

##### iii. Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

#### 3.2. Base de consolidação

##### i. Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

##### iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

#### 3.3. Instrumentos financeiros

##### i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros não-derivativos, os quais seriam as aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros, incluindo a recebíveis relativos a caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação, pelo valor justo por meio do resultado, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis.

Os Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos, quando aplicáveis, como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. No caso de unidades concluídas, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de obra (mão-de-obra e materiais) com base na capacidade normal de produção. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

O custo dos estoques dos itens de almoxarifado é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição (matérias, transportes, fretes e impostos e outros) e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

3.5. Investimentos

Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Os investimentos inferiores a 20% são avaliados ao custo.

3.6. Propriedades para investimentos

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos, serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo. O custo de uma propriedade para investimento comprada compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível.

3.7. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são mensurados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do período.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.8. Ativo intangível

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Concessionárias de serviços públicos

Os bens adquiridos que fazem parte do objeto do contrato de concessão dos serviços públicos, referem-se substancialmente a veículos e terrenos. Referidos bens são classificados como intangível e serão ao final do contrato revertidos para o poder concedente, sem remuneração adicional.

iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao

quais se relacionam.

iv. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, ou de acordo com o prazo da concessão, dos dois o menor.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

3.10. Arrendamento mercantil operacional

A companhia possui contratos de arrendamento que referem-se substancialmente a contratos de locação de máquinas, equipamentos e imóveis. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

3.11. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Apenas as empresas com personalidades jurídicas SPE e SCP são tributadas pelo lucro presumido, as demais empresas são enquadradas no lucro real.

A Companhia e suas controladas adotaram o Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas informações. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferido sobre os prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das informações e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

3.13. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações anuais consolidadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base a relatórios consolidados, formados pelas informações dos principais negócios da companhia como: Construção Civil (Obras de Engenharia de Infraestrutura), Incorporação Imobiliária e Prestação de Serviços de Limpeza Urbana (Serviços Ambientais Sustentáveis).

3.14. Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas  
A elaboração das informações anuais requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no período que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos, dentro do próximo período, são discutidas a seguir:

a. Impostos diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das informações anuais e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido.

b. Provisões

As provisões são reconhecidas conforme estabelecido pelo CPC 25, quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

3.15. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado, propriedade para investimento, bens destinados a venda é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

3.16. Redução ao valor recuperável

Anualmente a companhia revisa e testa seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas a valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Diante dessa análise a companhia entende que seus ativos não têm características de descontinuidade.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Caixa	1.058	1.026	222	240
Bancos conta movimento	1.331	5.681	841	5.181
Aplicações Financeiras - CDB	<u>24.301</u>	<u>22.436</u>	<u>14.147</u>	<u>12.151</u>
	<u>26.690</u>	<u>29.143</u>	<u>15.210</u>	<u>17.572</u>

As aplicações financeiras em renda fixa se referem substancialmente a CDB - Certificados de Depósitos bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,05% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, as aplicações financeiras são e liquidez imediata com vencimento contrato inferior a 90 dias.

### 5. Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
<b>Público</b>				
Serviços Ambientais	428.359	405.745	310.613	288.586
Obras de Infraestrutura	18.592	5.282	1.852	1.852
Privado				
Incorporação	48.853	26.317	7.756	6.398
Outros	2.855	3.152	31	108
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(15.080)	(15.080)	(15.080)	(15.080)
	<u>483.579</u>	<u>425.416</u>	<u>305.172</u>	<u>281.864</u>
<b>Circulante</b>	386.381	338.743	304.018	280.269
Não Circulante	97.198	86.673	1.154	1.595

O contas a receber de clientes de Limpeza Urbana é registrado pelo valor faturado e corrigido conforme cláusulas contratuais firmadas junto às prefeituras.

As vendas de incorporação imobiliária referem-se a unidades concluídas que são registradas inicialmente pelo valor de venda, ou seja, a valor presente, sendo atualizadas pelo índice INCC, antes da entrega e pelo IGPM + 1% depois da entrega das chaves, conforme OCPC 01, e não estão sujeitos a incidência do ajuste a valor presente, pois a administração considera que os impactos não seriam relevantes.

Abaixo compomos o contas a receber por data vencimento:

	Controladora	
	2011	2010
A vencer	26.811	33.934
vencidos a 30 dias	12.300	29.874
vencidos a 60 dias	4.112	11.453
vencidos a 90 dias	2.401	4.163
vencidos a 120 dias	4.272	4.250
vencidos a 180 dias	5.402	8.141
vencidos a mais de 180 dias	264.954	205.129
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(15.080)	(15.080)
	<u>305.172</u>	<u>281.864</u>

Os valores vencidos a mais de 180 dias são representados substancialmente por contas a receber junto às prefeituras, decorrentes de serviços prestados de Limpeza Urbana. A administração da Companhia entende que os valores são realizáveis, uma vez que tratam-se de contratos firmados através de licitações com órgãos públicos. Entende ainda ser comum as empresas que trabalham com estes clientes terem faturas vencidas a mais de 180 dias e realizá-las em datas posteriores. Entretanto, a Administração da Companhia decidiu constituir um PCLD em 2010 em valores suficientes para suportar possíveis perdas na realização dos referidos créditos.

Em 2011, a companhia avaliou a sua provisão e considera que o valor é suficiente para suportar possíveis perdas ou riscos na realização do seu contas a receber.

### 6. Dividendos ativos

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Dividendos a receber				
José Carlos Valente Pontes	-	8.945	-	8.945
José Erivaldo Arraes	-	5.983	-	5.983
	<u>-</u>	<u>14.928</u>	<u>-</u>	<u>16.129</u>

Referem-se a dividendos pagos antecipadamente aos sócios, que foram liquidados com dividendos deliberados em assembléia.

### 7. Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Almoxarifado(a)	3.982	5.022	1.486	1.803
Unidades concluídas (b)	2.957	5.933	2.957	5.933
Terrenos (c)	5.392	5.494	5.392	5.494
Unidades em construção (d)	7.191	3.796	-	-
	<u>19.522</u>	<u>20.245</u>	<u>9.835</u>	<u>13.230</u>

(a) Referem-se a peças de manutenção da frota de caminhões utilizadas nos serviços de Limpeza Urbana.

(b) O saldo é composto de unidades concluídas, disponíveis a venda, e estão registradas pelo seu custo de produção.

(c) Referem-se a terrenos que foram adquiridos para construção de futuros empreendimentos.

(d) O saldo é composto de unidades em construção, que estarão disponíveis a venda, e estão registradas pelo seu custo de produção.

### 8. Créditos a receber de consórcios

	Participação %	Controladora	
		2011	2010
Consórcio Marquise / EIT			
Consórcio Tabatinga	65,00%	616	1.935
Consórcio Transfor	100,00%	2.399	1.746
Consórcio Hospital Sobral	50,00%	9.616	3.482
		12.631	7.163
Consórcio Marquise / Ivaí	50,00%	1.870	30.276
Consórcio C. Correa / Marquise	30,00%	391	2.865
Consórcio Marquise / Cosampa	63,00%	173	1.555
Consórcio Marquise / CTL	18,21082%	65	586
Consórcio Marquise / Normatel	18,21082%	1.492	-
		3.991	35.282
		<u>16.622</u>	<u>42.445</u>

Os saldos referem-se a aportes realizados nos consórcios e valores a receber oriundo de medições já faturadas decorrentes dos serviços realizados.

Abaixo compomos a movimentação dos aportes nos consórcio:

	Saldo em		Aportes	Devoluções	Resultado Consórcio	Saldo em
	31/12/2010	31/12/2011				
Consórcio Marquise / EIT						
Consórcio Tabatinga	1.936	616	199	-1.317	-202	616
Consórcio Transfor	1.746	2.399	11.139	-	-10.486	2.399
Consórcio Hosp. Sobral	3.483	3.482	1.856	-3.101	7.378	9.616
Consórcio Marquise / Ivaí	30.276	1.870	11.532	-11.619	-28.319	1.870
Consórcio Camargo Corrêa / Marquise	2.865	391	8.464	-10.938		391
Consórcio Marquise / Cosampa	1.554	173	2.507	-250	-3.638	173
Consórcio Marquise / CTL	585	65	517	-336	-701	65
Consórcio Marquise / Normatel	-	-	963	-769	1.298	1.492
	<u>42.445</u>	<u>16.622</u>	<u>37.177</u>	<u>-28.330</u>	<u>-34.670</u>	<u>16.622</u>

**9. Impostos a recuperar**

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda	8.549	10.640	6.686	6.698
Contribuição social	3.084	3.962	2.495	2.495
PIS	2.498	2.639	2.059	1.661
COFINS	10.707	11.044	8.918	6.950
INSS	3.168	2.863	2.224	1.801
ISS	3.083	8.449	105	5.318
Outros	2.778	1.401	1.494	882
	<u>33.867</u>	<u>40.998</u>	<u>23.981</u>	<u>25.805</u>

**10. Partes relacionadas**

A seguir estão apresentadas a relação das partes relacionadas:

**Partes relacionadas**

	Natureza da Conta	
	2011	2010
Marquise Sul Empreendimentos Imobiliarios Ltda		Mútuo
Marquise Empreendimentos S/A - Gran Marquise		Mútuo
Centurium Administração e Participações Ltda		Mútuo
Marquise Isla Jardim Empreendimentos Imobiliarios SPE LTDA		Mútuo
Marquise Santo Inácio Empreendimentos Imobiliarios SPE LTDA		Mútuo
Marquise Centros Comercial Ltda		Mútuo
Marquise 2 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda		Mútuo
Marquise 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda		Mútuo
Radio Sol Maior		Mútuo
Televisão Tambaú		Mútuo
Marquise 4 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda		Mútuo

a.1) Mútuos Controlada X Ligadas - Ativo

Mútuo Ativo - Controladora

**Controladas**

	2011	2010
Marquise Empreendimentos	-	2.117
CBR 011	-	17.455
Ecoosasco	1.418	
Marquise Sul	7.937	7737
Centurium	6.392	153
Isla Jardim	682	235
Santo Inácio	298	
SCP Acauã		310
Marquise 1		23
Marquise Centros Comerciais	4.032	1270
Marquise 2	388	406
	21.148	29.706

**Empresas ligadas**

Televisão Tambaú	639	596
Marquise 4	1.585	297
Radio Sol Maior	102	102
	2.326	995

**Total**

23.474 30.701

**Controladora X Partes relacionadas**

	Marquise Empreendimentos S.A.							Total	
	Marquise	Ecofor	Capitalize	Marquise Sul	Atlantis	Centurion	2011	2010	
José Carlos Valente Pontes		27.267	8.543	6.255	2.547	5.079	2.550	52.240	82.633
José Erivaldo Arraes		27.267	8.641	6.255	2.547	5.079	2.550	52.338	82.731
Denise Marinho de Andrade	-	-	98	-	-	-	-	98	98
Marquise 4	1.623	-	-	-	-	-	-	1.623	1.623
Radio Sol Maior	102	-	-	-	-	-	-	102	102
Múltipla Promotora	639	-	491	-	-	-	-	1.130	1.130
	<u>2.364</u>	<u>54.534</u>	<u>17.282</u>	<u>13.001</u>	<u>5.093</u>	<u>10.158</u>	<u>5.099</u>	<u>107.531</u>	<u>168.317</u>

a.2) Mútuo Controlada X Partes Relacionadas - Passivo

Ecofor		36	-
Ecoosasco		-	2.534
Atlantis		3.794	4.191
Apogeu		2.016	2.681
Marquise 1		1.050	-
Acauã		-	1.965
Chácara Paraíso		1.552	1.034
		8.448	12.406

**Pessoas ligadas**

José Carlos Valente Pontes			161
Marquise 3		95	-
Marquise 5		97	-
		193	161
		8.641	12.567

a.3) Mútuo Controladas - Passivo

Mútuo Passivo - Consolidado

**Controladas**

	2011	2010
Gran Marquise	2316	
Marquise 3	95	
Marquise 5	97	
outros	1.588	
	4.096	26.884

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

b.1) Ativo

## 1.1.) Consolidado e controladora

## Adiantamento para futuro aumento de capital

**Controladas**

	2011	2010
Capitalize	3.750	300
MCC	7.834	7.829
Cia de Águas	1.960	1.590
Marquise Empreendimentos S.A.	2.412	4
Centurion	19	19
Marquise Sul	<u>30</u>	<u>30</u>
	16.005	9.772

**Empresas ligadas**

Marquise Empreendimentos Imobiliários		2.606
Águas de Caririaca	65	65
CBR011	18.761	1.306
Rio Ambiental S.A.	<u>11.839</u>	<u>11.838</u>
<b>total</b>	<u>30.664</u>	<u>15.815</u>
	46.669	25.587

## b.1) Passivo

## 1.1.) Consolidado

	Consolidado			Total	
	Marquise	Capitalize	Marquise Centros Comerciais	2011	2010
José Carlos Valente Pontes	1.626	2.581	5.726	9.933	52.732
José Erivaldo Arraes	<u>6</u>	<u>2.581</u>	<u>5.726</u>	<u>8.313</u>	<u>51.113</u>
	<u>1.632</u>	<u>5.162</u>	<u>11.452</u>	<u>18.246</u>	<u>103.845</u>

## 1.1.) Controladora

	Controladora	
	2011	2010
José Carlos Valente Pontes	1.626	44.425
José Erivaldo Arraes	<u>6</u>	<u>42.807</u>
	<u>1.632</u>	<u>87.232</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, onde os mesmos não influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia com suas controladas, entidades controladas em conjunto, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

As operações de mútuo não são vinculadas a nenhuma taxa e atualização e possuem prazo de vencimento indeterminado.

**II. Investimentos**

## a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Participações societária permanentes:				
Em controladas	-	-	98.653	67.819
Outros investimentos	<u>7.517</u>	<u>6.820</u>	<u>7.517</u>	<u>6.820</u>
	<u>7.517</u>	<u>6.820</u>	<u>106.170</u>	<u>74.639</u>
	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Saldos iniciais	6.820	-	74.639	74.038
Equivalência patrimonial	(595)	-	73.296	601
Equivalência patrimonial - Outros			(1.412)	
Aquisição de investimento	1.107	-		
Baixa de Investimento		(9.043)	(76)	
Aumento de capital	185		2.185	
Recebimento de dividendos	-	15.863	(42.979)	
Outros	-		<u>517</u>	
Saldos finais	<u>7.517</u>	<u>6.820</u>	<u>106.170</u>	<u>74.639</u>

## a.1.) Conciliação do resultado de equivalência

	Controladora	
	2011	2010
Resultado de Equivalencia Controladas	73.296	38.754
Resultado de Equivalencia - Outras	(1.412)	-
Provisão para perca de Investimentos	<u>(4.052)</u>	-
Saldos finais	<u>67.832</u>	<u>38.754</u>

## b. Investimento pelo método de Equivalência Patrimonial

	Controladora	
	2011	2010
<b>Investimentos Avaliados pela Equivalência Patrimonial</b>	<b><u>112.653</u></b>	<b><u>67.819</u></b>
Marquise Empreendimentos S/A	12.515	12.825
Capitalize Fomento Comercial Ltda	5.060	5.699
Ecofor Ambiental S/A	32.688	20.062
Ecoasco Ambiental S/A	8.713	4.590
Marquise Sul Emp. Imobiliários Ltda	17.052	14.235
Atlantis Adm. Participações Ltda	13.828	4.867
Centurion Adm Participações Ltda	6.568	5.338
Apogeu Emp. Imobiliários SPE Ltda	1.140	78
Santo Inácio Empr. Imobiliários SPE Ltda	-	54
Isla Jardim Empr. Imobiliários SPE Ltda	-	37
Marquise 1 Empr. Imobiliários SPE Ltda	-	34
Marquise 2 Empr. Imobiliários SPE Ltda	-	-
SCP Projeto Chacara do Paraíso	1.098	-
SCP Adutora Acauã	12.806	-
SCP Gameleira	1.003	-
SCP CE 040	182	-
	<u>7.516</u>	<u>6.820</u>
<b>Investimentos não consolidados</b>	<b>8</b>	<b>-</b>
Marquise Empreendimentos	1.504	1.319
Ecourbis Ambiental S.A	2.273	2.117
ENOB CONCESSÕES S/A	1.995	1.648
SCP Queiroz Galvão	1.691	1.691
SCP Walter Torre	45	45
Agua de Cariaca S.A		

	Capital social		Quantidade de ações		Quotas		Patrimônio líquido		Participação %		Resultado de equivalência	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Marquise Empreendimentos S/A	35.120	35.124	4.011	4.011	-	-	26.545	27.198	47,15%	47,15%	(309)	116
Capitalize Fomento Mercantil	18.833	14.833	-	-	8.526	8.526	8.803	9.915	57,48%	57,48%	(639)	(6.305)
Ecoosasco Ambiental S/A	1.000	1.000	1.000	1.000	-	-	8.713	4.590	100%	100%	4.122	3.747
Marquise Sul Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.828	1.828	-	-	1.788	1.788	17.434	14.554	97,81%	97,81%	2.817	1.649
Atlantis Administração e Participações SPE Ltda.	100	100	-	-	60	60	23.047	8.112	60%	60%	8.961	-
Centurion Administração e Participações Ltda.	2.054	2.054	-	-	2.014	2.014	6.698	5.444	98,05%	98,05%	1.230	-
Companhia de Água e Esgoto de Maracanaú	1.000	1.000	-	-	950	950	(232)	1.569	95%	95%	-	(9)
Apogeu Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	100	195	-	-	100	100	1.139	128	100%	33%	1.062	-
Ecofor Ambiental S/A	5.142	1.142	1.142	1.142	-	-	32.688	20.061	100%	100%	41.605	32.874
Marquise Isla Jardim Empreendimento Imobiliários SPE Ltda.	100	300	-	-	100	100	(327)	110	100%	33%	(37)	-
Marquise 1 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	300	194	-	-	100	100	(200)	(1)	33%	33%	(35)	-
Santo Inácio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda	100	135	-	-	100	100	(153)	(2)	100%	33%	(54)	-
Marquise 2 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	300	300	-	-	-	-	(941)	(587)	33%	33%	-	-
Marquise Centros Comerciais	150	19.430	-	-	-	-	(4.457)	15.310	66,66%	66,66%	-	(100)
SCP - Chácara Paraíso	630	630	-	-	-	-	1.608	1.388	68,27%	68,27%	580	-
Acauã	30	-	-	-	-	-	28.458	-	45%	0%	12.808	-
Gameleira	-	-	-	-	-	-	2.007	-	50%	0	1.003	-
CE - 040	-	-	-	-	-	-	364	-	50%	0	182	-

### c. Propriedade para investimentos

O Pronunciamento Técnico CPC 28 (Propriedades para Investimento) define que as propriedades que sejam mantidas pela Companhia com o objetivo de auferir renda de aluguel ou para valorização do capital caracterizam-se como propriedades para investimento. Por este motivo, a Administração da Companhia definiu que alguns de seus terrenos serão destinados à obtenção de renda por meio de valorização de capital. Estes terrenos estão contabilizados pelo seu valor de custo de aquisição.

	Controladora	
	2011	2010
Terreno comarca de ubatuba	2.000	2.000
Lote de terra denominado São Pedro	160	160
Lote de terra denominado Nova Esperança	290	290
Lote de terra denominado Bela Vista	50	50
Terreno situado na cidade de Caucaia	800	800
Terreno situado na cidade de Manaus	261	100
Outros investimentos	266	-
	<u>3.827</u>	<u>3.400</u>

A Companhia optou por manter o registro das propriedades para investimento pelo método do custo. Adicionalmente, a companhia optou também pela divulgação do valor justo dessas propriedades, que representam R\$ 3.945 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

### 12. Imobilizado

	Consolidado				
				2011	2010
	Taxas anuais	Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10%	4.797	419	4.378	1.717
Aparelhos e Ferramentas	33%	1.054	493	561	456
Computadores e Periféricos	33%	4.076	3.601	475	459
Edificações	4%	27.308	15.561	11.747	12.314
Imobilização em Andamento		9.739	-	9.739	3.384
Instalações	4%	11.432	7.519	3.913	3.974
Máquinas e Equipamentos	20%	16.956	7.494	9.462	9.130
Móveis e Utensílios	14%	9.256	6.733	2.523	2.358
Outras Imobilizações Técnicas		149	149	-	150
Telefonia	33%	827	531	296	482
Terrenos			22.664	22.664	19.314
Tratores	20%	11.833	5.102	6.731	7.199
Veículos	20%	<u>30.681</u>	<u>13.688</u>	<u>16.993</u>	<u>13.719</u>
<b>Total</b>		<u>150.772</u>	<u>61.290</u>	<u>89.482</u>	<u>74.655</u>
				2011	2010
	Taxas anuais	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Aeronave	10%	4.798	419	4.379	1.716
Aparelhos e Ferramentas	33%	654	371	283	319
Computadores e Periféricos	33%	2.834	2.526	308	831
Imobilização em Andamento		1.819	-	1.819	442
Instalações	4%	164	67	97	106
Máquinas e Equipamentos	20%	9.212	4.463	4.749	4.550
Móveis e Utensílios	14%	1.677	946	731	881
Outras Imobilizações Técnicas		2	2	-	4
Telefonia	33%	175	94	81	174
Tratores	20%	8.171	4.229	3.942	3.981
Veículos	20%	<u>30.523</u>	<u>13.584</u>	<u>16.939</u>	<u>14.180</u>
<b>Total</b>		<u>60.029</u>	<u>26.701</u>	<u>33.328</u>	<u>27.184</u>

No exercício corrente a Companhia contratou empresa especializada para realizar a revisão da vida útil e do valor residual dos bens integrantes do ativo imobilizado. A revisão levou em consideração o uso esperado do ativo, avaliado com base na sua produção física esperada, desgaste físico normal esperado e a obsolescência técnica proveniente de mudanças ou melhoria na utilização dos bens. Os efeitos da revisão foram contabilizados de forma prospectiva.

Abaixo demonstramos a movimentação do custo

	Consolidado			Saldo Final 31/12/2011
	Saldo Inicial 31/12/2010	Adições	Baixas	
Aeronave	1.962	2.835	-	4.797
Aparelhos e Ferramentas	859	305	(110)	1.054
Computadores e Periféricos	4.123	249	(296)	4.076
Edificações	27.138	6.161	(5.991)	27.308
Imobilização em Andamento	3.384	8.638	(2.283)	9.739
Instalações	10.670	903	(141)	11.432
Máquinas e Equipamentos	16.429	4.056	(3.529)	16.956
Móveis e Utensílios	8.393	1.791	(928)	9.256
Outras Imobilizações Técnicas	162	-	(13)	149
Telefonia	853	6	(32)	827
Terrenos	19.314	4.543	(1.193)	22.664
Tratores	11.833	1.256	(1.256)	11.833
Veículos	26.101	5.483	(903)	30.681
	<u>131.221</u>	<u>36.226</u>	<u>(16.675)</u>	<u>150.772</u>
	Controladora			
	Saldo Inicial 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldo Final 31/12/2011
Aeronave	1.962	2.835	-	4.797
Aparelhos e Ferramentas	656	104	(106)	654
Computadores e Periféricos	2.975	154	(295)	2.834
Imobilização em Andamento	442	1.490	(114)	1.818
Instalações	219	4	(59)	164
Máquinas e Equipamentos	9.789	1.823	(2.399)	9.213
Móveis e Utensílios	2.196	185	(704)	1.677
Outras Imobilizações Técnicas	16	-	(13)	3
Telefonia	201	-	(26)	175
Tratores	8.171	1.256	(1.256)	8.171
Veículos	25.944	5.405	(826)	30.523
	<u>52.571</u>	<u>13.256</u>	<u>(5.798)</u>	<u>60.029</u>

As baixas no período são decorrente de dois principais fatores: i) a Companhia em sua atividade de limpeza urbana tem como obrigação contratual renovar constantemente a sua frota de veículos (caminhões e compactadores) e tratores num prazo de vida útil de 5 anos; ii) realização de trabalho de revisão da vida útil e do estado de conservação dos bens, baixando como perda os bens inservíveis.

### 13. Intangível

	Consolidado		2011	2010
	Taxas anuais	Amortização Custo acumulada	Líquido	Líquido
Concessões - Tratores	20%	2.510	2.008	-
Concessões - Veículos	20%	14.140	10.861	3.251
Outros	-	1.787	1.787	4.585
Total		<u>18.437</u>	<u>14.656</u>	<u>7.836</u>

	Consolidado			Saldo Final 31/12/2011
	Saldo Inicial 31/12/2010	Adições	Baixas	
Concessões - Tratores	-	2.510	-	2.510
Concessões - Veículos	4.070	10.264	(194)	14.140
Outros	4.585	-	(2.798)	1.787
	<u>8.655</u>	<u>12.774</u>	<u>(2.992)</u>	<u>18.437</u>

### 14. Fornecedores

	Consolidado		Controlada	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores de materiais e serviços diversos	<u>176.575</u>	<u>133.051</u>	<u>65.525</u>	<u>42.935</u>
	<u>176.575</u>	<u>133.051</u>	<u>65.525</u>	<u>42.935</u>
Circulante	32.597	51.592	10.609	13.073
Não circulante	143.978	81.459	54.916	29.862

O prazo médio de vencimento das obrigações com fornecedores do grupo é de 60 dias e não existe concentração do saldo a pagar em determinados fornecedores.

### 15. Empréstimos e financiamentos

Composição do endividamento consolidado

Instituição Financeira	Taxa	Vencimento	Tipo	2011	2010
Banco Bradesco S/A	7,95 à 13,01% a.a	2017	Finame	14.097	15.126
Banco do Brasil S/A	9,30% a.a	2013	Finame	304	1.185
Banco Itaú S/A	10,22% a.a	2012	Finame	1.072	1.677
Banco Safra S/A	8,74 à 9,41% a.a	2015	Finame	4.304	3.087
Banco Votorantim S/A	9,46 % a.a	2013	Finame	623	1.315
Banco Vokswagen S/A	12,11% a.a	2015	Finame	543	784
Caterpillar	5,61% à 8,20% a.a	2016	Finame	5.068	4.321
Bic - Banco Indl e Coml S/A	12,28% a.a		Capital de Giro	-	8.628
Banco do Brasil	18,16% a.a	2012	Capital de Giro	378	-
Banco Itaú S/A	2,30% a.a	2012	Capital de Giro	7.117	7.114
Caterpillar	18,49% a.a	2012	Leasing	69	442
Bic - Banco Indl e Coml S/A	7,40 % a.a		Conta Garantida	-	1.806
Banco Bradesco	-	2012	Conta Corrente	13	-
Banco BNB	-	2012	Conta Corrente	82	-
BANCO HSBC	-		Conta Garantida	121	121
Banco Real S/A	-	2012	Conta Corrente	7	15
Banco Santander	-	2012	Conta Corrente	292	-
Banco Safra	4% a.a	2012	Conta Garantida	719	1.542
Total				<u>34.809</u>	<u>47.162</u>
Circulante				19.977	31.193
Não-Circulante				14.832	15.970

Vencimento do Principal e dos Juros dos Financiamentos no Não-Circulante

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
2011	-	
2012	19.977	31.193
2013	8.293	8.942
Após 2013	<u>6.539</u>	<u>7.027</u>
	<u>34.809</u>	<u>47.162</u>

A Companhia concentra a maior parte de seus empréstimos na aquisição de imobilizado - utilizado na operação - notadamente veículos e equipamentos para utilização na atividade de Limpeza Urbana.

Garantias

As garantias são prestadas mediante avais dos acionistas, além dos próprios bens (garantia real) e as faturas de contrato de prestação de serviços, para todos os contratos do endividamento.

Covenants

Os contratos firmados pela companhia não possuem covenants.

#### 16. Obrigações trabalhistas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Salários a Pagar	338	212	107	58
Fundo de garantia - FGTS	920	610	425	378
Previdência social - INSS	2.882	2.198	1.602	1.331
Contribuição Sindical	165	170	44	90
Férias e encargos	9.401	6.292	5.346	4.003
Outros	79	728	16	8
	<u>13.785</u>	<u>10.210</u>	<u>7.540</u>	<u>5.868</u>

#### 17. Obrigações tributárias

Obrigações correntes

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Parcelamentos:				
Refinanciamento de tributos federais - REFIS IV	13.931	6.566	11.113	4.972
Impostos a recolher:				
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	6.606	7.367	3911	6256
Imposto sobre serviços - ISS	3.687	2.101	581	584
Previdência social - INSS retido	621	200	184	4
Programa de integração social - PIS	1.595	1.762	895	1.521
Imposto de renda	6.702	3.375	51	1.311
Contribuição a social	4.149	2.161	265	544
Outros	1.340	814	447	311
Impostos Diferidos s/ faturamento	<u>2.614</u>	<u>1.358</u>	-	-
	<u>41.245</u>	<u>25.704</u>	<u>17.447</u>	<u>15.503</u>
Circulante	<u>27.314</u>	<u>17.756</u>	<u>6.334</u>	<u>10.414</u>
Não circulante	13.931	7.948	11.113	5.089

Obrigações diferidas

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Débitos Tributários Diferidos (sobre diferenças temporárias)				
Imposto de Renda	39.787	34.378	22.065	19.402
Contribuição Social sobre o Lucro	15.364	13.569	8.593	7.689
Programa de Integração Social - Pis	1.743	2.571	1.243	1.952
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins	8.770	13.969	6.465	9.696
Imposto sobre Serviços - ISS	<u>3.167</u>	<u>8.813</u>	<u>177</u>	<u>5.215</u>
	<u>68.831</u>	<u>73.300</u>	<u>38.543</u>	<u>43.954</u>
Circulante				
Não circulante	68.831	73.300	38.543	43.954

Até o presente momento a Companhia vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa e aguarda por parte da Secretária da Receita Federal a consolidação dos débitos.

A legislação do Imposto de Renda, especificamente nos art. 408 a 409 do Regulamento de Imposto de Renda de 1999, estabelece que no caso de empreitada ou fornecimento contratado, com pessoa jurídica de direito público, ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, o contribuinte poderá diferir a tributação do lucro até sua realização, observado os seguintes aspectos:

I - poderá ser excluída do lucro líquido do período de apuração, para efeito de determinar o lucro real, parcela do lucro da empreitada ou fornecimento computado no resultado do período de apuração, proporcional à receita dessas operações consideradas nesse resultado e não recebida até a data do balanço de encerramento do mesmo período de apuração;

II - a parcela excluída nos termos do inciso I deverá ser computada na determinação do lucro real do período de apuração em que a receita for recebida.

A Companhia utiliza-se dessa prerrogativa da legislação federal na apuração do seu Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e difere o pagamento desses tributos na apuração do Lucro Real ao adicionar o lucro bruto das transações que se realizaram financeiramente no período e excluir o lucro bruto que não se realizou.

Esse processo de adição e exclusão do lucro bruto requer um sistema de controle fiscal extremamente eficaz para evidenciar com exatidão a apuração do lucro bruto para cada transação, que implica em mensurar para cada transação de receita de prestação de serviços o custo correspondente, o mês em que deve ser diferido o pagamento do tributo incidente (exclusão) e o mês em que deve ser oferecida à tributação (adição), devido o volume de transações e a relevância dos valores envolvidos. A Administração da Companhia tem enviado esforço no sentido de desenvolver essa sistemática de controle fiscal, estando em andamento a revisão dos processos internos e a identificação das transações de prestação de serviços com saldos em aberto visando apurar o montante do lucro diferido, com previsão de término para o segundo semestre de 2012.

Atualmente os controles internos mantidos pela Companhia carecem de aprimoramento e não apresentam com segurança a estimativa contábil do lucro bruto diferido em 31 de dezembro de 2011, base para cálculo do IRPJ e da CSLL Diferida. Isto posto, conforme previsto no CPC 23, a Companhia ficou impossibilitada de aferir a estimativa da provisão do IRPJ e da CSLL sobre o lucro diferido e conforme permite a referida norma contábil, não constituiu a referida provisão.

O IRPJ e a CSLL Diferida apurado e contabilizado pela Companhia, tem como base de cálculo os encargos financeiros (juros, multa e correção) de atualização dos títulos a receber, previsto em cláusula contratual, que também possuem o seu recolhimento diferido utilizando-se da mesma prerrogativa fiscal. A apuração dessa estimativa contábil foi possível, considerando o adequado sistema financeiro de controle sobre o saldo das contas a receber em aberto sem necessidade de estimativas ou julgamentos.

#### 18. Provisão para contingências e Depósitos Judiciais

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Em conformidade às informações prestadas por seus assessores legais, a Companhia constituiu provisão no montante de R\$ 5.048 mil em 2011

(2010: R\$ 6.713 mil) no consolidado, sendo considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha registrado em seus ativos os montantes de R\$ 7.748 mil (contra R\$ 5.165 mil em 2010), referentes a depósitos judiciais de processos cíveis e trabalhistas, conforme composto a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhistas	2.950	1.186	2.613	1.756
Cível	13.565	5.402	5.135	3.409
	<u>16.515</u>	<u>6.588</u>	<u>7.748</u>	<u>5.165</u>

### 19. Adiantamento para futuro aumento de capital

#### d.1) Ativo

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Capitalize Fomento Mercantil	-	-	3.750	300
Marquise Centros Comerciais Ltda	-	-	7.863	7.829
Cia de Águas	-	-	1.960	1.590
Marquise Sul	-	30	-	30
Marquise Empreendimentos S/A	-	4	2.413	4
Centurion	-	19	19	19
Águas de Caririaca	65	65	65	65
CBR011	18.760	1.306	18.760	1.306
Rio Ambiental S/A	11.839	11.839	11.839	11.839
Frei Cirilo	-	2.605	-	2.605
	<u>30.664</u>	<u>15.868</u>	<u>46.669</u>	<u>25.587</u>

#### d.1.1.) Consolidado

	Controladas							2011
	Capitalize	MCC	Cia de Águas	Marquise Empreendimentos S/A	Centurion	MCC		
Ativo								
AFAC	3.750	7.833	1.960	2.413	19	30		16.005
	<u>3.750</u>	<u>7.833</u>	<u>1.960</u>	<u>2.413</u>	<u>19</u>	<u>30</u>		<u>16.005</u>

#### d.1.2.) Controladora

	Ligadas			2011
	Águas de Caririaca	CBR011	Rio Ambiental S/A	
Ativo				
AFAC	65	18.761	11.839	30.664
	<u>65</u>	<u>18.761</u>	<u>11.839</u>	<u>30.664</u>

#### d.2) Passivo

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
José Carlos Valente Pontes	9.933	47.006	1.626	44.425
Marquise Centros Comerciais	-	11.438	-	-
José Erivaldo Arraes	8.313	45.388	6	42.807
	<u>18.246</u>	<u>103.832</u>	<u>1.632</u>	<u>87.232</u>

#### d.2.1.) Consolidado

	Consolidado				2011	2010
	Marquise	Capitalize	MCC	Total		
José Carlos Valente Pontes	1.626	2.581	5.726	9.933	52.726	
José Erivaldo Arraes	6	2.581	5.726	8.313	51.106	
	<u>1.632</u>	<u>5.162</u>	<u>11.452</u>	<u>18.246</u>	<u>103.832</u>	

#### d.2.2.) Controladora

	Controladora	
	2011	2010
José Carlos Valente Pontes	1.626	44.425
José Erivaldo Arraes	6	42.807
	<u>1.632</u>	<u>87.232</u>

A Companhia mantém valores registrados em seu patrimônio líquido como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) – de natureza irreversível e irratável- aportados pelos acionistas. Tais valores serão integralizados ao Capital Social em 2012.

### 20. Patrimônio líquido

#### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social totalmente subscrito e integralizado era de R\$98.063 representados por 1.364.562.776 ações nominativas e sem valor nominal, distribuído como segue:

Espécie/Classe de ações	Quantidade	
	2011	2010
Ordinárias	682.281.390	682.281.390
Preferenciais	682.281.386	682.281.386
	<u>1.364.562.776</u>	<u>1.364.562.776</u>

#### b. Reservas

##### · Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

##### · Reserva de retenção de lucros

A Reserva de Investimentos corresponde à parcela dos lucros da companhia, mediante deliberação de assembleia, destinados a ampliação dos negócios.

#### c. Remuneração aos acionistas

O Art. 16 do estatuto social da Companhia define que o lucro líquido do exercício após feitas as compensações previstas na lei societária, ficará à disposição da Assembléia Geral para posterior destinação. Evidencia ainda que não haverá a distribuição do dividendo obrigatório previsto no Art. 202 da lei societária.

### 21. Receitas líquidas de vendas

Em atendimento aos padrões internacionais de contabilidade, a apresentação da receita bruta na demonstração de resultados da Companhia deixou de ser evidenciada. Apresentamos a seguir a composição da receita líquida:



## Instrumentos Financeiros por Categoria:

Ativos Financeiros	Empréstimos e Recebíveis		Total	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e Equivalente de Caixa	1.063	17.502	1.063	17.502
Contas a Receber	300.278	296.944	300.278	296.944
Créditos com Terceiros (Ativo)	57	173	57	173
Partes Relacionadas (Ativo)	45.679	30.390	45.679	30.390
Outras Contas a Receber	<u>10.788</u>	<u>11</u>	<u>10.788</u>	<u>11</u>
	<u>357.865</u>	<u>345.020</u>	<u>357.865</u>	<u>345.020</u>
Passivos Financeiros	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		Total	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores	53.004	52.725	53.004	52.725
Empréstimos e Financiamentos	15.312	28.945	15.312	28.945
Créditos com Terceiros (Passivo)	868	1.021	868	1.021
Partes Relacionadas (Passivo)	64.708	9.567	64.708	9.567
Outras Obrigações	<u>424</u>	<u>157</u>	<u>424</u>	<u>157</u>
	<u>134.316</u>	<u>92.415</u>	<u>134.316</u>	<u>92.415</u>

## Risco de Crédito

A Companhia adota eficazes políticas de crédito desenvolvidas por seus Gestores e aprovadas por sua alta administração. As melhores práticas de mercado, aliadas ao profundo conhecimento de seus negócios, possibilitaram e determinaram a definição, elaboração e aprovação de ações necessárias à proteção dos recebíveis de seu Grupo de Clientes.

A Gestão de Risco de Crédito é realizada de forma customizada para cada área de atuação, pois a Companhia atua em diferentes segmentos. A personalização visa alavancar os resultados tornando-os mais efetivos e respeitando as particularidades de cada negócio.

No segmento Imobiliário preventivamente no ato da venda é utilizada criteriosa análise de risco de crédito, iniciando com a consulta da situação cadastral dos mesmos junto às empresas especializadas em apontamentos cadastrais, passando por detalhada confecção de cadastro e checagem das informações até a aplicação de Instrumento que visa atribuir /mensurar a capacidade de crédito de cada Cliente. Na recuperação de créditos vencidos são aplicadas diariamente ações de cobrança que vão desde ligações telefônicas, cartas de cobrança, positivação de Clientes e outras até ações judiciais de reintegração de posse.

Face medidas preventivas e de recuperação, em 2010, o segmento imobiliário fechou com índice de inadimplência geral de 1,23%, demonstrando o sucesso de sua Política de Risco de Crédito.

No segmento Público (atua em Serviços Ambientais Sustentáveis e Obras Públicas) as ações preventivas começam pela escolha criteriosa das licitações, essa objetiva não apenas a simples captação de possíveis Contratos, mas também a garantia de futuros créditos saudáveis com o Ente Público. Nos editais são observadas e analisadas a existência, origem e disponibilidade dos recursos financeiros. Em Serviços Ambientais, por se tratar de atividade que compõe o custeio do Município, ser de primeira necessidade e por característica um serviço continuado, possui prioridade de recebimento frente outros fornecedores. Em segundo momento, durante a execução dos contratos, a empresa prima pela excelência na execução de toda sua cadeia de serviços, garantindo o perfeito andamento do processo de recebimento, esse acompanhado sistematicamente pelo Gestor principal de cada negócio até o seu efetivo recebimento.

A Companhia possui Departamento Jurídico próprio e convênio com Escritórios Advocatícios visando executar ações de cobrança judiciais sempre que necessário.

A Companhia historicamente tem perfil moderado em relação ao risco e costuma investir seus excedentes de Caixa em Títulos Líquidos e em Instituições Financeiras com classificações boa ou ótima nas agências de classificação de risco.

Não é política fornecer garantias financeiras como aval para terceiros, exceto para empresas em que possui participação acionária e mesmo assim após aprovação formalizada via Ata.

## Risco de Liquidez

Historicamente a empresa mantém em dia o pagamento de seus passivos, refletindo na inexistência de ocorrências de protestos e ótima reputação junto a Fornecedores, Instituições Financeiras, Colaboradores e Clientes. A Companhia é reconhecida no Mercado por sua solidez.

A administração financeira visa garantir recursos necessários não apenas para a liquidação diária dos compromissos, mas a suficiente para atender sem contratempos as necessidades de Caixa, possibilitando uma gestão mais eficaz sem perdas financeiras ou riscos a reputação da Organização.

A Companhia utiliza Orçamento de Caixa visando efetivo o controle de suas receitas e despesas auxiliando a administração do fluxo de caixa e controle da liquidez. Diariamente mantém disponibilidade para o cumprimento de suas obrigações, além de reservas garantindo atendimento das necessidades de Caixa por período não inferior a 30 dias.

Além disso, existe possibilidade de obtenção de limites de crédito, caso necessário, devido aos números positivos da empresa, ótimo relacionamento e conceito junto ao mercado financeiro.

A Empresa vem obtendo seguidamente ao longo de suas atividades bons índices de liquidez, fato público que pode ser visto em seu balanço.

O grau de diversificação de segmentos de negócios e contratos contribui para um fluxo regular de recebíveis, garantindo a sustentabilidade da liquidez e reduzindo possíveis problemas pela concentração em poucos Clientes.

## Risco de Mercado

O Risco de Mercado da empresa é considerado baixo, visto sua reduzida exposição às variações do Mercado de Câmbio, por não operar em Bolsa de Valores através da compra e venda, opções de ações ou quaisquer outras modalidades, e face suas operações de créditos estarem concentradas em Contratos de Fime, parte sujeitos apenas variação da TJLP e outros contratados a taxa pré-fixadas via PSI-Programa de Sustentação do Investimento. Os Limites de Crédito disponíveis estão indexados ao CDI, limites esses de utilização eventual. Existem contratos firmados de Crédito Direto ao Fornecedor a taxas pré-fixadas, ou seja, sem ocorrência de indexador. O nível de endividamento e sua disposição, concentrado em Fime, não colocariam a empresa em risco em caso da ocorrência de forte crise econômica, que afetasse de forma efetiva a oferta de crédito no País.

A atividade estável e crescente em todos os segmentos de negócios da Companhia demonstra ao Mercado sua solidez, versatilidade, capacidade de gestão, visão e capacidade de planejamento a longo prazo.

A Companhia não tem participação em outras Organizações com exposição ao Mercado de Câmbio, Bolsa de Valores ou que apresente elevado nível de endividamento.

Os Contratos firmados com Clientes são sujeitos a correções de seus saldos. As correções variam de acordo com o negócio. Nos empreendimentos imobiliários os índices de correção são INCC e IGPM + 1% AA. No segmento de Obras Públicas, em regra, a correção é a partir do 12º mês sendo aplicado o INCC. Nos contratos de Serviços de Limpeza Urbana a correção normalmente é definida a cada contrato levando em conta índices de inflação do período.

## Risco Operacional

As atividades empresariais da Companhia envolvem a exposição a riscos que podem ocasionar intervenções nas rotinas operacionais de trabalho.

A área de Engenharia de Infraestrutura, por concentrar obras públicas de grande porte, apresenta vulnerabilidades em função da complexa técnica construtiva, que exige o domínio de tecnologias inovadoras para a implementação dos empreendimentos. Ademais, os riscos de acidentes de trabalho e a possibilidade de inadimplência dos contratantes constituem fatores que podem afetar a normalidade da execução de suas atividades. As unidades da empresa que atuam no setor de Serviços Ambientais Sustentáveis estão expostas à capacidade de solvência dos órgãos clientes, mormente os poderes públicos municipais. A inadimplência pode comprometer o equilíbrio financeiro da empresa, tendo como implicações a alteração da regularidade dos serviços. Da mesma forma, a realização dos serviços contempla a geração potencial de impactos ambientais, por se tratar de serviços relacionados ao manejo e gestão de resíduos sólidos.

A empresa atua no ramo de Incorporação Imobiliária por meio da participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE's). Logo, o risco incorrido diretamente pela Companhia decorre basicamente de dois motivos: (a) relativa baixa liquidez dos imóveis mantidos em portfólio, visto que representam produtos de elevado valor relativo; e (b) eventual volatilidade dos preços dos imóveis, que poderá gerar efeitos no valor da carteira de estoques.

Como forma de atenuar os riscos operacionais decorrentes de suas atividades, a Companhia possui certificações internacionais de qualidade substanciadas em matriz de procedimentos de gestão e operacionais, tendo como finalidade auferir eficiência e segurança às suas operações. A ênfase atribuída a tecnologias modernas e metodologias de trabalho eficientes confere à empresa know how e excelência executiva. Alinhado à sua filosofia empresarial, o gerenciamento dos riscos engloba a gestão de recursos financeiros, que oferece provisão à empresa dos fundos necessários ao financiamento das suas operações.

A Companhia mantém atividade de obras de infraestrutura através de consórcios e SCPs com empresa que se encontra em processo de recuperação judicial, tendo assumido integralmente a gestão operacional e administrativa/financeira do negócio, como forma de garantir a execução das obras e o cumprimento das obrigações contratuais assumidas com o poder público

#### Gestão de Capital

O financiamento das operações da Companhia decorre da composição entre capital próprio e de terceiros. A estrutura de capital da empresa busca otimizar seu custo de capital, garantindo captação de recursos em condições favoráveis e convergentes com o grau de risco de seu setor de atuação. Como parte da estratégia financeira, sua política de investimentos tem como foco o crescimento sustentado por meio da expansão de sua capacidade operacional. Para isso, a empresa dispõe de linhas de financiamento de baixo custo, bem como reinveste fração considerável do resultado obtido. A política de distribuição de dividendos, por conseguinte, é consistente com sua visão de expansão de longo prazo.

Por atuar em segmentos nos quais se faz necessária a manutenção de volume significativo de recursos em capital de giro, a empresa administra com rigor sua posição de caixa e aplicações de curto prazo, tendo acesso à conta garantida em instituições financeiras com limites pré-aprovados.

A inadimplência dos órgãos contratantes constitui o maior fator de risco relacionado à gestão de capital da empresa, visto que a impelirá a captar recursos de maior custo e elevará sua alavancagem. Deste modo, o planejamento financeiro destinado a definir a composição de capital e as fontes de financiamento de suas atividades oferecem à Companhia um modelo de gestão que objetiva se adequar ao crescimento almejado por sua administração.

#### 26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

#### 27. Informação por negócio

Critério de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio. Os segmentos operacionais apresentados nas demonstrações financeiras são demonstrados abaixo:

- Serviços de ambientais;
- Obras de Engenharia de Infraestrutura;
- Incorporação imobiliária;
- Serviços de hotelaria;
- Serviços financeiros;

As informações sobre as atividades de hotelaria e serviços financeiros estão sendo apresentadas com o termo "demais" por não representarem relevância no conjunto das demonstrações financeiras.

Informações consolidadas dos segmentos operacionais

	Consolidado					Controladora			
	Serviços Ambientais Sustentáveis	Obras de Engenharia de Infraestrutura	Engenharia de Incorporação Imobiliária	Outros	Total	Serviços Ambientais Sustentáveis	Obras de Engenharia de Infraestrutura	Incorporação Imobiliária	Total
Receita bruta de Vendas	389.040	165.922	68.340	21.763	645.066	176.081	143.273	8.044	327.397
Impostos sobre vendas e outras deduções	(40.609)	(16.387)	(2.765)	(2.829)	(62.590)	(18.467)	(15.027)	(844)	(34.338)
Receita Líquida de Vendas	348.431	149.535	65.576	18.934	582.476	157.613	128.246	7.200	293.060
Custo das Vendas	(227.393)	(117.866)	(39.190)	(15.178)	(399.628)	(124.296)	(101.137)	(5.678)	(231.111)
Lucro Bruto	121.038	31.669	26.386	3.756	182.848	33.317	27.109	1.522	61.949
Despesas com Vendas e Operacionais	(81.032)	(37.444)	(6.592)	(9.710)	(134.778)	(44.291)	(36.038)	(2.023)	(82.352)
Resultado	40.006	(5.775)	19.794	(5.955)	48.070	(10.974)	(8.929)	(501)	(20.403)

	Consolidado					Controladora			
	Serviços Ambientais Sustentáveis	Obras de Engenharia de Infraestrutura	Engenharia de Incorporação Imobiliária	Outros	Total	Serviços Ambientais Sustentáveis	Obras de Engenharia de Infraestrutura	Incorporação Imobiliária	Total
Receita bruta de Vendas	328.613	180.149	41.626	19.759	570.146	167.988	175.642	9.378	353.008
Impostos sobre vendas e outras deduções	(33.403)	(17.590)	(2.098)	(2.249)	(55.340)	(16.897)	(17.666)	(942)	(35.505)
Receita Líquida de Vendas	295.210	162.559	39.528	17.510	514.806	151.091	157.975	8.435	317.502
Custo das Vendas	(217.352)	(114.336)	(22.677)	(8.615)	(362.981)	(109.354)	(114.336)	(6.105)	(229.795)
Lucro Bruto	77.858	48.223	16.850	8.894	151.825	41.738	43.639	2.330	87.708
Despesas com Vendas e Operacionais	(62.362)	(34.059)	(8.282)	(3.668)	(108.371)	(38.656)	(40.417)	(2.159)	(81.232)
Resultado	15.496	14.164	8.568	5.226	43.454	3.082	3.222	171	6.476

As informações acerca do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização pela Administração da Cia. dos referidos dados de forma segmentada, uma vez que os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

**José Carlos Valente Pontes**  
Diretor Presidente Administrativo Financeiro

**José Ferreira de Sousa Júnior**  
Gerente de Contabilidade CRC SP-222106/O-5 S-CE

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Acionistas

Construtora Marquise S.A.

Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Construtora Marquise S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(i) Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia está envidando esforço no sentido de aprimorar seu sistema de mensuração dos passivos fiscais diferidos sobre o diferimento do resultado sobre empreitada ou fornecimento contratado com pessoas jurídicas de direito público, ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária. Até a data do encerramento dos nossos trabalhos, por não ter sido mensurado com precisão, não foi possível formarmos opinião sobre o seu adequado valor e respectivos impactos no resultado do exercício de 2011.

(ii) A controlada Ecofor Ambiental S.A. e a investida Adutora Acauã apresentaram resultado de R\$ 10.434 mil e R\$ 13.040 mil, respectivamente, referentes a exercícios anteriores, que foram contabilizados no resultado de 2011, tendo como contrapartida a conta de investimentos. Dessa forma, o investimento e o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 estão registrados corretamente, entretanto o resultado de equivalência patrimonial do exercício de 2011, proporcional aos respectivos investimentos dessas investidas está registrado a maior no montante de R\$ 23.474 mil..

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP)

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no item (i) e do efeito do assunto mencionado no item (ii) do parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas" as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Marquise S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Realização do contas a receber com entidades públicas

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 5, que ressalta que a Companhia e suas investidas possuem valores a receber relativos à prestação de serviços a órgãos públicos de exercícios anteriores, registrados na rubrica de contas a receber no ativo circulante e não circulante. A Administração da Companhia e de suas Controladas, amparadas na opinião de seus assessores legais, entendem como satisfatória a probabilidade de recebimentos destes valores, cujo desfecho e realização de tais montantes não são possíveis de avaliar na presente data.

Operações com partes relacionadas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas investidas mantêm relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas em condições diferentes das de mercado. Consequentemente, os resultados dessas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relativa a esse assunto.

#### Outros assuntos

Informações comparativas

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação. As demonstrações financeiras individuais, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 31 de março de 2011 com a) ressalva por limitação sobre investimentos da Controladora no valor de R\$32.459 mil e b) ênfase sobre operações com partes relacionadas, similar ao mencionado no parágrafo de "Ênfase" acima.

Fortaleza, 28 de abril de 2012  
KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 S-CE

Eliardo Araújo Lopes Vieira

Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRINHOS - ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO.** Anulação de Licitação na Modalidade Concorrência Pública com divulgação Nacional – LPN (PROARES) para construção de um CEI (Centro de Educação Integrada) no Município de Morrinhos CE. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Morrinhos - CE, designada pela Portaria nº 001/2012, datada de 02 de Janeiro de 2012, torna publico a ANULAÇÃO do processo na modalidade concorrência pública com divulgação nacional – LPN (proares) cujo objeto é a construção de um CEI (centro de educação integrada) no município de Morrinhos/CE, anteriormente marcada para o dia 30 de abril de 2012, às 11:00h na sede da comissão permanente de licitação onde seria recebido os documentos de Habilitação e Qualificação dos Concorrentes. Desde já encontra-se aberto o prazo recursal. Prefeitura Municipal de Morrinhos - CE e o Estado do Ceará, através da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado de Ceará – STDS. **Morrinhos - CE, 27 de abril de 2012. Antônio Herlom Marques Ursulino - Presidente da Comissão de Licitação.**

**ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI**  
**Aviso de Licitação – Pregão nº 2012.04.27.1.** A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Mauriti, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, licitação na modalidade Pregão nº 2012.04.27.1, do tipo presencial, cujo objeto é a contratação de serviços a serem prestados na locação de máquinas pesadas destinadas ao atendimento das ações diversas desenvolvidas pelo Município de Mauriti/CE, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura, conforme especificações constantes no Edital Convocatório, com recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação de habilitação marcado para o dia 15 de maio de 2012, às 14:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, localizada à Rua Otávio Pimenta de Sousa, s/nº - 2º andar – Centro – Mauriti/CE. Entrega de Editais no mesmo local de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Maiores informações pelo telefone (0\*\*88) 3552-1300. Mauriti/CE, 27 de abril de 2012. Ducinéia Felinto Braga Lacerda – Pregoeira Oficial do Município.

## MARCOSA S.A. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - CNPJ Nº 04.894.077/0001-03

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Em atendimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas, o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas concernentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011. Gostaríamos de agradecer ao nosso quadro de funcionários, que com determinação e afincado desempenharam suas atribuições e aos nossos clientes e fornecedores, pelo incentivo e apoio que dispensaram aos nossos trabalhos. Fortaleza(CE), 26 de abril de 2012.

A Administração.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.267	14.937	17.732	14.972
Contas a receber de clientes	5	71.019	69.415	72.138	69.416
Estoques	7	103.905	59.000	108.016	59.080
Impostos a recuperar	8	3.874	2.055	4.353	2.061
Instrumentos financeiros	26	96	-	96	-
Despesas antecipadas		56	2.252	56	2.252
Ativos mantidos para venda		3.219	-	3.219	-
Outras contas a receber		2.971	4.321	3.117	4.614
		<u>202.407</u>	<u>151.980</u>	<u>208.727</u>	<u>152.395</u>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	6	11.171	-	11.171	-
Empréstimos concedidos	11	516	-	516	-
Depósitos judiciais	10	819	6.724	819	6.724
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	1.487	-	-
Instrumentos financeiros	26	3.095	-	3.095	-
Investimentos	12	2.659	457	14	457
Imobilizado	13	66.555	60.040	69.378	61.673
Intangíveis	14	5.775	5.228	5.775	5.228
		<u>90.590</u>	<u>73.936</u>	<u>90.768</u>	<u>74.082</u>
Total do ativo		<u>292.997</u>	<u>225.916</u>	<u>299.495</u>	<u>226.477</u>
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	15	137.486	109.712	143.742	110.017
Empréstimos e financiamentos	16	38.237	22.878	38.237	22.878
Obrigações sociais e trabalhistas		7.171	5.067	7.359	5.171
Impostos e contribuições		1.771	3.674	1.775	3.763
Adiantamento de clientes		5.368	8.322	5.372	8.385
Tributos parcelados	17	1.086	1.253	1.086	1.252
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	500	-	500
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	19	678	4.680	678	4.680
Outras contas a pagar		2.125	2.752	2.169	2.753
		<u>193.922</u>	<u>158.838</u>	<u>200.418</u>	<u>159.399</u>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	16	49.503	13.553	49.503	13.553
Provisões	18	2.693	8.518	2.693	8.518
Tributos parcelados	17	1.427	2.371	1.427	2.371
Passivo fiscal diferido	9	174	-	174	-
		<u>53.797</u>	<u>24.442</u>	<u>53.797</u>	<u>24.442</u>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	19	20.385	25.016	20.385	25.016
Ações em tesouraria		-	(1.775)	-	(1.775)
Reservas de capital		2	2	2	2
Reservas de lucros		24.891	19.393	24.891	19.393
		<u>45.278</u>	<u>42.636</u>	<u>45.278</u>	<u>42.636</u>
<b>Participação dos não controladores</b>					
Total do passivo		<u>292.997</u>	<u>225.916</u>	<u>299.495</u>	<u>226.477</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
<b>Receita</b>	20	614.557	564.184	617.348	564.196
<b>Custo das vendas</b>	21	(495.895)	(449.878)	(498.703)	(449.887)
<b>Lucro bruto</b>		<u>118.662</u>	<u>114.306</u>	<u>118.645</u>	<u>114.309</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com vendas	22	(74.222)	(72.258)	(75.763)	(72.464)
Despesas gerais e administrativas	23	(26.500)	(19.497)	(29.751)	(19.974)
Resultado de equivalência patrimonial		(4.639)	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	24	6.436	6.294	6.490	6.974
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>					
Receitas financeiras	25	19.737	28.845	19.621	28.845
Despesas financeiras	25	(19.624)	(11.586)	(19.631)	(11.586)
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>					
Resultado antes do IR e CSLL		(8.479)	(9.646)	(8.362)	(9.646)
Imposto de renda e contribuição social		11.258	19.199	11.259	19.199
<b>Resultado antes da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>					
Reversão dos juros sobre capital próprio		(4.582)	(8.238)	(4.582)	(8.238)
Participação dos não controladores		6.675	10.961	6.677	10.961
Participação dos não controladores		1.000	2.072	1.000	2.072
<b>Lucro líquido do período</b>		<u>7.675</u>	<u>13.033</u>	<u>7.675</u>	<u>13.033</u>
<b>Lucro líquido por ação, básico e diluído (R\$)</b>		<u>36.549</u>	<u>61.477</u>	<u>36.549</u>	<u>61.477</u>
<b>Quantidade de ações</b>		<u>210</u>	<u>212</u>	<u>210</u>	<u>212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	7.675	13.033	7.675	13.033
<b>Ajustes para reconciliar o lucro</b>				
Equivalência patrimonial	4.639	-	-	-
Depreciação e amortização	6.669	13.505	6.940	13.510
Impostos diferido passivo	174	-	174	-
Valor residual do permanente baixado	6.241	3.986	6.241	3.986
Valor residual de bens mantido para venda baixado	1.415	-	1.415	-
Provisão	1.864	4.912	1.864	4.912
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	8.264	5.089	8.264	5.089
<b>Lucro líquido ajustado (Aum.) redução de ativos</b>	<u>36.942</u>	<u>40.525</u>	<u>32.575</u>	<u>40.530</u>
Contas a receber de clientes	(12.774)	9.288	(13.893)	9.287
Estoques	(44.905)	(19.497)	(48.935)	(19.577)
Impostos a recuperar	(1.819)	1.743	(2.292)	1.737
Instrumentos Financeiros	(96)	-	(96)	-
Despesas antecipadas	2.196	(2.139)	2.196	(2.139)
Depósitos judiciais	-	(3.777)	-	(3.777)
Outras contas a receber	1.349	(2.694)	1.672	(3.162)
<b>Aum.(redução) de passivos</b>				
Fornecedores	27.773	9.180	33.552	9.660
Obrigs.sociais e trabalhistas	2.103	780	2.188	884
Impostos e contribuições	(1.903)	2.114	(1.988)	2.203
Adiantamento de clientes	(2.955)	1.209	(3.013)	1.272
Tributos parcelados	(1.167)	(60)	(1.167)	(60)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(500)	500	(500)	500
Juros s/capital próprio e dividendos a pagar	(4.002)	2.880	(4.002)	2.880
Outras contas a pagar	(626)	(1.262)	(584)	(1.262)
	<u>(37.325)</u>	<u>(1.735)</u>	<u>(36.863)</u>	<u>(1.554)</u>
<b>Caixa líquido decorrente das atividades operacionais</b>	<u>(382)</u>	<u>38.790</u>	<u>(4.288)</u>	<u>38.976</u>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.487	(1.487)	-	-
Aquis.de ativo imobilizado	(28.170)	(35.904)	(29.631)	(37.542)
Compra de ativos intangíveis	(625)	(209)	(625)	(209)
Ações em tesouraria	1.420	(1.775)	1.420	(1.775)
Investims.em controlada	(7.284)	-	-	-
<b>Caixa consumido nas atividades de investimentos</b>	<u>(33.172)</u>	<u>(39.375)</u>	<u>(28.836)</u>	<u>(39.526)</u>
<b>Atividades de financiam.</b>				
Acionista	(515)	-	(515)	-
Obtenção de empréstimos e financiamentos	175.184	82.489	175.184	82.489
Amortiz.de empréstimos e financiamentos	(135.177)	(91.179)	(135.177)	(91.179)
Outros exigíveis	(39)	-	(39)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.823)	(6.258)	(1.823)	(6.258)
Outros realizáveis	(1.746)	-	(1.746)	-
<b>Caixa consumido nas atividades de financiams.</b>	<u>35.884</u>	<u>(14.948)</u>	<u>35.884</u>	<u>(14.948)</u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.330</u>	<u>(15.533)</u>	<u>2.760</u>	<u>(15.498)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.937	30.470	14.972	30.470
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>17.267</u>	<u>14.937</u>	<u>17.732</u>	<u>14.972</u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.330</u>	<u>(15.533)</u>	<u>2.760</u>	<u>(15.498)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receitas</b>	<u>678.722</u>	<u>628.302</u>	<u>681.868</u>	<u>628.316</u>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	678.206	623.886	681.351	623.899
Provisão para devedores duvidosos	(2.962)	(1.612)	(2.962)	(1.612)
Outras	3.479	6.028	3.479	6.028
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<u>510.500</u>	<u>468.679</u>	<u>514.686</u>	<u>468.890</u>
Custo de mercadoria e serviços vendidos	495.895	449.877	499.387	449.886
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<u>14.605</u>	<u>18.802</u>	<u>15.299</u>	<u>19.004</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>168.222</u>	<u>159.623</u>	<u>167.182</u>	<u>159.426</u>
<b>Retenções</b>	6.668	13.505	6.939	13.510
Depreciação e amortização	6.668	13.505	6.939	13.510
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia</b>	<u>161.554</u>	<u>146.118</u>	<u>160.243</u>	<u>145.916</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	6.506	1.940	11.269	1.940
Receitas financeiras	11.145	1.940	11.269	1.940
Resultado de equivalência patrimonial	(4.639)	-	-	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>168.061</u>	<u>148.058</u>	<u>171.512</u>	<u>147.855</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u>168.061</u>	<u>148.058</u>	<u>171.512</u>	<u>147.855</u>
Pessoal e encargos	61.441	46.489	63.498	46.756
Impostos, taxas e contribuições	76.250	76.199	76.947	76.270
Juros e aluguéis	22.695	12.336	23.392	12.479
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.823	3.258	1.823	3.258
Lucros retidos	5.852	9.776	5.852	9.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros Legal	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros (Prejs) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.715	2	743	33.176	-	-	37.636
Aumento do capital soc.com reservas	21.301	-	-	(21.301)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.033	13.033
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	(1.775)	-	(1.775)
Dividendos exercício de 2009	-	-	-	(3.000)	-	-	(3.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(2.072)	(2.072)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	652	-	-	(652)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	9.123	-	(9.123)	-
Dividendos proposto	-	-	-	-	-	(1.186)	(1.186)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>25.016</b>	<b>2</b>	<b>1.395</b>	<b>17.998</b>	<b>(1.775)</b>	<b>-</b>	<b>42.636</b>
Redução de capital	(4.631)	-	-	-	-	-	(4.631)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.675	7.675
Ações em tesouraria	-	-	-	(355)	1.775	-	1.420
Dividendos exercício de 2011	-	-	-	-	-	(823)	(823)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(1.000)	(1.000)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	384	-	-	(384)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.469	-	(5.469)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>20.385</b>	<b>2</b>	<b>1.779</b>	<b>23.113</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>45.278</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional** - Marcosa S.A. Máquinas e Equipamentos ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Avenida Visconde do Rio Branco nº 6.000, Aerolândia, Fortaleza, Ceará e tem como atividade preponderante a representação comercial, pela concessão exclusiva, dos produtos Caterpillar em todos os estados do nordeste Brasileiro. A Companhia compra, vende e aluga máquinas e equipamentos, executa manutenção e o reparo de máquinas em geral, incluindo suas partes e acessórios, bem como a prestação de serviços técnicos relacionados a esses produtos. A Companhia detém participação majoritária na empresa Marcosa Comércio de Caminhões Ltda. que tem como atividade preponderante a representação comercial, pela concessão exclusiva nos estados do Ceará e Bahia dos produtos da International Indústria Automotiva da América do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 2011 abrangem a Companhia e sua controlada (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "Companhia").

**2. Base de preparação** - *a. Declaração de conformidade* - As presentes demonstrações financeiras incluem: • As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 20 de abril de 2012. *b. Base de mensuração* - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item material reconhecido no balanço patrimonial: • Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo. *c. Moeda funcional e moeda de apresentação* - Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *d. Uso de estimativas e julgamentos* - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Contas a receber de clientes; • Nota 13 - Ativo imobilizado; • Nota 14 - Ativos intangíveis - ágio; • Nota 18 - Provisões; • Nota 26 - Instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *Base de consolidação* - *i. Controlada* - As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as

demonstrações da Companhia e sua controlada, Marcosa Comércio de Caminhões Ltda., a seguir demonstrada:

**Participação acionária**

	2011	2010
Marcosa Comércio de Caminhões Ltda	99,94%	99,94%

**Controladas relevantes**  
Marcosa Comércio de Caminhões Ltda

**Descrição dos principais procedimentos de consolidação** - • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; • Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros e prejuízos acumulados da empresa controlada; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as sociedade. *Moeda estrangeira* - *i. Transações em moeda estrangeira* - Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. *ii. Operações no exterior* - Os ativos e passivos de operações equiparadas a operações no exterior são convertidos para a moeda funcional às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações equiparadas a operações no exterior são convertidas em moeda funcional às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. **Instrumentos financeiros** - *i. Ativos financeiros não derivativos* - O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Empréstimos e recebíveis** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas nas obrigações de curto prazo. *ii. Passivos financeiros não derivativos* - Passivos financeiros não derivativos incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar (são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais

continua

do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. O grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**iii. Capital social - Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais** - Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos acionistas da Companhia. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. **Recompra de ações (ações em tesouraria)** - As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. **iv. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge** - A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. **Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, devido à imaterialidade do cálculo do valor presente das contas a receber não houve a necessidade de ajuste da receita bruta no resultado. A provisão para perda no valor recuperável do contas a receber é constituída com base na avaliação global do contas a receber, ajustada pela análise individual dos principais clientes com saldos em atraso, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação da Companhia e suas controladas e o histórico de recebimentos. **Estoques** - Os estoques são demonstrados e valorizados ao menor valor entre o custo médio apurado a cada nova compra e o valor líquido de realização ou o custo de reposição, exceto máquinas, que são valorizadas ao custo da compra, que é inferior ao valor líquido de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As ordens de serviço em andamento correspondem a custos com reparos e manutenção de equipamentos, incluindo mão-de-obra e, quando aplicável, peças para revenda e são apropriadas ao resultado quando da conclusão dos serviços, ao encerrar a ordem de serviço. **Investimentos** - Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos em controladas que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável. **Imobilizado - i. Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **ii. Cisão parcial de ativos** - Em, 28 de janeiro de 2011, a Companhia cindiu parte de seu ativo imobilizável visando readequar seus ativos com a atividade fim da empresa. A cisão, no valor de R\$ 4.631, foi aprovada em AGE realizada na mesma data. **iii. Depreciação** - A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 de Imobilizado e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **Ativos intangíveis e ágio - i. Ágio** - O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa 3(a)(i). **Mensuração subsequentes** - O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **ii. Outros ativos intangíveis** - Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **iii. Amortização** - Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada do exercício anterior e do exercício corrente é apresentada a seguir: • Softwares: 5 anos. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos

a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. **Redução ao valor recuperável (impairment)** - **i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **ii. Ativos não financeiros** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. **Ativos circulantes mantidos para venda** - São apresentados pelo menor valor entre o valor justo deduzido dos custos de venda e o seu valor residual, que contempla o custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada até a data em que são classificados como "ativos mantido para venda". São classificados como "ativos mantidos para venda", basicamente os equipamentos de aluguel Caterpillar cujos valores contábeis serão recuperados por meio da venda, em vez do uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando: (i) os equipamentos estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sendo sua venda altamente provável; (ii) a Administração está comprometida com a venda dos equipamentos desativados do imobilizado; (iii) os equipamentos são efetivamente colocados à venda por preço razoável em relação ao seu valor justo corrente; e (iv) espera-se que a venda se qualifique como concluída em até um ano a partir da data da classificação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantém registrado o montante de R\$ 3.219, sendo R\$ 2.776 proveniente de equipamentos de aluguel Caterpillar que estão fora de uso e R\$ 443, proveniente de imóvel destinado a venda. **Benefícios de curto prazo a empregados** - A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob a participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função do resultado obtido pela companhia. Em 31 de dezembro de 2011, não foi atingido o gatilho para o plano de participação nos lucros. **Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **Receita operacional** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. **i. Venda de bens** - O Grupo opera com uma rede de filiais que são pontos de vendas para a comercialização de máquinas, motores, equipamentos e peças. As vendas dos produtos são reconhecidas quando o Grupo entrega os produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado pelo cliente; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são, basicamente, realizadas por meio de faturamento, gerando um contas a receber do cliente. **ii. Serviços** - A Companhia executa manutenção e reparo de máquinas em geral, incluindo suas partes e acessórios, bem como a prestação de serviços técnicos especializados relacionados a esses produtos. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de peças, geralmente relacionada à prestação de serviços de reparos em equipamentos do cliente, é reconhecida quando da finalização do serviço. A receita de contratos de serviços de manutenção, relacionada aos contratos firmados por preço fixo, é reconhecida na medida em que a prestação de serviços é realizada. **iii. Receita de aluguel** - A Companhia aluga equipamentos que geram receitas de contratos de aluguel, reconhecida no período em que as locações são prestadas, usando o método linear de reconhecimento de receita, conforme o prazo do contrato de locação. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as

estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. **Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre recebimento de clientes, rendimento de aplicações financeiras e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros remuneratórios sobre o capital próprio e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio** - A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no percentual estabelecido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral. **Imposto de renda e contribuição social** - O Grupo calculou o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende apenas o imposto de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido integralmente no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

**Demonstrações de valor adicionado** - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicável às companhias abertas e estão sendo apresentadas como informação financeira adicional.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa	27	20	28	21
Contas correntes bancárias	7.191	2.897	7.656	2.931
Aplicações financeiras	10.048	12.020	10.048	12.020
	<u>17.267</u>	<u>14.937</u>	<u>17.732</u>	<u>14.972</u>

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados, remunerados à taxa média de 100% do CDI - Certificado de Depósito interbancário (60% em 31 de dezembro de 2010) e estão destinadas à negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. O resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

#### 5. Contas a receber de clientes - Ativo circulante - Composição dos saldos:

Nota	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Contas a receber de clientes	60.057	64.930	61.134	64.931
Contas a receber - partes relacionadas	11	12.199	4.786	12.241
(-) provisão para redução ao valor recuperável		(1.237)	(301)	(1.237)
Total	<u>71.019</u>	<u>69.415</u>	<u>72.138</u>	<u>69.416</u>

#### Composição da carteira de contas a receber de clientes por idade de vencimento, exceto partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>A vencer</b>	42.039	52.593	43.095	52.594
<b>Vencidos</b>	18.017	12.337	18.038	12.337
1 a 60 dias	12.846	7.032	12.855	7.032
61 a 120 dias	2.180	1.852	2.187	1.852
121 a 180 dias	703	1.504	707	1.504
Mais de 180 dias	<u>2.288</u>	<u>1.949</u>	<u>2.290</u>	<u>1.949</u>
Subtotal	<u>60.056</u>	<u>64.930</u>	<u>61.134</u>	<u>64.931</u>

(-) Provisão para redução ao valor recuperável (1.237) (301) (1.237) (301)

Contas a receber 58.819 64.629 59.897 64.630  
A provisão para redução do valor recuperável de clientes é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese. A movimentação da provisão para redução do valor recuperável foi

como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial do exercício	301	1.901	301	1.901
Constituição de provisões	1.949	3.392	1.949	3.392
Reversões/baixas	(1.013)	(4.991)	(1.013)	(4.991)
Saldo final do exercício	<u>1.237</u>	<u>301</u>	<u>1.237</u>	<u>301</u>

**6. Contas a receber de clientes não circulante** - A Companhia mantém registrado o crédito no ativo não circulante com a EIT - Empresa Industrial Técnica S.A. no montante de R\$ 11.171, proveniente do pedido de Recuperação Judicial de 18 de maio de 2011. Atualmente a Ação de Recuperação Judicial está aguardando o juiz designar Assembléia de Credores para aprovar ou rejeitar o plano de recuperação da EIT. O crédito ainda devido à Marcosa é decorrente de:

a. Contrato de novação e confissão de dívida firmado com a EIT, tendo como Terceira Interviente Garantidora a empresa Trana Ltda;

b. Parcelas pagas e subrogadas no contrato de financiamento de máquinas da EIT junto a Caterpillar Financial, onde Marcosa era fiadora; c. Juros, multas e correções monetárias de ambos os contratos. No contrato de confissão de dívida, a Companhia tem como garantidora a empresa Trana Ltda, que se comprometeu ao pagamento da dívida (pela EIT), no valor de R\$ 7.000, somado a juros, multa e correção. A garantia oferecida foi hipotecária, cujo imóvel é de propriedade da Trana Ltda.

#### 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Máquinas e equipamentos	59.458	20.616	59.458	20.616
Caminhões	-	-	3.644	-
Peças	40.859	33.460	41.313	33.536
Mercadorias em trânsito	1.069	1.290	1.069	1.290
Ordens de serviços em andamento	320	305	320	305
Almoxarifado	1.544	1.455	1.555	1.458
Importação em andamento	893	1.874	893	1.874
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(239)	-	(239)	-
	<u>103.905</u>	<u>59.000</u>	<u>108.016</u>	<u>59.080</u>

#### 8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
ISS	573	501	573	501
ICMS	2.019	690	2.478	692
PIS	-	-	3	1
COFINS	-	-	15	3
IR/CSLL	758	310	760	310
IPI	23	31	23	31
Outros impostos	<u>501</u>	<u>523</u>	<u>501</u>	<u>523</u>
	<u>3.874</u>	<u>2.055</u>	<u>4.353</u>	<u>2.061</u>

Os impostos a recuperar decorrem de créditos oriundo: • **ISS** - Dos valores retidos por clientes e pagos também pela Companhia sobre a notas fiscais de serviços prestados; • **ICMS** - Saldos credores dos impostos apurados na conta gráfica e operações de remessa em demonstrações de máquinas para clientes; • **IR/CSLL** - Os créditos de imposto de renda e de contribuição social são decorrentes de saldos credores declarados em Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIPJ) e de recolhimentos a maior, que estão corrigidos pela taxa Selic até a data do balanço e serão compensados em períodos subsequentes. **9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (controladora e consolidado)** - A Marcosa fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

	2011
<b>Adições temporárias</b>	<u>12.628</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.237
Provisão para perdas com estoque	239
Variação cambial	3.843
Provisão para contingências	2.688
Provisão para perdas com investimentos	4.261
Outras provisões	359
<b>Exclusões temporárias</b>	<u>13.139</u>
Recálculo de depreciação	4.844
Resultado de instrumentos derivativos	3.248
Amortização de ágio	5.047
	<u>(511)</u>

#### Alíquota nominal

Imposto de renda diferido (25%)	(128)
Contribuição social diferida (9%)	(46)
	<u>(174)</u>

A taxa efetiva do IRPJ e CSLL nos exercícios de 2011 e de 2010 pode

ser demonstrada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	11.258	19.199	11.259	19.199
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	3.828	6.528	3.828	6.528
Adições permanente:				
Despesas não dedutíveis	2.021	1.221	2.021	1.221
Resultado negativo de equivalência patrimonial	1.553	-	1.553	-
Depósitos judiciais	468	1.221	468	1.221
Exclusões permanente:				
Receitas isentas de imposto	(2.625)	-	(2.625)	-
Reversão provisão contingências	(2.625)	-	(2.625)	-
Outros	(237)	1.058	(238)	1.290
Efeito no resultado de períodos anteriores	1.596	(568)	1.596	(568)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	4.582	8.238	4.582	8.470
Alíquota efetiva	41%	43%	41%	44%

#### 10. Depósitos judiciais (controladora e consolidado)

	2011	2010
Reclamações trabalhistas	400	791
Processos cíveis	203	5
Tributos federais	-	5.928
Tributos municipais	216	-
	<u>819</u>	<u>6.724</u>

Tendo em vista a existência de dúvidas quanto à legalidade e constitucionalidade da cobrança de determinados tributos (PIS/COFINS) e encargos sociais, tributos a Companhia ajuizou ações, efetuando depósito em juízo dos valores questionados. Em 24 de novembro de 2011 mediante parecer favorável do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a Companhia converteu em renda para União os depósitos judiciais do PIS e da COFINS no montante de R\$ 7.650. O lançamento foi efetuado a contrapartida do passivo (Depósitos judiciais) provisionado como imposto devido. Esse montante de R\$ 7.650 era composto de R\$ 6.204 referente ao exercício de 2010 e R\$ 1.446 referente ao exercício 2011. **11. Partes relacionadas (controladora e consolidado)** - Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações com a Controlada e outras empresas associadas que mantêm influência significativa na Companhia, as quais foram realizadas a preços e prazos contratados entre as partes. Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Ativo</b>				
<b>Contas a receber de clientes</b>				
Caterpillar Brasil Ltda (a)	12.199	4.786	12.241	4.786
Internat.Ind. Automobilística da América do Sul Ltda (b)	-	-	42	-
<b>Empresa assoc.e acionista(c)</b>	<u>516</u>	<u>-</u>	<u>516</u>	<u>-</u>
CR Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda	2	-	2	-
Carlos Turiano Meira Martin	514	-	514	-
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>				
Marcosa Comércio de Caminhões Ltda (d)	-	1.487	-	-
	<u>12.715</u>	<u>6.273</u>	<u>12.757</u>	<u>4.786</u>
<b>Passivo</b>				
<b>Fornecedores (e)</b>				
Caterpillar Brasil Ltda	107.499	95.655	113.593	95.878
Internat.Ind. Automobilística da América do Sul Ltda	107.499	95.655	107.499	95.655
Internat.Ind. Automobilística da Amazônia Ltda	-	-	6.039	157
NC2 Brasil Ind. e Comércio de Caminhões Ltda	-	-	0	9
	-	-	55	57

#### a.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em					Depreciação	Saldo em
	31/12/09	Adições	Baixas	Transferências	31/12/10		
Terrenos	3.714	-	-	-	-	-	3.714
Edificações	991	989	-	-	(247)	-	1.734
Móveis, utensílios e instalações	1.260	1.009	(14)	-	(223)	-	2.031
Máquinas e equipamentos	2.479	1.946	(18)	-	(361)	-	4.046
Veículos	1.076	1.164	(30)	-	(297)	-	1.913
Equip. de processamento de dados	1.302	934	-	-	(421)	-	1.815
Bens destinados a locação	30.433	27.554	(3.766)	-	(11.247)	-	42.974
Benf. Em propriedade de terceiros	-	69	-	-	(10)	-	59
Bens móveis - Leasing	1.302	100	(206)	-	(673)	-	523
Outros	264	2.139	(1.172)	-	-	-	1.231
	<u>42.821</u>	<u>35.904</u>	<u>(5.206)</u>	<u>-</u>	<u>(13.479)</u>	<u>-</u>	<u>60.040</u>

continua

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Contrato de Mútuo (f)</b>	-	6.562	-	6.562
Caterpillar Brasil Ltda	-	6.562	-	6.562
	<u>107.499</u>	<u>102.217</u>	<u>113.593</u>	<u>102.440</u>

#### Despesa

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Despesa financeira (g)</b>	(391)	(1.106)	(391)	(1.106)
Juros mútuos Caterpillar	(391)	(1.106)	(391)	(1.106)

(a) O saldo do contas a receber com a Caterpillar refere-se à operação de faturamento direto de fábrica, R\$ 7.495 e concessão de garantias a clientes, R\$ 4.704. As máquinas com defeito são consertadas por um determinado período com garantia de reembolso da Caterpillar, incluindo-se peças e mão-de-obra. Ao concluir a ordem de serviço de garantia, o valor gasto é enviado a Caterpillar para ser reembolsado em um período de no máximo sessenta dias. (b) O saldo do contas a receber com a International Indústria Automobilística da América do Sul Ltda. refere-se a devolução de mercadorias de peças que estavam com defeito de fábrica. A Marcosa Caminhões conserta o caminhão e emite a nota fiscal de garantia para posterior reembolso pela International Indústria Automobilística da América do Sul Ltda. (c) O saldo de empresa associada e acionista refere-se a pagamento de despesa reembolsável e empréstimo a acionista. (d) O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital refere-se à gastos incorridos com a Controlada e foram totalmente integralizados no decorrer de 2011.(e) O saldo de fornecedores refere-se à operação de compra de mercadorias. (f) O saldo de mútuo refere-se à operação de empréstimo. Em novembro de 2011 foi liquidado o saldo remanescente de mútuo referente a dois contratos de empréstimos, de R\$ 5.000 e R\$ 4.000, cujas taxas eram de 9,29% a.a. e 9,42% a.a., respectivamente.(g) O montante refere-se a encargos financeiros incidente sobre operação de empréstimo da Caterpillar Brasil Ltda. **Remuneração do pessoal-chave da administração** - No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Presidência e Diretores, totalizou R\$ 1.597 (R\$ 1.108 em 2010), e contempla apenas a remuneração direta, tais como salários, pró-labore e gratificações. **12 - Investimentos (Controladora e consolidado)**

#### a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Participação em companhia controlada	7.284	-	-	-
Equivalência Patrimonial	(4.639)	-	-	-
Cia Alcooquímica Nacional	1	1	1	1
Finor	13	13	13	13
Outros investimentos	-	443	-	443
	<u>2.659</u>	<u>457</u>	<u>14</u>	<u>457</u>

#### b. Informações sobre investimentos em empresa controlada

	Marcosa Comércio de Caminhões Ltda	
	2011	2010
Capital social subscrito	8.000	1.000
Capital social a integralizar	7.285	1.000
Quotas possuídas	7.285	999
Ativos circulantes	6.320	590
Ativos não circulantes	2.823	1.633
Total de ativos	<u>9.143</u>	<u>2.223</u>
Passivo circulante	6.496	2.907
Total de passivos	<u>6.496</u>	<u>2.907</u>
Patrimônio líquido (a)	9.143	2.223
Receita operacional líquida	171	(4)
Prejuízo do exercício	(3.955)	(684)
Participação no capital social (b)	99,94%	99,94%
Participação no patrimônio líquido (a x b)	9,137	2,222

#### 13. Ativo imobilizado - a. Controladora - a.1 Composição dos saldos

	Taxa de deprecia.		Deprec. Acum.		Liq.	Liq.
Terrenos	-	275	-	275	3.714	
Edificações	4%	314	(16)	298	1.734	
Móveis, utensílios e instalações	10%	6.842	(4.292)	2.550	2.031	
Máquinas e equipamentos	10%	13.757	(6.302)	7.456	4.046	
Veículos	20%	2.905	(1.070)	1.835	1.913	
Equip. de processamento de dados	20%	4.489	(2.467)	2.022	1.815	
Bens destinados a locação	8% e 20%	65.365	(16.243)	49.122	42.974	
Benf. em propriedade de terceiros	4%	2.116	(52)	2.064	59	
Bens móveis - leasing	20%	1.916	(1.431)	485	523	
Outros	10%	448	-	448	1.231	
		<u>98.428</u>	<u>(31.872)</u>	<u>66.555</u>	<u>60.040</u>	

	Saldo em 31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	Transf. mantidos a venda	Depreciação	Saldo em 31/12/11
Terrenos	3.714	-	(3.439)	-	-	-	275
Edificações	1.734	-	(1.194)	(210)	-	(32)	298
Móveis, utensílios e instalações	2.031	754	(1)	73	-	(307)	2.550
Máquinas e equipamentos	4.046	2.603	(4)	1.402	-	(592)	7.456
Veículos	1.913	804	(98)	(334)	-	(450)	1.835
Equip. de processamento de dados	1.815	821	-	(46)	-	(568)	2.022
Bens destinados a locação	42.974	21.214	(6.008)	(630)	(4.191)	(4.238)	49.122
Benf. Em propriedade de terceiros	59	69	-	1.962	-	(26)	2.064
Bens móveis - Leasing	523	-	(133)	471	-	(376)	485
Outros	1.231	1.905	-	(2.688)	-	-	448
	<u>60.040</u>	<u>28.170</u>	<u>(10.876)</u>	<u>-</u>	<u>(4.191)</u>	<u>(6.589)</u>	<u>66.555</u>

## b. Consolidado - b.1 Composição dos saldos

	2011		2010	
	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	275	-	275
Edificações	4%	314	(16)	298
Móveis, utensílios e instalações	10%	7.220	(4.318)	2.902
Máquinas e equipamentos	10%	14.073	(6.317)	7.756
Veículos	20%	3.815	(1.252)	2.563
Equip. de processamento de dados	20%	4.554	(2.478)	2.076
Bens destinados a locação	8% e 20%	65.365	(16.243)	49.122
Benf. em propriedade de terceiros	4%	3.546	(93)	3.453
Bens móveis - leasing	20%	1.916	(1.431)	485
Outros	10%	448	-	448
		<u>101.527</u>	<u>(32.149)</u>	<u>69.378</u>
				<u>61.673</u>

## b.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/09	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/10
Terrenos	3.714	-	-	-	-	3.714
Edificações	991	998	-	-	(247)	1.734
Móveis, utensílios e instalações	1.260	1.075	(14)	-	(224)	2.096
Máquinas e equipamentos	2.479	2.005	(17)	-	(361)	4.105
Veículos	1.076	2.074	(30)	-	(297)	2.823
Equip. de processamento de dados	1.302	975	-	-	(422)	1.856
Bens destinados a locação	30.433	27.554	(3.766)	-	(11.247)	42.974
Benf. em propriedade de terceiros	-	631	-	-	(14)	617
Bens móveis - Leasing	1.302	100	(206)	-	(673)	523
Outros	264	2.139	(1.172)	-	-	1.231
	<u>42.821</u>	<u>37.542</u>	<u>(5.205)</u>	<u>-</u>	<u>(13.485)</u>	<u>61.673</u>

	Saldo em 31/12/10	Adições	Baixas	Transferências	Transf. mantidos a venda	Depreciação	Saldo em 31/12/11
Terrenos	3.714	-	(3.439)	-	-	-	275
Edificações	1.734	-	(1.194)	(210)	-	(32)	298
Móveis, utensílios e instalações	2.096	1.066	(1)	73	-	(333)	2.902
Máquinas e equipamentos	4.105	2.859	(4)	1.402	-	(607)	7.756
Veículos	2.823	804	(98)	(334)	-	(632)	2.563
Equip. de processamento de dados	1.856	845	-	(46)	-	(578)	2.076
Bens destinados a locação	42.974	21.214	(6.008)	(630)	(4.191)	(4.238)	49.122
Benf. em propriedade de terceiros	617	938	-	1.962	-	(64)	3.453
Bens móveis - leasing	523	-	(133)	471	-	(376)	485
Outros	1.231	1.905	-	(2.688)	-	-	448
	<u>61.673</u>	<u>29.631</u>	<u>(10.876)</u>	<u>-</u>	<u>(4.191)</u>	<u>(6.860)</u>	<u>69.378</u>

A Companhia, baseada na avaliação realizada pela administração, procedeu à revisão da vida útil e do valor residual dos seus bens de aluguel Caterpillar (máquinas e motores), em atendimento ao CPC 27 e ICPC 10. Com base nesses estudos internos, a Companhia passou a depreciar seus bens de aluguel Caterpillar utilizando a seguinte premissa: foi utilizada a taxa de 8% considerando o tempo médio entre a aquisição dos bens novos da Carterpillar e a data que os bens são disponibilizados para venda. Também foi considerado o valor residual esperado tendo como base o histórico das vendas. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício.

	Vida útil meses		Total
	2011	2010	
Bens destinados a locação Caterpillar	46	60	
<b>14. Ativos intangíveis (controladora e consolidado)</b>			
	Ágio na aquisição		
	da Bahema	Software	
	Indefinida	Definida	
<b>Vida útil</b>			
<b>Custo</b>			
Saldo em 31 de dezembro 2010	12.111	210	12.321
Aquisições	-	625	625
Saldo em 31 de dezembro 2011	<u>12.111</u>	<u>835</u>	<u>12.946</u>
<b>Amortização</b>			
Saldo em 31 de dezembro 2010	(7.065)	(28)	(7.093)
Amortização	-	(78)	(78)
Saldo em 31 de dezembro 2011	<u>(7.065)</u>	<u>(106)</u>	<u>(7.171)</u>
<b>Valor residual líquido</b>			
Saldo em 31 de dezembro 2011	5.046	729	5.775
Saldo em 31 de dezembro 2010	5.046	182	5.228

O ágio proveniente da aquisição da Bahema Equipamentos S.A., fundamentado na previsão de rentabilidade futura, foi amortizado até 31 de dezembro de 2008. A partir de janeiro de 2009, o saldo do ágio pago sobre rentabilidade futura permaneceu inalterado para todos os exercícios apresentados. Não houve mais registro da amortização do ágio na contabilidade. Esse controle passou a ser fiscal, onde a última parcela utilizada foi em janeiro de 2011. **Teste de valor recuperável do ágio** - A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ágio, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado das filiais que lhes deram origem - Salvador, Nossa Senhora do Socorro, Teresina e São Luís - tomando por base os resultados gerados em suas operações. Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual do Grupo, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa. De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas para as quatro filiais: **a.** As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 5,5% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro; **b.** Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico das filiais, e sua expectativa quanto à evolução dos custos no contexto do crescimento das vendas projetado; **c.** O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram estimados considerando a alíquota fiscal vigente; **d.** Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 12,93%. De acordo com o valor médio

da taxa de captação da Companhia em 2011. Nesse processo de avaliação, o valor de recuperação financeira das filiais obtidos nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor presente do cálculo realizado.

#### 15. Fornecedores

Nota	Consolidado		Controladora		
	2011	2010	2011	2010	
Fornecedores -					
Partes relacionadas	11	107.499	95.655	113.593	95.878
Fornecedores terceiros		29.986	14.057	30.149	14.139
Total		<u>137.486</u>	<u>109.712</u>	<u>143.742</u>	<u>110.017</u>

Fornecedores terceiros referem-se, basicamente, a contas a pagar a fornecedores de mercadorias, sem a incidência de encargos financeiros. São geralmente liquidadas no prazo médio de 70 dias.

#### 16. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Encargos - a.a.	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
<b>Moeda nacional</b>					
<b>Finame</b>					
Safra	7,62%	114	205	114	205
Banco do Brasil TJLP +	3,30%	-	285	-	285
Itaú TJLP +	2,75%	-	708	-	708
Bradesco	6,74%	-	241	50	241
Citibank	5,57%	1.902	1.987	1.902	1.987
Caterpillar Financial	7,58%	11.469	6.918	11.469	6.918
<b>Contrato de mútuo</b>					
Caterpillar Brasil Ltda.	10,13%	-	6.562	-	6.562
Caterpillar Financial	11,18%	1.118	2.609	1.118	2.609
<b>Capital de giro</b>					
Citibank	14,82%	2.855	5.086	2.855	5.086
BNB	10,00%	-	459	-	459
Itaú	13,08%	763	4.872	763	4.872
Bicbanco	16,31%	5.071	-	5.071	-
Banco do Brasil	15,80%	4.542	-	4.542	-
Santander	15,58%	429	-	429	-
Safra	14,52%	10.010	-	10.010	-
Guanabara	14,93%	2.362	-	2.362	-
Pine	13,52%	7.690	-	7.690	-
BBM	16,46%	10.102	-	10.102	-
<b>CDC</b>					
Caterpillar Brasil Ltda.	4,45%	-	2.461	-	2.461
Safra	18,01%	86	116	86	116
Bradesco	16,35%	402	978	402	978
Cat financeira	4,45%	1.807	-	1.807	-
Citibank	14,85%	441	-	441	-
<b>Conta garantida</b>					
Banco do Brasil	-	-	4	-	4

#### 18. Provisão (controladora e consolidado)

	Saldo em		Adições	Baixas	Saldo em		Adições	Baixas	Saldo em	
	31/12/09				31/12/10				31/12/11	
Trabalhistas	951		95	(68)	978		142	(16)	1.104	
Cíveis	471		-	(15)	456		-	(6)	450	
Tributárias	2.266		4.818		7.084		1.722	(7.667)	1.139	
	<u>3.688</u>		<u>4.913</u>		<u>8.518</u>		<u>1.864</u>	<u>(7.689)</u>	<u>2.693</u>	

As provisões para passivos trabalhistas e cíveis foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam com risco de perda provável. Dentre os processos encontram-se, principalmente, reclamações trabalhistas e previdenciárias e ações de pedido de indenização. A Companhia possui a título de processos um montante de R\$ 9.287 que foram classificados, segundo seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível, portanto não requerendo seu provisionamento conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. As provisões para passivos tributários decorrem, principalmente, de ações tomadas por iniciativa da Companhia visando à manutenção do crédito da Contribuição para o PIS e da COFINS sobre revenda, proveniente da Lei nº 10.485/2002 e alterações posteriores. Em, 24 de novembro de 2011, mediante parecer favorável do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, a Companhia converteu em renda para União os depósitos judiciais do PIS e da COFINS no montante de R\$7.650. **19.**

**Capital social e reservas (controladora) - a. Capital social** - O Capital Social em 31 de dezembro de 2011 era R\$ 20.385 (R\$ 25.016 em 2010), composto por 210 ações, sendo 140 ações ordinárias e 70 ações preferenciais, sem valor nominal. Em 28 de janeiro de 2011, foi deliberado pelo Conselho de Administração a redução de capital em R\$ 4.631, proveniente da cisão parcial de ativos. **b. Reserva de lucros** - • **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. • **Reserva de retenção de lucros** - É constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro líquido do exercício da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. **c. Dividendos e juros sobre o**

#### Moeda estrangeira

Citibank	US\$+4,77%	11.688	-	11.688	-
HSBC	US\$+6,43%	12.378	-	12.378	-
<b>PEC</b>					
Bradesco	12,50%	1.267	2.786	1.267	2.786
<b>FNE</b>					
BNB	10,00%	852	-	852	-
<b>Leasing</b>					
Unibanco	17,87%	90	119	90	119
Banco do Brasil	14,71%	-	20	-	20
Citibank	15,02%	68	92	68	92
Bradesco	14,03%	-	71	-	71
Itaú	17,96%	11	43	11	43
(-) Juros leasing	-	(18)	-	(18)	-
		<u>87.740</u>	<u>36.431</u>	<u>87.740</u>	<u>36.431</u>

Parcelas do circulante (38.237)(22.878)(38.237) (22.878)

Parcelas do não circulante 49.503 13.553 49.503 13.553

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2011	2010
2011	-	23.020
2012	38.428	9.896
2013	32.665	3.410
2014	9.427	105
2015	20	-
Após 2016	7.200	-
	<u>87.740</u>	<u>36.431</u>

Os empréstimos da Companhia estão substancialmente garantidos por aval dos acionistas ou por penhor dos bens durante todo o prazo do financiamento. A Companhia não tem *covenants* financeiros ou não financeiros em seus contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

#### 17. Tributos parcelados (controladora e consolidado)

	2011	2010
PAES	2.199	3.061
INSS	315	356
Dívida ativa	-	8
ICMS	-	198
	<u>2.513</u>	<u>3.623</u>
Parcelas do circulante	(1.086)	(1.252)
Parcelas do não circulante	<u>1.427</u>	<u>2.371</u>

**PAES** - Em 22 de julho de 2003, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento previsto pela Lei nº 10.684/2003 (chamado PAES - Parcelamento especial). O refinanciamento, em 180 parcelas mensais, contadas a partir de 22 de julho de 2003, está sujeito ao encargo equivalente à variação da taxa de juros de Selic a partir da adesão, sendo que o vencimento final está previsto para junho de 2018.

**capital próprio** - O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado o período, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	7.675	13.033
(-) Reserva legal	(384)	(652)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	7.292	12.381
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendos propostos	<u>1.823</u>	<u>3.095</u>

**d. Ações em tesouraria** - Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía 10 ações preferenciais de sua própria emissão adquiridas em abril de 2010, pelo montante de R\$ 1.775, para futura alienação e/ou cancelamento. Durante o ano de 2011, conforme ata da assembleia geral extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2011, a Companhia alienou 8 ações, pelo mesmo valor de compra e cancelou 2 ações, sendo absorvidas para reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía ações em tesouraria. **20. Receita líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta	696.496	639.689	700.284	639.702
Venda de máquinas, equipamentos e peças	623.405	576.813	623.701	576.826
Venda de caminhões	-	-	3.391	-
Receita de aluguel	24.838	22.182	24.838	22.182
Rec. de serviços prestados	48.253	40.694	48.354	40.694
Devoluções e cancelamentos	(18.290)	(15.801)	(18.933)	(15.801)
Impostos incidentes sobre vendas	(63.649)	(59.703)	(64.003)	(59.705)
Receita líquida	<u>614.557</u>	<u>564.184</u>	<u>617.348</u>	<u>564.196</u>

continua

**21. Custo das vendas**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custo das vendas de produtos	461.190	422.233	463.750	422.242
Custo dos serviços	34.705	27.645	34.953	27.645
Total	<u>495.895</u>	<u>449.878</u>	<u>498.703</u>	<u>449.887</u>

**22. Despesas com vendas**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal	33.250	24.437	33.667	24.437
Serviços contratados PJ/PF	3.886	4.013	3.981	4.013
Depreciação e amortização	4.087	10.285	4.269	10.285
Despesas gerais comerciais	22.560	25.179	22.621	25.385
Utilidades e serviços	1.502	1.380	1.503	1.380
Outras despesas	8.938	6.964	9.723	6.964
	<u>74.222</u>	<u>72.258</u>	<u>75.763</u>	<u>72.464</u>

**23. Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal	7.902	5.517	8.883	5.850
Serviços contratados PJ/PF	6.822	5.217	7.507	5.298
Depreciação e amortização	2.112	2.942	2.201	2.948
Despesas gerais	5.472	2.487	6.609	2.487
Utilidades e serviços	1.853	1.421	1.941	1.436
Outras despesas	2.340	1.913	2.611	1.955
	<u>26.500</u>	<u>19.497</u>	<u>29.751</u>	<u>19.974</u>

**24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado na baixa de ativo imobilizado	3.479	6.028	3.479	6.028
Crédito de PIS/COFINS	3.520	1.320	3.520	1.320
Despesas tributárias	(623)	(902)	(651)	(906)
Reversão de provisão p/dev. duvidosos	1.013	-	1.013	-
Outras	(953)	(153)	(871)	531
Total	<u>6.436</u>	<u>6.294</u>	<u>6.490</u>	<u>6.974</u>

**25. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre recebimento de clientes	4.945	789	4.945	789
Varição monetárias e cambiais ativas	5.299	435	5.299	435
Rendimento de aplicações financeiras	733	287	733	287
Outros	169	429	293	429
	<u>11.145</u>	<u>1.940</u>	<u>11.269</u>	<u>1.940</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(8.002)	(4.882)	(8.002)	(4.882)
Despesa de IOF	(1.554)	(629)	(1.554)	(629)
Varição monetárias e cambiais passivas	(4.379)	(1.048)	(4.379)	(1.048)
Despesa de tarifa bancária	(931)	(660)	(937)	(660)
Juros sobre o capital próprio	(1.000)	(2.072)	(1.000)	(2.072)
Outros	(3.758)	(2.294)	(3.759)	(2.294)
	<u>(19.624)</u>	<u>(11.586)</u>	<u>(19.631)</u>	<u>(11.586)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(8.479)</u>	<u>(9.646)</u>	<u>(8.362)</u>	<u>(9.646)</u>

**26. Instrumentos financeiros**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco cambial; • Risco da taxa de juros; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Como instrumento financeiro derivativo, a Companhia mantém apenas swap das operações indexadas ao dólar.

Operação	Saldo em 31/12/2011	Risco	Atual		Provável		Remoto	
			Taxa	Taxa	Perda	Taxa	Perda	
Empréstimos em moeda estrangeira	24.065	Alta dólar	1.8758	1.9696	1.203	2,0634	2.407	

**Riscos da taxa de juros** - A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2011, os passivos financeiros atrelados a essas taxas somavam o montante de R\$ 24.065 correspondendo a 27% do total do endividamento da Companhia.

**Instrumentos financeiros por categoria**

	2011	2010
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	17.267	14.937
Contas a receber de clientes	69.990	64.629
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	-	-
Outros créditos	12.199	4.786
	2.972	4.321

**Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Fornecedores	29.986	14.057
Fornecedores - Partes relacionadas	107.499	95.655
Empréstimos e financiamentos	87.740	36.431
Outras contas a pagar	2.127	2.753

**Mensuração do valor justo** - Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: • **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo está classificado como Nível 2. **Riscos de crédito** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente dos saldos a receber com cada cliente. Adicionalmente, a Companhia possui provisão para perda no valor recuperável de contas a receber de clientes, no montante de R\$ 1.237 (R\$ 301 em 2010) representativos de 2,1% (0,5% em 2010) do saldo do contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito. Com relação as aplicações financeiras a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito classificado por agências de rating. **Riscos de liquidez** - As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos. Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa. As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm da necessidade de compra de novas máquinas e equipamentos, amortização do seu endividamento, pagamento de tributos e outros desembolsos operacionais. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota Explicativa nº 16. **Risco cambial** - É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de câmbio. A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar, ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira. A Companhia avalia e utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos para gerir seus riscos de variação do valor da moeda real versus dólar americano. (i) **Transações de swap CDI x US\$** - A Companhia tem por objetivo proteger suas obrigações indexadas a juros brasileiros contra oscilações do dólar americano. Basicamente, a Companhia realizou swaps de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais paga juros de CDI acrescidos de spread, sobre o valor nacional em dólar (ponta passiva) e recebe variação do dólar acrescidos de spread, sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta ativa). O valor de referência destes swaps, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 20.874, protegendo uma operação de giro no valor de R\$ 24.065. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar), Libor e do CDI e são registrados contra resultado. (ii) **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio** - A Companhia possui passivos atrelados a moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2011. Para a taxa provável, foi considerado a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2011 (1,858) acrescido de 5% e para a taxa remota foi utilizado um acréscimo de 10% em relação a taxa de fechamento em 31 de dezembro de 2011.

	2011	2010
<b>Taxas fixas</b>		
Ativos financeiros	10.048	12.020
Passivos financeiros	63.675	36.431
	<u>(53.627)</u>	<u>(24.411)</u>
<b>Taxas variáveis</b>		
Ativos financeiros	-	-
Passivos financeiros	24.065	-
	<u>(24.065)</u>	<u>-</u>

*i. Valor justo e análise de sensibilidade nas taxas de juros:* A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros dos empréstimos e financiamentos de capital de giro tomados. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Abaixo são considerados cenários prováveis de taxas de juros, com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil, determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentado neste caso, cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% e 50% da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis. *Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas de juros.* A Companhia está exposta ao risco de taxas de juros dos empréstimos e financiamentos de capital de giro no montante de R\$ 24.065, que estão substancialmente atreladas à variação do CDI com taxas de juros efetivas e adicionais, que variam até 6,46% a.a.. Considerando o cenário provável, os efeitos da variação desta taxa, mais os juros, tratando-se de um cenário provável estável, são de 14,5 % a.a. para os empréstimos e financiamentos de capital de giro, tendo um efeito anual de R\$ 3.489 de despesa financeira. Considerando um aumento de 25% e 50% nesta taxa, os efeitos anuais dessas variações seriam de R\$ 4.362 e R\$ 5.234 de despesas financeiras com empréstimos e financiamentos de capital de giro. Considerando uma depreciação das taxas em 25% e 50%, os efeitos anuais dessas variações seriam de R\$ 2.617 e R\$ 1.745 de despesas financeiras com

empréstimos e financiamentos de capital de giro. A administração decidiu por não apresentar as informações relativas ao valor justo de seus instrumentos financeiros não derivativos uma vez que entende que estes não diferem, significativamente, de seus valores contábeis em 31 de dezembro de 2011. **Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

**27. Cobertura de seguros** - O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. A Companhia mantém seguro contra incêndio para os bens do imobilizado e estoques. As coberturas foram determinadas pela administração em função dos riscos envolvidos e totalizam R\$ 69.040 (R\$ 54.126 em 2010).

**DIRETORIA**

**Carlos Turiano Meira Martin**  
Presidente

**Jeferson Amorim Paris**  
Diretor de Operações  
**Francisco Alan Oliveira dos Santos**  
Diretor Financeiro

**CONTADORA**

**Maria Auxiliadora Pessoa de Oliveira Mendonça**  
CRC-CE: 010447/O-7  
CPF: 244.842.883-20

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas Marcosa S.A. Máquinas e Equipamentos, Fortaleza - CE.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Marcosa S.A. Máquinas e Equipamentos ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP)** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Marcosa S.A. Máquinas e Equipamentos em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado** - Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos períodos anteriores apresentados para fins de comparação** - As demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer datado de 31 de janeiro de 2011, sem ressalva. As demonstrações consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não foram preparadas pela Administração da Companhia, na oportunidade. Estas demonstrações estão agora sendo apresentadas para fins de comparação e foram submetidas aos procedimentos de consolidação mencionados na nota explicativa 3.i, necessários para sua adequada apresentação e divulgação. **Ênfase** - Conforme apresentado na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados dessas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relativa a esse assunto. Fortaleza, 26 de abril de 2012.



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 S-CE

Eliardo Araújo Lopes Vieira  
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE.

**MARACANAÚ GERADORA DE ENERGIA S/A**  
**CNPJ Nº 09.047.261/0001-31**
**Mensagem da Administração Exercício de 2011**

A Maracanaú Geradora de Energia S.A. (Companhia) foi criada em agosto de 2007, como uma Sociedade de Propósito Específica (SPE) para construir e operar o projeto UTE Maracanaú I com capacidade instalada de 168 MW e garantia física de energia de 124 MW médios, utilizando o óleo combustível como matriz energética.

As construções e instalações necessárias à operação da UTE foram finalizadas em meados de novembro de 2010, mês em que a Companhia obteve sua Licença de Operação, nº 634/2010 emitida pelo órgão ambiental estadual. Sua entrada em operação comercial foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 29 de dezembro de 2010, conforme Despacho nº 4.091, publicado no Diário Oficial da União de 30/12/2010.

Da garantia física autorizada, 119 MW foram comercializados com 36 distribuidoras no 4º leilão de energia nova, A-3, realizados em julho de 2007, contratados por meio de CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, com vigência até 31/12/2024. Até lá, a partir da data da autorização da entrada em operação, a Companhia percebe receita fixa média mensal no valor de R\$ 6.642.666,76, a valores de 31 de dezembro de 2011, a qual é atualizada anualmente, no mês de outubro de cada ano, com base na variação do IPCA.

Essa receita fixa tem sido suficiente e a Administração da Companhia estima que continuará suficiente em todo o período de vigência dos CCEARs, cobrindo plenamente todas as obrigações da Companhia, inclusive investimentos e melhorias necessários, bem como para a remuneração adequada do capital investido pelos acionistas.

No curso do ano de 2011 a Companhia regularizou as obrigações inadimplidas, no ano anterior, junto à ANEEL, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e à Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF; celebrou os contratos de constituição de garantia necessários; negociou as obrigações de curto-prazo decorrentes de empréstimos bancários junto a outras instituições financeiras; e, regularizou as obrigações remanescentes junto a fornecedores, decorrentes da construção e instalação da UTE. Todas as obrigações bancárias e não bancárias da Companhia registradas em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011 encontram-se em situação regular.

Em dezembro de 2011 a Companhia contratou a emissão de debêntures não conversíveis no valor total de R\$ 244,4 milhões, com prazo de pagamento de 8 anos, em prestações mensais, cujos recursos foram liberados em janeiro de 2012 e utilizados para a liquidação da totalidade das operações de crédito contratadas pela Companhia junto a Instituições Financeiras, resolução de todas as pendências com fornecedores e liquidação de mútuos obtidos junto a sociedades ligadas no curso das obras e instalações da Usina.

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 60.443.291 milhões, tendo como acionistas a Cibe Energia e Participações S.A., com 40%, a Nova Cibe Energia S.A., com 50,1% e a Thermes Participações S.A., com 9,9% do capital social da Companhia.

No ano de 2011 foram gerados 06 empregos diretos pela Companhia, por meio da contratação de empregados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e 80 empregos indiretos por meio da contratação de empresas de prestação de serviços para a operação e manutenção da usina, empresas de prestação de serviços de vigilância e segurança, assessoria jurídica, assessoria contábil, gestão ambiental, limpeza e conservação, assistência técnica e manutenção em equipamentos de informática.

Para o ano de 2012, a Companhia não vislumbra nenhum evento que possa exigir ajustes nos rumos atualmente adotados na condução de seu objetivo social.

João Aldemir Dornelles - Diretor.

Evandro Miessi Mente - Diretor.

Germano Dias Loiola

Contador - CRC CE: 006640/O-0

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
**(Em milhares de reais)**

	Nota	2011	2010
			(Representado)
<b>Receita operacional líquida</b>	16	73.369	66.797
<b>Custos da geração de energia</b>	17	(37.670)	(103.420)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		35.699	(36.623)
Despesas administrativas e gerais	18	(1.688)	(9.732)
Despesas tributárias		(253)	(197)
Outras receitas (despesas), líquidas		3.432	(638)
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas</b>		37.190	(47.190)
Despesas financeiras		(40.300)	(10.713)
Receitas financeiras		4.840	20
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	19	(35.460)	(10.693)
<b>Lucro líquido (prej.) do exercício</b>		<b>1.730</b>	<b>(57.883)</b>
<b>Lucro líquido (prej.) básico por ação - R\$</b>		<b>0,03</b>	<b>(0,96)</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)**

A T I V O	Nota	2011	2010
			(Reapresentado)
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.061	513
Contas a receber de clientes	5	10.650	61.365
Estoques		482	-
Adiantamentos a fornecedores	6	1.608	14.064
Impostos a recuperar	7	1.134	10.162
Outros créditos		3	-
Despesas antecipadas		643	65
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.581</b>	<b>86.169</b>
<b>Não circulante</b>			
Mútuos com empresas ligadas	14	2.163	496
Outros créditos		701	30
Imobilizado	8	350.998	356.379
Diferido	9	2.016	2.240
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>355.878</b>	<b>359.145</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>372.460</b>	<b>445.314</b>
<b>P A S S I V O</b>			
			(Reapresentado)
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	3.345	112.848
Financiamentos e empréstimos	11	148.181	129.047
Arrendamentos financeiros a pagar	12	468	371
Impostos e contribuições a recolher	13	1.768	8.690
Outras contas a pagar		959	33
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>154.721</b>	<b>250.989</b>
<b>Não Circulante</b>			
Financiamentos e empréstimos	11	-	19.104
Arrendamentos financeiros a pagar	12	4.027	3.892
Mútuos com empresas ligadas	14	22.889	71.476
Adiant. p/futuro aumento de capital	14	185.888	96.192
Impostos e contribuições a recolher	13	1.436	1.892
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>214.240</b>	<b>192.556</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	15		
Capital social		60.443	60.443
Prejuízos acumulados		(56.944)	(58.674)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.499</b>	<b>1.769</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>372.460</b>	<b>445.314</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**  
**(Em milhares de reais)**

	2011	2010
		(Representado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>1.730</b>	<b>(57.883)</b>
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício às disponibilidades usadas nas atividades operacionais:		
Juros sobre empréstimos	28.566	16.829
Depreciação e amortização	12.056	69
	42.351	(40.985)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Redução(aum.)em contas a receber de clientes	50.715	(61.365)
Aumento nos estoques	(482)	-
Redução (aumento) em adiantamentos	12.456	(13.740)
Redução (aumento) em outros créditos	8.447	(9.342)
(Redução) aumento em fornecedores	(109.503)	96.380
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher e outras contas a pagar	(6.453)	4.199
Juros sobre financ. e empréstimos pagos	(8.413)	(12.106)
<b>Caixa líq. usado nas ativid. operacionais</b>	<b>(10.882)</b>	<b>(36.959)</b>
<b>Fluxos de caixa das ativid. de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(6.451)	(149.616)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(6.451)</b>	<b>(149.616)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Mútuos com pessoas ligadas	(50.254)	62.691
Adiant. para futuro aumento de capital	89.696	96.193
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(20.562)	(64.105)
Empréstimos tomados	-	91.904
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>18.880</b>	<b>186.683</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.548</b>	<b>107</b>
<b>Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	513	406
No fim do exercício	2.061	513
	<b>1.548</b>	<b>107</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)**

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010 (reapresentado)</b>	60.443	(791)	59.652
Prejuízo do exercício	-	(57.883)	(57.883)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (reapresentado)</b>	60.443	(58.674)	1.769
Prejuízo líquido do exercício	-	1.730	1.730
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>60.443</b>	<b>(56.944)</b>	<b>3.499</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional:** A Maracanaú Geradora de Energia S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em Agosto de 2007, por prazo indeterminado, com sede na Via de Ligação 3, s/n, Distrito Industrial III - DIF III, CEP 61.900-000, na cidade de Maracanaú/CE tendo por objetivo a construção e operação da Usina Termelétrica (UTE) Maracanaú I, que utiliza o óleo combustível como matriz energética, com 168 MW de potência instalada, de acordo com o resultado do 4º Leilão de Energia Nova do Ministério das Minas e Energia (MME), realizado em julho de 2007. A Companhia entrou em operação comercial em 28 de dezembro de 2010, passando, a partir daí, a receber as receitas fixas conforme estabelecido nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR). O fluxo de caixa gerado pelo recebimento da receita fixa tem sido suficiente para absorver a totalidade dos gastos incorridos, bem como suprir os compromissos assumidos, exceto aqueles decorrentes de empréstimos de curto-prazo obtidos junto a instituições financeiras, os quais estão sendo solucionados por meio da emissão de debêntures com prazo final de 8 anos a ocorrer no início do mês de janeiro de 2012 (Ver nota explicativa nº 22), conforme autorizado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2011. A partir da emissão das debêntures, conforme projeções realizadas pela Companhia, o fluxo de caixa futuro será suficiente à cobertura de todos os compromissos da Companhia, inclusive para a remuneração adequada do capital dos acionistas. Em decorrência do atraso na entrada em operação e da falta de pagamento do lastro contratado junto à CHESF e da constituição das garantias perante a CCEE, no decorrer do 2º semestre de 2010, a Companhia permaneceu em inadimplência até o mês de maio de 2011, quando, por autorização da ANEEL e concordância da CHESF e da CCEE, foi realizada a recontabilização do pagamento do lastro e do recebimento das correspondentes receitas compensatórias, permitindo a regularização da situação mediante aporte dos recursos necessários por parte dos acionistas. Para maiores informações vide item "o" da nota explicativa nº 3.

**2. Base de preparação:** **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, conjugada com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL. Sua emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 8 de março de 2012. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, estabelecimento da vida útil dos bens do imobilizado, determinação do prazo de amortização do ativo diferido e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

**3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. **b. Instrumentos financeiros:** *i. Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis

inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. *ii. Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *iii. Capital social:* **Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. *iv. Instrumentos financeiros derivativos:* A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. **c. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **d. Imobilizado:** *i. Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. *ii. Custos subsequentes:* Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes não registrados no resultado. *iii. Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos - 30 anos. • Equipamentos de computação - 10 anos. • Móveis e utensílios - 10 anos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, tão logo seja finalizado o trabalho dos especialistas contratados pela Administração da Companhia para levantamento de controle dos bens patrimoniais, informando o prazo de vida útil e taxa de depreciação conforme nota técnica 368/2010 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Até a divulgação das demonstrações

financeiras, o trabalho da empresa contratada não estava concluído. **e. Diferido:** O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos serão amortizados linearmente pelo período de 10 anos após início de operação da Companhia. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização, provisão para redução ao valor recuperável, ou baixa contra o resultado, conforme previsto na Orientação OCPC 02. **f. Redução ao valor recuperável (impairment):** *i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados substancialmente pelo imobilizado e diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflitam as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas por redução de valor recuperável são reconhecidas no resultado. **g. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **h. Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **i. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **j. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. **k. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia e variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem variações cambiais passivas e despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2011	2010
Caixa	1	2
Depósitos bancários à vista	2.060	112
Aplicações financeiras	-	399
	<b>2.061</b>	<b>513</b>

As aplicações financeiras em aberto em 2010 referiam-se a certificados de depósitos bancários (CDBs), remuneradas a taxas de mercado de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte bancos de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes	2011	2010
		(Reapresentado)
Faturas a receber	3.663	-
Suprimento de energia a faturar	6.987	-
Fornecimento de lastro a faturar	-	61.365
	<b>10.650</b>	<b>61.365</b>

A rubrica "Fornecimento de lastro a faturar" refere-se ao registro do contrato de fornecimento de lastro energético firmado com a CHESF.

**l. Tributações:** *i. Impostos e contribuições sobre as receitas:* As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de aproximadamente 9,25%. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. Vide nota explicativa nº 16. *ii. Impostos e contribuições sobre o lucro:* O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia apurou prejuízo fiscal nos exercícios de 2011 e 2010. **m. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo. **n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC está trabalhando na elaboração de pronunciamentos técnicos equivalentes às normas e emendas ao IFRS emitidas pelo IASB, as quais entrarão em vigor nos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Até a presente data, nenhum desses pronunciamentos foi publicado. É esperado que nenhum desses novos pronunciamentos técnicos tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia, exceto pelo pronunciamento equivalente ao IFRS 9 - Financial Instruments, que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado. **o. Correção de erros:** Refere-se aos ajustes no valor da receita operacional (receita compensatória) e do respectivo custo de lastro incorridos nos meses de julho a dezembro de 2010, incluindo os respectivos impactos tributários. A mesma foi motivada pela recontabilização na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), autorizada através do Ofício nº 042/2011-SEM/ANEEL, datado de 11 de fevereiro de 2011, do montante contratado pela Companhia e o recálculo do valor da receita de vendas de lastro relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e, pelo Termo de Consolidação de Dívida e Outras Avenças firmado pela CHESF e esta Companhia em 31 de maio de 2011. Refere-se também, aos ajustes no valor do ativo imobilizado referentes ao contrato de arrendamento financeiro firmado entre a Thermes Participações S.A. e a Breitener Energética S.A. em 08 de outubro de 2007 e, em 1º de novembro de 2007, cedido à Companhia.

	2010		
	Posição contábil anterior	Ajustes	Posição ajustada
<b>Ativo</b>			
Contas a receber de clientes	60.354	1.011	61.365
Impostos a recuperar	1.488	8.674	10.162
Mútuos com empresas ligadas	668	(172)	496
Imobilizado	352.211	4.168	356.379
Diferido	2.521	(281)	2.240
<b>Passivo</b>			
Arrendamento financeiro a pagar	-	4.263	4.263
Fornecedores	104.045	8.803	112.848
Impostos e contribuições a recolher	2.931	5.759	8.690
Outras contas a pagar	65	(32)	33
<b>Resultado do exercício</b>			
Receita bruta	12.390	61.365	73.755
Impostos sobre o faturamento	(1.169)	(5.789)	(6.958)
Custo dos produtos vendidos	(18.322)	(85.098)	(103.420)
Despesas administrativas e gerais	(43.431)	33.699	(9.732)
Despesas financeiras	(1.143)	(9.570)	(10.713)
A Companhia decidiu reapresentar espontaneamente os valores acima referentes ao exercício de 2010.			

findo em 31 de dezembro de 2010, que corresponde ao valor do lastro com spread, tendo como contrapartida a receita operacional. A rubrica "Suprimento de energia a faturar" refere-se ao suprimento de energia realizado e ainda não faturado, enquanto que a rubrica de "Faturas a receber" refere-se ao suprimento de energia com as respectivas faturas emitidas, porém, pendentes de recebimento. A Companhia não está exposta a riscos de créditos e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes visto que a receita fixa mensal são os contratos firmados pelos agentes no ambiente regulado registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e que eventuais ajustes, serão regularizados posteriormente no próprio sistema da CCEE, com a emissão de relatório específico demonstrando as compensações financeiras a serem efetuadas entre os próprios agentes quando dos faturamentos, tanto a débito quanto a crédito. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2011. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Ajuste a valor presente:** Em virtude do prazo

médio de recebimento ser curto, a Administração da Companhia entende que o efeito de ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

6. Adiantamentos a fornecedores	2011	2010
Depósitos em garantia de lastro	-	13.616
Outros valores	<u>1.608</u>	<u>448</u>
	<b>1.608</b>	<b>14.064</b>

O valor dos depósitos em garantia de lastro efetuados a favor da CCEE foi recuperado durante o exercício de 2011 pelo cumprimento da obrigação contratual com a CHESF.

## 8. Imobilizado

Custo histórico	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<u>4.542</u>	-	<u>310</u>	<u>164</u>	<u>202.261</u>	<u>207.277</u>
Adições	222	-	14	64	148.943	149.243
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<u>4.764</u>	-	<u>324</u>	<u>228</u>	<u>351.204</u>	<u>356.520</u>
(Reapresentado)	6.431	11	8	-	6.450	-
Adições	-	347.044	-	-	(347.044)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>4.764</u>	<u>353.475</u>	<u>335</u>	<u>236</u>	<u>4.160</u>	<u>362.970</u>
<b>Depreciação acumulada</b>						
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	-	-	(34)	(38)	-	(72)
Adições	-	-	(31)	(38)	-	(69)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	-	-	(65)	(76)	-	(141)
(Reapresentado)	-	-	(69)	(46)	-	(11.831)
Adições	-	(11.716)	(134)	(122)	-	(11.972)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	-	(11.716)	(134)	(122)	-	(11.972)
<b>Saldos líquidos</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.764	-	259	152	351.204	356.379
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.764	341.759	201	114	4.160	350.998

O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e está empregado exclusivamente nas operações relacionadas à UTE, contudo a Companhia não dispõe de um sistema de controle patrimonial que possibilite adequada apuração da posição física e contábil dos bens que compõem o ativo imobilizado. A Administração da Companhia entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras. Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 e CPC 28, a Companhia contratou empresa especializada para proceder ao levantamento físico, identificação e revisão da vida útil dos bens que compõem seu ativo imobilizado. O referido trabalho encontra-se em fase de conclusão e elaboração de laudo, o qual servirá de base para os eventuais ajustes necessários. O estudo teve como escopo a recomposição dos bens que integram todo o imobilizado da Companhia, de forma a possibilitar um maior controle analítico dos bens recém-formados postos em funcionamento em dezembro de 2010. Para 2012, a Administração trabalha num plano de ação que possibilite a integração de um sistema patrimonial capaz de refletir mais adequadamente a composição dos saldos vigentes à data-base de 31 de dezembro de 2011 e seu controle individual futuro. **Redução ao valor recuperável:** O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização. Dessa forma, não há necessidade de provisão para perda do seu valor recuperável.

**9. Diferido:** A Companhia, usando a faculdade dada pela MP 449/08, que alterou as Leis nº 11.638/07 e nº 6.404/76, manteve os saldos existentes no Diferido em 31 de dezembro de 2008, até sua completa amortização, a qual será efetivada no prazo 10 (dez) anos após o início de suas operações. Estes gastos estão compostos da seguinte forma:

	2011	2010
		(Reapresentado)
Despesas de organização e administração	1.686	1.696
Despesas financeiras, líquidas	554	554
Amortização acumulada	(224)	-
	<u>2.016</u>	<u>2.240</u>

## 10. Fornecedores

	2011	2010
		(Reapresentado)
Companhia Hidrelétrica do São Francisco S.A. (CHESF)	-	105.882
Petrobras Distribuidora S.A.	143	2.787
Wartsila Brasil Ltda.	585	1.195
Companhia Energética do Ceará S.A.	1.641	36
Chubb do Brasil - Cia. de Seguros	417	-
Outros	<u>559</u>	<u>2.948</u>
	<b>3.345</b>	<b>112.848</b>

O débito com a CHESF existente em 31 de dezembro de 2010, referente a aquisição de lastro, foi totalmente liquidado em junho de 2011, conforme Termo de Consolidação de Dívida e Outras Avenças firmado entre a CHESF e a Companhia em 31 de maio de 2011.

## 11. Financiamentos e empréstimos

	Encargos	2011	2010
	Financiamentos		
	Vencimento		
Banco Votorantim S.A.	5,0 % a.a. + CDI	jan/2012	63.543
Banco Itaú S.A.	5,0 % a.a. + CDI	jan/2012	63.390
Banco BVA S/A	10,03 % a.a. + CDI	jun/2012	<u>21.248</u>
			<u>148.181</u>
Circulante			<u>148.181</u>
Não circulante			<u>129.047</u>
			<b>19.104</b>

**Garantias:** As garantias dos financiamentos contraídos são: • Penhor de ações de emissão da Companhia, de propriedade de Thermes Participações S.A. e Nova Cibe Energia S.A. • Cessão Fiduciária de créditos, conforme Termo de Cessão Fiduciária de Créditos, celebrado

## 7. Impostos a recuperar

	2011	2010
		(Reapresentado)
Imposto de renda	119	48
Contribuição social	29	2
PIS	40	1.668
COFINS	183	7.683
ICMS	760	760
Outros	<u>3</u>	<u>1</u>
	<b>1.134</b>	<b>10.162</b>

Os créditos do PIS e da COFINS constantes em 2010, são basicamente decorrentes da aquisição de lastro à CHESF, sendo os mesmos compensados com débitos apurados na operação do exercício de 2011.

	2011	2010
entre Banco Votorantim S.A., Banco Itaú S.A. e as empresas, Thermes Participações S.A., Águas de Guarirôba Ambiental Ltda., CIBE Energia e Participações S.A. e Ellocin Brasil Participações e Consultoria Empresarial - ELLOBRAS S.A. • Vinculação dos recebíveis decorrentes dos contratos de fornecimento de energia. <b>Cláusulas restritivas "covenants":</b> Conforme mencionado na nota explicativa nº 22, os financiamentos e empréstimos foram quitados em janeiro de 2012 com os recursos financeiros oriundos da emissão de debêntures. Dessa forma, as cláusulas restritivas de pagamento antecipado não gerariam qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia e, por isso, não estão sendo apresentadas.		
<b>12. Arrendamentos financeiros a pagar</b>		
	Encargos	2011
	financiamento	2010
	Vencimento	(Reapresentado)
Breitener Energética S.A.	6 % a.a. + IPCA	31/12/2024
		<b>4.495</b>
Circulante		<b>468</b>
Não circulante		<b>4.027</b>
		<b>3.892</b>
Refere-se ao arrendamento financeiro do terreno onde está instalada a Usina UTE Maracanaú I de propriedade da Companhia, conforme contrato firmado em 8 de outubro de 2007, entre a arrendante Breitner Energética S.A. e a arrendatária Thermes Participações S.A., este cedido à Companhia em 1º de novembro de 2007. Tendo em vista que o mesmo tem características de arrendamento financeiro e, não de arrendamento operacional, como vinha sendo tratado pela Companhia, foi então feita a correção de erros dos registros contábeis de períodos anteriores a 31 de dezembro de 2010 (vide nota nº 3) . O valor do arrendamento é de R\$ 250 ao ano, atualizado pelo IPCA + 6% a.a, com um prazo de 206 meses, tendo início em 1º de novembro de 2007 e término em 31 de dezembro de 2014, tendo a Companhia opção de compra no final do contrato. O escalonamento da dívida está assim demonstrado:		
		2011
		2010
		-
		278
		310
		278
		310
		278
		310
		278
		3.097
		2.780
		<b>4.027</b>
		<b>3.892</b>

13. Impostos e contribuições a recolher		2011	2010	18. Despesas administrativas e gerais		2011	2010
			(Reapresentado)				(Reapresentado)
PIS		1	1.012	Despesas com pessoal		(494)	-
COFINS		5	4.664	Provisão para perda de ativos		-	(6.600)
INSS		1.451	2.073	Penalidades CCEE		-	(3.273)
Parcelamento de tributos federais		1.644	1.994	Serviços terceirizados		(606)	(159)
Outros		103	839	Outras despesas		(588)	-
		<b>3.204</b>	<b>10.582</b>			<b>(1.688)</b>	<b>(9.732)</b>
Circulante		<b>1.768</b>	<b>8.690</b>	<b>19. Despesas financeiras, líquidas</b>		<b>2011</b>	<b>2010</b>
Não circulante		<b>1.436</b>	<b>1.892</b>			(Reapresentado)	
<b>Parcelamento de tributos federais:</b> Em novembro de 2009, a Companhia optou pela inclusão dos débitos dos tributos federais no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, a qual estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios, em julho de 2011 referidos débitos foram consolidados para pagamento em 160 meses. O escalonamento da dívida está assim demonstrado:							
		<b>2011</b>	<b>2010</b>	<b>Despesas financeiras</b>			
2012		-	200	Juros sobre empréstimos e financiamentos		(28.081)	-
2013		211	200	Juros e multas de mora		(10.327)	(10.713)
2014		211	200	Outras		(1.892)	-
2015		166	157			(40.300)	(10.713)
2016 em diante		<b>848</b>	<b>1.135</b>	<b>Receitas financeiras</b>			
		<b>1.436</b>	<b>1.892</b>	Rendimentos de aplicações financeiras		48	20
				Juros ativos - atualizações contratuais		4.788	-
				Outras		4	-
						<b>4.840</b>	<b>20</b>
						<b>(35.460)</b>	<b>(10.693)</b>
<b>14. Transações com partes relacionadas</b>				<b>20. Instrumentos financeiros:</b> Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima dos valores de mercado. Não é política da Companhia operar com derivativos. <b>Gerenciamento de risco financeiro:</b> A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia à cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o seu gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. <b>Risco de crédito:</b> Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. <b>Risco de liquidez:</b> Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. <b>Risco de mercado:</b> Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia mantém estoques de óleo combustível em quantidades suficientes à necessidade de geração de energia. A Administração entende que, pelo fato de ser esperado pequeno nível de geração de energia, e, consequentemente, pequeno nível de consumo de óleo combustível, o risco de possíveis flutuações de nos seus preços não impactará significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. <b>Risco cambial:</b> A Companhia está sujeito ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, o Real (R\$). O USD é a moeda na qual estas transações são denominadas. Com relação a passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável. <b>Risco de taxas de juros:</b> Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia efetua captação de recursos utilizando taxas prefixadas. <b>Risco de estrutura de capital:</b> Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Visando a mitigação desse tipo de risco, está previsto no plano de negócios da Companhia aporte de recursos de seus acionistas e a substituição gradual do perfil da sua dívida de capital de terceiros por capital próprio. A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.			
<b>Mútuos</b>				<b>21. Cobertura de seguros:</b> No exercício de 2011, com a entrada em operação comercial da Companhia, a exigibilidade do seguro para a Garantia de Fiel Cumprimento do Contrato da UTE Maracanaú é encerrada, não tendo a obrigatoriedade da sua renovação. Para o período de operação comercial da Usina, iniciado em 07/02/2011, foi contratado			
		<b>2011</b>	<b>2010</b>				
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		
				(Reapresentado)			
Thermes Participações S.A.	9	-	9	-	-		
Cibe Energia e Participações S.A.	-	-	-	10.905	-		
Lambari Geradora de Energia S.A.	2.149	-	482	-	-		
Borborema Energética S.A.	-	5.000	-	20.280	-		
Cauipe Geradora de Energia S.A.	5	-	5	-	-		
Gaia Energia e Participações S.A.	-	-	-	16.708	-		
Nova Cibe Energia S.A.	-	-	-	23.583	-		
Heber Participações S.A.	-	17.889	-	-	-		
		<b>2.163</b>	<b>22.889</b>	<b>496</b>	<b>71.476</b>		
Os mútuos constituem-se de empréstimos captados pela Companhia com as companhias ligadas, com prazos de resgate variáveis, suportados por contratos que facultam à mutuante a cobrança de juros às taxas que variam de 0,5% a 1,0% a.m. + CDI. Nas mesmas condições a Companhia faz empréstimos as empresas do grupo.							
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>							
		<b>2011</b>	<b>2010</b>				
Cibe Energia e Participações S.A.			61.927	-	-		
Nova Cibe Energia S.A.			123.961	96.192	-		
			<b>185.888</b>	<b>96.192</b>			
Por exigência do acordo de acionistas da Companhia, os adiantamentos para futuro aumento de capital estão classificados no passivo não circulante. Eles somente serão transferidos para o patrimônio líquido quando todos os demais acionistas tiverem efetuados aportes nas proporções de sua participação no capital social.							
<b>15. Patrimônio líquido: Capital social:</b> O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 60.443, é composto por 60.443.291 ações ordinárias, sem valores nominais, assim distribuídas:							
				<b>Ações</b>			
		% participação	2011	2010			
Nova Cibe Energia S.A.	50,10%	30.282.089	30.282.089				
Cibe Energia e Participações S.A.	40,00%	24.177.316	24.177.316				
Thermes Participações S.A.	9,90%	5.983.886	5.983.886				
	<b>100,00%</b>	<b>60.443.291</b>	<b>60.443.291</b>				
<b>Dividendos:</b> Os acionistas têm direito ao recebimento de dividendos anuais não cumulativos, de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.							
<b>16. Receita operacional líquida</b>		<b>2011</b>	<b>2010</b>				
				(Reapresentado)			
Suprimento de energia - parcela fixa		79.712	-				
Suprimento de energia - parcela variável		115	-				
Suprimento de energia - parcela excedente		1.158	-				
Receita compensatória		-	73.755				
Total da receita bruta		80.985	73.755				
PIS		(1.335)	(1.217)				
COFINS		(6.147)	(5.605)				
ICMS		(134)	(136)				
Total de impostos sobre o faturamento		<b>(7.616)</b>	<b>(6.958)</b>				
Receita operacional líquida		<b>73.369</b>	<b>66.797</b>				
<b>17. Custo de geração de energia</b>		<b>2011</b>	<b>2010</b>				
				(Reapresentado)			
Custo de conexão		(18.350)	-				
Depreciação das máquinas e equipamentos		(11.666)	-				
Serviços de operação e manutenção		(4.879)	-				
Outros serviços terceirizados		(1.554)	(504)				
Custo com aquisição de lastro		(800)	(102.916)				
Custos gerais		(421)	-				
		<b>(37.670)</b>	<b>(103.420)</b>				

da CAMED Corretora e Administradora de Seguros Ltda., o Seguro de Riscos Operacionais e o Seguro de Responsabilidade Civil, ambos com respectivos valores de cobertura de R\$ 100.000 mil e R\$ 2.000 mil, com vencimentos em 26/08/2012, quando serão renovados.

**22. Eventos subsequentes:** Em 22 de dezembro de 2011 foi assinado pela Companhia o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações, tendo como Agente Fiduciária a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com as seguintes características: • Montante de emissão: R\$ 244.400. • Quantidade de debêntures emitidas: 2.444. • Banco Mandatário e Escriturador: Banco Bradesco S.A. • Destinação dos recursos: aproximadamente: R\$ 150.000 para pagamento de dívidas bancárias; R\$ 65.000 para pagamento de mútuos com partes relacionadas; e, R\$ 29.400 para pagamentos de despesas relacionadas às atividades corporativas da Companhia. • Prazo de vencimento: 8 anos. • Amortização de principal: 1º ano: 4% do volume; 2º ano: 6% do volume; 3º ano: 10% do volume; 4º ano: 12% do volume; 5º ano: 16%

do volume; 6º ano: 16% do volume; 7º ano: 18% do volume; e, 8º ano: 18% do volume. • Taxa "All In" da Transação: IPCA + 11,34% ao ano. • Pagamento de juros: Mensal sem carência. • Garantias: Cumulativamente: (i) Cessão fiduciária dos Recebíveis; (ii) Alienação fiduciária das ações da Companhia; e, (iii) Alienação fiduciária dos ativos operacionais da Companhia. Os recursos foram liberados em 09 de janeiro de 2012, efetuando-se, imediatamente, os pagamentos conforme compromisso assumido com o Agente Fiduciário, a saber: Pagamento dos empréstimos e financiamentos bancários, pagamento de mútuos junto a partes relacionadas e pagamento das despesas decorrentes da emissão das debêntures. O vencimento das parcelas de juros e de amortização iniciam em 15 de fevereiro de 2012 e encerram-se em 15 de janeiro de 2020.

João Aldemir Dornelles - Diretor.

Evandro Miessi Mente - Diretor.

Germano Dias Loiola - Contador - CRC CE: 006640/O-0

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Maracanaú Geradora de Energia S.A. Maracanaú - CE.

Examinamos as demonstrações financeiras da Maracanaú Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras** - (i) Efetuamos a circularização dos saldos bancários, empréstimos, financiamentos e demais operações financeiras da Companhia, sendo este um procedimento de auditoria essencial para que pudéssemos validar os saldos ora registrados ou não pela Companhia, bem como receitas e despesas financeiras decorrentes destas operações bancárias incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Até o encerramento dos nossos trabalhos, não obtivemos a totalidade das respostas das instituições financeiras. Por este motivo, e por não ser possível efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem obter segurança sobre os saldos apresentados, que inclui os depósitos bancários à vista de R\$ 2.060 mil e financiamentos e empréstimos de R\$ 148.181 mil, a existência de eventuais passivos financeiros não registrados, garantias, gravames, aval ou outras operações bancárias eventualmente não registradas, ficamos impossibilitados de expressar opinião sobre os mesmos. (ii) Efetuamos a circularização do assessoramento legal da Companhia, sendo esse um procedimento de auditoria essencial para análise e apuração adequada das contingências jurídicas. Todavia, não recebemos a totalidade das confirmações relativas aos nossos pedidos de circularização, não sendo possível, inclusive por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto à integridade, totalidade e acuracidade de eventuais contingências registradas ou não pela Companhia no exercício de 2011. (iii) Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Administração da Companhia está procedendo a revisão da vida útil dos seus ativos imobilizados, conforme requerido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado e pela Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. Essa revisão não encontrava-se concluída até a data de emissão desse relatório, sendo que para este exercício foram conservadas as mesmas taxas de depreciação empregadas nos anos anteriores, baseadas em critérios fiscais. Consequentemente, o resultado das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido e o imobilizado nessa data poderiam ter saldos diferentes caso essa revisão tivesse sido concluída. **Opinião** - Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maracanaú Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases - Operações com partes relacionadas** - Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 14, onde menciona que a Companhia mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas em condições diferentes das de mercado. Dessa forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações realizadas apenas com partes não relacionadas. **Reapresentação de saldos das demonstrações financeiras correspondentes** - Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 3.o, onde a Administração lista os ajustes fruto de erros de registros efetuados ao longo do exercício de 2010 devido a re-contabilização do montante contratado pela Companhia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), recálculo do valor da receita de vendas de lastro e ajustes referentes ao contrato de arrendamento financeiro firmado entre a Thermes Participações S.A. e a Breitener Energética S.A. **Outros assuntos** - Em 4 de abril de 2011, a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 22 de março de 2011 contendo ressalva sobre registro indevido de receitas compensatórias, de contas a pagar por aquisição de lastro de energia e de provisão para perda de recebíveis, assuntos esses solucionados no exercício de 2011. O relatório dos auditores continha ainda ênfase referente a multa aplicada por fornecedor de lastro de energia à Companhia no montante de R\$ 100.390 mil, por descumprimento contratual, assunto também esse solucionado em 2011, em função da reapresentação das demonstrações financeiras de 2010. Fortaleza, 8 de março de 2012. KPMG Auditores Independentes-CRC SP-014428/O-6 S-CE. Eliardo Araújo Lopes Vieira-Contador CRC SP-241582/O-1 S-CE.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2012 - AVISO DE LICITAÇÃO** - Comissão Permanente de Licitação. **Data de Abertura:** 15/05/2012, às 14:30h. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada nos serviços de produção e realização do Projeto "Nossas Américas - Nossos Cinemas". Valor do Edital: Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: [www.sobral.ce.gov.br](http://www.sobral.ce.gov.br), (Portal do Cidadão, seleção o serviço: Licitações em Andamento) e à Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157 e 1254. **Sobral-CE, 27/04/2012. A Pregoeira - Francisca Jocicleide Sales de Lima Henderson.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2012 - AVISO DE LICITAÇÃO** - Comissão Permanente de Licitação. **Data de Abertura:** 11/05/2012, às 14:30h. **OBJETO:** Aquisição de MATERIAL PERMANENTE, MOBILIÁRIO E DE INFORMÁTICA destinados a suprir os equipamentos da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Sobral. **Valor do Edital:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: [www.sobral.ce.gov.br](http://www.sobral.ce.gov.br), (Portal do Cidadão, seleção o serviço: Licitações em Andamento) e à Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157. **Sobral-CE, 26/04/2012. A COMISSÃO: Verônica Mont'Alverne Guimarães - Presidente.**

## LAMBARI GERADORA DE ENERGIA S/A - CNPJ Nº 09.208.040/0001-06

## Mensagem da Administração Exercício de 2011

A Lambari Geradora de Energia S.A. (Companhia) foi criada em novembro de 2007, como uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para construir e operar o projeto UTE Maracanaú II com capacidade instalada de 92 MW e garantia física de energia de 64 MW médios, utilizando o óleo combustível como matriz energética. Da garantia física autorizada, 51 MW foram comercializados com 32 distribuidoras no 4º leilão de energia nova, A-5, realizado em julho de 2007, contratados por meio de CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, com vigência até 31/12/2026. Até lá, a partir da data da autorização da entrada em operação, a Companhia perceberá receita fixa média mensal no valor de R\$ 2.908.663,77, a valores de 31 de dezembro de 2011, a qual é atualizada anualmente, no mês de outubro de cada ano, com base na variação do IPCA. Estima-se que essa receita fixa será suficiente, em todo o período de vigência dos CCEARs, para cobertura plena de todas as obrigações da Companhia, inclusive investimentos e melhorias necessários, bem como para a remuneração adequada do capital investido pelos acionistas. Por decisão estratégica da Administração da Companhia e de seus Acionistas, a instalação da Usina foi transferida de Maracanaú/CE para Campina Grande/PB o que possibilitará o aproveitamento de boa parte da infraestrutura já construída para as instalações da UTE Campina Grande, já em operação comercial desde fevereiro de 2011. As obras para a instalação da UTE Maracanaú II foram iniciadas no curso do ano de 2011, tendo sido contratadas as empresas responsáveis pela realização das obras, pelo fornecimento dos equipamentos e pela realização das instalações. Em janeiro de 2012 a Companhia obteve as licenças necessárias para a continuidade das obras e instalação da usina, cuja entrada em operação comercial espera-se seja autorizada a partir do mês de janeiro de 2013. O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 1.940.151,00 milhões, tendo como acionistas a Nova Cibe Energia S.A., com 50,1% e a Thermes Participações S.A., com 49,9% do capital social da Companhia. No ano de 2011 foram gerados 06 empregos diretos pela Companhia, por meio da contratação de empregados segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e 150 empregos indiretos por meio da contratação de empresas de prestação de serviços para a operação e manutenção da usina, empresas de prestação de serviços de vigilância e segurança, assessoria jurídica, assessoria contábil, gestão ambiental, limpeza e conservação, assistência técnica e manutenção em equipamentos de informática.

João Aldemir Dornelles - Diretor. Evandro Miessi Mente - Diretor. Germano Dias Loiola - Contador - CRC CE: 006640/O-0

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

A T I V O	Nota	2011	2010
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	913	2
Adiantamento a fornecedores		6	5
Impostos a recuperar		2	3
Despesas antecipadas	5	55	220
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>976</b>	<b>230</b>
<b>Não circulante</b>			
Despesas antecipadas	5	-	55
Imobilizado	6	19.198	7.323
Diferido	7	650	666
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>19.848</b>	<b>8.044</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>20.824</b>	<b>8.274</b>
<b>P A S S I V O</b>	<b>Nota</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	8	680	60
Impostos e contribuições a recolher		166	59
Salários e férias a pagar		19	19
Outras contas a pagar		-	40
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>865</b>	<b>178</b>
<b>Não circulante</b>			
Mútuos com pessoas ligadas	9	3.993	1.323
Adiant. para futuro aum. de capital	9	14.462	5.000
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>18.455</b>	<b>6.323</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	10	1.940	1.940
Prejuízos acumulados		(436)	(167)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.504</b>	<b>1.773</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>20.824</b>	<b>8.274</b>

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	(269)	(94)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício às disponibilidades provenientes das (usadas nas) atividades operacionais:		
Juros sobre contratos de mútuo	53	-
Depreciação e amortização	6	-
	(210)	(94)
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Redução em adiantamentos e impostos a recuperar	-	(2)
Redução em despesas antecipadas	220	220
Aumento em fornecedores	620	5
(Redução) aum. em obrig. sociais e tributárias	107	(92)
Redução em outras contas a pagar	(40)	(70)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>697</b>	<b>(33)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(11.881)	(6.024)
<b>Caixa líq. usado nas ativid. de investim.</b>	<b>(11.881)</b>	<b>(6.024)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Mútuos com pessoas ligadas	2.633	979
Adiantamentos para futuro aumento de capital	9.462	5.000
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>12.095</b>	<b>5.979</b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equiv. de caixa</b>	<b>911</b>	<b>(78)</b>
<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	2	80
No fim do exercício	913	2
	<b>911</b>	<b>(78)</b>

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	11	(248)	(78)
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas</b>		<b>(248)</b>	<b>(78)</b>
Despesas financeiras		(23)	(16)
Receitas financeiras		2	-
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<b>(21)</b>	<b>(16)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(269)</b>	<b>(94)</b>
<b>Prejuízo básico por ação - R\$</b>		<b>(0.14)</b>	<b>(0.05)</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>	1.940	(73)	1.867
Prejuízo do exercício	-	(94)	(94)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	1.940	(167)	1.773
Prejuízo do exercício	-	(269)	(269)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>1.940</b>	<b>(436)</b>	<b>1.504</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional:** A Lambari Geradora de Energia S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em novembro de 2007 por prazo indeterminado, com sede na Via de Ligação 3, nº 345-A, Distrito Industrial III, DIF III, CEP 61931-060, na cidade de Maracanaú, estado do Ceará, tendo por objetivo a construção e operação da Usina Termelétrica (UTE) Maracanaú II, com 69 MW de potência instalada, de acordo com o resultado do 4º Leilão de Energia Nova do Ministério das Minas e Energia (MME), realizado em julho de 2007, cujo prazo contratual para início da operação comercial é 1º de janeiro de 2012. A Companhia encontra-se em fase de construção da sua Usina, que terá o óleo combustível como matriz energética, com contratos de aquisição de equipamentos e instalações já firmados com os fornecedores e construtores. Os recursos necessários para realização dos investimentos serão em parte aportados pelos acionistas e, em outra, mediante captação de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo junto a instituições financeiras. A previsão para entrada em operação comercial é em janeiro de 2013, e a Companhia está assumindo o compromisso de compra de lastro de energia elétrica no mercado de curto prazo, no que for necessário, conforme determina a legislação vigente. **2. Base de preparação - a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, conjugada com a legislação específica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL. Sua emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 08 de março de 2012. As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do período é igual ao resultado abrangente total. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram

arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. *d. Uso de estimativas e julgamentos:* A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, determinação do prazo de amortização do ativo diferido, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. *a. Moeda estrangeira:* Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. *b. Instrumentos financeiros:* *i. Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e depósitos bancários à vista. *ii. Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *iii. Capital social: Ações ordinárias:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. *iv. Instrumentos financeiros derivativos:* A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. *c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, o custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. *Depreciação:* Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, tão logo o trabalho dos especialistas contratados para tal seja concluído. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Equipamentos de informática - 10 anos. *d. Diferido:* O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos serão

amortizados linearmente pelo período de 10 anos após início de operação da Companhia. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização, provisão para redução ao valor recuperável, ou baixa contra o resultado, conforme previsto na Orientação OCPC 02. *e. Redução ao valor recuperável (impairment): i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis) -* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. *ii. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflitam as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas por redução de valor recuperável são reconhecidas no resultado. *f. Passivo circulante e não circulante:* Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. *g. Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. *h. Provisões:* Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. *i. Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem basicamente juros e multas por atraso em obrigações. *j. Apuração do resultado:* O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. *k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:* O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC está trabalhando na elaboração de pronunciamentos técnicos equivalentes às normas e emendas ao IFRS emitidas pelo IASB, as quais entrarão em vigor nos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Até a presente data, nenhum desses pronunciamentos foi publicado. É esperado que nenhum desses novos pronunciamentos técnicos tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia, exceto pelo pronunciamento equivalente ao IFRS 9 - Financial Instruments, que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse standard antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

4. Caixa e equivalentes de caixa	2011	2010
Caixa	1	-
Depósitos bancários a vista	912	2
Total de caixa e equivalentes de caixa	913	2

**5. Despesas antecipadas:** Os saldos referem-se a gastos com seguros contratados para a construção da Usina, os quais, estão sendo apropriados mensalmente ao resultado em fração proporcional à vigência do seguro, seguindo assim, o princípio da competência.

6. Imobilizado	Equipamentos de computação	Imobilizado em andamento	Total
<b>Custo histórico</b>			
<b>Saldos em 31/12/2009</b>	-	1.299	1.299
Adições	31	5.993	6.024
<b>Saldos em 31/12/2010</b>	31	7.292	7.323
Adições	5	11.876	11.881
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	36	19.168	19.204
<b>Depreciação acumulada</b>			
<b>Saldos em 31/12/2010</b>	-	-	-
Adições	(6)	-	-
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	(6)	-	-
<b>Saldos líquidos</b>			
Saldo em 31 de dezembro de 2010	31	7.292	7.323
Saldo em 31 de dezembro de 2011	30	19.168	19.198

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia contratou uma

empresa especializada para proceder ao levantamento físico, identificação e revisão da vida útil dos bens que compuserem seu ativo imobilizado, mas ainda estão em fase de negociação de cronograma da construção e datas de entregas. Quando da finalização da construção da Usina, será solicitado o referido trabalho, o qual servirá de base para os eventuais ajustes necessários. **Redução ao valor recuperável:** O ativo imobilizado da Companhia, em face da fase inicial do projeto e período pré-operacional, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização. Dessa forma, não há necessidade de provisão para perda do seu valor recuperável. **7. Diferido:** A Companhia, usando a faculdade dada pela MP 449/08, que alterou as Leis nº 11.638/07 e 6.404/76, manteve os saldos existentes na conta do Diferido em 31 de dezembro de 2008, representados por gastos de organização e administração e resultado financeiro, até sua completa amortização, a qual será efetivada no prazo 10 (dez) anos, após o início das operações. Estes gastos estão compostos da seguinte forma:

	2011	2010
Despesas de organização e administração	555	571
Despesas financeiras, líquidas	95	95
Total do diferido	650	666
<b>8. Fornecedores</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
L2C Construção Civil e Montagens Industriais Ltda.	661	-
Outros	19	60
Total de fornecedores	680	60

**9. Transações com partes relacionadas:** A Companhia efetuou operações com partes relacionadas, cujos principais saldos e transações estão resumidos a seguir:

a. Mútuos passivos	2011	2010
Thermes Participações S.A.	265	208
Borborema Energética S.A.	1.579	-
Maracanaú Geradora de Energia S.A.	2.149	654
Nova Cibe Energia S.A.	-	461
	3.993	1.323

Os mútuos constituem-se de empréstimos captados pela Companhia com as companhias ligadas, com prazos de resgate variáveis, suportados por contratos que facultam à mutuante a cobrança de juros às taxas que variam de 0,5% a 1,0% a.m. + CDI.

b. Adiantamentos p/futuro aumento de capital	2011	2010
Nova Cibe Energia S.A.	14.462	5.000
	14.462	5.000

Por exigência do acordo de acionistas da Companhia, os adiantamentos para futuro aumentos de capital estão classificados no passivo não circulante, sendo que somente serão transferidos para o patrimônio líquido quando todos os acionistas tiverem efetuados aportes nas proporções de sua participação no capital social. **c. Remuneração do pessoal chave da administração:** A Companhia possui 2 (dois)

diretores corporativos indicados por seus acionistas e 4 (quatro) conselheiros de administração. A remuneração destes administradores apropriada como despesa ao resultado de 2011 montou em R\$ 43 (R\$ 50 em 2010). Além de seus salários, a Companhia também fornece benefícios como ressarcimento de despesas de hospedagem, alimentação e passagens aéreas gastas pelos administradores quando em viagens a serviço da Companhia. **10. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$1.940, é composto por 1.940.151 ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Participação	Ações	
		2011	2010
Nova Cibe Energia S.A.	50,10%	972.016	972.016
Thermes Participações S.A.	49,90%	968.135	968.135
	100,00%	1.940.151	1.940.151

**Dividendos:** Os acionistas têm direito ao recebimento de dividendos anuais não cumulativos, de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

11. Despesas administrativas e gerais	2011	2010
Serviços terceirizados	(154)	(78)
Penalidades CCE	(94)	-
	(248)	(78)

**12. Instrumentos financeiros: Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração entende que a Companhia não está sujeita a riscos de mercado, risco de câmbio, risco de crédito e liquidez, já que a operação da Usina ainda não foi iniciada e os instrumentos financeiros contratados não estão sujeitos a tais riscos. **13. Cobertura de seguros:** Em 13 de Dezembro de 2007, cumprindo determinação da ANEEL, a Companhia celebrou contrato de seguros para a Garantia de Fiel Cumprimento do contrato da UTE Maracanaú II, que constitui o estabelecimento segurado. A importância segurada no valor de R\$18.300 é determinada de acordo com o cumprimento de marcos do projeto, estabelecidos pela ANEEL, no edital do leilão. A apólice terá vigência até 01/04/2012, quando será renovada, de acordo com as determinações do leilão, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para garantir o total cumprimento de suas obrigações contratuais com a ANEEL. **João Aldemir Dornelles - Diretor. Evandro Miessi Mente - Diretor. Germano Dias Lolola - Contador - CRC CE: 006640/O-0.**

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Lambari Geradora de Energia S.A. - Maracanaú - CE. Examinamos as demonstrações financeiras da Lambari Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras** - (i) Efetuamos a circularização dos saldos bancários, empréstimos, financiamentos e demais operações financeiras da Companhia, sendo este um procedimento de auditoria essencial para que pudéssemos validar os saldos ora registrados ou não pela Companhia, bem como receitas e despesas financeiras decorrentes destas operações bancárias incorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Até o encerramento dos nossos trabalhos, não obtivemos a totalidade das respostas das instituições financeiras. Por este motivo, e por não ser possível efetuarmos procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem obter segurança sobre os saldos apresentados, que incluímos depósitos bancários à vista de R\$ 912 mil, a existência de eventuais passivos financeiros não registrados, garantias, gravames, aval ou outras operações bancárias eventualmente não registradas, ficamos impossibilitados de expressar opinião sobre eles. (ii) Efetuamos a circularização do assessores legais da Companhia, sendo esse um procedimento de auditoria essencial para análise e apuração adequada das contingências jurídicas. Todavia, não recebemos a totalidade das confirmações relativas aos nossos pedidos de circularização, não sendo possível, inclusive por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir quanto à integridade, totalidade e acuracidade de eventuais contingências registradas ou não pela Companhia no exercício de 2011. **Opinião** - Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descritos nos parágrafos "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lambari Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase** - Sem ressalvar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 9, onde menciona que a Companhia mantém operações em montantes significativos com partes relacionadas em condições diferentes das de mercado. Dessa forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações realizadas apenas com partes não relacionadas. **Outros assuntos** - Em 4 de abril de 2011, a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 14 de março de 2011 que não conteve modificação. Fortaleza, 8 de março de 2012. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 S-CE. Eliardo Araújo Lopes Vieira - Contador CRC SP-241582/O-1 S-CE.



CASCAJU AGROINDUSTRIAL S/A  
C.N.P.J. - 07.092.232/0001-66

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais, temos a satisfação de apresentar-lhes as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, publicadas para comparabilidade, com os valores inerentes ao exercício anterior. Consoante sua elaboração nos referimos nas notas explicativas, obedecendo a preceitos emanados da legislação, ora em vigor, no País. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo todas as notas explicativas estão disponíveis na sede da Companhia. Nesta oportunidade, aproveitamos para agradecer aos nossos acionistas, pelo apoio ao empreendimento, e aos nossos colaboradores, pela dedicação e zelo, sempre presentes

A administração

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

#### BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO		
	31.12.11	31.12.10		31.12.11	31.12.10
Circulante	79.681	55.391	Circulante	41.600	7.495
Caixa e equivalente de caixa	21.069	36.261	Fornecedores	8.174	509
Contas a receber de clientes	10.294	6.364	Empréstimos e financiamentos	14.192	3.238
Estoques	36.266	6.646	Salários e encargos sociais a pagar	1.240	1.076
Impostos a recuperar	4.707	3.881	Impostos e contribuições a recolher	1.975	1.867
Adiantamento a terceiros	7.019	2.126	Outras contas a pagar	16.019	805
Despesa antecipada	326	113			
Não Circulante	43.409	40.932	Não Circulante	7.900	4.903
Realizável a Longo Prazo	5.303	7.029	Empréstimos e financiamentos	5.204	4.903
Impostos a recuperar	104	151	Impostos e contribuições a recolher	2.696	
Partes relacionadas	26	2.224			
Incentivos fiscais	2.068	2.068			
Depósitos Judiciais	3.105	2.586	Patrimônio Líquido	73.590	83.925
<b>Investimentos</b>	<b>83</b>	<b>83</b>	Capital social	53.347	53.347
<b>Imobilizado</b>	<b>36.187</b>	<b>33.812</b>	Reserva de capital	519	519
<b>Intangível</b>	<b>1.836</b>	<b>8</b>	Reserva de lucros	19.724	30.059
Total do Ativo	123.090	96.323	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	123.090	96.323

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(10.336)</b>	<b>(14.186)</b>
<b>(+) Ajustes para conciliar o resultado do exercício:</b>	<b>1.756</b>	<b>3.872</b>
Depreciação e amortização	1.750	3.868
Alienação de bens do ativo imobilizado	6	4
<b>Prejuízo do exercício reconciliado</b>	<b>(8.580)</b>	<b>(10.314)</b>
<b>(Acréscimos) decréscimos de ativos</b>		
Contas a receber de clientes	(3.930)	5.772
Estoques	(29.621)	17.930
Impostos a recuperar	(779)	(606)
Adiantamento a terceiros	(4.893)	5.290
Depósitos judiciais	(520)	(140)
Despesas antecipadas e outras contas a receber	(213)	(22)
	<b>(39.956)</b>	<b>28.224</b>
<b>Acréscimos (decréscimos) de passivos</b>		
Fornecedores	7.666	(205)
Salários e encargos sociais a pagar	164	(852)
Impostos e contribuições a recolher	2.804	(927)
Outras contas a pagar	15.216	244
	<b>25.850</b>	<b>(1.740)</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(22.686)</b>	<b>16.170</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos:</b>		
Aplicações no imobilizado	(4.132)	(5.525)
Aplicações no intangível	(1.828)	
Aplicações em investimentos		(42)
<b>Caixa aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(5.960)</b>	<b>(5.567)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:</b>		
Ingresso de empréstimos e financiamentos	11.256	862
Partes relacionadas	2.198	(2.050)
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>13.454</b>	<b>(1.188)</b>
<b>Acréscimo (decréscimo) nas disponibilidades</b>	<b>(15.192)</b>	<b>9.415</b>
<b>Demonstração do acréscimo(decréscimo) nas disponibilidades</b>		
No início do exercício	36.261	26.846
No fim do exercício	21.069	36.261
<b>Acréscimo (decréscimo) nas disponibilidades</b>	<b>(15.192)</b>	<b>9.415</b>



CASCAJU AGROINDUSTRIAL S/A  
C.N.P.J. - 07.092.232/0001-66

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	<b>31.12.11</b>	<b>31.12.10</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>45.058</b>	<b>82.054</b>
Impostos e deduções sobre as receitas	(6.130)	(8.948)
<b>Receita Líquida</b>	<b>38.928</b>	<b>73.106</b>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(30.472)</b>	<b>(69.967)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>8.456</b>	<b>3.139</b>
<b>Receitas(despesas) operacionais</b>	<b>(18.586)</b>	<b>(19.128)</b>
Despesas comerciais	(5.729)	(8.905)
Despesas gerais e administrativas	(11.904)	(6.970)
Depreciações e amortizações	(1.750)	(3.868)
Outras receitas operacionais líquidas	797	615
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>(10.130)</b>	<b>(15.989)</b>
Resultado financeiro	(206)	1.803
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(10.336)</b>	<b>(14.186)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros		Total
		Incentivo fiscal	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 31/12/2009	53.347	519	2.712	6.557	34.976	98.111
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(14.186)	(14.186)
Saldos em 31/12/2010	53.347	519	2.712	6.557	20.790	83.925
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(10.336)	(10.336)
Saldos em 31/12/2011	<b>53.347</b>	<b>519</b>	<b>2.712</b>	<b>6.557</b>	<b>10.454</b>	<b>73.589</b>

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sociedade tem por objetivo: a) produção de caju em todas as suas fases; b) industrialização da castanha de caju e sua comercialização para os mercados nacional e internacional; c) cria, recria e engorda de bovinos de corte e de leite, suínos, caprinos, ovinos e eqüinos; d) pastagens e culturas ligadas à alimentação humana e animal; e) compra e comercialização de gêneros alimentícios de produção própria e/ou adquirida de terceiros; f) participação no capital de outras empresas, que sejam ou não do mesmo setor econômico, podendo ainda dedicar-se a outros ramos da agroindústria.

**NOTA-02 - DIRETRIZES CONTÁBEIS**

**A) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

**B) ESTOQUES**

Avaliados ao custo médio de compras ou de produção não excedendo ao valor de mercado, demonstrados como a seguir:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Matéria-prima (castanha in natura)	25.833	434
Produtos acabados (amêndoas)	5.378	3.688
Produtos acabados (LCC)	-	2
Produtos em fabricação	1.618	63
Rebanho para venda	170	248
Produtos agrícolas	94	50
Outros produtos	3.173	2.161
	=====	=====
Total	36.266	6.646

**C) IMOBILIZADO**

Os elementos integrantes do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou de construção, computando-se as depreciações correspondentes, cujas taxas levam em conta o tempo estimado de vida útil dos bens. Os recursos aplicados neste grupo são a seguir demonstrados:



CASCAJU AGROINDUSTRIAL S/A  
C.N.P.J. - 07.092.232/0001-66

## Composição dos saldos

	2011		2010	
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações Rurais	4	1.185	(1.176)	9
Edificações Urbanas	4	10.077	(6.674)	3.403
Terrenos Rurais	0	913	-	913
Terrenos Urbanos	0	154	-	154
Instalações Rurais	10	144	(125)	19
Instalações	10	6.606	(5.733)	873
Tanques e Instalações	10	21	-	21
Ferramentas	10	4	(4)	-
Máquinas e Equipamentos	10	21.618	(12.867)	8.751
Móveis e Utensílios	10	419	(245)	174
Veículos	20	1.241	(1.186)	55
Semoventes	0	-	-	-
Formações de Pastagens	0	36	(36)	-
Rebanhos de produção	10	89	(58)	31
Culturas permanentes	0	21.784	-	21.784
		64.291	(28.104)	36.187
				33.812

## NOTA 03 – FINANCIAMENTOS

## Para projetos em andamento:

	2011		2010	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
<b>Banco do Nordeste do Brasil S.A</b> Financiamento para custear a substituição de copas de cajueiro em propriedade da empresa situada no município de Aracati/ Ceará com prazo de carência de 48 meses e prazo de amortização de 132 meses e para aquisição de tratores e equipamentos agrícolas com prazo de carência de 36 meses e prazo de amortização de 84 meses.	1.357	5.204	2.293	4.903
<b>Banco Santander</b> Financiamento para aquisição de 657.360kg de castanha com prazo de amortização de 8 meses.			819	
<b>Banco ITAÚ BBA</b> Financiamento para aquisição de 2.510.430kg de castanha com prazo de amortização de 8 meses.	3.043			
<b>Banco do Brasil</b> Financiamento para aquisição de 8.116.339kg de castanha com prazo de amortização de 7 meses.	9.792			
<b>Banco Pine</b> Financiamento de um 1 (um) torrador industrial semi-automático com prazo de carência de 6 meses e prazo de amortização de 54 meses e para aquisição de tratores agrícolas com prazo de carência de 12 meses e prazo de amortização de 60 meses.			126	
	14.192	5.204	3.238	4.903

## NOTA 04 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido em 931.009 ações com valor nominal de R\$ 57,30 (cinquenta e sete reais e trinta centavos) cada uma, assim composto:

ESPÉCIES	CLASSE	RECURSO	QUANTIDADE
Ordinárias		Controladores	899.715
Preferenciais	A	Art. 34/18	7.118
Preferenciais	B	Art. 14	309
Preferenciais	C	FINOR	6.302
Preferenciais	D	FINOR	17.565
			=====
			931.009

As ações preferenciais não têm direito a voto, no entanto gozam de prioridade no reembolso do capital, pelo seu valor nominal, e participam integralmente nos resultados da sociedade. As ações preferenciais, classes C e D têm prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% ao ano. Segundo o Estatuto Social, o lucro líquido é assim distribuído: a) 5% para constituição de Reserva Legal, que não excederá a 20% do Capital Social; b) 25% para distribuição de dividendos aos acionistas, respeitadas as vantagens legais e estatutárias atribuídas às ações preferenciais; c) o saldo ficará à disposição da Assembléia Geral de Acionistas, que determinará a sua destinação.

**EIT CONSTRUÇÕES S/A**

CNPJ - 13.424.192/0001-05 - NIRE - 2330003108-3

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
E 31 DE MARÇO DE 2011**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	dez/11	Bal Abertura mar/11
<b>A T I V O</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e Equivalente de Caixa	54	50
Direitos Sub-rogados a receber	16.107	
Debêntures	20.740	
Tributos a recuperar	31	
Outros créditos	305	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>37.236</b>	<b>50</b>
<b>Não Circulante</b>		
Realizável a longo prazo	21.578	
. Direitos Sub-rogados a receber	21.578	
Intangível	38.613	34.080
Imobilizado	14.759	16.190
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>74.950</b>	<b>50.270</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>112.187</b>	<b>50.320</b>
<b>P A S S I V O</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	237	-
Empréstimos e financiamentos	4.931	-
Obrigações sociais e tributárias	469	-
Outras Obrigações	-	5
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>5.637</b>	<b>5</b>
<b>Não Circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos	16.724	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>16.724</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital social	93.584	50.270
Adiantamento futuro aumento capital	2.820	45
Prejuízo Acumulado	(6.578)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>89.826</b>	<b>50.315</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>112.187</b>	<b>50.320</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE MARÇO  
DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais)**

	dez/11	Bal Abertura mar/11
Despesas administrativas	(5.241)	-
Despesas Tributárias	(367)	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	(5.608)	-
Despesas financeiras	(970)	-
Prejuízo Líquido do Exercício	(6.578)	-

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2011 E 31 DE MARÇO DE 2011**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	dez/11	Bal Abertura mar/11
<b>Fluxo de caixa proveniente das operações</b>		
Prejuízo do exercício	(6.578)	-
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações	2.222	-
	(4.356)	-
Redução (aumento) nos ativos:		
Direitos subrogados a receber	(16.107)	-
Tributos a recuperar	(31)	-
Debêntures	(20.740)	-
Outros créditos	(305)	-
Realizável a longo prazo		
Direitos subrogados a receber	(21.578)	-
	(58.760)	-
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	237	-
Obrigações sociais e tributárias	469	-
Outras obrigações		
. Curto prazo	(5)	5
. Longo prazo		
	701	5
<b>Recursos líquidos provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais</b>	<b>(62.415)</b>	<b>5</b>
<b>Fluxo de caixa utilizados nas atividades de investimentos</b>		
Aumento (redução) do intangível	(4.533)	(34.080)
Redução do imobilizado	(791)	(16.190)
<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos</b>	<b>(5.324)</b>	<b>(50.270)</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos		
. Curto prazo	4.931	-
. Longo prazo	16.724	-
Aumento de capital	43.314	50.270
Adiant. para futuro aumento de capital	2.775	45
<b>Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos</b>	<b>67.744</b>	<b>50.315</b>
<b>Aumento no caixa e equivalentes</b>	<b>4</b>	<b>50</b>
<b>Disponibilidades no início do exercício</b>	<b>50</b>	<b>-</b>
<b>Disponibilidades no final do exercício</b>	<b>54</b>	<b>50</b>

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE MARÇO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital Social	Adiant. p/futuro Aum. de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de Março de 2011	-	-	-	-
Aumento de capital	93.584	45	-	93.629
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.775	-	2.775
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(6.578)	(6.578)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	93.584	2.820	(6.578)	89.826

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE MARÇO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** EIT Construções S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em fevereiro de 2011 tendo seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 2330003108-3, sendo subsidiária integral da empresa EIT Empresa Industrial Técnica S.A., e tem como objetivo social, a atuação em todos os ramos da engenharia civil, assim como a participação societária em qualquer tipo de sociedade. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de março de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** 3.1. MOEDA FUNCIONAL - As demonstrações financeiras foram elaboradas em milhares de Reais, moeda funcional, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 3.2. USO DE ESTIMATIVAS - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. 3.3. CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL - A Companhia obedece aos critérios estabelecidos no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. 3.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Representadas por caixa e depósitos bancários. 3.5. DIREITOS SUB-ROGADOS - Decorrentes, substancialmente, de direitos sobre processos judiciais de discussão administrativa e direitos sobre contas a receber no montante de R\$ 16.107 em 31 de dezembro de 2011 e créditos com órgãos públicos, convertidos em precatórios por decisão judicial, no montante de R\$ 21.578 em 31 de dezembro de 2011, ambos sub-rogados pela Controladora EIT Empresa Industrial Técnica S.A., conforme Laudo de Avaliação elaborado por Fonteles & Associados S.S Ltda. EP, nos termos do artigo 8º da Lei 6.404/76 CNPJ 63.501.555/0001-37 CRC-CE 00370/O-3. 3.6. DEBÊNTURES - Decorrente de aquisições de debêntures securitizáveis nominais e intransferíveis, não conversíveis em ações. 3.7. TRIBUTOS A RECUPERAR - A Companhia possui tributos a recuperar atualizados pela Taxa Selic, os quais serão objeto de compensação com parcelados ou vincendos, conforme previsto na legislação tributária. 3.8. INTANGÍVEL - Foram considerados como bens intangíveis o valor de R\$ 38.613 relativo a transferências de acervos técnicos documentais, conforme Laudo de Avaliação elaborado por Fonteles & Associados S.S Ltda. EP, nos termos do artigo 8º da Lei 6.404/76 CNPJ 63.501.555/0001-37 CRC-CE 00370/O-3. 3.9. IMOBILIZADO - Registrado pelo custo de

aquisição e formação inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas que leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com respectivos valores residuais. 3.10. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES - Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. 3.11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício. 3.12. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES - Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	Bal abertura	
	2011	2011
Caixa	53	50
Bancos conta movimento	1	-
Total	54	50

#### 7. Imobilizado

	2011			Bal. abertura	
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	12.268	1.266	11.002	14.731
Veículos	20	3.254	786	2.468	-
Móveis, utensílios e instalações	10	1.209	120	1.089	1.209
Equipamentos de informática	20	250	50	200	250
Edificações	4	-	-	-	-
Imobilizado líquido		16.981	2.222	14.759	16.190

#### 8. Empréstimos e Financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Taxa	Vencimento	2011
Banco Bic S.A.	Capital de giro	CDI + 0,40% a.m.	2016	4.940
Banco Bic S.A.	Capital de giro	CDI + 0,40% a.m.	2015	7.972
Banco Bic S.A.	Capital de giro	CDI + 0,40% a.m.	2015	7.972
FIDC - Vale	Descontos	2,50% a.m.	2012	309
FIDC - Vale	Descontos	2,50% a.m.	2012	445
Outros				17
				21.655
Circulante				4.931
Não circulante				16.724

#### 9. Obrigações Sociais e Tributárias

	Bal de abertura	
	2011	mar/11
Obrigações sociais		
Salários e férias	350	
Obrig. tributárias correntes e parcelamentos		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6	
Outros	113	
Circulante	469	

OBRIGAÇÕES SOCIAIS - Além dos salários, provisões de férias e encargos sobre férias, a Companhia constituiu provisões referente às contribuições sociais correntes com o INSS e FGTS, liquidadas no exercício seguinte. **10. Patrimônio Líquido - Capital:** A sociedade tem social no montante de R\$ 93.584, totalmente subscrito e integralizado, através da conferência de tangíveis e intangíveis e direitos a receber conforme laudos contábeis arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará. **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:** Por decisão da acionista foi efetuado nesta data o aporte de R\$ 2.820, destinado ao futuro aumento de capital da sociedade.

#### 5. Direitos Sub-Rogados a Receber

	Bal de abertura	
	2011	mar/11
Direitos sobre processos judiciais	12.418	-
Direitos sobre contas a receber	3.689	-
Precatórios	21.578	-
	37.685	-
Circulante	16.107	-
Não circulante	21.578	-
	37.685	-

#### 6. Tributos a Recuperar

	Bal de abertura	
	2011	mar/11
Receita Federal - IRRF	18	-
Previdência Social - INSS	13	-
Circulante	31	-

#### 11. Despesas Gerais e Administrativas

	Bal de abertura	
	2011	mar/11
Mão de Obra	(2.226)	-
Serviços de Terceiros	(407)	-
Materias de Uso e Consumo	(5)	-
Despesas Gerais	(381)	-
Total	(3.019)	-

#### 12. Resultado Financeiro

	Bal de abertura	
	2011	mar/11
Despesas Financeiras		
Juros	(926)	-
Outros	(63)	-
	(989)	-
Total	(989)	-

Dorian Carlos de Melo Freire - Diretor

Juliana Aguiar Bezerra Esteves - Contadora CRC-CE 015482/O-9

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da EIT - Construções S.A. Jaguaruana - CE

Examinamos as demonstrações financeiras de EIT - Construções S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras** - A administração da EIT - Construções S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da EIT - Construções S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da representação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de EIT - Construções S.A., o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase** - A sociedade iniciou suas atividades em 18/02/2011, tendo seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará sob o nº 2330003108-3, em decorrência desse ato, não há demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior para fins de comparabilidade. Fortaleza (CE), 18 de abril de 2012. **Gama & Cia. Auditores Independentes S/C - CRC-CE Nº 227. Manoel Delmar da Gama - Contador - CRC-RS Nº 028449/O- 6-T-CE.**

## VBA TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A - FORTALEZA - CE - CNPJ Nº 06.082.846/0001-02

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	
<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Fluxos de Cx.das Ativ.Operac.</b>	<b>2011</b>	<b>Fluxos de Cx.das Ativ.Operac.</b>	<b>2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			Resultado Líquido	<b>350.846</b>	Recebimentos de Serv. Prestados	9.812.092
Caixa e eq.de caixa	2.812.962	3.079.381	Aj.p/conciliação do resultado líq.ao caixa gerado pelas ativ.operacionais:		Recebimento de Juros	108.929
Clientes	2.190.688	2.729.407	- Depreciações e Amortizações	188.731	Pag.a Forneced./Prestads.de Serv.	(2.905.290)
Impostos e contribuições a recuperar	608.761	655.797	- Provisão p/Devedores Duvidosos	312.754	Pagamentos de Pessoal	(4.035.163)
Tít.e créd.s a receber	154.424	101.713	- RNO	(202.292)	Pagamento de Pró-Labore	(517.487)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>5.766.835</b>	<b>6.566.297</b>	<b>Resultado líquido ajustado (Aum./red. de contas de ativo)</b>	<b>650.040</b>	Pagamentos de Tributos	(1.554.544)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			- Clientes	538.719	Financeira	(153.679)
Tít.e créd.s. a receber	440.352	-	- Títulos e Créditos a Receber	(481.385)	Outros Pagamentos Operacionais	(580.464)
Imobilizado	674.973	891.648	- Outros Valores e Bens	35.358	<b>Caixa Líq.das Ativ.Operacions.</b>	<b>174.393</b>
Imóv.de uso próprio	309.498	331.511	<b>Aum./red.) de contas do passivo (568.337)</b>		<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>	
Bens móveis - Equip. e instalações técnicas	119.130	146.700	- Fornecedores	90.659	Venda de Ativo Imobilizado	(26.952)
Bens móveis - Equip. e instalações administr.	12.221	27.061	- Obrigações com Pessoal	130.579	Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado-Técnico	
Outras imobiliz.	234.124	386.376	- Tributos e Contrib.a Recolher	(728.791)	<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimento</b>	<b>(26.952)</b>
Intangível	36.204	545	- Adiantamento de Clientes	-	<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.151.529</b>	<b>892.193</b>	- Trib.e Contr.a Recolher - Parcel.	(60.785)	Recebimento Empréstimos/Financiamentos	1.525.769
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>6.918.364</b>	<b>7.458.490</b>	- Provisões	(60.785)	Resgate de Aplicações	(424.419)
<b>PASSIVO E PATR.LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>Caixa gerado pelas ativ.operacs.</b>	<b>174.393</b>	Pagamentos de Amortização Empréstimos/Financiamentos	(1.577.335)
<b>CIRCULANTE</b>			<b>Fluxos de Cx.das Ativ.de Invest.</b>		Participação nos Resultados	(333.303)
Emprést.e financiams.	296.599	285.930	Venda de Ativo Imobilizado		Aplicação Financeira	395.429
Fornecedores	145.224	54.565	Pag.de Aquis.de Ativo Imob.-Téc. (26.952)		<b>Caixa Líquido das Atividades de Financiamento</b>	<b>(413.859)</b>
Sal.e encargos a pagar	171.212	172.760	<b>Cx.Liq.das Atividades de Invest. (26.952)</b>		<b>Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(266.419)</b>
Impostos e contrib. a recolher	1.360.808	1.085.480,05	<b>Fluxos de Cx.das Ativ.de Financ.</b>		<b>Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>3.079.380</b>
Adiantam. de Clientes	793	793	Receb.Empréstimos/Financiams. 1.525.769		<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	<b>2.812.962</b>
Provisões	300.025	360.810	Pag.de Amortiz.Emprést./Financ. (1.577.335)			<b>(266.419)</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.274.660</b>	<b>1.960.337</b>	Participação nos Resultados (333.303)			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Resgate de Aplicações (424.419)			
Imp.e contrib.-Parcel.	-	105.189	Aplicação Financeira 395.429			
Imp.e contrib.diferidos	173.314	940.116	<b>Caixa Líq.das Ativ.de Financ. (413.859)</b>			
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>173.314</b>	<b>1.045.305</b>	<b>Total dos Ef.no Cx.e Eq.de Caix. (266.419)</b>			
<b>PATRIM. LÍQUIDO</b>			<b>Total dos Ef.no Cx.e Eq.de Caixa</b>			
Capital Social	4.000.000	3.500.000	Cx.e Eq.de Cx.no Iníc.do Período 3.079.380			
Reservas	470.390	952.847	Cx.e Eq.de Cx.no Fim do Período 2.812.962			
Res.de Cap./Patrimoniais	-	-				
Reservas Legal	470.390	452.847				
Res.de Luc.a Realizar	-	500.000				
Lucros Acumulados	-	-				
<b>Total do patr.líq.</b>	<b>4.470.390</b>	<b>4.452.847</b>				
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATR.LÍQUIDO</b>	<b>6.918.364</b>	<b>7.458.490</b>				
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)						
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>						
	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>			
<b>Receita pela Prestação de Serviço</b>	<b>10.612.369</b>	<b>15.647.288</b>	<b>EVENTOS\CONTAS</b>	<b>Capital Reserva Social</b>	<b>Lucros Legal A Realizar</b>	<b>Lucros Acumulados</b>
Receita Serv/Prest.10.612.369	15.647.288	15.647.288	<b>Saldos em 31/12/2009</b>	<b>2.000.000</b>	<b>372.129</b>	<b>2.209.906</b>
<b>Ded.da Rec.Brut.(1.515.103)</b>	<b>(2.606.374)</b>		Resultado Líquido			<b>1.614.360</b>
(-)Tributos Diretos			Ajuste de Exercícios Anteriores		(322.858)	(322.857)
Prestação de Serv.(1.512.263)	(2.012.323)		Proposta da Destinação do Lucro:			
(-)Desc. Concedidos (2.840)			Reserva Legal	80.718	(80.718)	-
(-)Canc.de Prest.Serv. (594.051)			Reserva de Lucros a Realizar	1.500.000	(1.000.000)	(500.000)
<b>Receita Líquida</b>	<b>9.097.266</b>	<b>13.040.914</b>	Dist.de Dividendos (R\$0,41 p/ação)		(387.049)	(1.033.642)
(-)Cust.Ser.Pres.(6.957.545)	(8.410.062)		<b>Saldos em 31/12/2010</b>	<b>3.500.000</b>	<b>452.847</b>	<b>500.000</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.139.721</b>	<b>4.630.853</b>	Resultado Líquido			<b>350.846</b>
<b>Desc..Operacs. (1.695.245)</b>	<b>(1.762.824)</b>		Ajuste de Exercícios Anteriores			<b>350.846</b>
(-)Despesas Adm. (1.545.016)	(1.547.811)		Proposta da Destinação do Lucro:			
(-)Encargos Financ. (150.228)	(215.013)		Reserva Legal	17.542	(17.542,28)	-
<b>LUCRO OPER.</b>	<b>444.476</b>	<b>2.868.029</b>	Reserva de Lucros a Realizar	500.000	(500.000)	-
Outras Receitas	202.292	35.377	Dist.de Dividendos (R\$0,17 p/ação)		(333.303,24)	(333.303)
(-) Outras Despesas			<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>4.000.000</b>	<b>470.390</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANT. DOS IMPOSTOS</b>	<b>646.768</b>	<b>2.903.406</b>	(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)			
(-)Prov.p/IRPJ e Cont.			<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (VALORES EXPRESSOS EM R\$ (1))</b>			
Soc.sobre Luc.Líq. (295.923)	(1.289.045)		<b>NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL - VBA - TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A., transformada em 16/08/2007 conforme Nire 23300027264 na Junta Comercial do Estado do Ceará, de VBA CONSULTORES LTDA, com o nome de fantasia "VBA - TECNOLOGIA E ENGENHARIA", ou ainda, "VBA", é uma companhia fechada, rege-se por seu estatuto e pelas leis que lhe forem aplicáveis, inscrita no CNPJ nº 06.082.846/0001-02, originalmente com Contrato Social constitutivo, de 17.10.1980, inscrito no 4º Ofício de Notas da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, sob o nº 349. A sociedade tem sede e foro jurídico em Fortaleza, Estado do Ceará, sediada à Avenida Padre Antônio Tomás, nº 2420, 8º e 9º andares, Aldeota, Fortaleza, Ceará. A sociedade tem por objeto: a) prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica nas áreas de engenharia civil, engenharia agrônoma, engenharia elétrica, engenharia mecânica, engenharia do petróleo, arquitetura, técnico-econômico-financeira, social e ambiental, para elaboração e implementação de planos, programas, estudos e projetos em todos os seus níveis; b) execução de serviços de gerenciamento, fiscalização, manutenção, operação, administração e assistência técnica em empreendimentos industriais, de agro-negócio e de engenharia, abrangendo infra-estrutura, distribuição e montagens industriais, incluindo as áreas de petróleo, álcool etanol, gás e energia, mineração, termoeletricas e hidroelétricas, estruturas de concreto e metálicas, estruturas hídricas, portuárias, rodoviárias e metrô-ferroviárias; saneamento básico e ambiental; c) execução de serviços especiais na construção de empreendimentos industriais, de agro-negócio e de engenharia, abrangendo infra-estrutura, distribuição e montagens industriais, incluindo as áreas de petróleo, álcool etanol, gás natural e energia, mineração, termoeletricas e hidroelétricas, estruturas de concreto e metálicas, estruturas hídricas, portuárias, rodoviárias e metrô-ferroviárias, saneamento básico e ambiental; d) comercialização e fornecimento de equipamentos destinados à indústria do petróleo, gás natural, álcool etanol, indústria naval e geração, transmissão, transformação, proteção e distribuição de energia; e) representação, comercialização e implantação de novas tecnologias, desenvolvidas no Brasil ou no exterior, para os setores de petróleo, gás, álcool e energia; f) representação, comercialização, fornecimento e implantação de novas tecnologias, desenvolvidas no Brasil ou no exterior, para os setores de abastecimento d'água, saneamento</b>			

e meio-ambiente; g) exportação e importação dos produtos e serviços necessários para as atividades descritas nos incisos antecedentes; h) participação em licitações ou aquisições, sob a forma individual, e/ou através de Consórcios, e/ou Sociedades de Propósito Específico (SPE), para concessão de serviços públicos e/ou privatização de empresas estatais; i) participação sob a forma individual, e/ou através de Consórcios, e/ou Sociedades de Propósito Específico (SPE), e/ou em nova Empresa, para atuar em empreendimentos no modelo de Parcerias Público Privadas (PPP's); j) participação em empreendimentos na função de empresa EP Cista no modelo de contratação EPC (Engineering, Procurement and Construction); l) participação em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio-quotista ou acionista; m) obtenção de financiamentos ou incentivos junto aos órgãos públicos e privado. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários- CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações, ressaltamos: **a) Regime de Escrituração** - É adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, o que implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas no período em que efetivamente ocorrem, independentemente de seu pagamento ou recebimento. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço. **c) Instrumentos financeiros** - A Administração da Sociedade classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante e os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são registrados nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Ativos e passivos financeiros são mantidos até o vencimento. No caso da Sociedade compreende basicamente as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos bancários. **d) Contas a Receber de Clientes** - Referem-se a valores a receber de clientes no mercado interno e estão apresentados pelos valores de realização. Foi feito o cancelamento de um crédito a receber do exercício anterior, este valor foi tratado como despesa operacional para não afetar nem o lucro bruto, nem as receitas líquidas apuradas neste exercício. **e) Imobilizado** - O ativo imobilizado está retificado pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida econômica estimada dos bens, (Imóveis de Uso Próprio - 4%; Bens Móveis - 10%; Veículos - 20%. A Empresa avaliou as edificações e apurou que os valores de mercado se apresentam superiores aos valores contábeis, não necessitando qualquer ajuste nos registros contábeis). **f) Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos incluem os juros incorridos até a data do balanço, conforme previsto contratualmente. **g) Provisões** - As Provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º. Salário, foram reconhecidas por competência mensal, segundo o período incorrido. **h) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo** - As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **NOTA 4 - TÍTULOS E CRÉDITOS A**

**RECEBER** - As contas que compõem títulos e créditos a receber no ativo circulante são estas:

Descrição	2011	2010
Adiantamentos de despesas	109.684	101.713
Aplicações	44.741	7.000
Total	154.424	101.713

A seguir, discriminamos as contas que compõem títulos e créditos a receber no ativo não circulante:

Descrição	2011	2010
Aplicações	8.000	-
Depósitos Judiciais	6.290	-
Agropar	400.000	-
Outros créditos	26.062	-
Total	440.352	-

#### NOTA 5 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

**DIFERIDOS** - Refere-se à receita já contabilizada, mas não recebida, decorrente de contratos a longo prazo de fornecimento de serviços contratados com entidades governamentais. **NOTA 6 - CAPITAL SOCIAL** - O Capital Social é de R\$ 4.000.000, representado por 2.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **NOTA 7 - RESERVAS DE LUCROS - RESERVA LEGAL** - Constituída a base de 5% sobre o resultado líquido do exercício. **NOTA 8 - DIVIDENDOS** - Neste exercício foram distribuídos dividendos correspondente a 17% do resultado do exercício, após deduzido a Reserva Legal, conforme segue:

Resultado do Exercício	350.846
(-) Reserva Legal	(17.542)
Base de Cálculo da Dist. de Dividendos	333.303
Dividendos Distribuídos	(333.303)

#### NOTA 09 - FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

##### Fluxos de Caixa das Ativ.

Operacionais	VALOR- R\$
Resultado Líquido	350.846
Aj.p/conc.do result.líq.ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	
- Depreciações e Amortizações	188.731
- P	312.754
- RNO	(202.292)
Resultado Líquido Ajustado	650.040

(Aum.)dimin.dos grupos do ativo cir.:	538.719
Clientes	538.719
Tít.e Créd.a Receb.,excl.o ef.dos vals. receb.decorr.das vendas de invest.	(481.385)
Outros Valores	35.358
Aum.(dimin.)dos grupos do pass.cir.:(568.337)	
Fornecedores	90.659
- Obrigações com Pessoal	130.579
- Tributos e Contribs. a Recolher	(728.791)
- Provisões	(60.785)
<b>Cx.ger.pelas Ativ.Operacionais</b>	<b>174.393</b>

#### NOTA 10 - INDICES DE CAPACIDADE ECONÔMICA E FINANCEIRA

##### a) Endividamento Total = 0,35.

Este quociente representa a fração de capitais de terceiros no montante de recursos totais da Empresa.

$$ET = \text{Passivo Total} / \text{Ativo Total}$$

$$ET = PC + PNC / \text{Ativo Total}$$

$$PC = 2.274.660$$

$$PNC = 173.314$$

$$AT = 6.918.364$$

$$ET = 0,35$$

##### b) Endividamento em relação ao Patrimônio Líquido = 0,55

Mede a relação entre os capitais de terceiros envolvidos nos negócios da empresa e o capital próprio.

$$EPL = \text{Passivo Total} / \text{Patrimônio Líquido}$$

$$EPL = PC + PNC / \text{Patrimônio Líquido}$$

$$PC = 2.274.660$$

$$PNC = 173.314$$

$$PL = 4.470.390$$

$$EPL = 0,55$$

##### c) Liquidez Corrente = 2,54

É a medida de solvência operacional, representando a capacidade da empresa em saldar suas dívidas a curto prazo, lançando mão dos valores financeiros, disponíveis e a receber a curto prazo.

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

$$LC = AC / PC$$

$$AC = 5.766.835$$

$$PC = 2.274.660$$

$$LC = 2,54$$

O valor acima indica a existência de R\$ 2,54 no ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívida a

curto prazo.

##### d) Liquidez Geral = 2,36

Mede a capacidade da empresa em saldar as dívidas de curto prazo e longo prazos utilizando os recursos do ativo circulante e realizável a longo prazo.

$$LG = (\text{Ati. Circulante} + \text{Ati. não circulante}) / (\text{Pass. Circulante} + \text{Passivo não circulante})$$

$$LG = (AC + ANC) / (PC + PNC)$$

$$AC = 5.766.835$$

$$PNC = \text{---}$$

$$PC = 2.274.660$$

$$PNC = 173.314$$

$$LG = 2,36$$

O índice acima mostra que a empresa dispõe de R\$ 2,36 no ativo circulante para cada R\$ 1,00 de dívidas no exigível total.

##### e) Solvência Geral = 2,83

Mede a capacidade da empresa em saldar as dívidas de curto prazo e longo prazos utilizando os recursos do ativo circulante e realizável a longo prazo e ativo permanente.

$$SG = (\text{Ativo Total}) / (\text{Pass. Circulante} + \text{Pass. Exig. a Longo Prazo})$$

$$SG = (AT) / (PC + PELP)$$

$$AT = 6.918.364$$

$$PC = 2.274.660$$

$$PLRP = 173.314$$

$$SG = 2,83$$

##### f) Liquidez de Recursos Próprios = 0,78

Mede a liquidez da sociedade em relação com o montante dos recursos próprios aplicados.

$$LRP = (\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}) / \text{Patrimônio Líquido}$$

$$LRP = (AC - PC) / PL$$

$$AC = 5.766.835$$

$$PC = 2.274.660$$

$$PL = 4.452.847$$

$$LRP = 0,78$$

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**Eng.º Ednardo Fernandes Cardoso**  
Diretor Presidente  
CREA 2680-D - CPF 026.570.233-04

**Keully Cristynne Aquino Diógenes**  
Contadora CRC 020524-P

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO.** O Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo torna pública a ANULAÇÃO da Concorrência Pública Nº 0204.01/2012-SEINFRA, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços de instalação e ampliação da iluminação pública do Município, bem como melhoria na eficiência energética no Município de Aracati-Ceará, com fundamento no art. 49 da Lei 8.666/93. **João Félix dos Santos - Ordenador de Despesa da SEINFRA. Aracati, 30 de Abril de 2012.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS.** A Comissão de Licitação, localizada na Rua Guarany, 600 - Altos - Centro - Pacajus - Ce, comunica aos interessados que no dia 11 de Maio 2012, às 11:00h, estará abrindo licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 2704.01/2012 - INFRA.** objeto: Aquisição de bombas submersa destinado a Secretaria de Infraestrutura Município de Pacajus. O Edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 08:00 às 12:00h. **Pacajus/Ce, 27 de Abril de 2012 - Pregoeira Oficial.**

RANCO EMBALAGENS S/A. CNPJ (MF): 07.284.656/0001-22				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
BALANÇO PATRIMONIAL – EM R\$ 1,00				2011 2010				
2011		2010		2011		2010		
<b>ATIVO</b>	<b>18.219.370</b>	<b>19.166.063</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>18.219.370</b>	<b>19.166.063</b>	<b>Receitas</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>7.703.383</b>	<b>9.114.489</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>5.614.275</b>	<b>4.610.457</b>	<b>Operacionais</b>	<b>34.355.309 31.463.499</b>	
Caixa/Bancos	316.909	239.071	Fornecedores	3.656.865	4.303.044	(-)Deduções das		
Aplic.de Liq.Imediata	673.746	1.231.500	Financiamentos	1.269.147	0	Vendas	-4.436.291 -3.935.493	
Duplicatas a Receber	3.086.912	3.531.344	Obrigs.Socs.e Tributs.	542.523	202.242	<b>Receita</b>		
Estoque	1.081.351	2.050.402	Outras Obrigações	145.740	105.171	<b>Operacional</b>		
Imps.a Recuperar	2.376.687	1.746.213	<b>Passivo Não Circ.</b>	<b>1.484.557</b>	<b>3.812.048</b>	<b>Líquida</b>	<b>29.919.018 27.528.006</b>	
Adiant.a Fornecedor	18.355	11.328	Financiamentos	749.979	2.925.017	(-)Custos dos Produtos		
Outros Créditos	10.492	6.588	Obrigs.Socs.e Tributs.	617.602	121.585	e Mercadorias		
Despesas Antecipadas	138.931	298.043	Outras Obrigações	116.976	765.446	Vendas	-26.343.219 -23.871.586	
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>10.515.987</b>	<b>10.051.574</b>	<b>Patrim.Líquido</b>	<b>11.120.538</b>	<b>10.743.558</b>	<b>Lucro Bruto</b>	<b>3.575.799 3.656.420</b>	
Investimentos	2.044.324	2.044.324	Capital Social	912.540	912.540	(-)Despesas		
Imobilizado	11.182.761	10.552.994	Reservas de Lucros	5.986.182	5.609.202	<b>Operacionais</b>	<b>-2.797.181 -2.626.521</b>	
Deprec.Acumulada	-2.711.098	-2.545.744	Res.de Reavaliação	4.242.252	4.242.252	Despesas		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				Res.Complementar		Administrativas	-1.695.107 -1.454.070	
				IPC/BTNF	-20.436	Despesas c/Vendas	-1.095.475 -1.018.465	
						Despesas Tributárias	-83.099 -183.778	
						Outras(Desps)Receitas	76.500 29.792	
						<b>(-)Result.Financeiro</b>	<b>-320.411 -289.080</b>	
						Receitas Financeiras	79.061 118.235	
						(-)Desps.Financeiras	-399.472 -407.315	
						<b>Lucro Líquido Operacional</b>	<b>458.207 740.819</b>	
						Receitas Não Operacionais	11.178 35.000	
						(-)Despesas Não Operacionais	- -	
						<b>Lucro Líquido Antes da CSLL</b>	<b>469.385 775.819</b>	
						Contribuição Social	0 -11.231	
						<b>Lucro Líquido Antes do IRPJ</b>	<b>469.385 764.588</b>	
						Imposto de Renda PJ	- -	
						<b>Resultado Líquido do Exercício por Ação</b>	<b>469.385 764.588</b>	
							<b>5,14 8,38</b>	
						As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
<b>DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA</b>								
2011		2010		2011		2010		
<b>Atividades Operacionais</b>				<b>Caixa Líquido das Ativids.Operacs.</b>				
Lucro Líquido	469.385	764.588	Ativids.de Investimento	1.055.742	63.233			
Ajts.de Ex.Anteriores	-92.405	14.465	Aum. em Imobilizado	-629.767	-382.260			
Deprecs.e Amortizaçs.	165.354	144.013	<b>Caixa Líquido das Ativids.de Investim.</b>	<b>-629.767 -382.260</b>				
Dim.(Aum.)em Clientes	444.432	-926.578	<b>Atividades de Financiamento</b>					
Dim.(Aum.)em Estoques	969.051	-954.904	(Diminuição) Aumento em Emprs.e Financs.	-905.891	934.852			
Diminuição(Aumento)em Impostos a Recuperar	-630.474	-240.396	<b>Caixa Líquido das Ativs.Financiam.</b>	<b>-905.891 934.852</b>				
Diminuição (Aumento) em Adiant.a Fornecedor	-7.027	-5.919	<b>Variação LÍQ.de Caixa e Equiv.de Caixa no Iníc.do Período</b>	<b>1.470.571 854.746</b>				
Diminuição (Aumento) em Outros Créditos	-3.904	82	<b>Caixa e Equiv.de Caixa e Equiv.de Caixa</b>	<b>-479.916 615.825</b>				
Diminuição (Aumento) em Desps.Antecipadas	159.112	-213.587	<b>Caixa e Equiv.de Caixa no Iníc.do Período</b>	<b>1.470.571 854.746</b>				
(Dim.)Aum.em Fornecs.(Dimin.)Aumento em Obrigs.Socs.e Tribut.	-646.179	1.758.153	<b>Caixa e Equivalente de Cx.no Fim do Período</b>	<b>990.655 1.470.571</b>				
(Diminuição) Aumento em Outras Obrigações	-607.901	256.124	<b>Variação LÍQ.de Caixa e Equival.de Caixa</b>	<b>-479.916 615.825</b>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
	Capital Social	Doações e Subvenções	Reserva Legal	Res.de Lucros a Distribuir	Reserva de Reavaliação	Res.Compl. IPC/BTNF	Lucros/Prej. Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>912.540</b>	<b>2.580.996</b>	<b>182.508</b>	<b>2.066.645</b>	<b>4.242.252</b>	<b>-20.436</b>	<b>0</b>	<b>9.964.505</b>
Ajuste Exercício Anterior							14.465	14.465
Resutado do Exercício							764.588	764.588
Doações e Subvenções		698.228					-698.228	0
Reserva de Lucros a Distribuir				80.825			-80.825	0
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>912.540</b>	<b>3.279.224</b>	<b>182.508</b>	<b>2.147.470</b>	<b>4.242.252</b>	<b>-20.436</b>	<b>0</b>	<b>10.743.558</b>
Ajuste Exercício Anterior		-14.284					-78.121	-92.405
Resutado do Exercício							469.385	469.385
Doações e Subvenções		391.264					-391.264	0
Reserva de Lucros a Distribuir		437.448		-437.448			0	0
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>912.540</b>	<b>4.093.652</b>	<b>182.508</b>	<b>1.710.022</b>	<b>4.242.252</b>	<b>-20.436</b>	<b>0</b>	<b>11.120.538</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras								
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>								
01. <b>Contexto Operacional</b> – A Sociedade tem por objeto social o serviço de impressos de material para uso industrial e comercial, a fabricação, o comércio e a exportação de embalagens de papel e de todos os tipos, inclusive de plásticos. 02. <b>Apresentação das Demonstrações Contábeis</b> – As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância aos Princípios de Contabilidade emanadas da Lei n.º 6.404/76, da Lei 11.638/2007 e dos Pronunciamentos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade. 03. <b>Duplicatas a Receber</b> – Os valores a receber de clientes são registrados e mantidos no Balanço Patrimonial pelo valor faturado. 04. <b>Estoques</b> – Avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado ou o custo de reposição. 05. <b>Imobilizado</b> – Registrados ao custo de aquisição ou formação. Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada. 06. <b>Financiamentos</b> – Composto em sua maioria pelo saldo de FNE, contratado junto ao BNB pelo período de maio/2005 a maio/2014, com juros efetivos de 12%aa e capitalização mensal. 07. <b>Outras Obrigações Não Circulante</b> – Composto pelo saldo de contrato de mútuo FDI, Empréstimo de execução periódica, com garantia fidejussória, mediante entrega de Nota Promissória equivalente a 75% do ICMS mensal a ser recolhido. O benefício dar-se-á em 216 (Duzentos e Dezesseis) meses no período de Set/2004 a ago/2022, o valor mensal do financiamento será amortizado o equivalente a 25%, após decorrido 36 ( Trinta e Seis) meses, atualizados pela TJLP. 08. <b>Doações e Subvenções</b> – Constituída do benefício do Contrato de Mútuo FDI. Fortaleza, 31 de Dezembro de 2011. <b>Roberto Inácio de Sabóia Ramos</b> - Diretor Presidente. CPF. 000.247.753-04, <b>Hércules Alves de Sousa</b> - Contador CRC/CE 011.016/O-3.								
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES</b>								
<b>Imos. Srs. QUOTISTAS E DIRETORES da RANCO EMBALAGENS S/A.</b> 1) Examinamos o Balanço Patrimonial da empresa RANCO EMBALAGENS S/A., levantado em 31 de dezembro de 2011, e a respectiva Demonstração de Resultado e das Mutações do Patrimônio Líquido, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo “1”, representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da RANCO EMBALAGENS S/A., em 31 de dezembro de 2011, bem como o resultado operacional e as mutações do patrimônio líquido correspondente ao exercício findo naquela data, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Fortaleza, 29 de abril de 2012. R&P Auditores e Consultores Associados S.S. Ltda. CRC–CE. 0576/O-8 - Ana Karine Diniz Barreira - CRC-CE. 014.366/O-5.								

## VIA DIRETA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DA MODA S/A CNPJ(MF) 63.319.891/0001-63

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas nossas demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Colocamo-nos a inteira disposição de todos os acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Fortaleza/CE, 30 de março de 2012. Humberto Benício Moreira - Diretor Presidente.

## BALANÇO PATRIMONIAL - Em R\$ 1,00

ATIVO	31.12.2011	31.12.2010
<b>Circulante</b>	<b>5.134.532</b>	<b>5.687.442</b>
Caixa e Bancos	88.128	23.861
Aplicações Financeiras	24.070	13.600
Clientes	998.527	1.307.595
Impostos Recuperáveis	286.946	324.685
Adiant.a Fornecedores	118.391	134.948
Estoques	2.649.416	2.434.959
Desps.de Ex.Seguintes	51.147	102.887
Devedores Diversos	917.907	1.344.907
<b>Não-Circulante</b>	<b>3.436.925</b>	<b>2.962.026</b>
<b>Realiz.a L.Prazo</b>	<b>1.672.712</b>	<b>1.240.712</b>
Depósitos Judiciais	105.712	105.712
Débitos de Empresas Ligadas	1.567.000	1.135.000
<b>Imobilizado</b>	<b>486.766</b>	<b>606.609</b>
Máqs.e Equipamentos	220.526	216.786
Móveis, Utens.e Instals.	114.663	102.559
Computs.e Periféricos	369.286	360.712
Veículos	619.049	622.274
(-) Deprec.Acumulada	836.758	695.722
<b>Intangível</b>	<b>1.277.447</b>	<b>1.114.705</b>
Fundo de Comércio	1.262.826	1.086.254
Software	55.321	55.321
(-)Amortiz.Acumulada	40.700	26.870
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.571.457</b>	<b>8.649.468</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.882.619</b>	<b>5.593.012</b>
Fornecedores	995.347	1.074.935
Instituiçs.Financeiras	2.091.438	1.744.076
Obrigs.Socs.e Tributos	1.048.295	877.947
Provisão de I.R.e CSLL	223.721	101.223
Dividendos a Pagar	19.408	19.408
Outras Contas a Pagar	1.504.410	1.775.423
<b>Não-Circulante</b>	<b>268.433</b>	<b>748.776</b>
Instituições Financeiras	169.835	650.178
Obrigações Sociais e Tributárias	98.598	98.598
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.420.405</b>	<b>2.307.680</b>
Capital Social	1.500.000	1.500.000
Reservas de Lucros	920.405	807.680
<b>Total do Passivo</b>	<b>8.571.457</b>	<b>8.649.468</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em R\$ 1,00

	01.01.2011	01.01.2010
	a31.12.2011	a31.12.2010
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>5.786.519</b>	<b>7.379.613</b>
<b>Impostos, Devoluções e Abatimentos</b>	<b>(962.143)</b>	<b>(1.151.273)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.824.376</b>	<b>6.228.340</b>
<b>Custo das Vendas</b>	<b>(3.699.614)</b>	<b>(4.186.141)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.124.762</b>	<b>2.042.199</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(2.184.456)</b>	<b>(1.877.685)</b>
Administrativas,		
Comerciais e		
Tributárias	1.994.536	1.608.822
Pessoal	189.920	268.863
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(554.633)</b>	<b>(459.610)</b>
Receitas	172.166	88.971
(-)Despesas	726.799	548.581
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>1.721.120</b>	<b>417.361</b>
<b>Lucro Operacional</b>	<b>106.793</b>	<b>122.265</b>
<b>Outras Receitas (Despesas)</b>	<b>41.549</b>	<b>60.674</b>
<b>Lucro Antes do IR e da CSLL</b>	<b>148.342</b>	<b>182.939</b>
<b>Imposto de Renda e Contr. Social s/o Lucro</b>	<b>(35.617)</b>	<b>(101.223)</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>112.725</b>	<b>81.716</b>
Lucro líquido por ação do capital social	0,08	0,05

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em R\$ 1,00

Eventos	Realizado	Reservas de Lucros			Total
		Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Lucros Retidos	
<b>Saldos em 1º/01/2010</b>	<b>1.500.000</b>	<b>21.082</b>	<b>24.427</b>	<b>663.563</b>	<b>2.209.072</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	36.300	36.300
Dividendos	-	-	-	(19.408)	-
Reservas de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	81.716	81.716
Constituição da Reserva Legal	-	-	4.086	(4.086)	-
<b>Saldos em 31/12/2010</b>	<b>1.500.000</b>	<b>21.082</b>	<b>28.513</b>	<b>758.085</b>	<b>2.307.680</b>
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	2	2
Dividendos	-	-	-	-	-
Reservas de Incentivos Fiscais	-	(3)	-	-	(3)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	112.725	112.725
Constituição da Reserva Legal	-	-	5.636	(5.636)	-
<b>Saldos em 31/12/2011</b>	<b>1.500.000</b>	<b>21.079</b>	<b>34.149</b>	<b>865.176</b>	<b>2.420.404</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1. Contexto Operacional** - A empresa Via Direta Indústria e Comércio da Moda S/A é uma companhia fechada e tem por atividade preponderante a industrialização de confecções e a sua comercialização por intermédio de estabelecimentos próprios e/ou franqueados. **2. Principais Práticas Contábeis** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei 6.404/76 e a Lei 11.638/2007. A companhia optou pelo RTT - Regime Tributário de Transição para a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social relativa ao exercício social encerrado em 31/12/2010, com a finalidade de garantir a neutralidade dos efeitos tributários decorrentes dos novos critérios contábeis. **Receitas e Despesas** - As receitas e despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. **Estoques** - Os estoques de produtos acabados estão avaliados por 70% do maior preço de venda praticado no exercício, conforme o Regulamento do Imposto de Renda, enquanto que os de matérias-primas, mercadorias e outros materiais estão avaliados pelo custo médio de aquisição. **Imobilizado e Intangível** - Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustados pelas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, às taxas admitidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, à taxa mínima admitida pela Lei 6.404/76, como segue: • Máquinas e Equipamentos...10%; • Móveis e Utensílios...10%; • Computadores e Periféricos...25%; •

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

## - METODO INDIRETO - Em R\$ 1,00

	1/1/2011	1/1/2010
	à31/12/2011	à31/12/2010
<b>Das Ativids.Operacionais</b>		
<b>Lucro(Prej.)Líquido do Exerc.Ajustado</b>	<b>267.591</b>	<b>102.868</b>
Lcr.(Prej.)Liq.do Exerc.	112.725	81.716
Ajuste p/reconciliar o Resultado do Exercício		
Deprec.e Amortizações	154.866	21.152
<b>(Aumento) Redução no Ativo</b>	<b>627.647</b>	<b>(1.531.835)</b>
Devedores Diversos	427.000	(944.907)
Estoques	(214.457)	(53.909)
Adiant.a Fornecedores	16.557	(22.590)
Desps.de Exer.Seguintes	51.740	(23.453)
Impostos a Recuperar	37.739	(63.915)
Depósitos Judiciais		(9.814)
Clientes	309.068	(413.247)
<b>Aumento (Redução) no Passivo</b>	<b>(57.755)</b>	<b>1.725.997</b>
Fornecedores	(79.588)	71.203
Outras Contas	(271.013)	1.303.162
Obrigações Sociais e Tributárias	170.348	337.289
Provisão de I.R.e CSLL	122.498	14.343
<b>Caixa Líquido das Ativs.Operacionais</b>	<b>837.483</b>	<b>297.030</b>
<b>Das Atividades de Investimentos</b>		
<b>(Aumento)Redução no Ativo</b>	<b>(197.765)</b>	<b>(870.655)</b>
Aquisição de Bens e Intangível	(310.990)	(1.182.237)
Baixa de Bens	113.225	311.582
<b>Caixa Liq.das Ativids.de Invests.</b>	<b>(197.765)</b>	<b>(870.655)</b>
<b>Das Ativs.de Financs. (Aumento) Redução no Ativo</b>	<b>(432.000)</b>	<b>101.000</b>
Débitos de Empresas Ligadas	(432.000)	101.000
<b>Aumento (Redução) no Passivo</b>	<b>(132.981)</b>	<b>328.130</b>
Instituiçs.Financeiras	(132.981)	328.130
<b>Caixa Líquido das Ativs.de Financiams</b>	<b>(564.981)</b>	<b>429.130</b>
<b>Aumento/(Redução) do Fluxo de Caixa</b>	<b>74.737</b>	<b>(144.495)</b>
Saldo de Caixa ou Equivalentes no Início	37.461	181.956
Saldo de Caixa ou Equivalentes no Fim	112.198	37.461

Veículos...25%; • Instalações...10%. **Instituições Financeiras** - Os saldos representam junto as Instituições Financeiras operações de Capital de Giro, Conta Garantida e Financiamentos de Bens com saldo no curto prazo de R\$ 2.091.438 e no longo prazo R\$ 169.835. **3. Demonstração dos Fluxos de Caixa** - A Demonstração de Fluxo de Caixa foi elaborada pelo Método Indireto e foi constituído pelos saldos de caixa ou equivalentes de caixa conforme demonstrativo abaixo:

	Em R\$ 1,00	
	31/12/2011	31/12/2010
• Caixa	23.706	23.706
• Bancos	154	154
• Aplicações Financeiras	13.601	13.601
<b>Total</b>	<b>37.461</b>	<b>37.461</b>

**4. Capital Social e Dividendos** - O Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 1.500.000,00, está representado por 1.000.000 ações ordinárias e 500.000 ações preferenciais, todas nominativas e de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. A deliberação sobre a distribuição de dividendos ficará a cargo da assembleia geral ordinária. Fortaleza-Ceará, 31 de dezembro de 2011. Humberto Benício Moreira - Diretor Presidente, Maria Alzeni Girão Freire - Diretora Vice-Presidente, Francisco Erivan Carvalho Feitosa - Contador - CRC-CE 9110.



HUNTER PARTICIPAÇÕES S/A CNPJ(MF) 07.590.174/0001-09			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA																																						
RELATÓRIO DA DIRETORIA			- METODO DIRETO - Em R\$ 1,00																																						
			1/1/2011		1/1/2010																																				
			à 31/12/2011		à 31/12/2010																																				
Senhores Acionistas, Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas nossas demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011. Colocamo-nos a inteira disposição de todos os acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Fortaleza/CE, 30 de março de 2012. Humberto Benício Moreira - Diretor Presidente.																																									
<b>BALANÇO PATRIMONIAL - Em R\$ 1,00</b>			<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em R\$ 1,00</b>																																						
<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>01.01.2011</b>	<b>01.01.2010</b>																																					
<b>Circulante</b>	<b>2.542.024</b>	<b>2.218.932</b>	<b>a31.12.2011</b>	<b>a31.12.2010</b>																																					
Caixa	56.651	18.077	<b>Receita Operacional</b>																																						
Bancos c/Movimento	6.810	667	<b>Bruta</b> 317.476 289.200																																						
Aplicações Financeiras	2.348.167	2.071.246	<b>Impostos Incidentes</b> (16.485) (10.556)																																						
Impostos a Compensar	2.706	2.299	<b>Receita Líquida</b> 300.991 278.644																																						
Aluguéis a Receber	84.690	83.643	<b>Ganhos em Participações Societárias</b> 110.502 131.990																																						
Outros Créditos	43.000	43.000	<b>Desps.Operacionais</b> (19.604) (1.764)																																						
<b>Não-Circulante</b>	<b>6.806.812</b>	<b>6.612.310</b>	<b>Tributárias</b> 19.604 1.764																																						
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>1.149.000</b>	<b>1.065.000</b>	<b>Result.Financeiro</b> 142.603 31.166																																						
Partes Relacionadas	1.149.000	1.065.000	<b>Receitas</b> 150.858 32.984																																						
<b>Investimentos</b>	<b>2.372.697</b>	<b>2.262.195</b>	<b>Despesas</b> (8.255) (1.818)																																						
Partic.em Controladas			<b>Lucro Antes do I.R. e Cont. Social</b> 534.492 440.036																																						
/Coligadas	2.372.697	2.262.195	<b>I.R. e Contribuição Social s/o Lucro</b> (64.523) (30.127)																																						
<b>Imobilizado</b>	<b>3.285.115</b>	<b>3.285.115</b>	<b>Lucro Líquido do Exercício</b> 469.969 409.909																																						
Veículos	80.000	80.000	<b>Lucro líquido p/ação do capital social</b> 0,12 0,10																																						
Imóveis	2.005.115	2.005.115																																							
Marcas e Patentes	1.200.000	1.200.000																																							
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.348.836</b>	<b>8.831.242</b>																																							
<b>PASSIVO</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em R\$ 1,00</b>																																						
<b>Circulante</b>	<b>2.147.393</b>	<b>2.100.132</b>	<b>Reservas de Lucros</b>																																						
Obrigações Sociais e Tributárias	82.393	35.132	<b>Capital Realizado</b> 3.904.000																																						
Dividendos a Pagar	1.065.000	1.065.000	<b>Reserva Legal</b> 73.106																																						
Outras Contas a Pagar	1.000.000	1.000.000	<b>Lucros Retidos</b> 1.558.357																																						
<b>Não-Circulante</b>	<b>1.586.102</b>	<b>1.585.738</b>	<b>Total</b> 5.535.463																																						
Créditos de Empresas Ligadas	1.567.000	1.562.000	<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b> 3.904.000 73.106 1.558.357 5.535.463																																						
Obrigações Sociais e Tributárias	19.102	23.738	Ajustes de Exercícios Anteriores -																																						
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>5.615.341</b>	<b>5.145.372</b>	Dividendos - (800.000) (800.000)																																						
Capital Social	3.904.000	3.904.000	Lucro Líquido do Exercício - 409.909 409.909																																						
Reservas de Lucros	1.711.341	1.241.372	Constituição da Reserva Legal 20.496 (20.496)																																						
<b>Total do Passivo</b>	<b>9.348.836</b>	<b>8.831.242</b>	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b> 3.904.000 93.602 1.147.770 5.145.372																																						
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>																																									
<b>1. Contexto Operacional</b> - A empresa Hunter Participações S/A é uma companhia fechada e tem como atividades preponderantes a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios. <b>2. Principais Práticas Contábeis</b> - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei 6.404/76 e da Lei 11.638/2007. A companhia optou pelo RTT - Regime Tributário de Transição para a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social relativa ao exercício social encerrado em 31/12/2010 com a finalidade de garantir a neutralidade dos efeitos tributários decorrentes dos novos critérios contábeis. <b>Receitas e Despesas</b> - As receitas e despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. <b>Atualizações Monetárias</b> - As aplicações financeiras, bem como outros direitos realizáveis são apresentadas ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou no caso de pagamento antecipado, ao custo demonstrado da seguinte forma:																																									
<table border="0"> <tr> <td>• Banco Itaú S/A</td> <td>1.638.022</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>• Caixa Econômica Federal</td> <td>246.645</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>• Banco do Brasil S/A</td> <td>463.500</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>2.346.167</b></td> <td colspan="4"></td> </tr> </table>							• Banco Itaú S/A	1.638.022					• Caixa Econômica Federal	246.645					• Banco do Brasil S/A	463.500					<b>Total</b>	<b>2.346.167</b>															
• Banco Itaú S/A	1.638.022																																								
• Caixa Econômica Federal	246.645																																								
• Banco do Brasil S/A	463.500																																								
<b>Total</b>	<b>2.346.167</b>																																								
<b>Investimentos</b> - Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, ajustados pelo método de equivalência patrimonial, aplicável à participação relevante na controlada Via Direta Indústria e Comércio da Moda S/A, conforme demonstrado abaixo:																																									
<table border="0"> <tr> <td></td> <td><b>31.12.2011</b></td> <td><b>31.12.2010</b></td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>Patrimônio Líquido</td> <td>2.420.404</td> <td>2.265.208</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>% de Participação no Capital</td> <td>99,867%</td> <td>99,867%</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>Valor do Investimento</td> <td>2.372.697</td> <td>2.262.195</td> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td><b>Equiv.Patrimonial</b></td> <td><b>110.502</b></td> <td><b>131.990</b></td> <td colspan="4"></td> </tr> </table>								<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>					Patrimônio Líquido	2.420.404	2.265.208					% de Participação no Capital	99,867%	99,867%					Valor do Investimento	2.372.697	2.262.195					<b>Equiv.Patrimonial</b>	<b>110.502</b>	<b>131.990</b>				
	<b>31.12.2011</b>	<b>31.12.2010</b>																																							
Patrimônio Líquido	2.420.404	2.265.208																																							
% de Participação no Capital	99,867%	99,867%																																							
Valor do Investimento	2.372.697	2.262.195																																							
<b>Equiv.Patrimonial</b>	<b>110.502</b>	<b>131.990</b>																																							
<b>Imobilizado</b> - O Imobilizado está avaliado ao custo de aquisição. <b>3. Demonstração dos Fluxos de Caixa</b> - A Demonstração de Fluxo de Caixa foi elaborado pelo Método Direto e foi constituído pelos saldos de caixa ou equivalentes de caixa conforme demonstrativo abaixo:																																									
<table border="0"> <tr> <td colspan="2"></td> <td colspan="4"><b>Em R\$ 1,00</b></td> </tr> <tr> <td colspan="2"></td> <td><b>31/12/2011</b></td> <td><b>31/12/2010</b></td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>• Caixa</td> <td>56.651</td> <td>18.077</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>• Bancos</td> <td>6.810</td> <td>667</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td>• Aplics.Financeiras</td> <td>2.348.167</td> <td>2.072.246</td> <td colspan="2"></td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td><b>2.411.628</b></td> <td><b>2.089.990</b></td> <td colspan="2"></td> </tr> </table>									<b>Em R\$ 1,00</b>						<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>			• Caixa	56.651	18.077			• Bancos	6.810	667			• Aplics.Financeiras	2.348.167	2.072.246			<b>Total</b>	<b>2.411.628</b>	<b>2.089.990</b>					
		<b>Em R\$ 1,00</b>																																							
		<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>																																						
• Caixa	56.651	18.077																																							
• Bancos	6.810	667																																							
• Aplics.Financeiras	2.348.167	2.072.246																																							
<b>Total</b>	<b>2.411.628</b>	<b>2.089.990</b>																																							
<b>4. Capital Social e Dividendos</b> - O Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 3.904.000,00, está representado por 3.904.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Para este exercício findo os dividendos foram calculados sobre o Lucro Líquido após a dedução da Reserva Legal no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Fortaleza-Ceará, 31 de dezembro de 2011. <b>Humberto Benício Moreira</b> - Diretor Presidente, <b>Maria Alzeni Girão Freire</b> - Diretora Vice-Presidente, <b>Francisco Erivan Carvalho Feitosa</b> - Contador - CRC-CE 9110.																																									

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ - GOVERNO MUNICIPAL.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tauá, localizada no Centro Administrativo José Fernandes Castelo, 322, Colíbris, comunica aos interessados, que no dia 31 de Maio de 2012, às 09:00 horas, estará abrindo Licitação na Modalidade Tomada de Preços Nº 3004.01/2012, tipo Técnica e Preço, cujo **Objeto** é a Contratação de Agência de Publicidade/Propaganda especializada na prestação de serviços de publicidade compreendendo: o estudo, a concepção, e criação de campanhas, peças publicitárias avulsas e materiais publicitários; a elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual, conforme Tabela de Serviços e Custos - SINAPRO CEARÁ. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00hs. **Tauá - CE, 30 de Abril de 2012.** Magno Kelly Loliola de França - Presidente da Comissão de Licitação.

**ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE CAUCAIA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 13.001/2012-TP.** A CPCL de Caucaia-CE torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 18 de Maio de 2012 às 10 horas, na sala da comissão permanente central de licitação, localizada à Rua José da Rocha Sales, 183, Centro, Caucaia, Ceará, a sessão para o recebimento dos documentos de habilitação e propostas de preços referentes a Tomada de Preços Nº 13.001/2012-TP, cujo **objeto** é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RETIFICAÇÃO DE GFIP'S NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO DE 2001 À 31 DE DEZEMBRO DE 2004, TOTALIZANDO 52 COMPETÊNCIAS, E FORMAÇÃO DE UM BANCO DE DADOS PARA FUTURAS MODIFICAÇÕES. A documentação do edital poderá ser adquirida junto a CPCL, a partir da publicação deste aviso, no horário de expediente de 08h às 14h. **Caucaia, 30 de Abril de 2012.** José Cleandro Araújo Silva - Presidente da CPCL. Caucaia-CE.

HUNTER PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ(MF) 07.590.174/0001-09			DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA		
RELATÓRIO DA DIRETORIA			METODO DIRETO - Em R\$ 1,00		
Senhores Acionistas, Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação dos Senhores Acionistas nossas demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Colocamos a inteira disposição de todos os acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Fortaleza/CE, 29 de abril de 2010. Humberto Benício Moreira - Diretor Presidente,			1/1/10 1/1/09 à 31/12/10 a 31/12/09		
<b>BALANÇO PATRIMONIAL - Em R\$ 1,00</b>			<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - Em R\$ 1,00</b>		
<b>ATIVO</b>	<b>31.12.10</b>	<b>31.12.09</b>			
<b>Circulante</b>	<b>2.218.932</b>	<b>1.699.484</b>			
Caixa	18.077	14.635			
Bancos c/Movimento	667	520			
Aplics.Financeiras	2.071.246	1.546.560			
Impostos a Compensar	2.299	10.369			
Aluguéis a Receber	83.643	84.400			
Outros Créditos	43.000	43.000			
<b>Não-Circulante</b>	<b>6.612.310</b>	<b>5.900.320</b>			
<b>Realiz.a L.Prazo</b>	<b>1.065.000</b>	<b>565.000</b>			
Débs.de Pessoas Ligadas					
Partes Relacionadas	1.065.000	565.000			
<b>Investimentos</b>	<b>2.262.195</b>	<b>2.130.205</b>			
Particip.em Controladas					
/Coligadas	2.262.195	2.130.205			
<b>Imobilizado</b>	<b>3.285.115</b>	<b>3.205.115</b>			
Veículos	80.000				
Imóveis	2.005.115	2.005.115			
Marcas e Patentes	1.200.000	1.200.000			
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.831.242</b>	<b>7.599.804</b>			
<b>PASSIVO</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>			
<b>Circulante</b>	<b>2.100.132</b>	<b>792.640</b>			
Instituições Financeiras		9.952			
Obrigs.Socs.e Tributárias	35.132	17.688			
Dividendos a Pagar	1.065.000	265.000			
Outras Contas a Pagar	1.000.000	500.000			
<b>Não-Circulante</b>	<b>1.585.738</b>	<b>1.271.701</b>			
Crédts.de Empr.Ligadas	1.562.000	1.236.000			
Obrigs.Socs.e Tributárias	23.738	35.701			
<b>Patrim.Líquido</b>	<b>5.145.372</b>	<b>5.535.463</b>			
Capital Social	3.904.000	3.904.000			
Reservas de Lucros	1.241.372	1.631.463			
<b>Total do Passivo</b>	<b>8.831.242</b>	<b>7.599.804</b>			
			<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em R\$ 1,00</b>		
			Reservas de Lucros		
			Capital	Reserva	Lucros Retidos
			Realizado	Legal	Total
			3.904.000	49.352	1.369.353 5.322.705
			Eventos		
			Saldos em 1º de janeiro de 2009		
			Ajustes de Exercícios Anteriores		
			Integralização de Capital		
			Lucro Líquido do Exercício		
			Constituição da Reserva Legal		
			Saldos em 31 de dezembro de 2009		
			Ajustes de Exercícios Anteriores		
			Dividendos		
			Lucro Líquido do Exercício		
			Constituição da Reserva Legal		
			Saldos em 31 de dezembro de 2010		
			3.904.000 93.602 1.147.770 5.145.372		
<b>NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>					
<b>1. Contexto Operacional</b> - A empresa Hunter Participações S/A é uma companhia fechada e tem como atividades preponderantes a participação em outras sociedades e a administração de bens próprios. <b>2. Principais Práticas Contábeis</b> - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os dispositivos da Lei 6.404/76 e da Lei 11.638/2007. A companhia optou pelo RTT - Regime Tributário de Transição para a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social relativa ao exercício social encerrado em 31/12/2009 com a finalidade de garantir a neutralidade dos efeitos tributários decorrentes dos novos critérios contábeis. <b>Receitas e Despesas</b> - As receitas e despesas estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. <b>Atualizações Monetárias</b> - As aplicações financeiras, bem como outros direitos realizáveis são apresentadas ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e					
as variações monetárias auferidas ou no caso de pagamento antecipado, ao custo demonstrado da seguinte forma: • Banco Itaú S/A 1.045.984; • Caixa Econômica Federal 500.000; • Banco do Brasil S/A 500; • Bradesco S/A 76; <b>Total 1.546.560.</b> <b>Investimentos</b> - Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, ajustados pelo método de equivalência patrimonial, aplicável à participação relevante na controlada Via Direta Indústria e Comércio da Moda S/A, conforme demonstrado abaixo:					
Patrimônio Líquido 2.265.208 2.209.072					
% de Participação no Capital 99,867% 99,867%					
Valor do Investimento 2.262.195 2.206.134					
<b>Equiv.Patrimonial 131.990 133.360</b>					
<b>Imobilizado</b> - O Imobilizado está avaliado ao custo de aquisição. <b>3. Demonstração dos Fluxos de Caixa</b> - A Demonstração de Fluxo de Caixa foi elaborado pelo Método Direto e foi					
constituído pelos saldos de caixa ou equivalentes de caixa conforme demonstrativo abaixo:					
Em R\$ 1,00					
31/12/10 31/12/09					
Caixa 18.077 14.635					
Bancos 667 520					
Aplicações Financeiras 2.071.246 1.546.560					
<b>Total 2.089.990 1.561.715</b>					
<b>4. Capital Social e Dividendos</b> - O Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 3.904.000,00, está representado por 3.904.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. Para este exercício findo os dividendos foram calculados sobre o Lucro Líquido após a dedução da Reserva Legal no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Fortaleza-Ceará, 31 de dezembro de 2010. Humberto Benício Moreira - Diretor Presidente, Maria Alzeni Girão Freire - Diretora Vice-Presidente, Francisco Erivan Carvalho Feitosa - Contador CRC-CE 9110.					

\*\*\* \*\*

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE - HOSPITAL MUNICIPAL DR. ARGEU BRAGA HERBSTER - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2012.02.29.01 - HMABH. OBJETO: Aquisição de Medicamentos, destinado ao Hospital Municipal Dr. Argeu Braga Herbster e a Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Maranguape/CE. EMPRESAS HABILITADAS: HIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.; PROHOSPITAL COM. REPRESENTAÇÕES HOLANDA LTDA.; NUVEX COM. DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - ME; NAYPHARMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.; MED DONTO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.; D&V COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITAL LTDA - ME; PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÉUTICOS LTDA.; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.; COMERCIAL VALFALMA LTDA-ME.; DINAMICA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e JOSÉ NERGINO SOBREIRA - EPP. A partir da publicação abre-se o prazo recursal do Art. 109, Inciso I "a" da Lei Federal nº. 8.666/93 alterada e consolidada. Maranguape, 27 de abril de 2012. A COMISSÃO.

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TARRAFAS - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.04.27.1.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tarrafas/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Certame Licitatório, na modalidade Tomada de Preços Nº 2012.04.27.1, cujo objeto é a contratação de serviços de engenharia para execução das obras de beneficiamento, recuperação e regularização do sub-leito de diversas estradas vicinais do Município de Tarrafas/CE, conforme projetos e orçamentos anexados ao Edital Convocatório, com o recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, ocorrendo no dia 22 de maio de 2012, às 09:00 (nove) horas. A visita aos locais onde serão executados os serviços ocorrerá no dia 18 de maio de 2012, às 08:00 (oito) horas. Maiores informações e entrega de editais na sede da Comissão de Licitação, sito na Av. Maria Luiza Leite Santos, s/nº - Bulandeira, na Cidade de Tarrafas/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 3549-1020. Tarrafas/CE, 27 de Abril de 2012. Sebastião Oliveira Candido - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

\*\*\* \*\*

**CIALNE PARTICIPAÇÕES S/A - C.N.P.J. 08.748.833/0001-47 - NIRE 233 000 26861 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012, lavrada em forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do art. 130 da Lei 4.404/76. 01 - Data, horário e local da Assembléia:** Realizada aos (10) dez dias do mês de abril de 2012, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, à Av. Presidente Costa e Silva, 2067 - Sala 04, em Fortaleza/CE. **02 - Presença e Convocação:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia, com e sem direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do art. 124 § 4º da lei 6.404, de 15/12/1976, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **03 - Mesa:** Presidente - Sr. Francisco de Araújo Carneiro; Secretária ad hoc - Maria Vera Magalhães Viana. **04 - Ordem do dia: 4.1 - Assembléia Geral Ordinária. 4.1.1 -** Discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) pag. 229, edição do dia 03/04/2012 e no Jornal "O Povo" caderno Classificados, pag. 58 edição do dia 03/04/2012, relativas ao exercício social findo em 31/12/2011. **4.1.2 -** Destinação do prejuízo do exercício. **05 - Deliberações:** Instalada a Assembléia após discussão das matérias, os acionistas deliberaram por unanimidade de votos, deixando de votar os acionistas legalmente impedidos e sem quaisquer restrições, o quanto segue: **5.1 - Assembléia Geral Ordinária: 5.1.1 -** Aprovar o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, documentos estes concernentes ao exercício social findo em 31/12/2011, cujo Balanço, foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) pag. 229, edição do dia 03/04/2012 e no Jornal "O Povo" caderno Classificados, pag. 58 edição do dia 03/04/2012. **5.1.2 -** Aprovar o resultado negativo do mencionado exercício no valor de R\$ 6.903.772,32, oriundo da equivalência patrimonial nas investidas, composto da seguinte forma: R\$ 2.706.588,68 de resultado negativo de equivalência patrimonial relativa ao investimento na **Cialne Indústria de Alimentos S/A** e R\$ 4.197.183,64 também de resultado negativo de equivalência patrimonial relativa ao investimento na **Companhia de Alimentos do Nordeste - Cialne**, cujo resultado será devidamente compensado com a Reserva de Lucros, de conformidade com o estabelecido no parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76, restando após a compensação o valor de R\$ 131.982,94 de saldo negativo na Conta Prejuízos Acumulados. Assim, deixa de ser distribuído lucros como também, aumentado o capital, tendo em vista o prejuízo ora apresentado. **06 - Dissidências:** Não houve dissidências, protestos, propostas ou declarações de votos dos acionistas. **07 - Parecer do Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente e nem foi instalado no presente exercício. **08 - Assinaturas:** Francisco de Araújo Carneiro, Aurora Naurício Mendes Carneiro e Maria Vera Magalhães Viana - Secretária "Ad Hoc". **Confere com o original lavrado em livro próprio. Maria Vera Magalhães Viana - Secretária Ad Hoc.** Ata Arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará - SEDE sob o nº 20120428709, por despacho em 18/04/2012 de Haroldo Fernandes Moreira - Secretário-Geral.

\*\*\* \*\*

**COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE - CNPJ: 07.220.874/0001-01 - NIRE 233.000.038-70 - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE "COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE - CIALNE", LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA ASSEMBLÉIA:** Realizada aos nove (09) dias de abril do ano de dois mil e doze (2012) às 13:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Av. Presidente Costa e Silva, 2067, Mondubim, CEP. 60.761-190. **PRESEÇA E CONVOCACÃO:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, com e sem direito a voto, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **MESA:** Presidente: Francisco de Araújo Carneiro; Secretária "Ad hoc" Maria Vera Magalhães Viana. **ORDEM DO DIA: Assembléia Geral Ordinária:** a) Discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) pags. 227/228, edição do dia 03/04/2012 e no Jornal "O Povo" pag. 25 (Caderno Economia), edição de 03/04/2012, relativas ao exercício social findo em 31/12/2011; b) Destinação do prejuízo do exercício. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembléia, após a discussão das matérias, os Acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, deixando de votar os acionistas legalmente impedidos e sem quaisquer restrições, o quanto segue: a) Aprovar o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, documentos estes concernentes ao exercício social findo em 31/12/2011, cujo Balanço foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) pags. 227/228, e no Jornal "O Povo" pag. 25 (Caderno Economia), ambos na edição do dia 03/04/2012; b) Aprovar o prejuízo apurado no exercício no valor de R\$ 4.314.539,86 (QUATRO MILHÕES, TREZENTOS E QUATORZE MIL, QUINHENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS), o qual será devidamente compensado com a Reserva de Lucros, de conformidade com o estabelecido no § Único do art. 189 da Lei 6404/76, deixando assim, de ser distribuído lucros, e aumentado o capital tendo em vista, o prejuízo ora apresentado. **DISSIDÊNCIAS:** Não houve dissidências, protestos, propostas ou declarações de votos de acionistas. **PARECER DO CONSELHO FISCAL:** Não há Conselho Fiscal permanente e nem foi instalado no presente exercício. **ASSINATURAS:** Francisco de Araújo Carneiro por si e por Cialne Participações S/A, Aurora Naurício Mendes Carneiro e Maria Vera Magalhães Viana - Secretária "Ad Hoc". **Confere com o original lavrado em livro próprio. MARIA VERA MAGALHÃES VIANA - Secretária - Ad Hoc.** Ata Arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará - SEDE sob o nº 20120428695, por despacho em 18/04/2012 de HAROLDO FERNANDES MOREIRA - SECRETÁRIO-GERAL.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE - HOSPITAL MUNICIPAL DR. ARGEU BRAGA HERBSTER - CP Nº 2012.01.27.01 - HMABH. OBJETO:** Aquisição de Material Médico Hospitalar, destinado ao Hospital Municipal Dr. Argeu Braga Herbster e a Unidade de Pronto Atendimento. **Resultado do Julgamento das Propostas de Preços. VENCEDORAS:** HIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. **Itens:** 01, 04, 25, 53, 71, 144, 151, 152, 153, 155, 160 e 218; PROHOSPITAL COM. REPRESENTAÇÕES HOLANDA LTDA. **Itens:** 125, 197 e 216; NUVEV COM. DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - ME. **Itens:** 02, 08, 60, 87, 89, 116, 124, 128, 129, 138, 145, 146, 148, 149, 159 e 213; NAYPHARMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **Itens:** 56, 78, 150 e 157; MED DONTO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **Item:** 139; D&V COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITAL LTDA - ME. **Itens:** 24, 28, 44, 45, 50, 61, 62, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 117, 118, 119, 120, 121, 140, 141, 142, 143 156, 161, 164, 183, 189, 196, 198 ao 209, 211, 212 e 219; PRAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME. **Itens:** 09, 10, 12, 13, 15 ao 20, 26, 30 ao 37, 48, 58, 59, 67, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 99, 102, 104, 113, 114, 123, 131, 132, 133, 134, 135, 147, 165 e 214; FORTALMED EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA. **Itens:** 21, 22, 23, 27, 42, 51, 77, 79, 80, 81, 126, 127 e 163; FERDINANDO MATOS DA SILVA FILHO - ME. **Itens:** 05, 06, 07, 11, 41, 49, 57, 110, 111, 112, 130, 162, 170 ao 174, 184 ao 188; PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. **Itens:** 03, 14, 29, 38, 39, 40, 43, 46, 52, 54, 55, 63, 64, 65, 66, 68, 74, 100, 101, 103, 105 ao 109, 115, 136, 137, 154, 158, 166, 167, 168, 169, 175 ao 182, 195, 210 e 217; EQUIPOS MEDICOS COMERCIO E REP. LTDA. **Itens:** 91, ao 98, 122, 190 ao 194 e 215. A partir da publicação abre-se o prazo recursal do Art. 109, Inciso I "b" da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações. **Maranguape, 26 de abril de 2012. A COMISSÃO.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU - SECRETARIA DO ESPORTE E JUVENTUDE - EXTRATO DE CONTRATO. CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Iguatu, através da Secretaria do Esporte e Juventude - CNPJ nº 07.810.468/0001-90. **CONTRATADA:** CONSTRUTORA HOLANDA BEZERRA LTDA - CNPJ nº 07.560.184/0001-93. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. **LICITAÇÃO:** Tomada de Preços nº TP-001/2012 - SEJUV. **TIPO:** Menor Preço Global - empreitada no regime de execução indireta. **OBJETO:** Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para a Construção de Banheiros, Cantinas e Entrada do Setor de Visitante do Estádio Municipal João Elmo Moreno "O Morenô", localizado na Sede deste Município. **VALOR GLOBAL:** R\$ 355.884,30. **DA DOTAÇÃO E RECURSOS:** 1101 15 451 0030 1.068; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00. **DA VIGÊNCIA:** 90 (noventa) dias. **DATA DA ASSINATURA:** 02 de Abril de 2012. **DO FORO:** Comarca do Município de Iguatu. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Helter Alves Alcântara (Secretário)/Luiz Lavor Bezerra (Sócio), respectivamente Contratante e Contratado. **Iguatu, 02 de Abril de 2012. Eriton George Sales Bernardo/ Presidente da CPL/PMI.**

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SAMPAIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2704001-PPSEUD.**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de General Sampaio, torna público que no dia 14 de maio de 2012 às 08:30 horas, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. José Severino Filho, nº. 257, Centro, nesta cidade, receberá propostas para aquisição de peças para concerto de veículo sprinter de responsabilidade da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de General Sampaio. **MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.** A documentação do Edital poderá ser adquirida junto à Comissão de Licitação, a partir da publicação deste aviso, no horário de 08:00h às 12:00h.

General Sampaio, 27 de abril de 2012.

**KENNEDY RODRIGUES DO N CARDOSO**

Pregoeiro

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE OCARA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2012 - Edital de Concurso nº 001/2008.** O Prefeito Municipal de Ocara, Ceará, no uso de suas atribuições legais e, **CONSIDERANDO** o resultado final do concurso público realizado no ano de 2008, conforme o Edital nº 001/2008, de 15 de janeiro de 2008; publicado no Diário Oficial do Estado em 13 de maio de 2008 e no Diário do Nordeste em 13 de maio de 2008; **CONSIDERANDO** a homologação do concurso, através do Decreto Municipal nº 012/2008, de 09 de maio de 2008; **CONSIDERANDO** a prorrogação do prazo de validade do concurso público conforme o decreto nº 012/2010, de 07 de maio de 2010; **CONSIDERANDO** o não comparecimento, a desistência e a exoneração de alguns profissionais convocados através dos editais de convocação nº 003/2008, nº 005/2008, nº 007/2008, nº 008/2008, nº 002/2009, nº 007/2009, nº 001/2010, nº 003/2010, nº 005/2010, nº 001/2011, nº 002/2011, 003/2011, 005/2011, 001/2012, 002/2012, 003/2012, 004/2012 e 005/2012, a necessidade de prover cargos adiante elencados; e **CONSIDERANDO** ainda, o que preceitua o Estatuto dos Servidores do Município de Ocara; **C O N V O C A:** Os candidatos aprovados e classificados na forma do **Anexo I**, parte integrante e inseparável deste Edital. Os candidatos convocados devem comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ocara, na Secretaria de Administração e Planejamento, sito na Av. Coronel João Felipe, nº 239, Centro, Ocara, Ceará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de publicação do presente Edital, no horário de 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, para cumprirem as demais exigências legais necessárias à investidura no cargo, munidos dos seguintes documentos abaixo descritos, devidamente autenticados, conforme disposto determina o item 6.1, do Capítulo VI, do Edital de Concurso nº 001/2008. O candidato que não comparecer no dia, local e hora marcada por este Edital de Convocação perderá os direitos decorrentes do Concurso, possibilitando a convocação do candidato remanescente: **1. DOCUMENTOS PESSOAIS:** Diploma ou Certificado de Escolaridade exigido para o cargo, conforme a qualificação indicada no **Anexo I** do Edital de Concurso nº 001/2008; Cédula de Identidade; CPF; Título de Eleitor (com o comprovante da última votação); CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social; Cartão do PIS/PASEP; Certificado de Reservista; Carteira de Habilitação C, D ou E, para os cargos de Motorista e Patrulista, conforme requisito do cargo; Certidão de Nascimento ou Casamento; Certidão de nascimento dos dependentes; Cartão de Vacina dos dependentes; 02 (duas) fotos 3 x 4, recentes e coloridas; Comprovante de Endereço; Declaração de Bens (modelo Prefeitura); Declaração de não existência de impedimento para o exercício das funções (modelo Prefeitura); Registro Profissional no Órgão de Classe, caso seja necessário para o exercício das funções; Certidão Negativa de Antecedentes Criminais. **2. EXAMES MÉDICOS A SEREM APRESENTADOS:** Sumário de Urina; Raios-X do Tórax; Exame Oftalmológico; EGC (acima de 40 anos); VDRL; Atestado de Sanidade/Aptidão Física e Mental; Glicemia; Creatinina. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OCARA**, em 27 de abril de 2012. **Leonildo Peixoto Farias - Prefeito Municipal. ANEXO I DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2012 - NÍVEL FUNDAMENTAL - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40/HS.** Classificação; Nome; Abrangência: 4º Classificável - Antonia Vanderleia de Brito Souza Bezerra - Abrangência - 5. **NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO - GARI - 40/HS:** Classificação; Nome: 1º Classificável - Vanderlei Neri dos Santos. **GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE OCARA**, em 27 de abril de 2012. **Leonildo Peixoto Farias - Prefeito Municipal.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO - EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. OUTORGANTE VENDEDOR:** Prefeitura Municipal de Iguatu, através da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento - CNPJ nº 07.810.468/0001-90. **OUTORGADO COMPRADOR:** WM CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº 02.364.381/0001-13. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. **LICITAÇÃO:** Concorrência Pública nº C-002/2012 - SEADFIN. **TIPO:** MAIOR OFERTA. **OBJETO:** VENDA/ALIENAÇÃO DO IMÓVEL, SITUADO À RUA DOS QUIXELOS, BAIRRO AREIAS (ANTIGO TERRENO DO ABATEDOURO PÚBLICO), COM ÁREA TOTAL DE 17.787,00 M2 (DEZESSETE MIL, SETECENTOS E OITENTA E SETE METROS QUADRADOS), DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE IGUATU. **VALOR GLOBAL:** R\$ 907.137,00 (novecentos e sete mil, cento e trinta e sete reais), sendo parcelada da seguinte forma: **1ª. PARCELA** no valor de R\$ 362.854,80 (trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais, oitenta centavos); **2ª. PARCELA** no valor de R\$ 272.141,10 (duzentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e um reais, dez centavos); **3ª. PARCELA** no valor de R\$ 272.141,10 (duzentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e um reais, dez centavos). **DATA DA ASSINATURA DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:** 25 de Abril de 2012. **FRANCIGLEUBA VASCONCELOS ARAGÃO - SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO Nº 06.013/2011.** Contratante: Município de Caucaia - Secretaria de Saúde. Prazo: até 31 de dezembro de 2012. Processo de licitação na modalidade de Pregão Presencial Nº 06.013/2011. **OBJETO:** Seleção de empresa para o Registro de Preços, visando o fornecimento de medicamentos, materiais médico-hospitalares e odontológico, destinados a Secretaria de Saúde, do Município de Caucaia. **Signatários:** Contratante: Secretaria de Saúde (Luiza de Marilac Barros Rocha). **Contratados:** Contrato Nº 20120301005 TS Comercial de Med. e Representações Ltda R\$ 401.247,00; Contrato Nº 20120301006 Ecomed Comercial Médica Odontológica Ltda R\$ 5.879.680,78; Contrato Nº 20120301007 Prohospital Comércio Representações Holanda Ltda R\$ 5.532.452,81; Contrato Nº 20120301008 Hifarma Comércio e Representações Ltda R\$ 355.535,00; Contrato Nº 20120301009 Fortalmed Equipamentos Hospitalares R\$ 414.927,00; Contrato Nº 20120301010 D & V Comércio de Material R\$ 737.560,00; Contrato Nº 20120301011 Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda R\$ 287.662,00; Contrato Nº 20120301012 Dismahc Comércio e Representação de Material Hospitalar e Cirúrgico Ltda R\$ 389.048,90; Contrato Nº 20120301013 Ferdinando Matos da Silva Filho - ME R\$ 559.713,00; Contrato Nº 20120301014 Comercial Valfarma Ltda R\$ 571.548,70; Contrato Nº 20120301015 Malurel Distribuidora de Medicamentos Ltda R\$ 346.602,80; Contrato Nº 20120301016 Med Farm Comércio e Representações Ltda R\$ 1.173.718,52; Contrato Nº 20120301017 Med-Donto Comércio de Produtos Hospitalares Ltda R\$ 480.131,00; Contrato Nº 20120301018 Nuvex Comércio de Produtos Médicos R\$ 431.597,00; Contrato Nº 20120301019 Panorama Comércio de Produtos Médicos e Farmacêutico Ltda R\$ 1.793.752,10; Contrato Nº 20120301020 Empresa Pramed Comércio de Produtos Hospitalares Ltda R\$ 411.101,00; Contrato Nº 20120301021 Empresa Santa Branca Distribuidora de Medicamentos Ltda R\$ 573.654,30; Contrato Nº 20120301022 Empresa Sellene Comércio e Representações Ltda R\$ 637.000,00; Contrato Nº 20120301023 Empresa Super Fio Comércio de Prod. Médicos e Hospitalares Ltda Me R\$ 206.860,84; Contrato Nº 20120301024 Equipos Médicos Comércio e Representação Ltda R\$ 417.495,00. **Representantes:** Cristiano de Capibaribe de Arruda (TS Comercial); Leonardo Moreira Ramos Vanconcelos (Ecomed); Marcelo Rocha Pontes (Prohospital); Antonio Adriano Gomes Teixeira (Hifarma); Armando Barbosa do Carmo Júnior (Fortalmed); Maria Derlange Pinheiro Maia (D&V); Cláudio Igor Freitas Gomes (Dental Med Sul); Raimundo Fontinele Barcelos (Dismahc); Leonardo Rodrigues Araújo (Ferdinando Matos da Silva Filho - ME); Ricardo Lira Pimentel (Comercial Valfarma); Lucimara Gonçalves da Silva (Malurel); Bruno Vidal Damasceno (Med Farm); Olavo Machado Medeiros (Med-Donto); Melaine Klein Vasconcelos Nunes (Nuvex); Marco Tadeu Sousa Santos (Panorama); Marcio Kley Pereira Ladislau (Pramed); Adriano Paulo Borges Gomes (Santa Branca); Raimundo Batista da Costa (Sellene); José Sales Silveira D'Almeida (Super Fio); Karollinne Dantas dos Santos (Equipos); **Data:** 01 de Março de 2012.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.04.23.2 TP.** A Comissão de Licitação da Prefeitura do Município de Acopiara-CE - torna público, para, conhecimento dos interessados, que no próximo dia 17 de maio de 2012, às 14:00hs (quatorze horas), na sede da Prefeitura de Acopiara, localizada na AV. Paulino Felix, S/N - Centro - Acopiara/CE, estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, critério de julgamento Menor Preço Global, tombado sob o nº 2012.04.23.2 de 23 de abril de 2012, com fins a CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DOS FEIRANTES, na sede do município de Acopiara/CE, conforme projeto básico anexo ao edital, o qual encontra-se na íntegra no endereço supra citado. **Maiores informações pelo fone: 0xx(88) 3565- 1999, no horário de 08:00h às 12:00h, ou na sede da comissão. Acopiara - CE, 27 de Abril de 2012. Cristiane Cavalcante Canuto Martins - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ARENA CASTELÃO OPERADORA DE ESTÁDIO S/A. - COMPANHIA FECHADA. CNPJ/MF nº 12.850.027/0001-52. EDITAL DE CONVOCAÇÃO.** O Presidente do Conselho de Administração da ARENA CASTELÃO OPERADORA DE ESTÁDIO S/A, Sr. Ricardo Cordeiro de Toledo, convida os senhores acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 04 de Maio de 2012, às 14:00 horas, na sede social da empresa localizada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Vicente Linhares, nº 500, sala 402, Bairro Aldeota, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: **(a)** deliberação sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011; **(b)** relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2011; **(c)** apresentação e aprovação do balanço patrimonial e DRE do exercício findo em 31 de dezembro de 2011; **(d)** parecer do conselho fiscal; Fortaleza, 27 de Abril de 2012. Ricardo Cordeiro de Toledo - Presidente.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06.005/2011.**

Detentor do Registro de Preço: Secretaria de Saúde do Município de Caucaia. Empresas Detentoras do Registro de Preços: TS Comercial de Med. e Representações Ltda R\$ 401.247,00; Ecomed Comercial Médica Odontológica Ltda R\$ 5.879.680,78; Prohospital Comércio Representações Holanda Ltda R\$ 5.532.452,81; Hifarma Comércio e Representações Ltda R\$ 355.535,00; Fortamed Equipamentos Hospitalares R\$ 414.927,00; D & V Comércio de Material R\$ 737.560,00; Dental Med Sul Artigos Odontológicos Ltda R\$ 287.662,00; Dismahc Comércio e Representação de Material Hospitalar e Cirúrgico Ltda R\$ 389.048,90; Ferdinando Matos da Silva Filho – ME R\$ 559.713,00; Comercial Valfarma Ltda R\$ 571.548,70; Malurel Distribuidora de Medicamentos Ltda R\$ 346.602,80; Med Farm Comércio e Representações Ltda R\$ 1.173.718,52; Med-Donto Comércio de Produtos Hospitalares Ltda R\$ 480.131,00; Nuvex Comércio de Produtos Médicos R\$ 431.597,00; Panorama Comércio de Produtos Médicos e Farmacêutico Ltda R\$ 1.793.752,10; Empresa Pramed Comércio de Produtos Hospitalares Ltda R\$ 411.101,00; Empresa Santa Branca Distribuidora de Medicamentos Ltda R\$ 519.456,90; Empresa Sellene Comércio e Representações Ltda R\$ 637.000,00; Empresa Super Fio Comércio de Prod. Médicos e Hospitalares Ltda Me R\$ 206.860,84; Equipos Médicos Comércio e Representação Ltda R\$ 417.495,00. Valor Total registrado: R\$ 21.115.493,35 (Vinte e um Milhões Cento e Quinze Mil Quatrocentos e Noventa e Três Reais e Cinco Centavos). Prazo: 12 meses. Processo de licitação na modalidade de Pregão Presencial Nº 06.013/2011. Objeto: Seleção de empresa para registro de preço visando o fornecimento de medicamentos, material médico-hospitalar e odontológico, de interesse da Secretaria de Saúde do Município de Caucaia, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Signatários: Representante do Órgão Detentor do Registro de Preço: Luiza de Marilac Barros Rocha (Secretária de Saúde). Representantes das Empresas Detentoras do Registro de Preços: Cristiano de Capibaribe de Arruda (TS Comercial); Leonardo Moreira Ramos Vanconcelos (Ecomed); Marcelo Rocha Pontes (Prohospital); Antonio Adriano Gomes Teixeira (Hifarma); Armando Barbosa do Carmo Júnior (Fortalmed); Maria Derlange Pinheiro Maia (D&V); Cláudio Igor Freitas Gomes (Dental Med Sul); Raimundo Fontinele Barcelos (Dismahc); Leonardo Rodrigues Araújo (Ferdinando Matos da Silva Filho – ME); Ricardo Lira Pimentel (Comercial Valfarma); Lucimara Gonçalves da Silva (Malurel); Bruno Vidal Damasceno (Med Farm); Olavo Machado Medeiros (Med-Donto); Melaine Klein Vasconcelos Nunes (Nuvex); Marco Tadeu Sousa Santos (Panorama); Marcio Kley Pereira Ladislau (Pramed); Adriano Paulo Borges Gomes (Santa Branca); Raimundo Batista da Costa (Sellene); José Sales Silveira D'Almeida (Super Fio); Karollinne Dantas dos Santos (Equipos). Data: 01 de Março de 2012.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAUCAIA – EXTRATO DE CONTRATO Nº: 20120305001 - PREGÃO Nº 08.001/2012.**

Contratante: Município de Caucaia – Secretaria de Educação. Contratado: E.R.J. Administração e Restaurante de Empresas LTDA, com o valor de R\$ 18.080.000,00 (Dezoito milhões e oitenta mil reais). Prazo: até 31 de dezembro de 2012. Processo de licitação na modalidade de Pregão Presencial Nº 08.001/2012. Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento de merenda escolar, incluindo o fornecimento de todos os insumos necessários, logística, supervisão e serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados na limpeza e conservação das áreas abrangidas de interesse da Secretaria de Educação do município de Caucaia. Signatários: Contratante: Ambrósio Ferreira Lima (Secretário de Educação). Contratado: Carlos Henrique de Castro Ehrich (E.R.J. Administração e Restaurante de Empresas LTDA). Data: 05 de Março de 2012.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ - AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 004/2012 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO.**

O Município de Quixadá, por meio da sua Presidenta, torna público aos interessados, que no dia 16/05/2012 às 09h30min, estará realizando licitação na Modalidade Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para Restau-ração e Adaptação dos Galpões do Açude do Cedro, de Responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município de Quixadá. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08h00min às 12h00min ou pelo portal do TCM-CE: [http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por\\_municipios](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios). **Quixadá – CE, 27 de abril de 2012. Maria Albeniza de Matos Lima - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMÁCIA – Edital de Convocação 001/2012.** O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pelo art. 37 da Constituição Federal de 1988 e de acordo com a cláusula 10.1 do Edital nº 001/2007, de 19 de janeiro de 2007 resolve **CONVOCAR** os aprovados no Concurso nº 001/2007 da Prefeitura de Palmácia, cujo rol segue abaixo, beneficiários da segurança do Mandado de Segurança nº57-35.2009.8.06.0139/0, da Vara Única da Comarca de Palmácia, para no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da publicação deste Edital, conforme Edital nº **003/2007**, comparecer ao Setor de Recursos Humanos desta Prefeitura, objetivando a apresentação dos documentos abaixo discriminados. **NOMES DOS CONVOCADOS** - Lista dos convocados: **Agente Administrativo** - Williana Freitas Sampaio; Antonio Claudio Pereira da Silva; **Agente de Endemias** – Maria de Fátima Bernardino de Sousa; **Agente de Saúde** – Antonio Veruza Fernandes de Freitas; Edilene Ferreira Lins Gomes; **Auxiliar de Serviços Gerais** – Maria do Socorro Lopes Farias; Francisco Valdenir Carneiro da Silva; Márcia Alves Rodrigues; Verusca Sousa Pereira; Francisco Célio Paiva da Silva; Antônia Edileusa Inácio do Nascimento; Claudio Nascimento Nojosa; Angelane Lourenço de Oliveira; Francisca Evânia Barbosa da Silva; Andrea Maria da Silva; Daglene Bernardo Rodrigues; Antonio André Pereira da Silva. **LISTA DOS DOCUMENTOS** - Listagem: Carteira de Identidade; CPF; Título de eleitor com comprovação da última eleição; PIS/PASEP; Carteira Profissional; Certidão de Nascimento ou Casamento; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; Certificado de Quitação Militar (homens); 02 (duas) Fotografias ¾ colorida recente; Histórico Escolar; Comprovante de Residência; Certidão Criminal – Palmácia /Fortaleza / Pacoti/Maranguape /Redenção e Guaiuba; Certidão Criminal Negativa Federal e Estadual. **Exames médicos necessários (cargo / exames).** **Agente Administrativo** - Exame de Sanidade Físico e mental (HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, URINA, GAMA GT, PLAQUETAS, TIPO SANGUINEO); **Agente de Endemias, Agente de Saúde, Auxiliar de Serviços Gerais** - Exames Físicos (HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, URINA, GAMA GT, PLAQUETAS, TIPO SANGUINEO E ESTEIRA) e Laudo de Sanidade Mental que comprovará a aptidão para o exercício do cargo. A documentação será apresentada na forma original ou através de cópias autenticadas. Os candidatos convocados passarão por um exame médico pré-admissional e somente serão empossados se aprovados no referido exame. Para a realização do exame médico pré-admissional, os candidatos deverão apresentar exames clínicos laboratoriais inerentes a cada cargo (conforme Anexo III do Decreto Nº 238/2012). **Palmácia, 25 de abril de 2012. Antônio Cláudio Mota Martins - PREFEITO MUNICIPAL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAÚ - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 2012.04.26.001 - CP.** A Prefeitura Municipal de Acaraú, através da Secretaria de Educação, torna público que fará realizar licitação na modalidade Concorrência Pública, do tipo menor preço - **Processo Nº 2012.04.26.001 - CP** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRA DE REFORMA DE DIVERSAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ACARAÚ, CONFORME PROJETO EXECUTIVO EM ANEXO**, com data de recebimento dos Envelopes de Habilitação e Propostas de Preços designada para o dia 30 de Maio de 2012, às 10:00h, na sede da Prefeitura Municipal de Acaraú, sito à Rua General Humberto Moura, nº675-B, Centro. O edital poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação no horário das 08:00h às 12:00 horas. Maiores informações pelo telefone: (88) 3661-1469. **Acaraú(CE), 27 de Abril de 2012. Maria Missilene Vasconcelos – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUÇUBA - AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.03.22.02.** Objeto: Aquisição de materiais para a Implantação de Viveiros de Mudanças, junto à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Convivência com Semi-Árido do Município de Irauçuba. Vencedoras: Multi Distribuidora de Materiais de Escritório LTDA – ME, no valor global de R\$ 59.576,00 (cinquenta e nove mil quinhentos e setenta e seis reais) para o Lote I e Climax - Serviços de Locação de Mão de Obra, Equipamentos e Empreendimentos LTDA – ME, no valor global de R\$ 21.142,00 (vinte e um mil cento e quarenta e dois reais) para o Lote II. Conforme proposta de preços apenas aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei Nº. 8.666/93. **Irauçuba – CE, 16 de Abril de 2012. Caetano Rodrigues de Sousa - Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Convivência com Semi-Árido.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANINDÉ - AVISO DE ADIAMENTO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 1004.01/2012.** A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Canindé torna público o adiamento da sessão que seria no dia 30 de Abril de 2012, às 09:30 horas, para o dia 04 de Maio de 2012, às 09:30 horas. **Canindé - CE, 27 de Abril de 2012. Antonia Duciana Ferreira Andrade - Presidente da Comissão de Licitação.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.04.23.1 TP.** A Comissão de Licitação da Prefeitura do Município de Acopiara - CE, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 17 de Maio de 2012, às 09:00hs (nove horas), na Sede da Prefeitura de Acopiara, localizada à Av. Paulino Felix, S/N - Centro - Acopiara/CE, estará realizando Licitação na Modalidade Tomada de Preços, critério de julgamento Menor Preço Global, tombado sob o Nº 2012.04.23.1 TP de 23 de Abril de 2012, com fins a Contratação de Empresa para Construção de Cozinha Comunitária no Bairro Vila Esperança na Sede do Município de Acopiara/CE, conforme projeto básico anexo ao edital, o qual encontra-se na íntegra no endereço supra citado no horário de 08:00h às 12:00h, para mais informações no fone: (0xx88) 3565.1999. **Acopiara - CE, 27 de Abril de 2012. Cristiane Cavalcante Canuto Martins - Presidenta da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÓ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27.04.01/2012.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Icó, localizada Rua Francisco Maciel, 2194, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27.04.01/2012**, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E EQUIPAMENTOS PARA SUPRIR A S NECESSIDADES DO PSF, SECRETARIA E HOSPITAL JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ICÓ/CE, que ocorrerá dia 11 de Maio de 2012 às 08h00min. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08h00min às 12h00min ou pelo portal do TCM-CE: [http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por\\_municipios](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios). **Icó - CE, 27 de Abril de 2012. Wilsiane Soares de Oliveira - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 011/2012 - AVISO DE LICITAÇÃO - Comissão Permanente de Licitação. Data de Abertura:** 31/05/2012, às 09:00h. **OBJETO:** CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) QUADRAS COBERTAS, COM VESTIÁRIO, NAS SEQUITES ESCOLAS: ESCOLA FRANCISCO AGUIAR, NO DISTRITO DE ARACATIAÇU (LOTE 1), ESCOLA MOCINHA RODRIGUES, NO BAIRRO CIDADE JOSÉ EUCLIDES (LOTE 2), ESCOLA JOSÉ INÁCIO, NO DISTRITO DE JORDÃO (LOTE 3) E NA ESCOLA PADRE PALHANO, NO BAIRRO PADRE PALHANO (LOTE 4). **Valor do Edital:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: [www.sobral.ce.gov.br](http://www.sobral.ce.gov.br), (Portal do Cidadão, selecione o serviço: Licitações em Andamento) e à Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157 e 1254. **Sobral-CE, 27/04/2012. Verônica Mont' Alverne Guimarães - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SAMPAIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº.2704002-PP DIV**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de General Sampaio, torna público que no dia 14 de maio de 2012 às 13:00 horas, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. José Severino Filho, nº. 257, Centro, nesta cidade, receberá propostas para aquisição de pneus, válvulas, protetores e câmaras de ar destinados a frota de veículos da Prefeitura Municipal de General Sampaio de responsabilidade de diversas secretarias. **MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.** A documentação do Edital poderá ser adquirida junto à Comissão de Licitação, a partir da publicação deste aviso, no horário de 08:00h às 12:00h.

General Sampaio, 27 de abril 2012.

**KENNEDY RODRIGUES DO N CARDOSO**  
Pregoeiro

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SAMPAIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº.2704003-PP DIV**

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de General Sampaio, torna público que no dia 15 de maio de 2012 às 8:00 horas, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. José Severino Filho, nº. 257, Centro, nesta cidade, receberá propostas para Contratação de serviços de assessoria em licitações e contratos, para suprir as necessidades das Secretarias Diversas do município de General Sampaio. **MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL.** A documentação do Edital poderá ser adquirida junto à Comissão de Licitação, a partir da publicação deste aviso, no horário de 08:00h às 12:00h.

General Sampaio, 27 de abril de 2012.

**KENNEDY RODRIGUES DO N CARDOSO**  
Pregoeiro

\*\*\* \*\*

**ESTADO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.03.27.02 - FG** A Prefeitura Municipal de Nova Olinda por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados que a reapresentação da documentação referente a Tomada de Preços nº 2012.03.27.02 - FG, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para aquisição e reposição de peças para os tratores pertencentes a Prefeitura Municipal de Nova Olinda, conforme especificações contidas no anexo I do edital, tipo menor preço, ocorrerá às 10:00hs do dia 15 de maio de 2012 na Sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Olinda, conforme o § 3º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. **Nova Olinda - CE, 27 de abril de 2012. Maria de Fátima Romão - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE-AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.26.01.2012.** Secretaria Municipal da Educação Básica - C.P.L. Tipo Menor Preço. A Secretaria Municipal da Educação Básica, através de seu pregoeiro designado e Comissão de Apoio, torna público para o conhecimento dos interessados, que no dia 10 de maio de 2012 às 09:45hs., dará início ao Pregão Presencial supracitado, que tem como objetivo serviços de locação de veículos, para ficarem à disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme Termo de Referência. Os interessados poderão adquirir o edital e respectivos anexos, no endereço: Av. Monsenhor Furtado, 55, Centro, Guaraciaba do Norte - CE, no horário de expediente das 08:00hs às 14:00hs e obter demais informações, através do fone: (88)3652-2150. **Guaraciaba do Norte - CE, 26 de Abril de 2012. Luis Carneiro Machado- Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA DO NORTE - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04.26.02.2012.** Secretaria Municipal de Saúde. Tipo Menor Preço. A Secretaria Municipal de Saúde, através de seu Pregoeiro designado e Comissão de Apoio, torna público para o conhecimento dos interessados, que no dia 10 de maio de 2012 às 11:04hs., dará início ao Pregão Presencial supracitado, que tem como objetivo serviços de locação de veículos, para atender as ações de Saúde Pública, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme Termo de Referência. Os interessados poderão adquirir o edital e respectivos anexos, no endereço: Av. Monsenhor Furtado, 55, Centro, Guaraciaba do Norte/CE, no horário de expediente das 08:00 hs às 14:00hs e obter demais informações, através do fone: (88)3652-2150. **Guaraciaba do Norte - CE, 26 de Abril de 2012. Luis Carneiro Machado - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2012.** O Município de Quixadá, por meio do seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que no dia 15/05/2012 às 16h00min, estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para Capacitação de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Desenvolvimento as Atividades Agrícolas de Responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município de Quixadá. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08h00min às 12h00min ou pelo portal do TCM-CE: [http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por\\_municipios](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios). **Quixadá - CE, 27 de abril de 2012. Michel Teixeira de Araújo - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2012.** O Município de Quixadá, por meio do seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que no dia 16/05/2012 às 15h00min, estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço, cujo Objeto é a Contratação de Empresa para Realizar as Ações de Mobilização Social e Gestao das Praças dos Esportes e da Cultura de Responsabilidade da Secretaria de Participação Popular, Esporte e Juventude do Município de Quixadá. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08h00min às 12h00min ou pelo portal do TCM-CE: [http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por\\_municipios](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios). **Quixadá - CE, 27 de abril de 2012. Michel Teixeira de Araújo - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2012.** O Pregoeiro do Município de Russas torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Pregão Presencial nº 020/2012, cujo objeto é a aquisição de material esportivo para atender as necessidades do Fundo Municipal da Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação e Desporto Escolar. O mesmo realizar-se-á no dia 11 de maio de 2012, a partir das 09h. Aquisição do edital no horário de 08 às 12h. Contatos no endereço Rua Pe. Raul Vieira nº 613 - Centro ou (88) 3411-8429. **Russas-CE, 27 de abril de 2012. Jorge Augusto Cardoso do Nascimento - Pregoeiro.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 005/2012 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.** O Município de Quixadá, por meio da sua Presidenta, torna público aos interessados, que no dia 17/05/2012 às 09h30min, estará realizando Licitação na Modalidade Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, cujo Objeto é a Contratação de Empresa Implantação da Cozinha Comunitaria, de Responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Quixadá. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08h00min às 12h00min ou pelo portal do TCM-CE: [http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por\\_municipios](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios). **Quixadá - CE, 27 de abril de 2012. Maria Albeniza de Matos Lima - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA - AVISO DE ANULAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2011.12.12.1 TP.** A Comissão de Licitação da Prefeitura do Município de Acopiara - CE, torna público, para conhecimento dos interessados a Anulação do Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços Nº 2011.12.12.1 de 12 de Dezembro de 2011, com fins a Contratação de Empresa para Construção do Galpão dos Feirantes, na Sede do Município de Acopiara/CE, conforme projeto básico anexo ao edital, por razões de interesse público, tendo em vista alterações no projeto básico de engenharia inicialmente adotado, tendo como embasamento legal a Lei 8.666/93. Maiores informações pelo fone: (0xx88) 3565.1999, no horário de 08:00h às 12:00h, ou na Sede da Comissão. **Acopiara - CE, 27 de Abril de 2012. Cristiane Cavalcante Canuto Martins - Presidenta da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROQUINHA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 05.001/2012-TP.** O Presidente da CPL de Barroquinha - torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 18 de Maio de 2012 às 08:00h, na Sede da Comissão localizada na Rua 11 de Maio, Nº 739, Centro, Barroquinha - CE, estará realizando Licitação na Modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção de Módulos Sanitários no município de Barroquinha/CE (Termo de Compromisso Nº TC/PAC 0398/2011), conforme Projeto e Orçamento em Anexo ao Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 08:00 às 12:00h e de 14:00 às 18:00h. **Barroquinha - CE, 27 de Abril de 2012. Jodeal Oliveira de Alcântara - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JATI - RESULTADO DE PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 2012.03.30.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO.** **Objeto:** Contratação de serviços profissionais de engenharia civil, bem como elaboração de projetos técnicos, orçamentos, consultoria e assessoria na elaboração de documentos exigidos pelos órgãos da administração pública junto a secretaria de educação e Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo. Vencedora: Peixoto Construções e Empreendimentos Ltda - CNPJ (MF) nº 13.880.407/0001-00; Valor Global 32.490,00 (trinta e dois mil quatrocentos e noventa reais) para o Fundo Municipal de Educação e no Valor Global de 30.195,00 (trinta mil cento e noventa e cinco reais) para a Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo. **Jati/CE, 27 de Abril de 2012. Francisco Risalvo da Silva - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS.** A Comissão de Licitação, localizada na Rua Guarany, 600 - Altos - Centro - Pacajus - Ce, comunica aos interessados que no dia 11 de Maio de 2012, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 2704.02/2012 - SME, objeto: aquisição de material gráfico destinado secretaria e educação infantil da Secretaria de Educação do Município de Pacajus. O Edital completo estará disponível no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de atendimento ao público, de 08:00 às 12:00h. **Pacajus/Ce, 27 de Abril de 2012 - Pregoeiro Oficial.**

\*\*\* \*\*

**COMUNICADO  
ENERGIAS EÓLICAS DO NORDESTE S.A.**

Torna público que requerer a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, a Licença de Instalação (LI) da Linha de Transmissão do Complexo Eólico Trairí, de 34,5 kV e Linha de Transmissão SE Elevadora - SE Pecém II - Trecho I de 230 kV a ser implantada no município de Trairí, no Estado do Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2012.04.30.1.** A Pregoeira da Prefeitura do Município de MILHÃ-CE - torna público, para conhecimento dos interessados, que, no próximo dia 14 de Maio de 2012, às 08:30h, na sede da Prefeitura de MILHÃ, localizada à Avenida Pedro José de Oliveira, nº 406, Centro, estará realizando licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, critério de julgamento menor preço, tombado sob o nº 2012.04.30.1 de 30 de Abril de 2012, com fins CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE MILHÃ, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (PROJETO BÁSICO), o qual encontra-se na íntegra na Sede da Prefeitura Municipal de MILHÃ, no endereço supra citado, fone: 88 35291637, no horário de 08:00h às 12:00h. **A Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2012.** O Município de Quixadá, por meio do seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que no dia 14/05/2012 às 15h30min, estará realizando Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço, cujo Objeto é a Aquisição de Material para Apoio a Produção de Atividades Produtivas de Mulheres para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Município de Quixadá. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08h00min às 12h00min ou pelo portal do TCM-CE: [http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por\\_municipios](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios). **Quixadá - CE, 27 de abril de 2012. Michel Teixeira de Araújo - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 2604.01/2012-02 - SMS.** O Pregoeiro do município de Crato-CE, SR José Wilson Marques Junior torna público, para conhecimentos dos interessados, que, no próximo dia 14 de Maio de 2012, às 09:00h, na sede da comissão de licitação, localizada no largo Júlio Saraiva, S/N, Centro, Crato-CE, estará realizando licitação na modalidade pregão, do tipo menor preço, com fins a Aquisição de andares fixos e cadeiras de rodas destinadas ao Centro de reabilitação junto a Secretaria de Saúde, tudo conforme especificações contidas no termo de referência, constante no anexo I do edital o qual encontra-se na íntegra na sede da comissão de licitação, localizada no largo Julio Saraiva, S/N, Centro, Crato-CE, no horário de 08:00h às 14:00h. **O Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - SECRETARIA GERAL DE INFRAESTRUTURA - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2012-SEINFRA.** A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará comunica aos interessados que estará recebendo até às 08:30h do dia 11 de Maio de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Silva Jardim nº 436 - Centro - Viçosa do Ceará-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 06/2012-SEINFRA - Aquisição de insumos para fabricação de asfalto. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00horas. **Viçosa do Ceará, 30 de Abril de 2012. Carla Maria Oliveira Timbó - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - SECRETARIA GERAL DE INFRAESTRUTURA - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012-SEINFRA.** A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará comunica aos interessados que estará recebendo até às 14:00h do dia 11 de Maio de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Silva Jardim nº 436 - Centro - Viçosa do Ceará-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 07/2012-SEINFRA - Aquisição de Abrigos, mastros e placas indicativas. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00horas. **Viçosa do Ceará, 30 de Abril de 2012. Carla Maria Oliveira Timbó - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 015/2012 - AVISO DE LICITAÇÃO - Comissão Permanente de Licitação. Data de Abertura:** 21/05/2012, às 14:30h. **OBJETO:** Contratação de empresa para EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DA QUADRA DE ESPORTES DO BAIRRO COHAB II, NO BAIRRO COHAB II, EM SOBRAL. **Valor do Edital:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: [www.sobral.ce.gov.br](http://www.sobral.ce.gov.br), (Portal do Cidadão, selecione o serviço: Licitações em Andamento) e à Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157 e 1254. **Sobral-CE, 27/04/2012. Verônica Mont'Alverne Guimarães - Presidente.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA DO CEARÁ - SECRETARIA DE SAÚDE - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2012-SESA.** A Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará comunica aos interessados que estará recebendo até às 09:00h do dia 14 de Maio de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Silva Jardim nº 436 - Centro - Viçosa do Ceará-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 10/2012-SESA - Aquisição de Vestuário e utensílios de campo para os Agentes de Endemias. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00horas. **Viçosa do Ceará, 30 de Abril de 2012. Carla Maria Oliveira Timbó - Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PENTECOSTE - CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS.** À Comissão de licitação da Prefeitura Municipal de Pentecoste - Ce, vem através deste convocar os licitantes habilitados e a quem interessar, para abertura dos envelopes Propostas de Preço da Tomada de Preços Nº 2012.03.09.02-TP-ADM, cujo Objeto é: Construção de Módulos Sanitários tipo 09 no Município de Pentecoste, que se realizará no dia 03 de maio de 2012 às 09:00h, na sala da Comissão de Licitação, situada na Praça Bernardino Gomes Bezerra, 457 - Centro, Estado do Ceará, maiores informações pelo telefone (85) 3352-2617. **Pentecoste - CE, 27 de Abril de 2012. Maria Fabíola Alves Pessoa - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - SECRETARIA DE SAÚDE - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL. Nº 09/2012-SESA.** A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que estará recebendo, até às 08:30h do dia 11 de Maio de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Ivete Alcântara nº 120, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial nº 09/2012-SESA - Aquisição de Material de Limpeza e Higiene. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço supracitado, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta-feira e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **São Gonçalo do Amarante, 30 de Abril de 2012. César Gonçalves Soares - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - SECRETARIA DE SAÚDE - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL. Nº 10/2012-SESA** A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante comunica aos interessados que estará recebendo, até às 14:00h do dia 11 de Maio de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Ivete Alcântara nº 120, proposta de preços e documentação de habilitação, para o Pregão Presencial nº 10/2012-SESA - Aquisição de Equipamentos Odontológicos. O edital poderá ser obtido junto à Comissão de Licitação, no endereço supracitado, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00 às 17:00h de segunda a quinta-feira e das 08:00h às 13:00h às sextas-feiras. **São Gonçalo do Amarante, 30 de Abril de 2012. César Gonçalves Soares - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE HIDROLÂNDIA.** A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia **14 de maio de 2012**, às 08:30h, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 3005.01/2012-ED, cujo **objeto** é a Prestação de serviços de recuperação de motor, bomba injetora, turbina e caixa de marcha, de 01(um) ônibus, da Secretaria de Educação do Município de Hidrolândia, conforme especificações. O edital completo estará a disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 07:30 às 11:30h, no endereço da Prefeitura Av.: Luis Camelo Sobrinho, 640, Centro. **Hidrolândia, 30 de abril de 2012. Manoel Justino de Paiva Neto - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE HIDROLÂNDIA.** A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia **14 de maio de 2012**, às 09:30h, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 3005.01/2012-IN, cujo **objeto** é a Contratação da prestação de serviços para organização, produção e realização dos Festejos Juninos - Festival Xique-Xique de Quadrilhas Juninas, nos dias 26 e 27 de maio de 2012, no Município de Hidrolândia, conforme especificações. O edital completo estará a disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 07:30 às 11:30 h, no endereço da Prefeitura Av.: Luis Camelo Sobrinho, 640, Centro. **Hidrolândia, 30 de abril de 2012. Manoel Justino de Paiva Neto - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE CAUCAIA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06.003/2012.** A Pregoeira de Caucaia-Ce - torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 14 de Maio de 2012 às 13:00hs, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de Caucaia, localizada na Rua José da Rocha Sales, 183, Centro, Caucaia-CE, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é a Aquisição de Anestésico, Sedativos e Raticidas para atender as necessidades do Município de Caucaia, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 08:00hs às 14:00hs. **Caucaia - CE, 27 de Abril de 2012. Ingrid Gomes Moreira - A Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE CAUCAIA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08.013/2012.** A Pregoeira de Caucaia-Ce - torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 16 de Maio de 2012 às 09:00hs, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de Caucaia, localizada na Rua José da Rocha Sales, 183, Centro, Caucaia-CE, estará realizando licitação, na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto Aquisição de Materiais de Expediente Necessário para dar suporte as atividades de aula dos alunos do EJA- KIT Educando, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 08:00hs às 14:00hs. **Caucaia - CE, 27 de Abril de 2012. Ingrid Gomes Moreira - A Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERERÊ - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 2704.01/2012-SECRETARIA DE SAÚDE.** O Município de Ererê, através da Secretaria de Saúde, por meio da Comissão de Licitação, torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital de licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 2704.01/2012-Secretaria de Saúde, que tem como objeto a Aquisição de produtos de saúde para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, com data de abertura marcada para o dia 14 de maio de 2012, as 09:30hs, na sala da Comissão de licitação, na rua Pe. Miguel Xavier de Moraes, 20, Centro, Ererê, Ceará. Informações pelo fone (88) 3434-1041/1021. **Ererê - CE, 27 de Abril de 2012. Herold Alex da Silva Andrade - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO NORTE - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 1.2604/2012 - SEMID.** A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Limoeiro do Norte, comunica aos interessados que no próximo dia 17 de maio de 2012, às 08:30 horas, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços nº 1.2604/2012 - SEMID, tipo menor preço global, cujo objeto é: Construção de uma quadra poliesportiva na Comunidade de Bom Fim. O Edital completo estará à disposição nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00 às 12:00 horas, na sede da Prefeitura na rua Cel. Antônio Joaquim nº 2121, Centro. **Limoeiro do Norte - CE, 27 de abril de 2012. Antônio Leandro Remigio Coelho - Presidente da Comissão.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA - AVISO DE LICITAÇÃO -** A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 15 DE MAIO DE 2012, as 09:30 hr, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 2604.01/2012, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RERIUTABA-CE. O edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08:00 às 12:00 h, no endereço da Prefeitura na RUA DR. OSVALDO HONORIO LEMOS, 176, CENTRO, RERIUTABA-CE, 26 DE ABRIL DE 2012. **MARCUS VINICIUS LIMA PASSOS - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2012 - AVISO DE LICITAÇÃO -** Comissão Permanente de Licitação. **Data de Abertura:** 01/06/2012, às 09:00h. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PARA A CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS, DESTINADOS AO COMBATE A DENGUE. **Valor do Edital:** Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: **www.sobral.ce.gov.br**, (Portal do Cidadão, selecione o serviço: Licitações em Andamento) e à Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157 e 1254. **Sobral-CE, 27/04/2012. Verônica Mont' Alverne Guimarães - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL - EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 013/2012 - AVISO DE LICITAÇÃO** - Comissão Permanente de Licitação. **Data de Abertura:** 22/05/2012, às 09:00h. **OBJETO:** contratação de empresa para EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA RECEPÇÃO DA VILA OLÍMPICA, EM SOBRAL. Valor do Edital: Gratuito. **INFORMAÇÕES:** Site: [www.sobral.ce.gov.br](http://www.sobral.ce.gov.br), (Portal do Cidadão, selecione o serviço: Licitações em Andamento) e à Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º andar. **Fone:** (88) 3677-1157 e 1254. **Sobral-CE, 27/04/2012. Verônica Mont' Alverne Guimarães - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE - AVISO DE REVOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2012.03.20.01.** Declaro revogado o processo licitatório nº 2012.03.20.01 na modalidade Concorrência Pública, cujo objeto é a Contratação de empresa(s) a prestar serviços na construção do sistema de abastecimento d'água da localidade de Café dos Ovos, Cajazeiras, Futuro, Torrões e Curral Velho, no Município de Jaguaribe, com base no caput do art. 49 e § 1º da Lei 8.666/93. **Jaguaribe - CE, 26 de Abril de 2012. Luciano Costa da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIBE.** O Pregoeiro comunica o **Resultado da Fase de Habilitação e Proposta de Preços, referente ao Pregão Presencial 04.16.001/2012.** Objeto: Contratação de empresa para recebimento de contas de água, emitidas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Jaguaribe - CE, e declarando habilitada e vencedora do Pregão Presencial a empresa Francisco Dionísio Nogueira -ME. Maiores informações: (88) 3522-1487. **27 de Abril de 2012. Antonio Hércules Pinheiro Diógenes - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

# AVISO

Informamos que, a venda do Diário Oficial do Estado é feita exclusivamente nas Casas do Cidadão, nos endereços abaixo:  
Casa do Cidadão do Shopping Benfica: Av. Carapinima nº2200 - Benfica  
Casa do Cidadão do Shopping Diogo: Rua Barão do Rio Branco nº1006  
1º andar - Centro.

## MAIORES INFORMAÇÕES

PELOS TELEFONES: (085) 3101-2252 / 3101-2250 (**Benfica**)

3101-5059 / 3101-5060 (**Diogo**)

3466-4025 / 3466-4912 (**Casa Civil**)

Horário de atendimento: 09h às 12h

13h30 às 15h

DESTINADO(A)

--